

REVISTA RIEC

REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

ANUÁRIO DE PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

VOLUME 01

EDIÇÃO VIII • DEZEMBRO • 2025

FANS
FACULDADE DE NOVA SERRANA





CONSELHO EDITORIAL

Presidente da Fundação Educacional Fausto Pinto da Fonseca

Júnior César Silva

Diretor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

Helder Mendonça Duarte

Coordenadora de Pesquisa e Extensão

Diagramação

Franciane Machado Lamóia

Revisão Ortográfica

Franciane Machado Lamóia

Professores da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

Hélder Mendonça Duarte

Karina de Souza Dias

Geraldo Fernandes Phonte Boa

Ciro Antônio Pereira Lemos

Hilton Wayner Junior

Márcio Geraldo Lomas

Júlio Moraes Oliveira

Ronaldo Galvão

Jhones Sena

Nália Aparecida de Lacerda Viana

Marcelo Agenor Espíndola

Anderson Baptista Leite

Daniel de Mello Machado

Danielle de Jesus Dinali

Marco Aurélio Clementino Silva

Guaraci Maximiano dos Santos

Samuel Rodrigues Fazendeiro

Thiago Casemiro Mendes

Obs.: A autenticidade dos textos é de responsabilidade de seus autores, conforme critérios assumidos no momento da submissão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
Franciane Machado Lamoia.....	06
A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO SETOR DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA: O FINALISMO MITIGADO APLICADO AO PROSSUMIDOR OU CONSUMIDOR-GERADOR.	
Júlio Moraes Oliveira.....	08
A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL: FATORES HISTÓRICOS, DIVISÃO DE GÊNERO E PERCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Geraldo Fernandes Fonte Boa, Rafael de Lara e Silva.....	23
A LIBERDADE SOB LITÍGIO	
Bruna Santos, Geraldo Fernandes Fonte Boa, Hannah Sophia Santos Fonte Boa Vilaça.....	34
A NEUROCIÊNCIA COGNITIVA E OS MARCOS DO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:	
Análise de Crianças de 2 e 3 Anos	
Ana Júlia Moreno Duarte Silva, Geraldo Fernandes Fonte Boa.....	50
A SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA REVISÃO SOBRE A PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFESSORES	
Karina de Souza Dias, Paola Thaís Rodrigues dos Santos, Sávio Máximo Soares.....	59
A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PRIMEIRA INFÂNCIA	
Geraldo Fernandes Fonte Boa, Lorryne Gonçalves Dias, Maria Riqueli Ferreira de Lima.....	67
A TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA ERA DA TECNOLOGIA E HUMANIZAÇÃO: DESAFIOS, COMPETÊNCIAS E PERSPECTIVAS DO EDUCADOR UNIVERSITÁRIO	
Hélder Mendonça Duarte.....	76
COMO FORTALECER A RELAÇÃO TEORIA X PRÁTICA NO ENSINO SUPERIOR NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	
Hélder Mendonça Duarte.....	83
CONTABILIDADE ON-LINE: ANÁLISE DO NÍVEL DE ACEITAÇÃO DO NOVO MODELO CONTÁBIL EM NOVA SERRANA/MG	
Gutierre Gil Barbosa, Hilton Wayner Junior, Jean Lucas Gontijo Ferreira.....	90
CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FERRAMENTA DE TOMADA DE DECISÃO EM NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: Como utilizar das ferramentas da contabilidade gerencial para tomar decisões assertivas em negócios internacionais	
Hilton Wayner Junior, Ciro Antônio Pereira Lemos.....	106
DEFASAGEM NA APRENDIZAGEM ESCOLAR NO CONTEXTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: CAUSAS, RESPONSABILIDADES E CONSEQUÊNCIAS	
Márcio Geraldo Lomas.....	112
DESAFIOS PARA UMA BOA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: Como traçar estratégias com o objetivo de gerar mais competitividade para a empresa	
Hilton Wayner Junior, Ciro Antônio Pereira Lemos.....	119
DIREITO FUNERÁRIO, UMA NECESSIDADE LEGISLATIVA	
Ronaldo Galvão.....	126

FANS NETWORK ARCHITECT PRO: VALIDAÇÃO ALGORÍTMICA DA OTIMIZAÇÃO VLISM EM AMBIENTES DE SIMULAÇÃO WEB

Jhones Sena, Mateus Artur Santos, Pedro Afonso Dias Raposo.....143

FERRAMENTAS DIGITAIS: A importância na otimização dos processos contábeis em escritórios de Nova Serrana/MG.

Joice Assis Camargos, Magno Henrique Leite de Deus, Ciro Antônio Pereira Lemos.....150

GESTÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS GERAÇÕES Z E ALPHA

Hélder Mendonça Duarte.....167

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS- IPI - INCIDENTE EM MATÉRIAS-PRIMAS IMPORTADAS: As Implicações para as Pequenas Empresas Termoplásticas na Microrregião de Nova Serrana-MG.

Lavinia Gonçalves Maia Ferreira, Maria Eduarda Corgozinho Ferreira, Ciro Antônio Pereira Lemos.....174

MINDSET DE CRESCIMENTO COM FOCO EM OBJETIVOS: Como Traçar Estratégias para Alcançar Bons Resultados

Hilton Wayner Junior, Ciro Antônio Pereira Lemos.....190

O LÚDICO E O MUNDO MÁGICO DA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabriele Linhares Padilha, Nália Aparecida de Lacerda Viana.....196

O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CRÍTICO DOS ALUNOS NO ENFRENTAMENTO ÀS FAKE NEWS

Márcio Geraldo Lomas.....201

PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR: ESTUDO EM EMPRESAS CALÇADISTAS DE NOVA SERRANA – MG.

Marcelo Agenor Espíndola, Anderson Baptista Leite, Daniel de Mello Machado.....207

TRABALHO EDUCATIVO: EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS OU EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE BAIXO CUSTO

Danielle de Jesus Dinali, Mhardoqueu Geraldo Lima França.....228

OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DO JOVEM PARA A IDADE ADULTA

Camilly Cristine Gomes Silva, Taís Fernandes Rodrigues.....249.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE: análise a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

Marcelo Agenor Espíndola, Marco Aurélio Clementino Silva.....263

O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE PÚBLICA E O DIREITO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Gustavo Faria do Amaral.....276

PSICOLOGIA E ESPIRITUALIDADE NO TRABALHO: CLEROT E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA O CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Guaraci Maximiano dos Santos, Samuel Rodrigues Fazendeiro.....288

RESENHA CRÍTICA - “A comunicação verbal e não verbal dos líderes: um estudo de caso numa empresa de comércio exterior”

Kemilly de Oliveira Alves, Wanessa Lacerda de Faria, Thiago Casemiro Mendes.....301

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hélder Mendonça Duarte306

APRESENTAÇÃO

O **Anuário de Produções Acadêmico-Científicas da FANS – A Faculdade de Nova Serrana – 2025** consolida-se como um importante instrumento de divulgação do conhecimento produzido no âmbito da graduação, reafirmando o compromisso institucional com o ensino de qualidade, a pesquisa científica e a formação crítica e humanizada.

A presente edição reúne uma diversidade significativa de estudos desenvolvidos por discentes e docentes dos cursos de **Administração, Ciências Contábeis, Direito, Pedagogia, Psicologia, Engenharia de Software e áreas afins**, refletindo a interdisciplinaridade e a relevância social das temáticas abordadas. Os trabalhos dialogam com desafios contemporâneos da sociedade, da educação, do mundo do trabalho, da gestão, da tecnologia, da saúde e do direito, evidenciando a articulação entre teoria e prática acadêmica.

Os artigos contemplam análises jurídicas atuais, como a aplicação do **Código de Defesa do Consumidor ao setor da geração distribuída**, o **direito funerário**, o **direito fundamental à saúde pública**, a **liberdade sob litígio** e o **trabalho educativo**, ao mesmo tempo em que discutem questões sociais e educacionais, como a **feminização do magistério**, a **defasagem na aprendizagem**, a **parceria entre família e escola**, a **sexualidade no contexto escolar**, o **lúdico na infância** e os **desafios da transição para a vida adulta**.

No campo da educação superior e da inovação pedagógica, destacam-se estudos sobre a **transformação do ensino na era da tecnologia e da humanização**, a **gestão educacional frente às gerações Z e Alpha**, o fortalecimento da relação **teoria e prática com o uso da inteligência artificial**, além de reflexões fundamentadas na **neurociência cognitiva aplicada à educação infantil**.

As áreas de **Administração e Contabilidade** são representadas por pesquisas voltadas à **contabilidade on-line**, **contabilidade gerencial**, **uso da inteligência artificial na contabilidade**, **gestão da cadeia de suprimentos**, **processos sucessórios familiares** e **ferramentas digitais**, com foco especial no contexto econômico de **Nova Serrana/MG** e sua microrregião. No campo tecnológico, o anuário apresenta produções inovadoras como o **FANS Network Architect Pro**, evidenciando a integração entre ciência, tecnologia e desenvolvimento regional.

Ao publicar esta coletânea, a FANS reafirma seu papel como instituição comprometida com a produção científica, a responsabilidade social e o desenvolvimento intelectual de seus acadêmicos,

incentivando a pesquisa como elemento essencial da formação profissional e cidadã. Que este anuário sirva como fonte de consulta, inspiração e estímulo à continuidade da investigação científica e ao fortalecimento da cultura acadêmica.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa e enriquecedora.

Franciane Lamóia

Coordenadora de Pesquisa e Extensão

A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO SETOR DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA: O FINALISMO MITIGADO APLICADO AO PROSSUMIDOR OU CONSUMIDOR-GERADOR.

Júlio Moraes Oliveira¹

Resumo:

O presente texto aborda a possibilidade ou não de aplicação do Código de Defesa do consumidor ao denominado prossumidor ou consumidor-gerador, figura prevista no Marco Legal da Geração Distribuída. Para tanto, analisa-se o conceito de consumidor, suas teorias e os tipos de contratos estabelecidos entre esses novos sujeitos. Conclui-se que é perfeitamente possível a aplicação do finalismo mitigado a esse novo sujeito jurídico, desde que demonstrados, no caso concreto a sua vulnerabilidade como tem sido entendido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Palavra-chave: Prossumidor. Consumidor-gerador. Finalismo mitigado.

Abstract:

This text addresses the possibility or not of applying the Consumer Protection Code to the so-called prosumer or consumer-generator, a figure provided for in the Legal Framework for Distributed Generation. To this end, the concept of consumer, its theories and the types of contracts established between these new subjects are analyzed. It is concluded that it is perfectly possible to apply the mitigated finalism to this new legal subject, as long as its vulnerability is demonstrated in the specific case as understood by the Superior Court of Justice.

Keyword: Prosumer. Consumer-generator. Mitigated finalism.

1. Introdução

Os impactos do aquecimento global têm sido notados em todos os cantos do globo terrestre.² Isso é o que já vinha sendo demonstrado ao longo dos anos no Painel

¹Mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela Universidade FUMEC (2011), Especialista em Advocacia Civil pela Escola de Pós-Graduação em Economia e Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas EPGE/FGV e EBAPE/FGV. (2007), Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos - FDMC (2005). Membro da Comissão de Defesa do Consumidor - Seção Minas Gerais - OAB/MG, de 2013 a 2021. Membro do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON). Membro Suplente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - Comdecon-BH. Membro do Instituto Defesa Coletiva. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil - IBERC. Professor de Graduação e Pós-graduação. Advogado no Bao Ribeiro Advogados. Professor da FANS – Faculdade de Nova Serrana.

²Mudanças climáticas: como o aquecimento global afeta a vida no Brasil. Disponível em : <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2022/02/mudancas-climaticas-como-o-aquecimento-global-afeta-a-vida-no-brasil> Acesso em. 13.12.2024.

Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU. Diante dessa situação, é cada vez mais comum no mundo inteiro a busca por soluções alternativas para a produção de energia e consumo humano.

O crescimento das energias renováveis tem se consolidado como uma das principais tendências globais no setor energético, impulsionado pela busca por essas alternativas sustentáveis e pela necessidade de reduzir os impactos ambientais causados pelos combustíveis fósseis.

No Brasil, país reconhecido por sua vasta riqueza natural, fontes como a energia solar, eólica e a biomassa têm ganhado destaque, complementando a já tradicional energia hidrelétrica. Isso também ocorre no cenário internacional, avanços tecnológicos e políticas públicas alinhadas à transição energética têm acelerado a adoção dessas fontes limpas. A expansão das energias renováveis não apenas representa uma solução para o combate às mudanças climáticas, mas também é um pilar estratégico para garantir um futuro mais sustentável, diversificado e resiliente para as próximas gerações.

Essa expansão tem tido um crescimento exponencial nos últimos anos no Brasil como nos ensina Thiago Bao Ribeiro:

O aumento progressivo nas contas de energia elétrica no país, faturadas por uma concessionária do Estado (mercado regulado) tem impulsionado os brasileiros, cada vez mais, a aderir outras fontes de energia para suas próprias residências e/ou empresas, com fito de garantir maiores vantagens econômicas na soma de custos mensais.

Nesse sentido, a energia fotovoltaica, obtida a partir da luz solar, tem integrado esse crescimento exponencial, que está ainda associado à popularização dos custos das placas de instalação.³

Na esteira desse fenômeno global, a geração distribuída passou a ser uma alternativa extremamente viável e interessante do ponto de vista ambiental e econômico.

Entende-se como geração distribuída, a produção de energia elétrica, onde a geração ocorre próximo aos pontos de consumo, utilizando fontes de energia renováveis ou não, em sistemas de pequena a média escala. A GD pode fazer uso das fontes eólica, solar e biomassa para gerar energia. Por questões de custo e

³RIBEIRO, Thiago Bao. Aumento de energia: como está o mercado no Brasil? Disponível em: <https://baoribeiro.com.br/blog/aumento-de-energia-no-brasil/> acesso em 21.12.2024.

versatilidade, a tecnologia solar fotovoltaica responde por mais de 98% das instalações do segmento no País.⁴

2. Marco legal da geração distribuída

Em 06 de janeiro de 2022, foi promulgada a Lei n. 14.300, que cria o Marco Legal da Geração Distribuída no Brasil. Essa legislação também criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) que possibilitou, inicialmente, que o consumidor brasileiro gerasse sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e, inclusive, fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou a Lei 14.300/2022 com a publicação da Resolução Normativa (REN) 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, promovendo alterações na REN 1.000, de 07 de dezembro de 2021 que envolvem pontos relacionados às regras para a conexão e faturamento de centrais de microgeração e minigeração distribuída em sistemas de distribuição de energia elétrica, além de disposições concernentes ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). Recentemente, houve mais uma alteração promovida na REN 1.000/2021, operada pela Resolução Normativa Aneel 1.098, de 23 de julho de 2024.

A geração distribuída basicamente possui duas formas, a Microgeração distribuída cujos sistemas de geração de energia renovável ou cogeração qualificada sejam conectados à rede com potência até 75 kW e a Minigeração distribuída cujos sistemas de geração de energia renovável ou cogeração qualificada sejam conectados à rede com potência superior a 75 kW e inferior a 5 MW.

A geração distribuída pode dar-se através do autoconsumo e o consumo remoto. O autoconsumo ocorre quando a energia elétrica gerada por um sistema instalado no próprio local de consumo (como uma residência ou empresa) é utilizada diretamente pelos equipamentos do imóvel, reduzindo a dependência da rede elétrica. Já o consumo remoto permite que a energia gerada em um local diferente do ponto de consumo seja utilizada por um consumidor ou grupo de consumidores previamente cadastrados, desde que ambos estejam dentro da mesma área de concessão da

⁴Geração distribuída de GD: o que é, regras, benefícios e como fazer parte. Disponível em: <https://www.portalsolar.com.br/geracao-distribuida-de-energia.html> acesso em 13.12.2024.

distribuidora de energia. Esse modelo é particularmente útil para quem não pode instalar sistemas de geração no próprio imóvel, como apartamentos ou pequenos comércios, mas deseja se beneficiar das vantagens econômicas e ambientais da geração distribuída.

A legislação estabelece que para obter acesso ao sistema devem ser celebrados com a pessoa física ou jurídica, consórcio, cooperativa, condomínio voluntário ou edifício ou qualquer outra forma de associação civil instituída para esse fim, cada um com suas vantagens e desvantagens que não são objeto do presente estudo. O importante é que se estabelece uma relação entre esses sujeitos e a distribuidora, sendo essa a relação que nos interessa. No aspecto do autoconsumo parece claro que existe uma relação de consumo entre o consumidor e a distribuidora, todavia, no caso do consumo remoto, na qual a energia gerada em um local diferente do ponto de consumo seja utilizada por um consumidor ou grupo de consumidores previamente cadastrados em outros locais, esse consumidor passa ser um fornecedor de energia.

Os sujeitos dessa relação entre distribuidoras de energia elétrica e seus clientes podem ser considerados consumidores nos termos da Lei n. 8.078/90? A grande polêmica é que muitos deles vão ser fornecedores de energia elétrica a outros consumidores, ou no mínimo intermediários dessa energia já que constituem pessoas jurídicas para se beneficiarem do consumo remoto.

Matheus Link Bassani afirma que o caso da geração distribuída pode ser ilustrado pela seguinte relação contratual: o (i) contrato de fornecimento de energia elétrica (primeira relação contratual) firmado entre a distribuidora e o consumidor serve como base para a implementação do sistema descentralizado. Nesse contexto, o consumidor assume o papel de prossumidor ao produzir eletricidade, geralmente por meio de fontes renováveis como painéis solares ou pequenas turbinas eólicas, e encaminha o excedente de energia para a rede da distribuidora, acumulando créditos. Assim, a rede desempenha a função de "custódia" de um bem fungível, dando origem a uma (ii) segunda relação contratual entre as mesmas partes, que viabiliza a compensação da eletricidade consumida com base no contrato inicial. Conforme o modelo do sistema elétrico descentralizado, seja pela compensação (como no Brasil) ou pela remuneração (como na França e Alemanha), a segunda relação pode

caracterizar-se como um contrato de depósito irregular ou um contrato de venda, respectivamente.⁵

3. A aplicação do finalismo mitigado ao prossumidor ou consumidor-gerador

Esse sujeito pode ser considerado consumidor? Ou como querem alguns consumidor-fornecedor ou prossumidor? A expressão prossumidor foi difundida por Alvin Toffler, e consiste na ideia de que o produtor e o consumidor tendem a se fundir no mesmo sujeito na era tecnológica (terceira onda), reduzindo a clássica dicotomia da era industrial (segunda onda) entre fornecedor/produtor de um lado e consumidor de outro. A primeira onda (agrária) também foi marcada pelo prossumidor, uma vez que as pessoas consumiam o que produziam.⁶

Por diversas vezes, em vários textos publicados nas mais diversas revistas, foi debatido esse tema, inclusive, em artigo mais recente comentando uma notícia do STJ do ano de 2024 que apresentava novos julgados a respeito do assunto.⁷Essa teoria já foi denominada de finalismo temperado, atenuado, equitativo, misto, abrandando, aprofundado e mitigado. Todavia, as duas expressões mais consagradas são finalismo mitigado e aprofundado.

Conforme já tivemos a oportunidade explicar em outras oportunidades, o legislador brasileiro definiu o conceito de consumidor em quatro dispositivos diferentes, na verdade, em três artigos espalhados pelo Código. O art. 2º, *caput*, o art. 2º, parágrafo único, o art. 17, e por fim, o art. 29. A definição do consumidor *stricto*

⁵BASSANI, Matheus Linck. **A proteção do prossumidor na geração distribuída de energia elétrica**. Porto Alegre, 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201138#:~:text=Conclui%2Dse%20pela%20confirma%C3%A7%C3%A3o%20da,com%20a%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20consumidor>. Acesso em 17.12.2024.

⁶ TOFFLER, Alvin. **The third wave**. Bantam Books, 1980.

⁷Sobre o finalismo mitigado ver: 1 - CONSUMIDOR-EMPRESÁRIO: a defesa do finalismo mitigado. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012. 2 . A aplicação do CDC ao empresário e à sociedade empresária: do maximalismo ao finalismo mitigado. Seleções Jurídicas. 7ed. São Paulo: AD2 editora, 2013, v. único, p. 18-34. 3. O conceito de Consumidor em face do Novo Código Civil e sua interpretação jurisprudencial. Asa-Palavra (Brumadinho), v. 9, p. 109-118, 2008. 4. 20 anos do Código de Defesa do Consumidor: A evolução do conceito de consumidor. REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO, v. 5, p. 395-411, 2010. 5 . 20 anos do Código de Defesa do Consumidor: a evolução do conceito de consumidor. Jus Navigandi, v. 15, p. 2709, 2010. 6. A aplicação do CDC ao Empresário e à sociedade empresária: do maximalismo ao finalismo mitigado. Revista Jurídica LEX, v. 63, p. 111-135, 2013. 7. A Aplicação do CDC ao Empresário e à Sociedade Empresária: do Maximalismo ao Finalismo Mitigado. Doutrinas Jurídicas, v. 1, p. 1, 2013. E mais recentemente ver: OLIVEIRA, Júlio Moraes. 34 anos de discussão sobre a pessoa jurídica consumidora. Disponível em: <https://magis.agej.com.br/34-anos-de-discussao-sobre-a-pessoa-juridica-consumidora/> acesso em 18.12.2024.

sensu, está prevista no art. 2º, *caput*, ao dispor que “consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.” Esse seria realmente o verdadeiro consumidor, já que os outros dispositivos são consumidores equiparados. O art. 2º, parágrafo único, o art. 17, as vítimas do acidente de consumo (*bystander*) e o art. 29, que é conceito de consumidor equiparado mais amplo.

Com relação ao art. 2º, *caput*, duas teorias surgiram para tentar encontrar o seu alcance na legislação brasileira. A teoria maximalista e a teoria finalista. Para a corrente maximalista, o destinatário final é apenas o destinatário fático, ou seja, aquele que retirou o produto da cadeia de fornecimento sem reutilizá-lo. É considerada uma noção objetiva de consumidor, pois o que interessa é o objeto da relação. Para os defensores dessa corrente, a destinação dada ao produto é irrelevante. É um posicionamento mais abrangente; aceitam, inclusive, a relação de consumo entre dois profissionais. Na opinião dos maximalistas, o *codex* é um código de consumo, logo, disciplina qualquer relação de consumo.

Já os adeptos da corrente finalista afirmam ser o destinatário final aquele que retira o produto do mercado e dá a ele uma destinação final de uso, isto é, o consome na cadeia produtiva. É uma noção subjetiva de consumidor, pois aqui o sujeito da relação é fundamental. Enquadra-se nesta definição o destinatário fático e econômico da cadeia, ou seja, o produto ou serviço é consumido para uso próprio e não é destinado a qualquer outro beneficiamento posterior. A teoria finalista pura retira do conceito de consumidor a relação existente entre dois profissionais, excluindo a pessoa jurídica.

O finalismo mitigado, surgiu para se evitar os extremos das duas teorias anteriores. É uma interpretação que leva em conta o fundamento do Código de Defesa do Consumidor, ou seja, a vulnerabilidade. O princípio da vulnerabilidade, previsto no art. 4º, I, do CDC, passa ser a diretriz de interpretação da teoria finalista mitigada.

Com base nesse entendimento adotado hoje em vários julgados do Superior Tribunal de Justiça, o prossumidor ou consumidor-gerador enquadra-se no conceito de consumidor?

Para responder a esse questionamento, deve ser feita uma análise das legislações aplicáveis a esse setor. Conforme demonstrado anteriormente, a Lei n. 14.300/2022, marco regulatório da micro e minigeração distribuída no Brasil, em seu art. 1º, traz uma série de definições usadas nesse setor, em seu inciso V, define o

sujeito de direitos dessa lei, ou seja, o consumidor-gerador que é aquele titular de unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída. O próprio marco regulatório apresenta o sujeito de direito como consumidor. Em vários outros dispositivos a mesma legislação se refere a esse sujeito como consumidor, é o caso por exemplo do Art. 2º, § 1º, ao dispor que os contratos firmados entre o consumidor e a concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica para fins de acesso ao sistema de microgeração ou minigeração distribuída devem ser celebrados com a pessoa física ou jurídica, consórcio, cooperativa, condomínio voluntário ou edifício ou qualquer outra forma de associação civil instituída para esse fim, indicado como titular o da unidade consumidora na qual a microgeração ou minigeração distribuída será ou está instalada na ocasião da solicitação de acesso, garantida a possibilidade de transferência da titularidade antes ou depois da conexão da microgeração ou minigeração distribuída. Percebe-se que a intenção do legislador é de tratar o sujeito como um consumidor.

Assim também define o art. 3º da Lei n. 14.300/22, quando se refere aos consumidores participantes de consórcio, cooperativa, condomínio voluntário ou edifício ou qualquer outra forma de associação civil instituída para empreendimento com múltiplas unidades consumidoras ou de geração compartilhada.

Por vários outros dispositivos, a lei se refere a esses sujeitos como consumidores ou consumidor-gerador. Cite-se como exemplo o art. Art. 9º, 10, 12 e 13, dentre outros tantos. O que denota-se da legislação é que quando se refere ao consumidor que fornece energia a outros consumidores a lei utiliza-se da expressão consumidor-gerador. Não há dúvida de que o consumidor que adere a um consórcio, cooperativa ou outro instrumento jurídico é um consumidor nos termos do CDC, mas esse consumidor-gerador ou prossumidor, como definem alguns, é que tem sido objeto de debate, já que ele muitas vezes adota uma figura de fornecedor e consumidor ao mesmo tempo.

Assim também a Resolução Normativa Aneel nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, nas quais estão dispostos os direitos e deveres do consumidor e demais usuários do serviço e, em seu art. 1º, § 3º, dispõe que a aplicação da Resolução não afasta a necessidade de cumprimento do disposto na regulação da ANEEL e na legislação, em especial; na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que

instituiu o Código de Defesa do Consumidor e estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social; e na nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, ou seja, as normas que se aplicam ao setor referem-se expressamente à figura do consumidor e a legislação aplicável a ele, sem fazer qualquer distinção ou exclusão.

O art. 2º, VII, da referida resolução também define o sujeito de direitos do setor como consumidor pessoa física ou jurídica que solicite o fornecimento do serviço à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes desta prestação à sua unidade consumidora.

Outro ponto importante que já foi apresentado no presente trabalho é que o consumidor-fornecedor ou prosumidor estabelece com a distribuidora um contrato de uso sistema de distribuição (CUSD), normalmente elaborado pela própria distribuidora, apesar de existirem regras previstas no art. 145 do marco legal. A natureza jurídica desse contrato entre distribuidora e consumidor-fornecedor ou prosumidor seria de adesão? O art. 54 do Código de Defesa do consumidor define que contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo e a inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato. Nesse sentido, o contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD), se enquadraria perfeitamente no conceito do contrato de adesão, assim como o Contrato de Energia Regulada (CCER).

É fato que essa discussão mais cedo ou mais tarde desembocaria no poder judiciário.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais já decidiu:

EMENTA: APELAÇÃO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - CEMIG - RELAÇÃO DE CONSUMO - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - INSTALAÇÃO DE CONEXÃO PARA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA - SOLICITAÇÃO DEFERIDA - PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA OBRA - INOBSERVÂNCIA - ATO ÍLCITO CARACTERIZADO - LUCROS CESSANTES - COMPROVAÇÃO. - Nos termos do art. 14, do CDC, a concessionária de serviço público responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores, ou seja, independentemente de culpa, bastando a comprovação nos autos do efetivo prejuízo e do nexo de causalidade entre este e a conduta da Cemig - Comprovados os lucros cessantes, em decorrência do atraso na instalação da conexão de Geração Distribuída, o que impossibilitou os autores de

colocar em funcionamento a usina fotovoltaica implantada, o ressarcimento dos prejuízos suportados é medida que se impõe.(TJ-MG - AC: 50267995120228130433, Relator: Des.(a) Maurício Soares, Data de Julgamento: 01/09/2023, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 04/09/2023)

No caso em análise, trata-se de um recurso de apelação interposto por apelantes contra a sentença de ordem n. 46, proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Empresarial e de Fazenda Pública da Comarca de Montes Claros, nos autos da ação de obrigação de fazer ajuizada por em desfavor de Cemig Distribuição S/A. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, para determinar que a ré conclua as obras na rede elétrica que atende a usina fotovoltaica, para que se possa efetuar a ligação e início da produção de energia pelos sistemas de geração próprios da parte autora. Condenou ambas as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixou em 10% sobre o valor da causa para cada, nos termos do artigo 85, § 2º, do CPC. O acórdão deu provimento ao recurso, para reformar em parte a sentença e condenar a Cemig ao pagamento de lucros cessantes aos autores, a serem apurados em liquidação de sentença, com correção pelos índices da Corregedoria de Justiça, desde o efetivo prejuízo, e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação.

O tribunal de justiça do Rio de Janeiro também já possui um julgado a respeito do tema. Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL. PRETENSÃO DE REFATURAMENTO COM BASE NO CRITÉRIO DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA. ALEGAÇÃO AUTURAL DE NÃO COMPENSAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIUNDOS DE SISTEMA ALTERNATIVO DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, QUE CONDENOU A RÉ AO REFATURAMENTO DA CONTA IMPUGNADA E DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS, JULGANDO IMPROCEDENTE O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO DO AUTOR. 1. Cinge-se a controvérsia em analisar se ocorreram danos morais indenizáveis, restando a falha na prestação do serviço e a determinação de refaturamento e de devolução dos valores em dobro preclusos, com força de coisa julgada, na forma do art. 1.013 do CPC. 2. Relação consumerista, seguindo os ditames dos artigos 2º e 3º do CDC, motivo pelo qual a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços é imperiosa, conforme dispõe o art. 14, § 3º, do CDC. 3. Autor/apelante que é cliente da ré/apelada e participante do sistema de compensação de energia (geração distribuída), aduzindo que, para evitar gastos com contas de energia altas e preservar o bem-estar ambiental, optou por possuir pequena usina geradora de energia elétrica a partir de energia solar em seu imóvel, a ser distribuída entre imóveis diferentes, cada qual com seu percentual de recebimento da energia produzida. 4. Valor produzido pela usina e direcionada à unidade da residência do recorrente que não foi compensada na fatura de agosto/2021, recebendo fatura no valor de R\$ 649,81, ensejando

as condenações da concessionária ao refaturamento e à restituição, em dobro, do montante pago a maior. 5. Apelante que não demonstrou que tenha suportado, por conta da falha de serviço, constrangimento ou sofrimento que, por si só, sejam suficientes para interferir em sua integridade física ou psicológica, afetando seus sentimentos íntimos, vindo, assim, a lesionar direito da personalidade. 6. Inocorrência de interrupção no fornecimento de energia elétrica, ou inscrição do nome do apelante nos cadastros restritivos de crédito, suportando danos na esfera patrimonial que estão sendo reparados em dobro, sendo certo que o mero descumprimento contratual e a ausência de solução na seara administrativa não são capazes de justificar a indenização por dano moral. Precedente: 0002883-26.2021.8.19.0212 - APELAÇÃO. Des (a). MÔNICA DE FARIA SARDAS - Julgamento: 11/05/2023 - DECIMA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. 8. Recurso conhecido e desprovido, majorando-se os honorários advocatícios, em desfavor do autor/apelante, para 11% sobre o valor atualizado do pedido de compensação por danos morais, observada a gratuidade. (TJ-RJ - APL: 00089386020218190028 202300139596, Relator: Des(a). MARIANNA FUX, Data de Julgamento: 29/06/2023, DECIMA NONA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA 25ª)

Trata-se de demanda ajuizada pelo autor em face de AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. na qual pleiteia a realização do refaturamento da fatura referente a agosto de 2021, considerando os créditos existente em virtude do sistema de compensação de energia (geração distribuída), gerando-se nova fatura com novo valor, e indenização dos danos morais.

Também pode-se apontar a decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, senão vejamos:

APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INSTALAÇÃO PELO AUTOR DE SISTEMA GERADOR DE ENERGIA SOLAR RESIDENCIAL FOTOVOLTAICO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO. FATURAS MENSIS DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EMITIDAS PELA CONCESSIONÁRIA. VALORES APURADOS SEM O DESCONTO DA QUANTIDADE DE KWH GERADA PELO SISTEMA FOTOVOLTAICO. OBRIGAÇÃO DA EMPRESA RÉ DE FORNECER SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO, EFICIENTE, SEGURO E, RELATIVAMENTE AOS ESSENCIAIS, CONTÍNUO. ART. 22, CAPUT, DO CDC. INCIDÊNCIA DAS RESOLUÇÕES NORMATIVAS NºS 482/2012 E 414/2010, AMBAS DA ANEEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ERRO NO SISTEMA DE MEDIÇÃO. ANULAÇÃO DAS FATURAS ADMINISTRATIVAMENTE. CORREÇÃO DOS VALORES. DEVOLUÇÃO DO MONTANTE PAGO A MAIOR MEDIANTE COMPENSAÇÃO NAS FATURAS SUBSEQUENTES RELATIVAS AO CONSUMO MEDIDO NA UNIDADE CONSUMIDORA DO AUTOR. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO REJEITADO PELA SENTENÇA. ENGANO JUSTIFICÁVEL. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, PARTE FINAL, DO CDC. CUSTO DE ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE MEDIÇÃO CONVENCIONAL PARA O SISTEMA FOTOVOLTAICO GERADOR DE ENERGIA SOLAR. RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO. ART. 8º DA RESOLUÇÃO Nº 482/2012 DA ANEEL. DANOS MORAIS. LEITURA DE

CONSUMO INCORRETA POR POUCOS MESES. MERO DISSABOR. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE. AMBOS SAPELOS DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº70076016393, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em 29/11/2018)

Em todos esses casos apresentados, os tribunais aplicam o Código de Defesa do Consumidor às relações estabelecidas entre a distribuidora e consumidores de energia elétrica, todavia, todas elas tratam de situações nas quais de um lado está uma pessoa física contratando o serviço de geração distribuída. O raciocínio é mesmo para as pessoas jurídicas, uma vez que o art. 2º, do CDC, explicitamente dispõe que a pessoa jurídica também é consumidora.

Desse modo, conforme tem sido entendido pelo Superior Tribunal de Justiça o finalismo mitigado é perfeitamente aplicável às hipóteses de geração distribuída, mesmo que tenhamos de um lado um consórcio, cooperativa, associação civil ou condomínio, já que o critério essencial do finalismo mitigado é vulnerabilidade do consumidor no caso concreto. Essa vulnerabilidade, no caso do consumidor-gerador ou prosumidor é clara, já que de um lado tem-se uma pessoa jurídica e do outro uma concessionária de serviço público. Nesse sentido, Bruno Miragem ensina que:

O reconhecimento ou não da vulnerabilidade passa a servir, então tanto para as situações excepcionais, em que a pessoa jurídica empresária, embora não sendo destinatária final fática e econômica, é classificada como consumidora, quanto para excluir, em circunstâncias excepcionais, a aplicação das normas de proteção ao consumidor quando presentes condições particulares do adquirente ou usuário, que o coloquem em situação de superioridade em relação ao vendedor ou prestador de serviços. O Princípio da vulnerabilidade, nesta linha de entendimento, firma-se como critério principal para determinação do conceito de consumidor e, em consequência, da aplicação das normas do CDC.

Se o princípio da vulnerabilidade passa a ser o fator determinante da aplicação do CDC ao consumidor pessoa jurídica, independente da destinação do produto, conforme últimas decisões do STJ, o consumidor-fornecedor ou prosumidor enquadra-se perfeitamente nesse conceito.

Vários elementos podem estar presentes na definição de vulnerabilidade, por exemplo: a dependência do produto; natureza adesiva do contrato imposto; monopólio da produção; extrema necessidade do bem ou serviço pelas exigências de modernidade da atividade; a diferença econômica entre os contratantes; a ausência de expertise de um deles. É impossível enumerar todas as situações possíveis de ocorrência da vulnerabilidade, pois o rol é meramente exemplificativo.

No caso da geração distribuída existe claramente a dependência do produto, a natureza adesiva do contrato, o monopólio da produção e a diferença econômica entre eles.

Renata Pita e Einar Tribuci afirmam que os consumidores de energia no âmbito da GD possuem vulnerabilidade técnica em face das empresas geradoras, tendo em vista que eles, na qualidade de clientes, desconhecem as particularidades técnicas da operação, muitas vezes atraídos tão somente pelo benefício econômico que poderão auferir com a redução na tarifa de energia elétrica.⁸

Em sentido contrário, o Superior Tribunal de Justiça tem um julgado de 2019:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO DA RECORRIDA COMO CONSUMIDORA FINAL. USO DO BEM NA PRODUÇÃO. AFASTAMENTO DO CDC. DESNECESSIDADE DE APRECIÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA DA CAUSA. RECURSO ADEQUADAMENTE FORMULADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Código de Defesa do Consumidor não se aplica no caso em que o produto ou serviço é contratado para implementação de atividade econômica, já que não estaria configurado o destinatário final da relação de consumo (teoria finalista ou subjetiva). Tem-se mitigado a aplicação dessa teoria quando ficar comprovada a condição de hipossuficiência técnica, jurídica ou econômica da pessoa jurídica, o que também não se verifica na questão em tela. Precedente.

2. A aplicação do CDC decorreu unicamente do fato de ser o bem (energia elétrica) oferecido no mercado de consumo, condição que não atrai a incidência da proteção consumerista à pessoa jurídica, empresa de estirenos. Para tanto, exige-se a demonstração de uso finalista do bem (desvinculado da implementação da atividade econômica) ou hipossuficiência técnica, jurídica ou econômica da pessoa jurídica, requisitos ausentes, como se observa do decisum estadual. Logo, é de rigor o afastamento do entendimento no sentido de haver relação de consumo entre as partes.3. A pretensão da recorrida exarada no recurso especial, além de dispensar a apreciação fático-probatória, foi devidamente formulada, não cabendo falar em aplicação das Súmulas 7/STJ e 283/STF nem ausência de cotejo analítico.4. Agravo interno desprovido.(STJ - AgInt nos EDcl no AREsp 1401381 /SP/AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2018/0304487 Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE Órgão Julgador - T3 - TERCEIRA TURMA- Data do Julgamento - 24/06/2019Data da Publicação/FonteDJe 27/06/2019)

⁸PITA, Renata; TRIBUCI, Einar. Direito do consumidor na geração compartilhada de energia elétrica. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53188148/direito-do-consumidor-na-geracao-compartilhada-de-energia-eletrica> acesso em 21.12.2024.

Apesar dessa decisão contrária do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não há destinação finalista no uso produto, pois a empresa o emprega na sua atividade produtiva, por diversas vezes, o mesmo STJ, entendeu que o fator determinante seria a vulnerabilidade no caso concreto e não a destinação final. O próprio julgado afirma que a mitigação da teoria finalista poderia ser aplicada “quando ficar comprovada a condição de hipossuficiência técnica, jurídica ou econômica da pessoa jurídica.” Ou seja, nessa decisão do STJ o que não ficou comprovado nos autos foi a vulnerabilidade do prosumidor ou consumidor no caso específico, desse modo.

4. Conclusão

Nesse sentido, como o prosumidor ou consumidor-gerador, este último conforme está disposto no marco legal da micro e minigeração distribuída, enquadra-se perfeitamente na aplicação do finalismo mitigado ou aprofundado já que existe uma vulnerabilidade patente entre esses consumidores e as distribuidoras de energia elétrica seja na dependência do produto, na natureza adesiva do contrato, no monopólio da produção ou na diferença econômica entre eles. Em sua grande maioria, todos esses elementos para a caracterização da vulnerabilidade vão estar presentes ao mesmo tempo.

Além disso, conforme afirmado alhures, esses contratos conexos de longa duração que são estabelecidos nessa nova relação complexa da geração distribuída, estabelece uma relação vertical entre dois contratos de longa duração, por conexão, cujas obrigações são criadas e extintas de forma cíclica. “É um fluxo obrigacional decorrente do contrato de consumo (débito), depósito irregular (crédito) e posterior compensação como extinção das obrigações. A relação é duradoura, uma soma de contratos de longa duração, esse protraí no tempo, emergindo a necessidade de confiança entre as partes e dever de cooperação.”⁹

Nesse sentido, Matheus Lincki Bassani conclui também que o prosumidor pode ser enquadrado como consumidor nos termos do art. 2, do CDC, senão vejamos.

⁹BASSANI, Matheus Linck. **A proteção do prosumidor na geração distribuída de energia elétrica**. Porto Alegre, 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, 2019.p. 196. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201138#:~:text=Conclui%2Dse%20pela%20confirma%C3%A7%C3%A3o%20da,com%20a%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20consumidor>. Acesso em 17.12.2024.

Conclui-se pela confirmação da hipótese da tese de que o consumidor, ao gerar eletricidade, ou ao realizar qualquer outra atividade, torna-se prosumidor, ou seja, não se trata de um novo sujeito e não entra em conflito com a noção de consumidor. A dependência entre as relações contratuais é outro fundamento para extensão da proteção do consumidor ao prosumidor devido aos critérios de conexão entre os contratos a longo prazo: consumo (primeira relação contratual) e de depósito ou venda (segunda relação contratual) de eletricidade.¹⁰

Desse modo, por todos os argumentos aqui apresentados entende-se que o finalismo mitigado é perfeitamente aplicável à pessoa jurídica denominada prosumidor ou consumidor-gerador uma vez que as mesmas encontram-se em situação de vulnerabilidade perante as distribuidoras de energia, todavia, assim como tem sido definido na aplicação do finalismo mitigado, essa análise é casuística e excepcional.

Referências bibliográficas

BASSANI, Matheus Linck. **A proteção do prosumidor na geração distribuída de energia elétrica**. Porto Alegre, 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, 2019. p. 196. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201138#:~:text=Conclui%2Dse%20pela%20confirma%C3%A7%C3%A3o%20da,com%20a%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20consumidor>.

Acesso em 17.12.2024.

Geração distribuída de GD: o que é, regras, benefícios e como fazer parte. Disponível em:

<https://www.portalsolar.com.br/geracao-distribuida-de-energia.html> acesso em 13.12.2024.

Mudanças climáticas: como o aquecimento global afeta a vida no Brasil. Disponível em :

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2022/02/mudancas-climaticas-como-o-aquecimento-global-afeta-a-vida-no-brasil> Acesso em. 13.12.2024.

OLIVEIRA, Júlio Moraes. A aplicação do CDC ao Empresário e à sociedade empresária: do maximalismo ao finalismo mitigado. Revista Jurídica LEX, v. 63, p. 111-135, 2013.

¹⁰BASSANI, Matheus Linck. **A proteção do prosumidor na geração distribuída de energia elétrica**. Porto Alegre, 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, 2019. p. 196. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201138#:~:text=Conclui%2Dse%20pela%20confirma%C3%A7%C3%A3o%20da,com%20a%20no%C3%A7%C3%A3o%20de%20consumidor>. Acesso em 17.12.2024.

OLIVEIRA, Júlio Moraes. A Aplicação do CDC ao Empresário e à Sociedade Empresária: do Maximalismo ao Finalismo Mitigado. Doutrinas Jurídicas, v. 1, p. 1, 2013.

OLIVEIRA, Júlio Moraes. A aplicação do CDC ao empresário e à sociedade empresária: do maximalismo ao finalismo mitigado. Seleções Jurídicas. 7ed.São Paulo: AD2 editora, 2013, v. único, p. 18-34

OLIVEIRA, Júlio Moraes. 34 anos de discussão sobre a pessoa jurídica consumidora.

Disponível em: <https://magis.agej.com.br/34-anos-de-discussao-sobre-a-pessoa-juridica-consumidora/> acesso em 18.12.2024.

OLIVEIRA, Júlio Moraes. CONSUMIDOR-EMPRESÁRIO: a defesa do finalismo mitigado. 1. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

OLIVEIRA, Júlio Moraes. O conceito de Consumidor em face do Novo Código Civil e sua interpretação jurisprudencial. Asa-Palavra (Brumadinho), v. 9, p. 109-118, 2008.

OLIVEIRA, Júlio Moraes. 20 anos do Código de Defesa do Consumidor: A evolução do conceito de consumidor. REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO, v. 5, p. 395-411, 2010.

PITA, Renata; TRIBUCI, Einar. Direito do consumidor na geração compartilhada de energia elétrica. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53188148/direito-do-consumidor-na-geracao-compartilhada-de-energia-eletrica> acesso em 21.12.2024.

RIBEIRO, Thiago Bao. Aumento de energia: como está o mercado no Brasil? Disponível em: <https://baoribeiro.com.br/blog/aumento-de-energia-no-brasil/> acesso em 21.12.2024.

TOFFLER, Alvin. The third wave. Bantam Books, 1980.

A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL: FATORES HISTÓRICOS, DIVISÃO DE GÊNERO E PERCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Geraldo Fernandes Fonte Boa¹¹
Rafael de Lara e Silva¹²

RESUMO

O presente artigo analisa a feminização do magistério no Brasil, fenômeno histórico que se intensificou a partir do final do século XIX, concentrando-se na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo é analisar as razões históricas, sociais e políticas que motivaram essa presença majoritária feminina, examinando a inserção das mulheres, a associação da docência aos papéis de cuidado e a influência de políticas públicas. A pesquisa utilizou uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), com análise bibliográfica e formulários aplicados a profissionais em Nova Serrana, Minas Gerais. Os resultados indicam que a inserção feminina foi promovida pela percepção da mulher como mão de obra barata e pela associação cultural da docência com a maternidade, o que historicamente causou o afastamento masculino. Além disso, homens que ingressam na área sofrem preconceitos e estigmas, tendo sua sexualidade e capacidade de cuidado questionadas. Conclui-se que o processo de feminização deve ser transformado para promover a igualdade de oportunidades, quebrar estereótipos de gênero e valorizar a profissão docente.

Palavras-chave: *Feminização do Magistério, Gênero, Educação Básica, Desvalorização da Educação*

ABSTRACT

The present article analyzes the feminization of the teaching profession in Brazil, a historical phenomenon that intensified from the end of the 19th century, concentrating on Early Childhood Education and the Initial Years of Elementary School. The objective is to analyze the historical, social, and political reasons that motivated this majority female presence, examining the insertion of women, the association of teaching with caregiving roles, and the influence of public policies. The research used a mixed-methods approach (quantitative and qualitative), involving bibliographical analysis and questionnaires applied to professionals in Nova Serrana, Minas Gerais. The results indicate that the female insertion was promoted by the perception of women as cheap labor and by the cultural association of teaching with motherhood, which historically caused the withdrawal of men. Furthermore, men who enter the area face prejudice and stigma, having their sexuality and caregiving ability questioned. It is concluded that the process of feminization must be transformed to promote equal opportunities, break gender stereotypes, and value the teaching profession.

Keywords: *Feminization of the Teaching Profession, Gender, Basic Education, Devaluation of Education*

¹¹ Mestre em Educação, Graduado em Filosofia, professor e orientador do Curso de Pedagogia da Faculdade de Nova Serrana.

¹² Graduando em Pedagogia pela Faculdade de Nova Serrana

1. Introdução

A feminização do magistério no Brasil é um fenômeno histórico que se acentuou a partir do final do século XIX, consolidando-se no século XX como um tema crucial para o debate educacional e social. Esse processo levou à notável predominância do sexo feminino no cenário escolar brasileiro, especialmente nas primeiras etapas da Educação Básica.

A disparidade de gênero atual é evidente nos dados estatísticos: em 2024, no universo de 687 mil docentes que atuavam na Educação Infantil, 96,1% eram mulheres, restando 3,9% de homens. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a presença majoritária feminina também é marcante, com 87,2% de professoras e 12,8% de professores. A presença masculina se eleva em níveis educacionais mais avançados, alcançando 35% nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 43,2% no Ensino Médio, mas a predominância feminina persiste no geral (BRASIL, 2025).

Essa configuração exige uma análise aprofundada dos complexos fatores que a moldaram, abrangendo aspectos históricos, sociais e políticos. A questão central desta pesquisa é: quais são os motivos sociais, históricos e políticos que contribuíram para a presença majoritária feminina nas escolas, em especial na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

Nossa hipótese é que a associação cultural do trabalho docente com os papéis sociais de maternidade e cuidado, historicamente atribuídos às mulheres, foi decisiva. Além disso, a expansão da escolarização demandou mais mão de obra, e as mulheres foram incentivadas a ingressar na área por serem vistas como mais adequadas para lidar com crianças e por representarem uma mão de obra mais barata, o que foi fomentado por políticas públicas. Isso, de certa forma, justifica a necessidade de analisar as razões históricas, políticas e sociais que impulsionaram a feminização do magistério na Educação Básica e compreender o processo histórico da entrada das mulheres na docência e o estabelecimento dos arquétipos ideológicos e políticos que construíram a associação entre trabalho docente às características femininas (como afetividade e cuidado).

Na pesquisa utilizou-se uma abordagem metodológica mista, combinando a análise quantitativa da distribuição de docentes por gênero e etapa educacional com métodos qualitativos, incluindo pesquisa bibliográfica e a aplicação de formulários a

professores, monitores e gestores no município de Nova Serrana, Minas Gerais. A pesquisa bibliográfica, apresentada na primeira parte deste artigo, visa a construção histórico do processo de inserção da mulher no magistério, onde se procurou abordar os aspectos de gênero e a política remuneratória, enquanto a análise qualitativa dos formulários possibilitaram identificar os impactos sociais e culturais na construção da carreira docente na atualidade.

2. Desenvolvimento: Fundamentação Teórica e Percorso Histórico

2.1 A Inserção Histórica da Mulher no Magistério

Durante o Brasil Colônia, o campo educacional era majoritariamente masculino (RABELO, 2007). A educação feminina era distinta, focada em ensinamentos práticos como ler, escrever, cozinhar, costurar e aprender a doutrina cristã (VARGAS, 2019, p. 20), visando formar boas mães e donas de casa. Essa lógica instrumentalizava a educação feminina para a formação moral e cívica dos futuros cidadãos, pois "educar as meninas significava educar os homens da nação" (NOGUEIRA; SCHELBAUER, 2007, p. 82).

Um ponto de inflexão ocorreu com a Constituição de 1824, que assegurou "a instrução primária gratuita a todos os cidadãos" (BRASIL, 1824, art. 179, inciso 32). Contudo, o marco decisivo para a inserção das professoras foi a Lei Geral de 1827, que promoveu o surgimento de instituições de ensino destinadas às meninas (NAVARRO, 2022). A presença de professoras se tornou necessária, já que a sociedade da época não tolerava a educação mista, exigindo que mulheres ensinassem meninas e homens ensinassem meninos (SOUZA; GIROTTO, 2019, p. 4).

O desenvolvimento educacional levou à criação das Escolas Normais – instituições para a formação de professores do ensino primário – que surgiram na Província do Rio de Janeiro em 1835 (RIO DE JANEIRO, 1835; TANURI, 2000). Inicialmente, muitas dessas escolas segregavam alunos por gênero, refletindo a crença na inferioridade cognitiva feminina (ALMEIDA, 1998). A criação desses espaços, no entanto, representou a inserção definitiva das mulheres na educação escolarizada, tornando a docência uma das poucas profissões aceitas para elas (ALMEIDA, 1995, p. 685).

2.2 Papéis de Gênero e a Associação do Magistério ao Cuidado

A feminização da docência está intrinsecamente ligada à construção social dos papéis de gênero (PINSKY, 2009). Desde as sociedades primitivas, à mulher era atribuída a domesticação e ao cuidado dos filhos, enquanto o homem exercia funções que requeriam força, como a caça (BORSA; FREIL, 2016, p. 4). Essa perspectiva foi reforçada pela religião, que estabeleceu a maternidade e a vida doméstica como virtudes femininas essenciais (FOLLADOR, 2009, p. 7; VANALI; KOMINEK; BOBER, 2023).

Com o capitalismo, essa divisão se aprofundou: os homens foram designados para a esfera da produção, e as mulheres, para a reprodução, ou seja, o cuidado do lar e dos filhos (ALVES, 2013). Essa hierarquia social, na qual o masculino era considerado superior, resultou em discriminação no mercado de trabalho, relegando as mulheres a trabalhos não qualificados ou a uma "mão-de obra reserva", com baixas remunerações ou até mesmo sem nenhuma remuneração (CARLOTO, 2001, p. 83; SERAFIM, 2019, p. 10).

Nesse contexto, a docência foi associada à feminilidade por ser vista como uma extensão da atividade de educar os filhos, um espaço onde a mulher poderia exercer sua "vocação indispensável" de amorosidade, paciência e sensibilidade sem corromper seu papel do lar (SOUZA; GIROTTO, 2019, p. 6). Essa concepção facilitou a inserção feminina massiva, aproveitando a docência como uma das poucas profissões consideradas dignas a este gênero (NOGUEIRA; SCHELBAUER, 2007).

2.3 Desvalorização e Mão de Obra Barata

Outra razão determinante para a feminização foi a necessidade governamental de expandir o ensino a baixo custo. Para reverter o alto índice de analfabetismo, era preciso criar mais escolas e contratar mais professores (NOGUEIRA; SCHELBAUER, 2007, p. 80).

O governo buscou ampliar a oferta do ensino com o menor custo possível, o que foi alcançado com a contratação de mulheres, que historicamente ganhavam menos que os homens (RABELO; MARTINS, 2017, p. 6171). Assim, a entrada feminina atendia tanto aos interesses sociais (a associação da mulher ao cuidado) quanto aos interesses financeiros do governo.

Enquanto isso, a industrialização e urbanização ofereciam aos homens novas oportunidades de trabalho mais variadas, prestigiadas e melhor remuneradas (HAHNER, 2011, p. 468). Como as mulheres eram excluídas dessas opções, a

docência consolidou-se como uma das poucas alternativas aceitáveis para ingressarem no mercado e conquistarem alguma independência (ALMEIDA, 1998). O afastamento masculino em busca de prestígio social e melhores salários reforçou a feminização.

A desvalorização do magistério, com baixos investimentos e salários (LUCYK; GRAUPMANN, 2017), foi agravada pela predominância feminina. A visão machista de que o trabalho docente era uma "extensão das tarefas de dona de casa" (MAIA, 2020, p. 45) dificultou o reconhecimento da atividade como uma profissão técnica. Outros fatores de desvalorização incluíam a origem social do grupo docente (classe média e baixa), o grande número de profissionais e a qualificação de nível médio para o ensino primário (SACRISTÁN, 1995 *apud* LUCYK; GRAUPMANN, 2017). Para muitas mulheres, a escolha da profissão era uma necessidade indispensável para trabalhar (ALMEIDA, 1998, p. 71), sendo a escola um dos poucos espaços para terem voz, abrindo "uma fresta nos estreitos limites que a ideologia patriarcal lhes impunha" (CHAMON, 2006, p. 9).

2.4 A Divisão da Educação Básica e a Concentração de Gênero

O acesso ao Ensino Superior, que se expandiu a partir da década de 1960 (SAVIANI, 2010; NEVES, 2012, p. 5), também influenciou a distribuição de gênero na docência. Mulheres, em grande parte formadas pelo curso normal, tinham acesso limitado a graduações, geralmente restrito a Ciências Humanas e Letras, enquanto homens buscavam cursos superiores mais valorizados (BARROSO; MELLO, 1975). Essa limitação contribuiu para a feminização do ensino secundário (BRUSCHINI; AMADO, 1988).

A maneira como a Educação Básica foi estruturada no Brasil, por meio de diferentes Leis de Diretrizes e Bases (LDBs), reforçou a segregação de gênero. A LDB de 1961 (BRASIL, 1961) e a de 1971 (BRASIL, 1971) estabeleceram divisões que, quando comparadas à estrutura atual (Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais/Finais, Ensino Médio) pela LDB de 1996 (BRASIL, 1996), mostram que o ensino primário historicamente feminino corresponde aos níveis onde hoje há maior concentração de mulheres (Anos Iniciais e Educação Infantil) (TAMBARA, 1998). Na Educação Infantil, essa associação é ainda mais forte, com a utilização de termos como "tia" ou "mãe", comparando esse nível educacional ao lar (SILVA, 2014).

2.5 O Retorno Masculino e os Estigmas

Os dados recentes dos censos escolares (2021 a 2025) indicam um aumento gradual, ainda que pequeno, no percentual masculino no corpo docente (BRASIL, 2021; BRASIL, 2022; BRASIL, 2023; BRASIL, 2024; BRASIL, 2025). Homens que retornam à profissão frequentemente o fazem por paixão e pela crença no poder de transformação social da educação (RABELO, 2010; GONINI; PETRENAS; MOKWA, 2018, p. 76). Sua presença pode romper estereótipos, mostrando que a competência pedagógica independe do sexo (SILVA, 2014).

3. Uma janela para a realidade atual.

Diante desta construção histórica, voltamos nosso olhar para a realidade de Nova Serrana. Fomos até aos professores que atuam no magistério municipal e mediante entrevistas via formulário, onde se procurou identificar aspectos que nortearam a pesquisa bibliográfica, possibilitou-se abrir uma janela para uma realidade que, de certa forma, normaliza a situação historicamente construída na educação brasileira. A pesquisa de campo em Nova Serrana confirmou a persistência de estereótipos: a maioria dos participantes associa a predominância feminina à tradição, ao papel maternal e às características de afetividade e carinho. Uma das respostas chegou a classificar o papel de cuidado como "fisiológico" e "natural" da mulher.

Notavelmente, o estudo revelou o preconceito e o estigma sofrido pelos homens, especialmente na Educação Infantil e Anos Iniciais. Eles são frequentemente "taxados de afeminados ou homossexuais," com sua sexualidade e capacidade de cuidado postas em dúvida. Relatos indicam que eles são vigiados e, em algumas instituições, proibidos de realizar cuidados íntimos, como trocar fraldas.

Professores e gestores entrevistados concordaram que a desvalorização salarial e social da profissão pode estar historicamente ligada ao machismo e à visão de que trabalhos majoritariamente femininos são "menores". Contudo, a visão contemporânea aponta que a desvalorização hoje está mais ligada à falta de investimento público e ao desinteresse da sociedade pela educação, e não apenas ao gênero.

3. Conclusão

A análise das raízes históricas, sociais e políticas que estabeleceram a feminização do magistério no Brasil, se deu a partir da perspectiva e concentração de atuação dentro da Educação Fundamental nos Anos Iniciais e na Educação Infantil.

A inserção da mulher na docência, impulsionada a partir de 1827, foi facilitada pela associação cultural do ensino com as funções de maternidade e cuidado. Esse processo foi reforçado pelo interesse político-econômico em contratar mulheres, consideradas mão de obra mais barata, para expandir o ensino primário, o que levou ao afastamento dos homens em busca de carreiras mais valorizadas.

Os resultados da pesquisa em Nova Serrana/MG indicaram que os estereótipos de gênero persistem, e que o trabalho docente, especialmente com crianças pequenas, ainda é frequentemente comparado às funções maternas. Em consequência, os homens que optam por essa área sofrem estigmas, tendo sua identidade e competência de cuidado questionadas.

A feminização do magistério está intimamente ligada à desvalorização crônica da área educacional no Brasil, que se manifesta em baixos salários e pouco prestígio social, especialmente nas etapas com maior presença feminina.

Conclui-se que o fenômeno da feminização do magistério deve ser transformado, e não simplesmente combatido. Essa transformação é fundamental para:

1. Garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na docência.
2. Combater estereótipos de gênero, reconhecendo que a competência pedagógica transcende o sexo.
3. Valorizar a profissão docente por meio de salários atrativos, planos de carreira e políticas educacionais estáveis, incentivando a diversidade e a representatividade em todas as etapas de ensino.

A percepção de que o aumento da participação masculina pode ajudar a transformar a imagem social do magistério reforça a necessidade de um ambiente escolar mais equilibrado e inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): Revendo uma Trajetória. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 76, n. 184, 1 jun. 1995. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1184/923>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271–289, maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/8nTGWjJrv7MsqfCmLvZhvVL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 3 maio 2025.

BARROSO, Carmen; MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, p. 47–77, 1975. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n15/n15a05.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

BORSA, Juliane Callegaro; FREIL, Cristiane Friedrich. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **Revista Científica Semana Acadêmica**, [S.l.], p. 1-8, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Cristiane-Feil/publication/303208368_O_PAPEL_DA_MULHER_NO_CONTEXTO_FAMILIAR_UMA_BREVE_REFLEXAO/links/5738f27308ae9f741b2bde8f/O-PAPEL-DA-MULHER-NO-CONTEXTO-FAMILIAR-UMA-BREVE-REFLEXAO.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-357851-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357027-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Brasília, Inep, 2025. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 4–13, fev. 1988. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n64/n64a01.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201–213, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf#page=83>. Acesso em: 3 maio 2025.

CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos. In: VI SEMINÁRIO DA REDE ESTRADO – Regulação Educacional e Trabalho Docente, 2006, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Disponível em: <http://estrado.fae.ufmg.br/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista Fato & Versões**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 3-16, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31446858/REVISTA_FATOS_E_VERSOES_-_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025.

GONINI, Fátima Aparecida Coelho; PETRENAS, Rita de Cássia; MOKWA, Valéria Marta Nonato Fernandes. Será que eles voltaram para ficar? Homens na docência dos anos iniciais de escolarização. **Revista Diversidade e Educação**, v. 6, n. 2, p. 71–80, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8454/5782>. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v6i2.8454>. Acesso em: 21 abr. 2025.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 467–474, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JMnCZPDYwLMHfDMD94HfWYc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 abr. 2025.

LUCYK, Viviana Patricia Kozlowski; GRAUPMANN, Edilene Hatschbach. Desvalorização do trabalho docente brasileiro: uma reflexão de seus aspectos históricos. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 7, n. 20, p. 11-27, 2017. Disponível em: <https://www.perspectivasonline.com.br/humanas_sociaseaplicadas/article/view/1145/946>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MAIA, Helenice. Ser Professora: feminização e desvalorização do magistério. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [S. l.], v. 6, n. 12, 2020. Disponível em: <<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/7777>>. Acesso em: 27 abr. 2025.

NAVARRO, Raylane. A educação das mulheres no Brasil: sobre o capítulo dos acessos à escolarização. In: GAZOLA, Kênia Cássia Pinto et al. (org.). **Educação e nação no bicentenário da independência**. Belo Horizonte: UFMG, 2022. p. 99–112. Disponível em: <https://livrosabertos.fae.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/04/E-Bool-Educacao-e-Nacao-no-Bicentenario-Final.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Ensino superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Trabalho apresentado no XXX Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), São Francisco, 23–26 maio 2012. Disponível em: <<https://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1114.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2025.

NOGUEIRA, Juliana Keller; SCHELBAUER, Analete Regina. FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL: O QUE RELATAM OS PARECERES DO PRIMEIRO CONGRESSO DA INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO. 2007. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5003/art07_27.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159–189, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v17n01/v17n01a09.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

RABELO, Amanda Oliveira. “Eu gosto de ser professor e gosto de crianças” – A escolha profissional dos homens pela docência na escola primária. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 15, p. 163–173, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262586699>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RABELO, Amanda Oliveira. Mulher e docência: historicizando a feminização do magistério. **Revista do Mestrado de História** (Universidade Severino Sombra), Vassouras, n. 9, p. 43–60, 2007. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=qKINckAAAAAJ&citation_for_view=qKINckAAAAAJ:9yKSN-GCB0IC>. Acesso em: 22 abr. 2025.

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, António Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. [S. l.], 2017. Trabalho apresentado no âmbito do Doutoramento em Educação – Universidade de Aveiro, Portugal. p. 6167–6176. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Amanda-Rabelo-3/publication/266244820_A_MULHER_NO_MAGISTERIO_BRASILEIRO_UM_HISTORICO SOBRE_A_FEMINIZACAO_DO_MAGISTERIO/links/5a20254c458515341c839373/A-MULHER-

NO-MAGISTERIO-BRASILEIRO-UM-HISTORICO-SOBRE-A-FEMINIZACAO-DO-MAGISTERIO.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

RIO DE JANEIRO (Província). Ato nº 10, de 10 de abril de 1835. **Cria uma Escola Normal na província do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99970/1835_10_abril_Ato_n%c2%ba10_Cria_Escola_Normal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/14035/8876>. Acesso em: 4 maio 2025.

SERAFIM, Giovanna De Camillis Bignami. **Desigualdade salarial entre gêneros no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Insper, 2019. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/bitstreams/aa5f5583-1204-4cd9-b7e3-4d4131e8cccc/download>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SILVA, Wagner Gonçalves da. **Feminização do magistério: uma questão de relações de gênero**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22494>. Acesso em: 3 maio 2025.

SOUZA, Sauloerber Tarsio de; GIROTTO, Kênia Marcia Rodovalho. Feminização do magistério e os impactos na vida de professores nos ensinos infantil e fundamental (Pontal Mineiro). **Revista Profissão Docente**, v. 19, n. 41, p. 1–20, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/download/1291/1432/4679>. Acesso em: 11 abr. 2025.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. **História da Educação**, Pelotas: ASPHE / FaE / UFPel, n. 3, p. 35–58, abr. 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30720/pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61–75, mai./ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2025.

VANALI, Ana Cristina; KOMINEK, Andrea Maila Voss; BOBER, Vanessa. A mulher na sociedade contemporânea: múltiplas funções e identidade feminina. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 276–288, jan./jul. 2023. DOI: 10.3895/cgt.v16n47.14526. Disponível em: <<https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/view/14526/9700>>. Acesso em: 26 abr. 2025.

VARGAS, Juliana Ribeiro de. MAIS EDUCADAS DO QUE INSTRUÍDAS: Recortes sobre a escolarização feminina. **Diversidade e Educação**, v. 6, n. 2, p. 18–25, 7 fev. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/8676>. Acesso em 5 abr. 2025.

A LIBERDADE SOB LITÍGIO

Bruna Santos¹³

Geraldo Fernandes Fonte Boa¹⁴

Hannah Sophia Santos Fonte Boa Vilaça¹⁵

Resumo:

Este artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa documental e bibliográfica em andamento, focada na análise de processos jurídicos de liberdade impetrados por indivíduos escravizados no Termo da Cidade do Pará (Comarca de Pitangui e Sete Lagoas) em meados do século XIX. A investigação utiliza o Acervo do Museu de Pará de Minas (MUSPAM), uma fonte documental original e vital que abrange um significativo alcance regional. O objetivo é demonstrar como as leis abolicionistas foram aplicadas na região e identificar o protagonismo dos escravizados na busca por sua alforria, utilizando classificações processuais como “Ação de Liberdade” e “Auto de Depósito”. Para tanto, confronta-se a teoria jurídica (conceitos de “posse e propriedade”, “identidade” e “princípio da legalidade”) com três estudos de caso concretos. Os resultados evidenciam a instrumentalização das ferramentas jurídicas pelos escravizados para desafiar o direito formal de propriedade e reorientar seus destinos, agilizando e garantindo sua liberdade.

Palavras-chaves: Ação de liberdade, escravidão, propriedade, liberdade.

Abstract:

This article presents the preliminary results of an ongoing documentary and bibliographic research, focused on the analysis of legal processes for freedom filed by enslaved individuals in the Termo of the City of Pará (Judicial District of Pitangui and Sete Lagoas) in the mid-nineteenth century. The investigation utilizes the Collection of the Museum of Pará de Minas (MUSPAM), an original and vital documentary source that encompasses a significant regional scope. The objective is to demonstrate how abolitionist laws were applied in the region and to identify the leading role of the enslaved in the search for their manumission, using procedural classifications such as "Action for Freedom" and "Writ of Deposit." To this end, legal theory (concepts of "possession and property," "identity," and "principle of legality") is confronted with three concrete case studies. The results evidence the instrumentalization of legal tools by the enslaved to challenge the formal right to property and reorient their destinies, expediting and ensuring their freedom.

Keywords: Action for freedom, slavery, property, freedom.

¹³ Advogada. Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho, Presidente da Comissão da Igualdade Racial da OAB de Nova Serrana e Segunda Secretária adjunta da Comissão de Direito do Trabalho e Sindical da OAB de Nova Serrana.

¹⁴ Mestre em Educação, Professor da Faculdade de Nova Serrana.

¹⁵ Graduanda do Curso de Direito.

1 Introdução:

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de pesquisa em andamento em processos jurídicos de liberdade de escravizados de meados dos séculos XIX no termo da Cidade do Pará (hoje cidade de Pará de Minas), da comarca de Pitangui e Sete Lagoas. A pesquisa surgiu a partir do conhecimento da documentação disponível no Museu de Pará de Minas - MUSPAM que apresentava documentos referentes a “Ações de Liberdade” de escravizados no final do século XIX. Foi a partir do debate sobre o significado da Lei Áurea para o movimento negro que se percebeu a necessidade de compreender como as chamadas leis abolicionistas foram utilizadas na região da antiga comarca de Pitangui.

A partir daí recorreu-se ao MUSPAM visando identificar a documentação existente, levantar os dados de como as leis geradas no Brasil a partir de 1850 foram utilizadas na região. E se seria possível identificar o protagonismo de indivíduos escravizados em sua busca por liberdade. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental e uma pesquisa bibliográfica, pois foi preciso confrontar os resultados encontrados com a pesquisa historiográfica deste período em outras regiões do Estado (Comarca do Rio da Mortes, Comarca de Ouro Preto, e Comarca do Sabará), bem como do Brasil.

Os resultados então obtidos nesta primeira fase da pesquisa realizada estão assim estruturados neste artigo. No primeiro capítulo, apresenta-se a organização do Acervo do MUSPAM, no segundo capítulo realiza-se a definição conceitual jurídica, encontrada nos documentos analisados. E por fim apresenta-se três casos específicos onde estes conceitos são utilizados em sua análise. Esta pesquisa ainda está em curso e, portanto, este relatório é introdutório e tem a finalidade de sistematizar novas pesquisas e outros resultados.

2 O Acervo do Museu de Pará de Minas - MUSPAM

O Acervo do MUSPAM tem, de forma organizada, indexada e catalogada, mais de quatro mil (4.000) Documentos Judiciais que abarca toda a região da antiga comarca centrado no termo da Cidade do Pará, hoje, Pará de Minas. A documentação tem um alcance regional e documental muito maior, isso porquê, quando nos referimos ao Termo da Cidade do Pará, estamos abrangendo muito mais que a atual área geográfica da cidade de Pará de Minas de hoje. A região abrange os atuais

territórios de Mateus Leme, Itaguara, Itatiaiuçu, Carmo do Cajuru, Itaúna, Igaratinga e até mesmo a Onça do Pitangui. Todas estas cidades pertenciam ao Termo da Cidade do Pará.

Um outro aspecto importante refere-se à organização documental. Trata-se de um acervo documental organizados em dois fundos: Fundo do Cartório de Arnould Marinho (FCAM), com um mil e oitocentos (1.800) documentos e o Fundo Fórum Pedro Nestor (FFPN) de Pará de Minas, com dois mil e trezentos (2.300) documentos. O FCAM abrange o período de 1835-1962, enquanto que o FFPN abrange o período de 1840 a 1987. Cada documento possui uma codificação própria que identifica o fundo a pertence, a classe do documento (gerada pela informação dado pelo próprio escrivão), o número do processo, o número da caixa e número do documento dentro da caixa, de modo que fica muito fácil tanto a sua localização, quanto a operacionalização da pesquisa.

Se considerarmos o número de documentos presentes nesses fundos, podemos afirmar que trata-se de fundo pequeno, que talvez abrange 10%, ou talvez nem isso, do número de processos judiciais do período para a região. No entanto, como os documentos cartoriais nesta região nem sempre estão organizados e por isso não são disponíveis para a pesquisa, este pequeno acervo se agiganta e torna-se muito importante para a realização de pesquisa em documentos originais para a região.

Quanto à classificação desses documentos são mais de 400 classificações que vão desde Apelações, Ações de Crime, Libelos cíveis, divisão de terras, inventários e tantos outros. Todas estas classificações foram dadas pelos próprios escrivães. No caso desta pesquisa nos detivemos em Ação de Liberdade, Ações Sumárias de Liberdade, Autos de depósito, Auto de Liberdade, confrontando com alguns Inventários.

3 Conceitos norteadores da análise

Para que possamos compreender o enredo histórico dos casos de ações de liberdade, faz-se necessário compreender alguns princípios norteadores dos processos jurídicos. Esses princípios foram criados e consolidados em diferentes momentos. Para a análise dos casos estudados nesta pesquisa está o princípio de “posse e propriedade”

3.1 Posse e Propriedade

No direito civil brasileiro, posse e propriedade são conceitos diferentes, mas muito conectados. Tartuce (2019) define posse como "o controle que uma pessoa exerce sobre algo", enquanto Villaça (2018) chama propriedade de "o estado em que algo pertence exclusivamente a uma pessoa, e está sob seu poder e disposição". O direito de propriedade, portanto, pode ser entendido como o poder que a pessoa tem sobre um bem, seguindo sua vontade.

Considerando o processo de ação de liberdade impetrado pela escravizada Margarida, a tensão judicial veio da contradição entre a posse dela sob sua liberdade, visto que, segundo ela, "vivia de forma pacífica e contínua por cinco anos". Esta posse de sua liberdade se tensionaliza com o direito de propriedade formal exercido pelo seu senhor.

Savigny (apud Tartuce, 2019) acredita que a posse, mesmo sendo fática, pode ter efeitos legais se for pública e contínua; enquanto Rudolf Von Ihering(1818-1892) destaca que a posse é protetora, ajudando a manter a paz social(Tartuce, 2019).

Com isso, a ação de liberdade feita por Margarida pode ser vista sob a lente da "eficácia jurídica da posse contrária ao título¹⁶ de propriedade" (Pontes de Miranda, 1970), onde a permanência incontestada na posse pôde atenuar a força do título de propriedade.

Mesmo que a liberdade tenha sido concedida de forma voluntária (alforria), o caso mostra que a posse prolongada e pacífica pode ser um argumento jurídico para desafiar a titularidade formal sobre a pessoa escravizada.

3.2 Identidade e Princípio do "Favor Libertatis"

Já no caso aqui estudado sobre a ação movida por Romualdo, o ponto principal é comprovar a identidade da pessoa, algo essencial para o exercício de direito. Fredie

¹⁶ A leitura pela ótica da **posse (e não propriedade)**, justifica-se porque a ação de liberdade não visava atacar o título de propriedade como nulo, mas sim reconhecer que a realidade vivida (posse de liberdade) deveria ter efeitos jurídicos. A alforria concedida pelo senhor, em vez de uma sentença reconhecendo a liberdade, mostra que o título formal de propriedade continuava válido — ele a libertou porque podia dispor da "coisa"

Didier Jr. (2018)¹⁷ explica que a identidade é uma condição básica para alguém ter legitimidade para reclamar seus direitos, e sua comprovação é uma obrigação em termos de prova (*onus probandi*).

A confirmação de que Romualdo era a mesma pessoa contada em uma certidão de batismo permitiu a aplicação do princípio do "*favor libertatis*", que vem do direito romano e incorporou parte da tradição jurídica ocidental.

O caso também mostra como funciona o princípio da sucessão legal no tempo (*novatio legis*), como discutido por Maria Helena Diniz (2015). Esse princípio diz que uma nova lei, especialmente se mais benéfica e de interesse público, pode ter efeitos imediatos sobre situações jurídicas vigentes, suprimindo o que a lei anterior previa. Nesse ponto, a Lei Áurea (Lei nº 3.353/1888) não só mudou, mas também eliminou a necessidade de cumprir obrigações deixadas pela Lei dos Sexagenários, dando fim definitivo a qualquer ligação servil ¹⁸.

3.3 Cativo ilegal e Princípio da Legalidade

Já para o caso da escravizada Constança deve ser analisado sob o princípio da legalidade, entendido no sentido civilista, que diz que propriedade e posse só podem existir se baseadas em um título válido.

Nesse caso, a ação judicial foi necessária para restabelecer o equilíbrio jurídico, pois a propriedade sobre Constança não existia desde a emissão da carta de liberdade.

¹⁷ Ressalta-se que Didier Jr. trata de temas fundamentais como legitimidade ativa (legitimidade ad causam) como condição para propor ação, abordando conceitos reconhecidos em doutrina processual civil. Por exemplo, há discussões sobre legitimidade extraordinária, legitimidade ativa e capacidade de estar em juízo, mas não especificadamente a identidade em si.

¹⁸ A Lei Áurea (Lei nº 3.353/1888) promoveu a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil, revogando todas as disposições contrárias e eliminando quaisquer restrições residuais impostas por legislações anteriores. Dessa forma, os ônus previstos na Lei dos Sexagenários (Lei nº 3.270/1885), como a exigência de prestação de serviços gratuitos por período adicional, perderam eficácia de pleno direito, suprimindo definitivamente qualquer resquício de vínculo servil. Contudo, sabemos que isso são TESES, pois na prática, a realidade era bem diferente.

Mantê-la em cativeiro, mesmo após o reconhecimento formal da liberdade, é o que Tartuce (2019) chama de "posse injusta", algo incompatível com qualquer sistema jurídico justo.

Para o direito civil da época, isso era uma falta de título de propriedade, ou seja, de fundamento jurídico para manter alguém como escrava. Caio Mário da Silva Pereira reforça essa ideia, incluindo na categoria de "posse injusta" qualquer forma de exercer controle sobre uma coisa ou pessoa sem o título legal. No caso de Constança, a ação judicial não apenas certificou a irregularidade, mas também reafirmou a superioridade do título formal da alforria, mostrando que, mesmo dentro da escravidão, existiam limites para a propriedade e que a liberdade concedida por um ato formal não poderia ser ignorada.

4 Estudos de Caso

Como foi dito anteriormente, o foco desta pesquisa se delimitou em processos em que a liberdade de escravizados estavam em litígio. Assim deparou-se com processos classificados como “Ação Sumária de Liberdade”, “Autos de Liberdade”, “Auto de Depósito” e “Ação de Liberdade”. Em alguns momentos confrontamos os dados desses processos com os Inventários, quando disponíveis, bem como as listas de registros, os livros de batismos das Paróquias e das Capelas da Região, bem como os livros de sepultamentos, também disponíveis no Acervo do MUSPAM.

E norteados pelos princípios jurídicos apresentados no capítulo anterior, realiza-se, dentro das possibilidades, as análises dos processos encontrados. Apresenta-se abaixo o estudo preliminar de três casos, de ações de liberdade onde se pode realizar esta análise.

4.1 O Caso Margarida: exemplo da tensão entre “posse” e “propriedade”:

O documento analisado é um Auto de Ação de Liberdade¹⁹ movido por uma mulher escravizada de nome Margarida. O Auto de Ação de liberdade não chega a uma decisão final proferida pelo Juiz. Ele se encerra antes, por um intercurso ocorrido no processo. No caso de Margarida, este intercurso foi fruto da Carta de Alforria

¹⁹ FCAM-AUALIB-XX-14(07-DIV) - este é o documento assim indexado pelo MUSPAM e trata-se, portanto, de um documento do Fundo do Cartório Arnould Marinho (FCAM), é um Auto de Ação de Liberdade (AUALIB), sem número de identificação (XX) e é o documento de número 14 (14) dentro da caixa 07 diversos ((07-DIV)). Observação: Todos os documentos são assim identificados.

registrada em cartório, feita pelo réo (terminologia própria do século XIX), senhor de Margarida. Desta forma o processo se encerra antes mesmo da primeira audiência com o Juiz. E nesse sentido, é um processo formal e muito rápido.

Mas vejamos a estrutura deste processo:

- a) Petição Inicial: aqui já traz os elementos básicos que fundamentam a abertura do processo. Margarida alega que já tem posse de sua liberdade, ou seja, reconhece que ela é propriedade de seus senhores, Francisco Nunes da Costa Sobrinho e D. Maria Francisca de Oliveira, moradores no Distrito de Santa Anna de São João Acima, mas que há mais de cinco anos vive apartada da casa de seus senhores, em distrito separado, no caso Carmo do Cajuru. E que vive neste distrito de forma "mansa e pacificamente como fôrra". Isso significa claramente que ela, Margarida tem a posse de sua liberdade, e assim o declara e torna público em Cajuru e arredores.
- b) que a ação de liberdade intentada por Margarida, por ouvir dizer que seus senhores pretendem vendê-la, e teme, pela troca de propriedade, perder a posse de sua liberdade, e por isso pede ao juiz municipal da comarca - que é a Cidade do Pará, que possa defender-se desta injustiça.
- c) por fim pede que o juiz nomeie um Curador e um depositário durante o litígio, temendo assim a reação de seus senhores, pedindo inclusive que notifique a seus senhores para apresentarem suas alegações.

Aqui está a estrutura inicial formal de toda e qualquer ação judicial do período. Uma petição onde "Autor", no caso de pessoa escravizada, faça suas alegações iniciais e solicita a nomeação de uma Curador. O Curador será o representante legal, visto que o escravizado não tem este direito. E o depositário seria um protetor, evitando a exposição do escravizado aos mandos e desmandos de seus senhores.

Esta petição inicial de Margarida ocorreu em 27 de abril de 1877. Já acolhida pelo Juiz no mesmo dia, com a nomeação imediata do depositário e do Curador. Na acolhida, o juiz já determina que os réos (sic) compareça em audiência, agendada para 05 de maio daquele ano, ou seja, um prazo curto de apenas oito(08) dias.

Nesta audiência do dia 05 de maio, Margarida deveria apresentar as provas de que vivia em posse de sua liberdade, e o seus senhores também deveria apresentar

as motivações pelas quais Margarida vivia apartada da propriedade de seus senhores. E aqui vem a surpresa. O Senhor de Margarida, Francisco Nunes da Costa, notificado em 1º de Maio, comparece em cartório, na cidade do Pará e registra uma Carta de Alforria, onde diz que "*de... livre e espontania(sic) vontade, e sem constrangimento de pessoa alguma*", e que ela ficaria "*de hoje para sempre*" livre, "*como se fora de ventre livre*" e sem que ninguém pudesse chamá-la novamente à escravidão.

Com isso o Curador de Margarida, José da Costa Guimarães Sobrinho, pede que a Carta de Alforria fosse juntada aos autos para que a liberdade de Margarida fosse homologada pelo Juiz, buscando o "perpétuo silêncio" sobre o que fora processado. E então o processo se encerra ali. Não havendo audiências, nem mesmo contestação.

Este Auto de Liberdade ou se preferir ação de Margarida é um exemplo claro da tensão entre o direito de propriedade (do senhor sobre o escravo) e a posse de fato da liberdade (do escravo que vivia como liberto).

Fica evidente que a posse, em sua essência, está na própria alegação inicial de Margarida, como vimos acima, visto que Margarida residia na sua condição de ter vivido "*mansa e pacificamente como fôrra*" por cinco anos, separada da casa de seus senhores. Ela não estava argumentando que *nunca fora escrava* ou que *fora alforriada formalmente antes*, mas sim que a sua experiência de vida como pessoa livre, ainda que de fato e não de direito, lhe conferia o direito à formalização dessa liberdade. Desta forma o argumento da posse da liberdade era um caminho legal reconhecido na época, onde a permanência de um escravo fora do controle de seu senhor por um período prolongado, e a vivência pública como livre, podia ser usada para justificar uma ação de liberdade. A ideia subjacente é que o abandono ou a inação do senhor em reaver o escravo por tempo considerável poderia, em certas circunstâncias, levar à presunção ou aquisição da liberdade.

Por outro lado, Francisco Nunes da Costa Sobrinho era, legalmente, o proprietário da Margarida. Ele possuía os documentos de matrícula que a identificava como sua escrava. Seu direito de propriedade era amparado pela legislação escravista vigente. Desta forma, quando Margarida propõe a Ação de Liberdade, ela está, em última instância, contestando o direito de propriedade de Francisco sobre ela, baseando-se em sua situação de fato.

Como há uma aparente tensão entre a posse e a propriedade utiliza-se o rito processual visando obrigar ao proprietário que se manifeste publicamente e foi o que fez Francisco Nunes da Costa Sobrinho. Ele poderia ter contestado a alegação de Margarida, negando o abandono ou provando que tentara reavê-la, ou que ela não vivia publicamente como livre. Isso transformaria o processo em uma disputa legal completa sobre os fatos alegados. No entanto, em vez de enfrentar o mérito da questão da posse da liberdade em um julgamento, Francisco (o proprietário) optou por exercer seu próprio direito de propriedade para conceder a alforria. E ao fazer isso, ele pôde fazê-lo *"de minha livre e espontania(sic) vontade, e sem constrangimento de pessoa alguma"*, evitando uma possível decisão judicial que pudesse, indiretamente, validar a tese da posse da liberdade como um meio de aquisição da liberdade contra a vontade do senhor. A homologação da liberdade pelo juiz, a pedido do curador de Margarida, estabelece um *"perpétuo silêncio"* sobre o caso, garantindo que a liberdade de Margarida não seja contestada futuramente com base no histórico do litígio.

É importante notar que, embora Margarida tenha iniciado o processo com uma alegação de posse de liberdade, ela a obteve por meio de um ato formal de **alforria voluntária** por parte de seu senhor, o que juridicamente reforçava o direito de propriedade do senhor sobre o escravo e o poder de dispor dele. A ação judicial, contudo, foi o catalisador que levou o proprietário a tomar essa decisão.

Neste sentido, a ideia de "propriedade" sem mantêm incólume, não obstante, demonstra que as Ações de Liberdade serviam como uma arena onde a realidade vivida (a posse da liberdade) podia desafiar o direito formal (a propriedade). Embora Margarida não tenha obtido sua liberdade por uma decisão judicial que reconhecesse sua posse como um direito absoluto, a pressão exercida pelo processo e a iminência de uma justificação a levou à liberdade por meio da alforria concedida pelo senhor.

4.2 O caso do escravo Romualdo

A história de Romualdo é uma narrativa de persistência e busca por liberdade em um momento crucial da história brasileira, poucos meses antes da abolição completa da escravidão. O processo judicial detalha sua jornada através de diversas etapas legais para reivindicar sua liberdade. É a jornada de um homem preto, escravizado na Cidade do Pará, que começou em 1826, ano de seu nascimento e

culminou no ano de 1888. Aos sessenta e dois anos, Romualdo ainda vivia, segundo ele, sob o "injusto cativo" dos herdeiros da finada D. Maria Carolina Álvares da Silva.

Decidido a mudar seu destino, ele deu o primeiro e corajoso passo legal. Em 21 de fevereiro de 1888, na Cidade do Pará, Romualdo, com o auxílio de Theophilo José Marinho e João José de Oliveira Junior, apresentou uma petição ao Dr. Juiz Municipal, Cavalcante de Albuquerque. Sua solicitação era clara: a nomeação de um "depositário" para sua pessoa e de um "curador" para defender seus direitos, a fim de iniciar uma ação pela sua liberdade. O juiz respondeu prontamente, nomeando Antonio(sic) de Almeida Vasconcellos como depositário e o solicitador José da Costa Guimarães Sobrinho como curador, concedendo um prazo de 15 dias para o início da ação. No dia seguinte, 22 de fevereiro, Romualdo foi formalmente depositado com Antonio de Almeida Vasconcellos, e seu curador, José da Costa Guimarães Sobrinho, prestou juramento para servir fielmente e defender os interesses de Romualdo.

Para fundamentar seu pedido, Romualdo apresentou um documento essencial: sua certidão de batismo, emitida em 13 de fevereiro de 1888. Esta certidão atestava que ele havia sido batizado em 5 de março de 1826, na Capella da Senhora da Piedade do Patafufo, filho natural de Joanna Criolla, escrava de Antônio José de Paiva. Isso indicava que ele tinha entre sessenta e dois ou sessenta e três anos. Essa idade era fundamental, pois, sob a Lei nº 3270 de 28 de setembro de 1885 (Lei dos Sexagenários), pessoas com mais de 60 anos não deveriam ser matriculadas como escravas.

No entanto, Romualdo continuava em cativo porque sua ex-senhora o havia matriculado como escravo. Para provar essa discrepância, o curador de Romualdo solicitou sua certidão de matrícula de escravo. O documento, emitido em 29 de fevereiro de 1888, revelou que Romualdo havia sido registrado com 45 anos, uma idade significativamente diferente da que sua certidão de batismo indicava.

Com a documentação reunida, o curador José da Costa Guimarães Sobrinho, em 9 de março de 1888, iniciou formalmente a "ação sumária de liberdade" em nome de Romualdo. O objetivo era citar Antônio Álvares da Silva, o inventariante dos bens da ex-senhora de Romualdo, para que ele respondesse à ação. Além disso, o curador solicitou que testemunhas fossem intimadas para provar a identidade de Romualdo

na audiência. Um alvará de vênia (permissão judicial) para a citação foi concedido em 15 de março daquele ano.

Apesar da urgência da questão, a audiência inicialmente marcada para 15 de março foi adiada. Os oficiais de justiça estavam "ocupados" não podendo realizar as citações necessárias. Uma nova audiência foi marcada para 22 de março.

Em 22 de março, na audiência pública realizada na Casa da Câmara Municipal do Pará, o curador de Romualdo confirmou que o inventariante Antônio Álvares da Silva havia sido citado. Como Antônio Álvares da Silva não compareceu, o Juiz declarou sua "revelia", permitindo que o processo prosseguisse com a inquirição das testemunhas.

A primeira testemunha foi João Ferreira de Oliveira, de 77 anos, fiscal da Câmara Municipal, testemunhou que conhecia Romualdo desde sua infância, quando ele pertencia a seu primeiro senhor, Antônio José de Paiva. Ele traçou a linha de propriedade de Romualdo, confirmando que ele passou por herança para a filha de Paiva e depois foi vendido ao Coronel José Luiz Álvares da Silva. João Ferreira de Oliveira confirmou que Romualdo buscando a liberdade era o mesmo da certidão de batismo. Na mesma linha foi o depoimento da segunda testemunha, o de Francisco Esteves Rodrigues, de 71 anos, ourives, também confirmou a identidade de Romualdo e sua trajetória como escravo, corroborando as informações sobre seus antigos proprietários e a autenticidade da pessoa em questão com o documento de batismo.

Após ouvir os testemunhos, os autos foram concluídos e remetidos a diferentes instâncias judiciais, chegando, por fim, ao Dr. Alexandre José da Costa Valente, que atuava como Juiz Municipal e Suplente de Direito da Comarca.

Em 10 de abril de 1888, em Sete Lagoas, a sentença foi proferida: o Dr. Alexandre José da Costa Valente julgou a ação de Romualdo "procedente" (favorável) contra os réus. Romualdo foi considerado liberto, embora inicialmente sujeito aos "ônus do §10 do art. 3º da lei de 28 de setembro de 1885". Estes ônus, parte da Lei dos Sexagenários, frequentemente exigiam que o recém-liberto prestasse serviços por um período aos seus ex-senhores. As custas do processo seriam pagas pelos réus. Em 22 de abril, o Juiz Municipal Cavalcanti de Albuquerque ordenou o "Cumpra-se" da sentença no Pará.

No entanto, a história de Romualdo teve um desfecho ainda mais significativo. Em 20 de maio de 1888, o escrivão Moysés da Costa Guimarães certificou que, com a Lei de 13 de Maio do mesmo ano, que declarou "extinta a escravidão no Brasil", o "presente depósito" (de Romualdo) havia ficado "sem efeito". Isso significava que qualquer obrigação residual da Lei dos Sexagenários foi superada pela abolição total da escravidão, garantindo a Romualdo a plena e incondicional liberdade, sem qualquer ônus ou serviço imposto. A luta judicial de Romualdo, embora vitoriosa por si só, foi gloriosamente concluída pelo advento da Lei Áurea, marcando o fim de seu cativo para sempre.

4.3 O caso da escrava Constança

O caso da escravizada Constança é composto por dois processos. O primeiro processo²⁰ tem seu termo de abertura em 09 de novembro de 1886, em que ela pede a sua liberdade. Na ocasião, o seu curador Joaquim Peregrino Varela solicita a verificação de sua matrícula em Pitangui e descobre que ela, Constança, não pertencia ao Francisco Alves da Cunha, mas a única matrícula existente no município de Pitangui datava de 1872 e que sua senhora era D. Barbara Flauzina de Jesus, e que, portanto, não caberia continuar a ação de liberdade, por não ser o Réo o senhor de Constança. Diante desta situação, o Juiz Municipal mandou encerrar e arquivar o processo em 10 de dezembro de 1886. O segundo processo²¹ inicia-se em cinco de Maio de 1887.

O que chama a atenção aqui, neste momento, é que o primeiro foi classificado pelo escrivão como uma "Ação de Liberdade" enquanto que o segundo foi chamado de "Auto de Depósito". O primeiro tem apenas 5 páginas e logo é suspenso e arquivado, já o segundo possui mais de 20 páginas e culmina com a liberdade de Constança.

E o que vemos no segundo? Vamos aos autos:

Constança, uma mulher escravizada que em sua petição inicial alega pertencer a Francisco Alves da Cunha, e para tanto solicita ao Dr. Juiz Municipal a nomeação

²⁰ FCAM-ALIB-XX-13-(03-div) - Ação de Liberdade

²¹ FCAM-AUDEP-XX-06(09-DIV) - Auto de Depósito

de um **Curador** e um **Depositário**, alegando que seu senhor não a havia matriculado, o que a Lei estava a seu favor.

Ao Curador foi incumbido propor e zelar pela ação de liberdade no prazo de 15 dias, sob pena de levantamento do depósito. O auto de depósito oficializou a entrega de Constança a Joaquim Cândido Lousada em 5 de maio de 1887. Antônio Pereira Duarte, o Curador, fez seu juramento e iniciou as ações em defesa de Constança. Sua primeira medida foi verificar sua matrícula. E ficou certificado que Francisco Alves da Cunha não havia matriculado Constança, nem qualquer outro escravo. Ou seja, em linhas gerais, Francisco Alves da Cunha não era senhor de escravos e, portanto, não poderia estar com a posse de Constança. Descobriu, porém, que seu "legítimo senhor" era José Nunes da Costa.

E para confirmar estes dados fez-se nova verificação da matrícula, com possível levantamento do Depósito. Em 10 de maio de 1887, o Coletor Basílio Cecilio dos Santos certificou que José Nunes da Costa matriculou a escrava Constança em 2 de março de 1887, com 53 anos, solteira, cozinheira, e que ela constava na matrícula antiga por D. Barbara Flauzina de Jesus. Diante dessa prova, o curador Antônio Pereira Duarte requereu que o depósito fosse levantado e que Constança fosse entregue a José Nunes da Costa, seu legítimo senhor, e com isso o processo seria suspenso em desfavor de Constança.

A ordem de Levantamento do Depósito foi expedida em 25 de maio de 1887 e enfrentou resistência por parte do depositário. Esta resistência foi sustentada por Joaquim Cândido Lousada, alegando que ele era "liberta" por ter dado dinheiro a José da Costa" (seu legítimo senhor). Os oficiais de justiça informam ao juiz municipal as alegações do depositário de Constança, que não aceita os argumentos, visto não ter apresentado nenhum documento que prove a liberdade de Constança. E por isso querer que os oficiais voltem à casa de Joaquim Cândido Lousada (fazenda Sesmaria em Mateus Leme). Em 5 de julho de 1887, o oficial de justiça Casimiro Celestino Pereira foi à Sesmaria. Ele intimou Joaquim Candido Lousada, que lhe apresentou uma carta de liberdade emitida por José Nunes da Costa para Constança, datada de 21 de junho de 1882. Lousada afirmou que não poderia entregar uma pessoa que já era liberta. Vale atentar aqui que a Carta de Alforria já havia sido concedida cinco anos

antes, ou seja, 1882. E Constança vivia como se escrava fosse, tanto sob o domínio de Francisco Alves da Cunha.

Em 4 de agosto de 1887, Antônio Pereira Duarte, o curador de Constança, compareceu em audiência e apresentou formalmente a carta de liberdade concedida por José Nunes da Costa, solicitando que fosse anexada aos autos para a decisão final do juiz. A firma de José Nunes da Costa na carta de liberdade foi reconhecida como verdadeira.

Em 8 de agosto de 1887, o Dr. Manoel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, Juiz Municipal, em vista da carta de liberdade, julgou o depósito "relaxado ou sem efeito", ou seja, anulado. Desta forma Constança teve sua liberdade garantida, apesar da existência da Carta de Alforria, mas o processo nada diz sobre Francisco Alves da Cunha, se houve algum tipo de punição pelo cativo ilegal.

5 Considerações finais

A análise dos processos jurídicos focados nas classificações de "Ação de Liberdade", "Ação Sumária de Liberdade" e "Auto de Depósito" permitiu o confronto de conceitos basilares do direito civil da época com a realidade vivida pelos escravizados. O caso de Margarida ilustra claramente a tensão entre a posse da liberdade (fato) e o direito de propriedade (título formal). Sua alegação de ter vivido "mansa e pacificamente como fôrra" por cinco anos serviu como um argumento legal robusto que, embora não tenha culminado em uma sentença que reconhecesse a posse como direito absoluto, atuou como o catalisador que levou seu senhor a conceder a alforria voluntária. Este mecanismo demonstra que a ação judicial funcionava como uma arena onde a realidade vivida podia desafiar e pressionar o direito formal.

No caso de Romualdo, a comprovação de sua identidade através da certidão de batismo foi crucial para a aplicação da Lei dos Sexagenários, permitindo a utilização do princípio do favor libertatis. A vitória judicial (sentença favorável) de Romualdo foi seguida, e superada, pelo advento da Lei Áurea (Lei nº 3.353/1888), que, como novatio legis, suprimiu imediatamente os ônus residuais da Lei dos Sexagenários, garantindo-lhe a plena e incondicional liberdade. Já a história de Constança sublinha o princípio da legalidade, onde a manutenção do cativo, mesmo após a emissão de uma carta de alforria cinco anos antes, configurava uma posse

injusta por falta de título legal. A intervenção do Auto de Depósito foi fundamental para reafirmar a superioridade do título formal de alforria sobre o exercício ilegal do controle.

Em todos os casos analisados, o protagonismo dos indivíduos escravizados é evidente. Eles utilizaram os instrumentos jurídicos disponíveis, solicitando curadores e depositários, para forçar a manifestação pública dos proprietários ou para certificar direitos já adquiridos que estavam sendo violados, reorientando seus destinos. As ações de liberdade, portanto, representavam um canal vital para a busca pela liberdade, agilizando processos e, em alguns casos, garantindo a extinção definitiva dos vínculos servis, mesmo que, juridicamente, o direito de propriedade dos senhores sobre a "coisa" permanecesse incólume até o ato final de alforria.

Considerando o caráter introdutório e em andamento desta pesquisa, diversos caminhos se abrem para a continuidade do estudo da liberdade sob litígio na Comarca de Pitangui e Sete Lagoas. Faz-se necessário investigar se os ônus previstos na Lei dos Sexagenários, que conceitualmente foram extintos pela Lei Áurea, foram, na prática, impostos em outros processos na região antes de maio de 1888, e como a Lei Áurea impactou a documentação de outros depósitos de escravizados que estavam em litígio. Outrossim, seria relevante ampliar a pesquisa para além das classificações de "Ações de Liberdade" para determinar como os demais 90% dos processos judiciais do período, como os Inventários, detalham as disputas de propriedade e as concessões de alforria. Por fim, o caso de Constança levanta a questão da responsabilidade civil ou criminal dos indivíduos que mantinham pessoas legalmente libertas em cativo ilegal, permitindo futuras pesquisas sobre a aplicação de punições ou o estabelecimento de reparações dentro do sistema jurídico da época.

6 Bibliografia

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral do Direito Civil, vol. 1. 31.^a edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. 2: Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

PONTES DE MIRANDA, Francisco. Tratado de Direito Privado. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: Volume Único. 8. ed. São Paulo: Método, 2019.

VILLAÇA, Álvaro. Direito das Coisas. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

A NEUROCIÊNCIA COGNITIVA E OS MARCOS DO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Análise de Crianças de 2 e 3 Anos

Ana Júlia Moreno Duarte Silva²²
Geraldo Fernandes Fonte Boa²³

RESUMO

O estudo buscou conhecer e aplicar os marcos do desenvolvimento de crianças bem pequenas (2 e 3 anos) como ferramenta de apoio neurocientífico no processo ensino-aprendizagem. A Neurociência Cognitiva foi considerada como base por reconhecer a interdependência dos domínios de desenvolvimento. A metodologia empregou pesquisa bibliográfica e observação sistemática em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), utilizando Tabelas de Marcos do Desenvolvimento adaptadas. Os resultados obtidos nas turmas do Maternal I (2 anos) e Maternal II (3 anos) consideraram os aspectos nos domínios cognitivo e motor, com variações significativas no domínio socioemocional, incluindo a ocorrência de comportamentos desafiadores. As observações foram realizadas em turmas de faixa etária diferentes para verificar as variações atribuídas à maturação e à influência do ambiente familiar/social, para considerar como elementos para a intervenção pedagógica, essencial para o trabalho com a criança bem pequena.

Palavras-chave: neurociência cognitiva; marcos do desenvolvimento; educação infantil; criança bem pequena; observação sistemática.

ABSTRACT

The study sought to understand and apply the developmental milestones of very young children (aged 2 and 3) as a neuroscientific support tool in the teaching-learning process. Cognitive Neuroscience was used as the foundation, as it recognizes the interdependence among developmental domains. The methodology involved bibliographic research and systematic observation in a Municipal Early Childhood Education Center (CMEI), using adapted Developmental Milestones Charts. The results obtained from the Maternal I (2-year-olds) and Maternal II (3-year-olds) classes considered aspects within the cognitive and motor domains, with significant variations in the socio-emotional domain, including the occurrence of challenging behaviors. Observations were carried out in classes of different age groups to verify variations attributed to maturation and the influence of the family/social environment, in order to consider these as elements for pedagogical intervention, which is essential when working with very young children.

Keywords: cognitive neuroscience; developmental milestones; early childhood education; very young children; systematic observation.

1 INTRODUÇÃO

²² Graduanda em Pedagogia da FANS - Faculdade de Nova Serrana

²³ Mestre em Educação, professor e orientador do Curso de Pedagogia da FANS - Faculdade de Nova Serrana.

A Neurociência Cognitiva emerge como uma área essencial para a compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, ao investigar o funcionamento cerebral em suas diversas fases. Nesse contexto, os Marcos do Desenvolvimento Infantil são ferramentas estratégicas valiosas para os educadores, principalmente na Educação Infantil.

O presente estudo nasceu da observação da necessidade de aproximar a Pedagogia da Neurociência Cognitiva para aprimorar as práticas pedagógicas. A faixa etária das crianças bem pequenas (2 e 3 anos), correspondente à transição entre o bebê e a criança pequena (Maternal I e Maternal II), é frequentemente invisível no contexto da Educação Infantil, vivendo "às sombras das crianças da pré-escola". Essa fase, complexa e repleta de transformações, impõe desafios significativos aos profissionais da educação.

Nessa perspectiva, o conhecimento e a aplicação dos Marcos do Desenvolvimento infantil constituem-se como ferramentas de apoio neurocientífico para os educadores diante da complexidade da criança bem pequena.

O objetivo geral deste estudo é conhecer os Marcos do Desenvolvimento das crianças bem pequenas, bem como sua aplicação no processo ensino-aprendizagem. Espera-se verificar a efetividade desses Marcos como instrumento de apoio neurocientífico. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as contribuições da neurociência cognitiva para a aprendizagem, compreender o desenvolvimento humano na infância, conhecer as características e conflitos das crianças bem pequenas e apresentar os Marcos do Desenvolvimento relacionando-os ao contexto educacional.

Para tanto, o estudo empregou uma pesquisa bibliográfica e uma observação não participante sistemática. A pesquisa bibliográfica permitiu a construção do referencial teórico a partir de referenciais teóricos publicados e estão apresentados na primeira parte deste artigo. Já a observação sistemática, por sua vez, foi utilizada para obter uma descrição detalhada e precisa dos fenômenos, utilizando Tabelas de Marcos do Desenvolvimento de Bello, Machado e Capellini (2022) e os resultados obtidos constitui a segunda parte deste artigo. Espera-se que este estudo possa contribuir com práticas pedagógica de forma mais eficaz e ainda contribuir para a aproximação entre a Educação Infantil e a Neurociência Cognitiva.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA: NEUROCIÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E INFÂNCIA

A Neurociência Cognitiva contribui expressivamente para o estudo das funções mentais superiores, aprendizagem e desenvolvimento, pois busca debater como os processos cognitivos são funcionalmente elaborados pelo cérebro humano, possibilitando a linguagem, a aprendizagem e o comportamento (BASTOS & ALVES, 2013, p. 42).

Um conceito central nesse campo é a neuroplasticidade, definida como a capacidade do Sistema Nervoso Central de se modificar e se adaptar às novas exigências do meio (BRANDÃO, 2004). A aprendizagem é, inclusive, descrita como "um ato de plasticidade" (CARRAZONI, 2018, p. 68), ocorrendo por meio de modificações no Sistema Nervoso Central através da aquisição, conservação e evocação do conhecimento pelas experiências (ROTTA; OLIVER; RIESGO, 2016, *apud* GONÇALVES et al., 2020). O conhecimento neurocientífico pode auxiliar professores e pedagogos a desenvolverem estratégias de ensino-aprendizagem mais eficazes e significativas (GONÇALVES et al., 2020, p. 10).

A neurociência cognitiva também aborda o desenvolvimento humano de forma holística. Vygotsky, Luria e Leontiev (2006) estabelecem uma relação de interdependência entre a aprendizagem e a maturação, sendo esta última as mudanças que ocorrem durante a evolução dos indivíduos (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 1999, p. 20). A plasticidade cerebral ocorre ao longo de toda a vida, mas existem períodos mais suscetíveis à aprendizagem, denominados "períodos receptivos" ou "janelas de oportunidade" (BASTOS & ALVES, 2013). Os primeiros anos de vida representam um desses períodos críticos, pois o cérebro se organiza em função da genética e do ambiente (CARRAZONI, 2018, p. 74). Isso porque,

o crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais, as habilidades motoras e a saúde fazem parte do desenvolvimento físico. Aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade compõem o desenvolvimento cognitivo. Emoções, personalidade e relações sociais são aspectos do desenvolvimento psicossocial. (...) Esses domínios estão inter-relacionados: cada aspecto do desenvolvimento afeta os outros. (PAPALIA & FELDMAN, 2013, p.37).

Nesse sentido, o desenvolvimento humano é estudado pelos desenvolvimentistas a partir da combinação de fatores inatos, sociais, culturais e econômicos, divididos em três domínios inter-relacionados (PAPALIA & FELDMAN, 2013):

1. **Físico:** crescimento do corpo, cérebro, habilidades motoras e saúde.

2. **Cognitivo:** aprendizagem, memória, atenção, linguagem, raciocínio e criatividade.
3. **Psicossocial:** personalidade, emoções e relações sociais.

Os marcos do desenvolvimento (ou *developmental milestones*) são definidos a partir desses domínios, organizados em estágios que apresentam um repertório de habilidades esperadas para cada faixa etária (BELLO; MACHADO; CAPELLINI, 2022; MIRANDA et al., 2016). Teóricos como Piaget, Erikson e Freud estabelecem suas perspectivas baseadas em estágios, fundamentando essa ideia.

Na prática pedagógica, a apropriação dos marcos do desenvolvimento é crucial para que os educadores promovam uma estimulação adequada no ambiente educacional, maximizando o desenvolvimento integral (OLMOS; TUBIO; LOZANO, 2018 *apud* BELLO; MACHADO; CAPELLINI, 2022). No entanto, é vital considerar as diferenças individuais, pois a natureza contribui para variações mesmo dentro dos padrões esperados para a idade (BEE & BOYD, 2009, p. 29).

A criança bem pequena (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) é marcada por intensa evolução cognitiva e psicossocial, enquanto as mudanças físicas são de aperfeiçoamento (MIRANDA et al., 2016). Essa é uma fase de transição intensa, caracterizada por conflitos internos e externos.

Os "terríveis dois anos" (PAPALIA & FELDMAN, 2013) refletem a busca por autonomia, independência e o início da autoconsciência (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 1999). Segundo a teoria psicossocial de Erik Erikson, entre 18 meses e 3 anos, a criança vive o estágio de autonomia *versus* vergonha e culpa, caracterizado pela transição do controle externo para o autocontrole, onde a "virtude" emergente é a vontade (PAPALIA & FELDMAN, 2013, p. 228). Nessa fase, comportamentos desafiadores e negativismo são comuns, exigindo limites apropriados (BEE & BOYD, 2009; PAPALIA & FELDMAN, 2013).

E considerando o que Pantano e Zorzi (2009)

[...] decorrente dos esquemas sensório-motores, inicia a capacidade de representar uma coisa por outra e formar esquema simbólicos. O egocentrismo caracteriza todos os comportamentos da criança pré-operatória; vêm a si mesmo como centro do universo. A criança no período pré-operatório usa o pensamento intuitivo para compreender o ambiente. Há um processo crescente da formação de conceitos. Observa-se uma evolução na capacidade infantil de seriar objetos. Nesta fase, as crianças começam a usar a linguagem de maneira mais elaborada. Neste período ocorre a função semiótica, a criança pode representar algo como objeto, evento ou esquema conceitual com significador capaz de utilizar o símbolo ou sinal para representar uma coisa. (PANTANO; ZORZI, 2009, p.51),

e nesta perspectiva cognitiva endossa os postulados de Jean Piaget (1896-1980), em que as crianças de 2 a 7 anos estão no estágio pré-operacional, iniciando a capacidade de representação e formação de esquemas simbólicos, embora ainda apresentem egocentrismo. É nessa fase que ocorre a função semiótica, e a linguagem torna-se mais elaborada (PANTANO; ZORZI, 2009, p. 51). A linguagem evolui de frases curtas aos 2 anos para fluência e complexidade, com um repertório de aproximadamente mil palavras aos 3 anos (BEE & BOYD, 2009; PAPALIA & FELDMAN, 2013). O aprimoramento da linguagem também se relaciona ao desenvolvimento da teoria da mente.

Em relação ao domínio psicossocial, o início da socialização, as brincadeiras mais elaboradas e a formação de amizades a partir dos 3 anos auxiliam na regulação da atenção, emoções negativas e frustrações (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ; 1999; DIAS; CORREIA; MARCELINO, 2013; PAPALIA & FELDMAN, 2013). A conquista da independência também está ligada ao controle das necessidades fisiológicas (desfralde) (MOTA, 2010 *apud* DIAS; CORREIA; MARCELINO, 2013). Segundo Freud, entre 18 meses e 3 anos, o indivíduo está na fase anal, onde o controle esfinteriano representa uma importante passagem no desenvolvimento mental, social e cultural (SCHMIDT; GRUNEWALD; SCHMIDT, 2024, p. 3-4).

3 ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES

A pesquisa de campo foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), através de observação não participante sistemática, utilizando tabelas adaptadas de Bello, Machado e Capellini (2022). A observação ocorreu em duas turmas: Maternal I (2 anos) e Maternal II (3 anos).

A instituição de pesquisa, um CMEI, atende um público majoritariamente de classe baixa e média baixa. A estrutura física do CMEI é um grande desafio, sendo uma antiga casa adaptada que apresenta problemas de superlotação, salas pequenas, falta de espaços ao ar livre adequados e dificuldades estruturais (infiltração, goteiras, etc.). A rotina matutina observada incluía acolhida, música, apresentação de temáticas, atividades pedagógicas, atividades de psicomotricidade e aulas de educação física frequentes (4 vezes por semana).

E com a adoção da Tabela de Observação elaborada Bello, Machado e Capellini (2022) foram adaptadas e considerou os seguintes aspectos: Domínio Motor,

Domínio Cognitivo, Domínio Linguístico, Domínio Socioemocional, o Processamento Visuomotor e o Processamento Auditivo.

3.1 Resultados e Análise do Maternal I (Crianças de 2 Anos)

A turma do Maternal I analisada possuía 12 alunos (A à L), incluindo o Aluno A, que está em processo de investigação para o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

1. **Domínio Motor:** Foi o domínio que apresentou menos defasagens. A maioria das crianças (11/12) chutava bola em movimento, começava a correr, e subia/descia móveis e escadas segurando. As defasagens se concentraram em atividades de coordenação motora fina, como desenhar/copiar linhas retas e círculos, e fazer bola com massinha. Isso foi justificado pela frequência das aulas de educação física (focadas em coordenação motora grossa) e pelo contato esporádico com materiais de motricidade fina. O Aluno A foi o que mais apresentou defasagens motoras, devido à falta de interação e obediência a comandos.
2. **Domínio Cognitivo:** Apresentou resultados satisfatórios em comandos cotidianos (como encontrar objetos escondidos) e reconhecimento de formas e cores. No entanto, atividades menos frequentes, como completar quebra-cabeças de 3 peças, mostraram resultados heterogêneos (3 sim, 4 às vezes, 5 não).
3. **Domínio Linguístico:** Foi o domínio com mais oscilações e respostas "às vezes". Embora a maioria seguisse instruções simples e usasse o "não", houve maior dificuldade em marcos mais complexos, como o início do uso do plural (6 sim, 3 às vezes, 3 não), e especialmente no uso de verbos regulares no plural e irregulares no passado (12 não). A variação nesse domínio foi atribuída à individualidade do aprimoramento da linguagem e à influência dos estímulos do ambiente familiar. O Aluno C, que se destacava em outros domínios, tinha dificuldade linguística, mas evoluía após acompanhamento fonoaudiológico.
4. **Domínio Socioemocional:** Houve poucas variações. Um marco importante notado foi que todos os alunos haviam sido desfraldados, indicando um grande passo na independência. No entanto, o comportamento desafiador (fazer o que foi dito para não fazer) apresentou grande divergência (6 sim, 6 não), sendo notável nos alunos A, B, C e D.

5. **Processamento Visuomotor:** A maior defasagem se deu em comandos de coordenação motora fina. A dificuldade das crianças em segurar o lápis corretamente (7 não) e imitar linhas/círculos (5 não e 4 não, respectivamente) foi justificada pela aplicação infrequente de atividades como alinhavos, grafomotores, e desenho livre na prática pedagógica.
6. **Processamento Auditivo:** Apresentou poucas defasagens.

3.2 Resultados e Análise do Maternal II (Crianças de 3 Anos)

A turma de Maternal II analisada possuía 13 alunos, sem crianças com necessidades especiais. A maioria dos alunos (exceto 4) já estava junta desde o Maternal I ou berçário, facilitando a continuidade pedagógica. A professora era considerada uma referência, valorizando a autonomia e buscando diversas propostas.

1. **Domínio Motor:** Os resultados foram muito positivos, com 100% dos alunos correndo facilmente, pulando e subindo escadas alternando os pés. O único desvio notável estava relacionado ao uso da tesoura e ao recorte de linha reta, o que não era um objeto de uso comum no cotidiano.
2. **Domínio Cognitivo:** Os resultados refletiram a excelência do trabalho pedagógico, com a maioria dos alunos realizando tarefas como brincadeiras imaginativas, quebra-cabeças de 3 e 4 peças, construção de torres e reconhecimento de conceitos como "dois", "grande" e "pequeno". Apenas dois alunos não nomearam 3 formas geométricas, e o Aluno C demonstrou dificuldades em nomear por timidez extrema.
3. **Domínio Linguístico:** Apresentou bom desenvolvimento geral. A maior variação (5 não) ocorreu em "dizer o nome completo", que não era ativamente trabalhado em sala. O Aluno C, novamente, demonstrou resultados destoantes devido à timidez na presença de adultos, embora fosse evidente que compreendia todos os comandos.
4. **Domínio Socioemocional:** A maioria dos alunos demonstrou capacidade de expressar emoções variadas, separar-se dos pais e cantar/dançar com músicas. Os desvios de padrão concentraram-se nos alunos A e B, classificados como crianças com comportamentos desafiadores (agressividade, oposição a regras, dificuldade em pedir desculpas). O Aluno F demonstrava traços de rigidez cognitiva e ansiedade, inclusive manifestando gagueira em sua verbalização.

5. **Processamento Visuomotor:** Embora a professora realizasse muitas atividades de coordenação motora fina (pontilhado, colorir), houve desvios, principalmente em traçar o (V) em imitação ou copiar um quadrado. O Aluno D, o mais novo da turma e em seu primeiro contato com a escola, apresentou dificuldades, mas com evolução gradual. Surpreendentemente, a Aluna L, que se destacou em outros domínios, demonstrou insegurança e dificuldade no uso do giz de cera.
6. **Processamento Auditivo:** Devido à presença constante da musicalização, todas as crianças acompanhavam o ritmo com excelência.

4 CONCLUSÃO

O estudo alcançou seu objetivo principal de conhecer e aplicar os Marcos do Desenvolvimento das crianças bem pequenas no processo ensino-aprendizagem. Os resultados da pesquisa confirmaram a hipótese inicial, demonstrando que a análise dos dados provenientes dos marcos permite aos atores educacionais realizar intervenções necessárias no processo.

As análises realizadas possibilitaram um aprimoramento da compreensão sobre o desenvolvimento das crianças bem pequenas. Ficou evidente que, embora a tabela de marcos seja dividida em domínios, estes são intrinsecamente interdependentes, e o desenvolvimento ocorre de forma integral e sistemática.

Os resultados reforçaram a importância de reconhecer as singularidades e individualidades de cada criança. Por exemplo, no Maternal I, o domínio motor era forte, mas as defasagens em motricidade fina estavam ligadas à pouca aplicação dessas atividades. Já no Maternal II, a excelência nos domínios cognitivo e motor refletiu a competência da docente. No entanto, em ambas as turmas, a variação em domínios como o Linguístico e o Socioemocional (em casos de timidez ou comportamento desafiador) sublinha que a maturação e a influência do ambiente familiar/social são fatores cruciais.

A fase da criança bem pequena é desafiadora, conforme apontado na discussão teórica, mas o conhecimento e a aplicação dos marcos do desenvolvimento mostraram-se um recurso adicional eficaz de observação e intervenção, essencial para um trabalho eficiente e prazeroso.

Recomenda-se para pesquisas futuras a comparação desses dados com instituições de diferentes classes sociais ou com estruturas físicas adequadas, para

investigar a influência desses fatores no atingimento dos marcos. Sugere-se também a avaliação do impacto do perfil dos docentes e da troca de ideias com os profissionais para aprimoramento das práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASE Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e Ensinar na Educação Infantil. Brasil: Artmed, 1999.

BASTOS, L. D. S.; ALVES, M. P. As Influências de Vygotsky e Luria à neurociência contemporânea e à compreensão do processo de aprendizagem. Revista Práxis, v. 5, n. 10, 13 dez. 2013.

BEE, H.; BOYD, D. A Criança em Desenvolvimento - 12.ed. Artmed Editora, 2009.

BELLO, Suzelei Faria; MACHADO, Andréa Carla; CAPELLINI, Simone Aparecida. Aprenda a olhar para o desenvolvimento infantil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

BRANDÃO, Marcus Lira. As bases biológicas do comportamento: introdução à neurociência. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 2004.

CARRAZONI, E. R. Neurociência, Infância e Educação Infantil. RELAdEI (Revista Latinoamericana de Educação Infantil), 7(1), 67-77, 2018.

DIAS, Isabel Simões; CORREIA, Sónia; MARCELINO, Patrícia. Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 9–24, 2013.

GONÇALVES, J. L. et al. A Neurociência e a sua contribuição para a aprendizagem. 2020.

MIRANDA, Mônica C. e outros (Org.). Criança, um ser em desenvolvimento. São Paulo: UNIFESP, 2016-2017.

PANTANO, T; ZORZI, J. L. (Org). Neurociência Aplicada à Aprendizagem. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2009.

PAPALIA, D. E; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 12ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SCHMIDT, L. P. . C.; GRUNEWALD, S. T. F.; SCHMIDT, E. Freud e a fralda: o desfralde como um rito de passagem. HU Revista, [S. l.], v. 50, p. 1–5, 2024.

VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. 10a ed. São Paulo: Ícone, 2006.

A SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA REVISÃO SOBRE A PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFESSORES

Karina de Souza Dias²⁴
Paola Thaís Rodrigues dos Santos²⁵
Sávio Máximo Soares²⁶

RESUMO

Este estudo teve como objetivo revisar a literatura sobre a percepção e atuação dos professores em relação à educação sexual no contexto escolar, destacando os desafios enfrentados, as práticas adotadas e as lacunas existentes. A análise revelou que, embora os professores reconheçam a importância da educação sexual para o desenvolvimento integral dos alunos, ainda enfrentam dificuldades significativas, como a falta de formação adequada e a resistência de famílias e comunidades. Observou-se que a abordagem da sexualidade nas escolas é frequentemente limitada a aspectos biológicos e preventivos, deixando de lado questões sociais e emocionais que são fundamentais para uma compreensão mais ampla do tema. Práticas pedagógicas baseadas em metodologias participativas demonstraram eficácia na promoção de um ambiente de diálogo aberto e inclusivo, porém, estas ainda são iniciativas isoladas. O estudo conclui que é crucial investir em capacitação docente e integrar a educação sexual de forma sistêmica nos projetos pedagógicos das escolas, promovendo um ensino mais inclusivo e crítico sobre sexualidade.

Palavras-chave: Educação sexual; Percepção dos professores; Diversidade sexual; Práticas pedagógicas; Inclusão escolar.

ABSTRACT

This study aimed to review the literature on teachers' perceptions and practices regarding sexual education in the school context, highlighting the challenges faced, the practices adopted, and the existing gaps. The analysis revealed that although teachers acknowledge the importance of sexual education for students' overall development, they still face significant difficulties, such as lack of proper training and resistance from families and communities. It was observed that the approach to sexuality in schools is often limited to biological and preventive aspects, neglecting social and emotional issues that are essential for a broader understanding of the topic. Pedagogical practices based on participatory methodologies have proven effective in promoting an open and inclusive dialogue environment; however, these are still isolated initiatives. The study concludes that it is crucial to invest in teacher training and integrate sexual education systematically into school pedagogical projects, promoting a more inclusive and critical approach to sexuality.

²⁴ Docente do Curso de Psicologia FANS - Faculdade de Nova Serrana- MG

²⁵ Discente do Curso de Psicologia da FANS – A Faculdade de Nova Serrana- MG

²⁶ Discente do Curso de Psicologia da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

Keywords: Sexual education; Teachers' perceptions; Sexual diversity; Pedagogical practices; School inclusion.

INTRODUÇÃO

A sexualidade é uma dimensão essencial do desenvolvimento humano, manifestando-se ao longo de toda a vida e influenciada por fatores biológicos, sociais e culturais (LOURO, 2013). No contexto escolar, a educação sexual emerge como uma ferramenta crucial para promover um ambiente de diálogo e respeito à diversidade, contribuindo para a formação integral dos estudantes (MOREIRA *et al.*, 2020). Entretanto, a implementação de programas de educação sexual nas escolas brasileiras enfrenta desafios significativos, tais como resistência de pais e comunidades, além da falta de preparo adequado por parte dos professores (MAIA e VILAÇA, 2017).

A escola, enquanto espaço de socialização, é frequentemente o primeiro ambiente onde questões sobre sexualidade são discutidas fora do âmbito familiar (CABRAL, 2024). Nesse sentido, professores desempenham um papel central na abordagem de temas relacionados à sexualidade, muitas vezes lidando com dúvidas e preocupações dos alunos antes mesmo que essas questões sejam levadas aos pais (EWET *et al.*, 2017). No entanto, diversos estudos apontam para a insegurança dos docentes ao tratar do tema, especialmente em contextos que envolvem discussões sobre identidade de gênero, orientação sexual e práticas sexuais, refletindo uma abordagem limitada ao aspecto biológico e preventivo (MOREIRA *et al.*, 2020).

Segundo a pesquisa realizada por Ewet *et al.* (2017), oficinas sobre sexualidade, fundamentadas em metodologias participativas, têm se mostrado eficazes na promoção de reflexões críticas entre os estudantes, ampliando a compreensão sobre temas como gênero, prazer e saúde sexual. No entanto, ainda há uma lacuna significativa quanto à inclusão da educação sexual nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas, deixando a cargo dos professores iniciativas individuais, muitas vezes sem o suporte adequado (GESSER *et al.*, 2012). Essa lacuna revela a necessidade de capacitar os educadores para lidar com a diversidade sexual e de gênero de forma inclusiva e informativa.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo revisar a literatura sobre a percepção e atuação dos professores em relação à sexualidade no ambiente escolar, buscando compreender as práticas, desafios e resistências encontradas por esses profissionais. A revisão pretende identificar como os docentes abordam a educação sexual e quais são as suas principais dificuldades, considerando que, muitas vezes, a escola se torna um espaço de acolhimento para questões que os alunos não sentem à vontade para discutir em casa (MADUREIRA e BRANCO, 2015, *apud* MOREIRA, 2020). Assim, esta pesquisa busca contribuir para um entendimento mais aprofundado das práticas pedagógicas voltadas à educação sexual e o impacto dessas práticas na formação dos jovens.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, cujo objetivo foi sintetizar estudos relevantes que abordam a percepção e atuação dos professores em relação à sexualidade no contexto escolar. A escolha metodológica de revisão bibliográfica permite uma compreensão ampla dos temas, ajudando a identificar tendências, lacunas e a evolução dos conceitos sobre sexualidade e diversidade nas práticas educacionais (ROTHER, 2007).

SELEÇÃO DOS ARTIGOS

Para garantir uma revisão ampla e representativa, selecionamos artigos publicados em bases de dados reconhecidas, tais como SciELO, PePSIC e Lilacs, que abrangem produções acadêmicas das áreas de Educação, Psicologia e Políticas Públicas. Os estudos foram escolhidos com base na pertinência ao tema central, ou seja, abordagens que discutem a atuação e percepção dos professores em relação à educação sexual e à diversidade sexual no ambiente escolar. Os trabalhos considerados incluíram tanto análises teóricas quanto empíricas.

Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram:

- Publicação entre os anos de 1997 e 2024, período que contempla estudos atualizados, juntamente a implementação de importantes políticas públicas relacionadas à diversidade sexual, incluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais e as versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (BRASIL, 1997).
- Estudos que abordem explicitamente a sexualidade na educação, a percepção dos professores ou as políticas públicas voltadas à diversidade sexual no contexto escolar.
- Disponibilidade dos textos completos em português, para assegurar a coerência linguística na análise e interpretação dos dados.

Os critérios de exclusão envolveram:

- Estudos focados em outros aspectos da diversidade (como racial ou religiosa) que não apresentassem conexão direta com a sexualidade.
- Pesquisas realizadas fora do contexto educacional, como estudos voltados exclusivamente para o contexto familiar ou clínico.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Para a análise dos dados, seguimos uma abordagem integrativa, que permite a identificação de temas comuns e divergentes nos estudos selecionados. Esse método oferece uma visão consolidada das práticas educacionais sobre diversidade sexual e sexualidade, assim como da aplicação de políticas públicas (MENDES, 2019). Deste modo, optamos por categorizar os artigos de acordo com seus objetivos, abordagens metodológicas e principais achados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão bibliográfica indicam que a educação sexual nas escolas brasileiras ainda enfrenta barreiras significativas, refletindo uma série de desafios relacionados à percepção e atuação dos professores diante da temática. De acordo

com os estudos analisados, embora a maioria dos professores reconheça a importância da educação sexual como parte integrante da formação dos estudantes, muitos se sentem despreparados para abordar o tema de forma abrangente e segura (MOREIRA *et al.*, 2020). Os dados demonstram que, na prática, a abordagem da sexualidade tende a ser restrita a aspectos biológicos e preventivos, como a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez precoce, negligenciando questões sociais, emocionais e culturais que também fazem parte do desenvolvimento sexual dos jovens (CABRAL, 2024).

Um dos principais obstáculos apontados pelos docentes é a falta de formação específica sobre sexualidade e diversidade de gênero, o que leva a uma insegurança generalizada ao tratar de temas mais complexos, como identidade de gênero e orientação sexual (MAIA e VILAÇA, 2017). Além disso, há um receio por parte dos professores em abordar esses assuntos devido a possíveis reações negativas de pais e comunidades escolares, que muitas vezes veem a educação sexual como um tema tabu ou como responsabilidade exclusiva da família (MADUREIRA e BRANCO, 2015, *apud* MOREIRA, 2020). Essa tensão entre a escola e a família é refletida na ausência de políticas claras e estruturadas que integrem a educação sexual ao projeto político-pedagógico das instituições, resultando em iniciativas isoladas e dependentes do esforço individual dos educadores (GESSER *et al.*, 2012).

Outro ponto relevante identificado nos estudos é o impacto positivo de metodologias participativas e dialógicas na promoção de uma educação sexual mais inclusiva e crítica. Intervenções como oficinas e rodas de conversa têm se mostrado eficazes em criar um ambiente aberto para discussões sobre sexualidade, facilitando a reflexão dos estudantes sobre suas próprias vivências e ampliando o entendimento sobre temas como prazer, consentimento e diversidade sexual (EW *et al.*, 2017). No entanto, tais práticas ainda são esporádicas e não fazem parte de um currículo sistematizado, o que limita seu alcance e eficácia a longo prazo.

Os resultados também sugerem que a resistência à inclusão da educação sexual no ambiente escolar não é apenas uma questão de falta de preparo, mas também de preconceitos arraigados entre os próprios educadores, que por vezes reproduzem

visões moralistas e conservadoras sobre a sexualidade (CABRAL, 2024). Em algumas escolas, há relatos de professores que evitam o tema ou que abordam a sexualidade de forma punitiva, reforçando estereótipos de gênero e heteronormatividade (MOREIRA *et al.*, 2020). Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam uma formação continuada e um suporte institucional robusto para que os professores possam desenvolver habilidades pedagógicas que contemplem a complexidade da sexualidade humana.

Assim, esta revisão destaca a urgência de implementar estratégias educativas que vão além da dimensão biológica, promovendo uma abordagem integral que considere as múltiplas dimensões da sexualidade. Investir em capacitação docente, promover a inclusão da educação sexual nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e fomentar um diálogo aberto com a comunidade escolar são passos essenciais para transformar a escola em um espaço seguro e acolhedor para o desenvolvimento saudável dos jovens.

CONCLUSÃO

O presente estudo revisou a literatura sobre a percepção e atuação dos professores em relação à educação sexual no contexto escolar, destacando desafios, práticas e lacunas identificadas ao longo dos anos. Os resultados revelam que, embora os professores reconheçam a importância da educação sexual como parte essencial do desenvolvimento integral dos alunos, há uma série de barreiras que dificultam a implementação efetiva desse tema nas escolas. Essas barreiras incluem a falta de formação específica, receio de reação negativa por parte das famílias e comunidades, e a ausência de políticas claras que integrem a educação sexual ao currículo escolar.

Ficou evidente que a abordagem da sexualidade nas escolas brasileiras ainda é predominantemente limitada a questões biológicas e preventivas, como a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. No entanto, a sexualidade abrange dimensões muito mais amplas, que incluem aspectos sociais, emocionais e culturais. A abordagem restrita atual não contempla adequadamente a complexidade da sexualidade humana, o que acaba por perpetuar tabus e

preconceitos, dificultando um ambiente escolar inclusivo e acolhedor para todos os estudantes.

Por outro lado, práticas pedagógicas baseadas em metodologias participativas, como oficinas e rodas de conversa, mostraram-se eficazes em promover um ambiente de diálogo aberto, permitindo que os alunos reflitam sobre suas próprias experiências e desenvolvam uma compreensão mais crítica sobre temas como gênero, diversidade sexual e consentimento. Contudo, tais iniciativas ainda são pontuais e dependem do esforço individual dos educadores, uma vez que não há uma integração sistêmica dessas práticas nos projetos pedagógicos das escolas.

Diante desse cenário, torna-se imperativo que as instituições de ensino invistam em programas de formação continuada para professores, capacitando-os não apenas para transmitir conhecimentos biológicos, mas também para lidar com questões mais amplas da sexualidade de forma respeitosa e informativa. Além disso, é fundamental que as políticas públicas de educação reconheçam a importância da educação sexual como um direito dos estudantes, promovendo diretrizes claras que incentivem um ensino mais inclusivo e crítico sobre o tema.

Conclui-se que, para transformar a escola em um espaço de acolhimento e respeito à diversidade, é necessário não apenas capacitar os professores, mas também fomentar um diálogo aberto com a comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis. Dessa forma, a educação sexual pode contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, informada e livre de preconceitos, preparando os jovens para exercerem sua cidadania de forma consciente e responsável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

CABRAL, C. S. **Juventudes, sexualidade e saúde: reflexões teóricas e metodológicas a partir de uma pesquisa multissituada sobre trajetórias afetivo-sexuais juvenis**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 33, n. 1, e240041pt, 2024.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/w5mKn7npyb94bKgQjwfC3bC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2024.

EW, R. A. S., Conz, J., Farias, A. D. G. O., Sombrio, P. B. M., & Rocha, K. B.

Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível. Psicologia em Pesquisa, v. 11, n. 2, p. 51-60, 2017. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000200007. Acesso em: 30 out. 2024.

GESSER, V. L., Oltramari, C. A., & Panisson, L. B.

Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. Educação e Políticas Públicas, v. 2, n. 3, p. 34-47, 2022.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/XyfXTchpMdBdRVHPzFSg47K/>. Acesso em: 30 out. 2024.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto & Contexto - Enfermagem, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>. Acesso em: 30 out. 2024.

MOREIRA, M. C., Maia, A. C. B., & Jacinto, H. F. A.

Educação sexual nas escolas: concepções e práticas de professores. Revista Psicologia e Educação On-Line, v. 3, n. 1, p. 47-54, 2020.

Disponível em:

<https://psicologiaeducacao.ubi.pt/Ficheiros/ArtigosOnLine/2020N1/V3N1%20-%205.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, abr./jun. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>.

Acesso em: 30 out. 2024.

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Geraldo Fernandes Fonte Boa²⁷
Lorrayne Gonçalves Dias²⁸
Maria Riqueli Ferreira de Lima²⁹

RESUMO

O presente estudo investiga a contribuição do engajamento familiar no processo de desenvolvimento educacional de crianças na primeira infância (0 a 6 anos). Utiliza-se pesquisa de campo, de natureza quantitativa e qualitativa, com questionários aplicados a profissionais (docentes e gestores) de escolas municipais em Nova Serrana. O estudo confirma a percepção unânime dos educadores de que a parceria Família-Escola é fundamental para o sucesso acadêmico e o desenvolvimento integral dos estudantes. O principal desafio identificado, citado por todos os seis respondentes, é a "Falta de tempo dos pais ou responsáveis". A ausência familiar gera impactos negativos, como desinteresse pelos estudos, dificuldades de aprendizagem e desempenho escolar inferior. Em resposta a este desafio, as escolas empregam estratégias majoritariamente tradicionais (reuniões, eventos culturais). Conclui-se que existe um desalinhamento entre o desafio logístico principal (falta de tempo) e as estratégias tradicionais adotadas, as quais não são flexíveis o suficiente para superar essa barreira. Recomenda-se, portanto, a revisão das estratégias escolares em busca de maior flexibilidade e "mais contato com os pais" para a concretização dessa colaboração vital.

Palavras-chave: Parceria Família-Escola. Primeira Infância. Desenvolvimento Infantil. Engajamento familiar. Falta de tempo.

ABSTRACT

The present study investigates the contribution of family engagement to the educational development process of children in early childhood (0 to 6 years old). A quantitative and qualitative field research approach was used, with questionnaires administered to professionals (teachers and administrators) from municipal schools in Nova Serrana. The study confirms the unanimous perception of educators that the Family-School partnership is fundamental for students' academic success and holistic development. The main challenge identified, cited by all six respondents, is the "Lack of time of parents or guardians." Family absence generates negative impacts, such as lack of interest in studies, learning difficulties, and inferior school performance. In response to this challenge, schools employ mostly traditional strategies (meetings, cultural events). It is concluded that there is a misalignment between the main logistical challenge (lack of time) and the traditional strategies adopted, which are not flexible enough to overcome this barrier. It is therefore recommended to review

²⁷ Mestre em Educação e Professor da Faculdade de Nova Serrana

²⁸ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Nova Serrana

²⁹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Nova Serrana

school strategies in search of greater flexibility and "more contact with parents" for the realization of this vital collaboration.

Keywords: Family-School Partnership. Early Childhood. Child Development. Family Engagement. Lack of time.

1. INTRODUÇÃO

O tema da parceria entre família e escola na primeira infância (0 a 6 anos) possui crescente relevância para o desenvolvimento infantil e a prática pedagógica contemporânea. Esta fase é crítica devido à sua intensa plasticidade cerebral, onde as experiências e os estímulos são fundamentais para a construção das bases de habilidades futuras (CCNCPI, 2016; UNICEF, 2018).

Nesse contexto, a Constituição Federal (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) estabelecem a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado em assegurar os direitos da criança, incluindo a educação. Diante dessa interdependência, o estudo se propôs a investigar como o engajamento familiar contribui para o desenvolvimento educacional da criança, potencializando o aproveitamento acadêmico.

O problema central abordado reside na identificação e análise dos fatores que facilitam ou dificultam uma colaboração efetiva. A justificativa desta pesquisa emergiu da constatação empírica do baixo envolvimento familiar, ou até mesmo a ausência quase completa em alguns casos, o que gera um impacto negativo no processo de aprendizagem e no desenvolvimento integral.

Desta forma, a pesquisa de campo foi essencial para testar a hipótese de que a parceria ativa e colaborativa entre família e escola, por meio de comunicação eficaz e envolvimento regular, exerce um impacto positivo e significativo no desenvolvimento integral das crianças. O estudo utilizou uma abordagem quantitativa e qualitativa, conforme a metodologia de Silva (2015), aplicada a profissionais de escolas municipais em Nova Serrana.

2. ARCABOUÇO TEÓRICO: FAMÍLIA, ESCOLA E PRIMEIRA INFÂNCIA

A percepção sobre a criança e a infância tem se modificado historicamente. Na Idade Média, Philippe Ariès (1989) argumenta que a criança não era vista como distinta do adulto após os primeiros anos de vida, sendo rapidamente integrada à vida adulta. O aprendizado se dava pela prática em grandes grupos familiares. Com a Modernidade, a partir dos séculos XVII e XVIII, a infância passou a ser valorizada como uma fase especial que merecia cuidado e educação formal, levando ao surgimento da escola institucionalizada e da família nuclear (Ariès, 1989).

2.1 A Relevância da Primeira Infância e o Marco Legal

A Primeira Infância, que vai do nascimento aos seis anos, é um período sensível, marcado por uma elevada plasticidade cerebral. O desenvolvimento cerebral ocorre em uma velocidade única, formando as bases das estruturas que sustentam a aprendizagem ao longo da vida (UNICEF, 2018).

Reconhecendo essa criticidade, o Brasil promulgou o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016), que visa superar a segmentação das ações e reforça o cuidado integral e integrado. A lei reafirma a responsabilidade compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e destaca a atenção à família como o primeiro ambiente de aprendizado e desenvolvimento. A própria educação infantil é vista como uma política pública de apoio às famílias, sendo o alicerce para aprendizagens futuras (CCNCPI, 2021).

2.2 A Dinâmica Complementar da Parceria Família-Escola

A família atua como o ponto primário de desenvolvimento (emocional, moral, cognitivo), onde a criança experimenta as primeiras recompensas e modelos de comportamento (SOUZA e JOSÉ FILHO, 2008). Em contrapartida, a escola se constitui no polo que amplia a identificação social e formaliza o processo de transmissão e assimilação do conhecimento (VALADÃO; SANTOS, 1997). A Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei n.º 9.394/1996) estabelece que a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, "complementando a ação da família e da comunidade".

No entanto, a relação é frequentemente marcada por assimetrias e conflitos de expectativas. A escola, por vezes, tende a rotular os pais ausentes como

desinteressados ou "incompetentes", atribuindo à família o ônus do fracasso escolar (Perez, 2000; Ribeiro, 2006; Zago, 1998). A falta de integração resulta em um "jogo de empurra" no qual a criança fica no centro das tensões. Para o desenvolvimento pleno da criança, família e escola devem atuar como parceiras de caminhada.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de campo, com natureza qualitativa e quantitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica como suporte. O método foi escolhido por atender à necessidade de analisar a natureza dos problemas, ajudando a incluir ou excluir as hipóteses levantadas (SILVA, 2015).

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado elaborado via Google Forms, contendo 7 perguntas, sendo 3 de múltipla escolha e 4 descritivas. O questionário foi direcionado aos profissionais da educação (diretores, vice-diretores, pedagogos, professores e monitores) de Escolas Municipais em Nova Serrana que atendem a faixa etária da primeira infância (0 a 6 anos). Foram obtidas seis respostas válidas.

O questionário buscou mapear o contexto institucional, ou seja, o público que a escola atende (Q1), a percepção da escola sobre a família e seu envolvimento com a vida escolar dos alunos(Q2); os percepção dos profissionais da educação sobre os principais desafios que a escola enfrenta no relacionamento com as famílias(Q3) e quais as estratégias que a escola utiliza para vencer estes desafios (Q4); buscou-se também identificar os impactos da ausência familiar na vida escolar dos alunos (Q5); por outro lado, a pesquisa se preocupou em demonstrar o fortalecimento da aprendizagem quando a família participa da vida escolar dos alunos (Q6) e finalmente, buscou-se coletar sugestões dos profissionais que voluntariamente participaram da pesquisa, visando a melhoria da relação família e escola (Q7). É preciso ressaltar que as questões 1, 3 e 4, foram questões direcionadas, ou seja, os entrevistados tinham alternativas para serem marcadas, já as demais questões eram livres, ou seja, os voluntários poderiam escrever sem limites e livremente suas opiniões e visões.

A adesão foi à pesquisa foi baixa, e certamente se teria mais dados para uma análise mais aprofundada se a base de dados fosse maior. Mesmo assim, devido ao

fator tempo, se se considerou as respostas obtidas (apenas 6 respostas) que vão abaixo analisadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das seis respostas coletadas em Nova Serrana revelou achados cruciais para a compreensão da dinâmica Família-Escola.

4.1 A Percepção Unânime e o Grande Desafio

A percepção dos educadores sobre a parceria é unanimemente positiva. Para os respondentes, a colaboração é "fundamental para o sucesso acadêmico e desenvolvimento integral dos estudantes" (R3), e resulta em "sucesso" (R4). A família é reconhecida como a "primeira e mais importante escola, ensinando valores".

Quando a família participa ativamente (Q6), a criança se sente "mais empolgada" para realizar atividades e aprender (R1, R5), além de melhorar a "socialização com o meio" e a "saúde mental" (R6).

Contudo, apesar desta importância reconhecida, a pesquisa confirmou o problema do baixo envolvimento. O dado mais crítico (Q3) é que todos os seis respondentes citaram a "Falta de tempo dos pais ou responsáveis" como o principal desafio. Outros desafios incluem Negligência, Desinteresse e Condições socioeconômicas.

4.2 O Impacto da Ausência e o Desalinhamento Estratégico

A falta de envolvimento (Q5) "impacta o desenvolvimento dos alunos, tanto acadêmico quanto social". As consequências detalhadas citadas pelos educadores são graves: desinteresse pelos estudos, dificuldades de aprendizagem, baixa autoestima, insegurança, problemas de comportamento e desempenho escolar inferior (R3).

Em resposta a esse desafio, as escolas utilizam um repertório de estratégias majoritariamente tradicional (Q4). A "Reuniões de pais" foi citada por todos os respondentes, e "Eventos culturais" e "Dia da família" por 5 dos 6 respondentes.

O ponto crucial de discussão é o desalinhamento estratégico. Se o obstáculo principal é logístico — a falta de tempo dos pais —, as estratégias tradicionais

(reuniões em horários fixos e eventos) se mostram inflexíveis. Os próprios profissionais notam essa falha, sugerindo que a escola tente envolver os pais "em horário que eles possam participar também" (R5). Um respondente observa criticamente que os pais que "realmente precisam de ir não vão", indicando que as estratégias atuais tendem a atrair apenas as famílias já engajadas (R1).

A pesquisa, portanto, suporta integralmente a hipótese principal: a parceria tem um impacto positivo significativo. No entanto, o desafio central reside em superar a barreira logística da falta de tempo para que essa parceria possa se concretizar de fato.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que a parceria entre família e escola é uma condição fundamental para o sucesso acadêmico e o desenvolvimento integral da criança na primeira infância. A hipótese de que a participação ativa tem um impacto positivo foi confirmada.

No entanto, o estudo identificou a "Falta de Tempo" como o desafio estrutural e a principal barreira para a construção de uma colaboração efetiva. A pesquisa revelou que o repertório estratégico das escolas é tradicional e não alcança os pais ausentes, que são justamente aqueles que mais necessitam de acompanhamento.

O sucesso da parceria depende, em grande parte, da capacidade da escola de se adaptar à realidade social e temporal das famílias, buscando maior flexibilidade e "mais contato com os pais".

5.1 Sugestões para Futuras Investigações

Embora o objetivo geral tenha sido atingido, mapeando amplamente os desafios, surgiram lacunas metodológicas que podem ser exploradas em estudos futuros:

Análise Comparativa de Desempenho: É necessária a obtenção de dados comparativos diretos (como notas ou avaliações padronizadas) entre o grupo de crianças com alto envolvimento familiar e aquelas com baixa ou nenhuma presença ativa.

Perspectiva das Famílias Ausentes: Investigar a percepção das famílias sobre os desafios da parceria, focando nos seus horários e formatos preferenciais de comunicação e participação para superar a barreira da "falta de tempo".

Avaliação de Estratégias Flexíveis: Avaliar os resultados práticos da implementação de abordagens inovadoras e flexíveis, como o uso de tecnologias ou horários alternativos de atendimento, e como estas impactam o desenvolvimento infantil.

O engajamento familiar na educação infantil não deve ser visto apenas como um bônus, mas como um **combustível essencial**. Quando o motor da aprendizagem infantil não recebe esse combustível (devido à falta de tempo e à rigidez escolar), ele funciona com desempenho inferior. A escola precisa agir como um **posto de abastecimento flexível**, que se adapta ao fluxo da vida moderna, garantindo que o "tanque" da criança esteja sempre cheio de apoio e motivação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. S. **Condições de vida, potencial cognitivo e escola: um estudo etnográfico sobre alunos repetentes da 1ª série do 1º grau.** 1986. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARAN, M.; SAUMA, J.; SIQUEIRA, P. **Lembrar, Espelhar e Experimentar: Distanciamentos e sobreposições entre público e especialistas brasileiros quanto ao Desenvolvimento na Primeira Infância.** Washington, DC: FrameWorks Institute, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República,** 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e outras legislações.**

Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 abr. 2025.

CARVALHO, M. P.; VIANNA, C. P. **Educadoras e Mães de Alunos: Um (des)encontro**. In: BRUSCHINE, C.; SORJ, B. (Orgs.). *Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994. p. 133-158.

CHECHIA, V. A. **Pais de alunos com sucesso e insucesso escolar: percepções da escola, do desempenho escolar e do envolvimento com o cotidiano escolar**. 2002. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Educação infantil de qualidade** [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2021.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Estudo nº II: Importância dos vínculos familiares na primeira infância**. 2016. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Estudo nº III: Funções Executivas e Desenvolvimento na primeira infância: Habilidades Necessárias para a Autonomia**. 2016. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br> acesso em 24 abr. 2025

CRUZ, S. H. V. **Representação de escola e trajetória escolar**. *Psicologia USP*, v. 8, n. 1, p. 91-111, 1997.

PEREZ, Marcia Cristina Argenti. **Família e escola na educação da criança: análise das representações presentes em relatos de alunos, pais e professores de uma escola pública de ensino fundamental**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2000. Acesso em: 13 abril 2025.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. **A assimetria na relação entre família e escola pública.** *Paidéia*, v. 16, n. 35, p. 385-394, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/K5gbmTLsHXMcCj7PDvH3rRK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SOUZA, Ana Paula de; JOSÉ FILHO, Mário. **A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional.** *Revista Iberoamericana de Educación*, ed. 44, vol. 7, nº 1681-5653, 2008. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/1821Sousa.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

VALADÃO, Cláudia Regina; SANTOS, Regina de Fátima Mendes. **Família e escola: visitando seus discursos.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UNESP-Franca, 1997.

ZAGO, N. Realidades Sociais e Escolares e Dinâmica Familiar nos meios populares. *Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia*, v. 8, n. 14/15, p. 63-73, 1998.

UNICEF - **Desenvolvimento infantil**, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/desenvolvimento-infantil> Acesso em: 28 abr. 2025

SILVA. Airton Marques da. **Metodologia da pesquisa.** – 2.ed. rev. – Fortaleza, CE: EDUECE, 2015.

SILVA, Reginaldo; MENDES, Thiago Casemiro. **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos FANS: Normas da ABNT para apresentação de monografias e trabalhos acadêmicos.** Versão 2023. Revisão e atualização 03/02/2023.

A Transformação do Ensino Superior na Era da Tecnologia e Humanização: Desafios, Competências e Perspectivas do Educador Universitário

Hélder Mendonça Duarte³⁰

Resumo

Este artigo analisa a evolução do ensino superior, com ênfase na transformação do papel do professor universitário, suas competências, os desafios contemporâneos e as perspectivas futuras. O estudo baseia-se em uma revisão documental do capítulo do livro "Vivências Acadêmicas", que discute as mudanças na relação professor-aluno, uso de tecnologias, a gestão educacional e o impacto social da universidade. A pesquisa visa contribuir para um entendimento aprofundado das práticas pedagógicas modernas, alinhadas às demandas de uma sociedade em constante transformação.

Palavras-chave

Ensino superior, professor universitário, tecnologias educacionais, humanização, competências docentes, gestão educacional.

1. Introdução

O ambiente universitário tem passado por profundas mudanças ao longo das últimas décadas, impulsionado por avanços tecnológicos, demandas sociais por inclusão e uma maior valorização do protagonismo estudantil. Como destacam os autores do capítulo de "Vivências Acadêmicas", o papel do professor universitário evoluiu de uma figura autoritária e transmissora de conteúdo para um facilitador, mediador e designer de experiências educacionais. Além disso, a gestão educacional deve atuar de forma estratégica e humanizada para garantir a qualidade do ensino.

Neste contexto, o presente estudo busca analisar as principais mudanças, competências necessárias para o professor do século XXI, os desafios enfrentados e

³⁰ Mestre em Administração de Empresas (UNIPEL), especialista em logística empresarial (FGV), especialista em Gestão Estratégica (FADOM), especialista em Gestão Educacional (SENAC-MG), Diretor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

as perspectivas futuras, incluindo o uso de inteligência artificial e tecnologias emergentes. Para isso, realiza-se uma revisão documental dos capítulos referentes à evolução do professor, práticas pedagógicas e à relação entre docentes e estudantes.

2. Metodologia

Este artigo caracteriza-se por uma revisão teórica e documental, fundamentada na análise de capítulos do livro "Vivências Acadêmicas", que abordam a evolução do papel do professor universitário, suas competências, práticas pedagógicas, relação com os estudantes e gestão educacional, com ênfase na incorporação de tecnologias, especialmente a inteligência artificial.

A seleção das fontes deu-se a partir da leitura cuidadosa dos capítulos de páginas 40 a 50, priorizando os trechos que abordam a evolução histórica, o perfil do docente, as práticas pedagógicas modernas e os desafios atuais. A análise foi conduzida de forma interpretativa, buscando relacionar os conceitos apresentados com teorias existentes na área de educação superior e inovação pedagógica.

Transformações do Papel do Professor no Ensino Superior

Ao longo do tempo, a figura do professor universitário passou por uma profunda metamorfose, refletindo as mudanças sociais, tecnológicas e culturais. No passado, os docentes eram considerados verdadeiros guardiões do conhecimento, portadores de uma autoridade incontestável, com formação focada em conhecimentos técnicos e acadêmicos, muitas vezes com pouca ou nenhuma preparação pedagógica [T4, p.44]. Essa fase é marcada por uma postura de transmissor do saber, onde o segredo do conhecimento permanecia centrado na figura do professor, que tinha o papel de autoridade máxima no ambiente de aprendizagem.

No entanto, com o avanço das democracias e das novas possibilidades tecnológicas, essa postura evoluiu. Hoje, o professor é visto essencialmente como um facilitador, um mediador que promove uma aprendizagem ativa. Como destacado, a figura do docente do ensino superior é cada vez mais um "designer de experiências educacionais", cuja atuação vai além do conteúdo clássico, incorporando valores de ética, empatia e compromisso social [T4, p.48]. Sua formação deve ser contínua e multidisciplinar, incluindo conhecimentos em tecnologia e metodologias inovadoras,

para responder às demandas de uma educação que é cada vez mais personalizada e conectada às realidades sociais.

Mudanças nas Práticas Pedagógicas e Tecnologias na Educação

A incorporação de novas metodologias e tecnologias tem sido uma marca registrada dessa transformação. Utilizar plataformas digitais, vídeos, podcasts e redes sociais amplia o alcance e a dinâmica das aulas, promovendo maior autonomia ao estudante [T3, p.47]. Práticas ativas, como a sala de aula invertida, aprendizagem baseada em projetos, gamificação e ambientes de aprendizagem imersivos — realidade aumentada, metaverso, simulações virtuais — se tornam instrumentos de engajamento, especialmente quando aliados ao uso de algoritmos que possibilitam o ensino personalizado, muitas vezes apoiado por inteligência artificial [T2, p.48].

Essas inovações, por sua vez, oferecem desafios éticos, como o uso responsável dos dados dos estudantes, além de questões relacionadas à humanização do ensino em meio à automação e automação excessiva. Assim, a relação com os alunos deve se basear na colaboração, na empatia e na atenção às demandas socioemocionais, promovendo um ambiente de aprendizado acolhedor e diverso [T2, p.48].

O Perfil do Professor do Futuro

As tendências apontam para um profissional híbrido, que combina habilidades de educador, mentor, tecnólogo e pesquisador. Sua formação deve incluir competência digital, sensibilidade pedagógica, ética, capacidade de mediação e de oferecer experiências de aprendizagem inovadoras [T3, p.47]. É fundamental que o docente seja um permanente aprendiz, capaz de atualizar suas práticas, participando de congressos, produzindo artigos e trocando experiências com colegas de forma colaborativa.

A Evolução do Professor: Passado, Presente e Futuro

Ao retratar esse percurso histórico, o documento revela que, no passado, os professores costumavam ser figuras de autoridade, muitas vezes com pouca formação pedagógica, cujo acesso era restrito a um grupo elitizado. Hoje, o cenário é de maior democratização da educação e de valorização da formação contínua, voltada para o desenvolvimento de competências socioemocionais, inovação pedagógica e inclusão [T4, p.44].

Na perspectiva futura, essa trajetória aponta para uma atuação de um profissional que não apenas domina o conteúdo, mas que também atua como um inspirador, facilitador e modelo de conduta ética, apoiando o protagonismo do estudante e promovendo uma educação mais humanizada e interdisciplinar [T1, p.49].

A Relação com os Estudantes e Suas Jornadas

A experiência do estudante universitário é objeto de atenção especial, pois reconhece-se que a formação vai além das disciplinas, envolvendo aspectos emocionais, sociais e pessoais. Como destacado, a trajetória do estudante é um processo de descobertas, desafios e transformações, indispensáveis para a construção do protagonismo, autonomia e senso de pertencimento.

Para se promover essa experiência de maneira eficaz, as instituições precisam criar ambientes acolhedores, que valorizem a trajetória individual, incentivando ações de extensão, iniciação científica e monitoria, conectando o aprendizado com a comunidade e o mercado de trabalho. Ressalta-se que a relação professor-aluno deve ser horizontal, colaborativa e pautada na empatia, na diversidade e na atenção à saúde mental, atendendo às necessidades específicas de cada estudante.

Desafios, Ética e Responsabilidade na Educação Superior

O avanço tecnológico traz desafios éticos ligados ao uso de tecnologias, dados e inteligência artificial, requerendo uma formação ética contínua para os docentes e estudantes. Além disso, a carga de trabalho, a pressão por resultados e as mudanças rápidas no contexto social e socioeconômico representam obstáculos para a manutenção de uma educação de qualidade.

A gestão educacional também deve ser estratégica e humanizada, integrando planejamento, avaliação e liderança de forma articulada, de modo a garantir o sucesso institucional e o desenvolvimento profissional dos professores. Como afirma Vitor Henrique Paro, a gestão não é apenas administrativa, mas também pedagógica e política, enfatizando a importância de uma liderança comprometida com a missão e o impacto social da instituição.

Importância do Protagonismo e Reconhecimento

Por fim, o documento reforça que o reconhecimento da trajetória individual do estudante, por meio de ações de incentivo à autonomia, projetos de extensão e conquistas acadêmicas, fortalece o sentimento de pertencimento e propósito. Assim, o protagonismo do aluno na sua própria formação é a essência para uma educação que transforma não somente o indivíduo, mas também a sociedade como um todo.

3. Resultados

Os principais resultados da análise documental indicam que:

- **Evolução do papel do professor:** A figura passou de um guardião do saber, com formação focada em conhecimento técnico e pouca formação pedagógica, para um mediador, facilitador e designer de experiências de aprendizagem, com competências híbridas, incluindo domínio técnico, sensibilidade pedagógica, ética e inovação.
- **Práticas pedagógicas emergentes:** Há uma forte incorporação de tecnologias digitais, ambientes imersivos, metodologias ativas e avaliações diversificadas, promovendo maior autonomia, inclusão e interesse dos estudantes.
- **Relação com os estudantes:** Transição de uma relação distanciada para uma relação mais próxima, empática e colaborativa, com atenção às questões emocionais e sociais.
- **Desafios contemporâneos:** Sobrecarga de trabalho, necessidade de atualização constante frente às mudanças tecnológicas, questões éticas relacionadas ao uso de dados e tecnologias, manutenção da humanização diante da automação e a necessidade de formação contínua.
- **Gestão educacional:** Deve ser estratégica, integrada ao corpo docente e focada na formação integral do estudante, promovendo o protagonismo e o desenvolvimento de competências socioemocionais.
- **Impacto da inteligência artificial:** A inclusão de IA na gestão, na personalização do ensino e na avaliação oferece oportunidades de ampliar o

impacto social da universidade, tornando a educação superior mais acessível e inovadora.

4. Discussão

A transformação do ensino superior implica uma revisão contínua do papel do professor e das estratégias pedagógicas adotadas. Como evidenciado, o docente do presente e do futuro deve possuir uma formação abrangente, que combina domínio técnico, competências pedagógicas, sensibilidade social e inovação tecnológica. Isso requer uma postura de aprendizagem contínua, adaptação às novas ferramentas e uma compreensão aprofundada das questões éticas relacionadas ao uso de dados e tecnologias emergentes.

As práticas pedagógicas estão cada vez mais voltadas para metodologias ativas e personalizadas, que promovem autonomia e envolvimento do estudante, elementos essenciais para a formação de cidadãos críticos e inovadores. Segundo Ferreira (2021), a relação de proximidade e empatia entre professores e alunos é um fator decisivo para a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral do estudante.

A gestão educacional, por sua vez, deve atuar de forma estratégica, humanizada e integrada, criando ambientes propícios à inovação e ao protagonismo estudantil. A utilização de inteligência artificial, embora ainda em fase de ampliação, promete ampliar a eficiência e a personalização do ensino, promovendo maior inclusão e impacto social.

Contudo, os desafios enfrentados, como a sobrecarga de trabalho e as questões éticas, indicam a necessidade de políticas institucionais que priorizem a formação contínua e a valorização do corpo docente. Isso, aliado a uma gestão que promova a cultura de inovação, pode alavancar a qualidade do ensino e transformar o ambiente universitário em um verdadeiro ecossistema de impacto social.

5. Considerações Finais

A evolução do ensino superior revela uma mudança paradigmática na formação dos docentes, na relação com os estudantes e na gestão institucional. O professor do século XXI precisa ser um profissional híbrido, competente, empático e inovador,

capaz de liderar mudanças e inspirar seus alunos em ambientes cada vez mais digitais e humanizados.

A incorporação de tecnologias, especialmente a inteligência artificial, oferece oportunidades de ampliar o impacto social da universidade, democratizando o acesso ao conhecimento e promovendo aprendizagens personalizadas. No entanto, esses avanços demandam uma formação contínua, ética e sensível às questões sociais, para que a tecnologia seja uma aliada na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por fim, acredita-se que a integração de práticas pedagógicas inovadoras, uma gestão estratégica e uma postura ética e empática serão fundamentais para transformar o ambiente universitário em um verdadeiro espaço de transformação social, capaz de formar cidadãos críticos, éticos e criativos.

6. Referências Bibliográficas

Evolução do papel do professor: Paro, V. H. (2011). *A gestão pedagógica e a formação docente*. Lisboa: Chiado Editora.

Práticas pedagógicas e inovação: Freire, P. (1996). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

Competências do docente: Shulman, L. S. (1986). Those who underperform: What educators can do. *American Educator*, 10(3), 4-13.

Tecnologia e educação: Luckin, R., Holmes, W., Griffiths, M., & Forcier, L. B. (2016). *Intelligent immersive learning technologies*. *Journal of Learning Analytics*.

Gestão educacional: Paro, V. H. (2011). *A gestão democrática da escola pública*. Papirus.

COMO FORTALECER A RELAÇÃO TEORIA X PRÁTICA NO ENSINO SUPERIOR NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Hélder Mendonça Duarte³¹

Resumo

A crescente presença da Inteligência Artificial (IA) no ensino superior apresenta desafios e oportunidades significativas para a educação. Este artigo examina a interação entre teoria e prática na formação acadêmica, propondo estratégias para fortalecer essa relação na era digital. Através de uma abordagem interdisciplinar, discutiremos a importância da integração de tecnologias de IA nas práticas pedagógicas e os impactos positivos que essa integração pode ter na formação de profissionais mais preparados para o mercado de trabalho.

Introdução

A educação superior tem enfrentado críticas crescentes em relação à sua capacidade de preparar os alunos para um mercado de trabalho em constante transformação. A teoria, frequentemente percebida como desconectada da prática, necessita de uma reavaliação em um contexto onde a Inteligência Artificial redefine as competências e habilidades demandadas. Este artigo explora como a IA pode ser utilizada como uma ferramenta para integrar teoria e prática de maneira mais eficaz, promovendo uma aprendizagem mais significativa e aplicada.

A Teoria e a Prática no Ensino Superior

1. Compreensão da Relação Teórica-Prática

A relação entre teoria e prática é fundamental para a formação acadêmica. A teoria fornece a base conceitual necessária para a compreensão dos fenômenos, enquanto a prática oferece a experiência real que solidifica e contextualiza essa teoria. A

³¹ Mestre em Administração de Empresas (UNIPEL), especialista em logística empresarial (FGV), especialista em Gestão Estratégica (FADOM), especialista em Gestão Educacional (SENAC-MG), Diretor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

desconexão entre esses dois aspectos pode resultar em um ensino que não prepara adequadamente os alunos para os desafios do mundo real.

2. Desafios Enfrentados

Os desafios da integração teoria-prática incluem:

- **Currículos Desatualizados:** Muitas instituições ainda utilizam currículos que não refletem as mudanças rápidas no mercado de trabalho.
- **Metodologias Tradicionais:** O uso predominante de métodos de ensino tradicionais pode limitar a aplicação prática do conhecimento.
- **Falta de Parcerias:** A ausência de colaborações entre universidades e indústrias dificulta a aplicação prática do conhecimento adquirido.

A Influência da Inteligência Artificial

1. O Papel da IA na Educação

A IA pode revolucionar o ensino superior ao:

- **Personalizar a Aprendizagem:** Sistemas de IA podem adaptar conteúdos e métodos de ensino às necessidades individuais dos alunos, promovendo um aprendizado mais eficaz.
- **Simular Ambientes Práticos:** Tecnologias de simulação baseadas em IA podem oferecer experiências práticas em ambientes controlados, permitindo que os alunos apliquem a teoria em situações realistas.
- **Análise de Dados:** Ferramentas de análise de dados podem ajudar instituições a identificar lacunas no aprendizado e a ajustar currículos de forma dinâmica.

2. Exemplos de Aplicação

Alguns exemplos de como a IA pode ser utilizada para fortalecer a relação teoria-prática incluem:

- **Laboratórios Virtuais:** Utilização de laboratórios virtuais para cursos de ciências e engenharia, onde os alunos podem aplicar teoria em simulações práticas.

- **Plataformas de E-learning:** Plataformas que utilizam IA para oferecer feedback em tempo real e personalizar o aprendizado com base no desempenho do aluno.
- **Parcerias com Indústrias:** Colaboração com empresas para desenvolver projetos práticos que integrem teoria e prática, utilizando soluções baseadas em IA.

Estratégias para Integração

1. Desenvolvimento Curricular

- **Currículos Interdisciplinares:** Criar currículos que integrem diferentes áreas do conhecimento, permitindo que os alunos vejam a aplicação prática da teoria em contextos variados.
- **Atividades Práticas:** Incluir mais atividades práticas nos cursos, como estágios, projetos de pesquisa e estudos de caso.

2. Formação de Professores

- **Capacitação em Tecnologias de IA:** Oferecer formação continuada para professores sobre como integrar a IA em suas aulas, garantindo que eles estejam preparados para utilizar essas ferramentas de maneira eficaz.

3. Parcerias Estratégicas

- **Colaboração com o Setor Privado:** Estabelecer parcerias com empresas para desenvolver projetos que reflitam as necessidades do mercado, permitindo que os alunos trabalhem em problemas reais.

Quais são os principais desafios enfrentados na integração entre teoria e prática no ensino superior?

A integração entre teoria e prática no ensino superior é fundamental para preparar os alunos para o mercado de trabalho, mas diversos desafios podem dificultar esse processo. Aqui estão os principais desafios enfrentados:

1. Currículos Desatualizados

- **Relevância:** Muitos currículos não refletem as necessidades atuais do mercado de trabalho, dificultando a aplicação prática dos conhecimentos teóricos.
- **Rigidez:** A estrutura rígida de muitos programas acadêmicos impede a rápida adaptação a novas demandas e tendências.

2. Metodologias Tradicionais

- **Aula Expositiva:** O uso predominante de aulas expositivas não incentiva a participação ativa dos alunos, limitando a aplicação prática do conhecimento.
- **Falta de Experiência Prática:** A escassez de experiências práticas, como estágios e projetos, impede que os alunos desenvolvam habilidades aplicáveis.

3. Desconexão com o Mercado de Trabalho

- **Falta de Parcerias:** A ausência de colaborações entre instituições de ensino e empresas dificulta a criação de experiências práticas relevantes.
- **Feedback Insuficiente:** A falta de comunicação entre educadores e profissionais do setor pode levar a uma falta de compreensão sobre as competências exigidas no mercado.

4. Capacitação de Educadores

- **Falta de Formação:** Professores muitas vezes não recebem formação adequada sobre como integrar teoria e prática em suas disciplinas.
- **Resistência à Mudança:** Alguns educadores podem ser relutantes em adotar novas metodologias ou tecnologias que facilitem essa integração.

5. Recursos Limitados

- **Infraestrutura:** Muitas instituições enfrentam limitações em termos de infraestrutura e tecnologia, o que pode restringir a implementação de métodos práticos de ensino.
- **Financiamento:** A falta de recursos financeiros para desenvolver programas de estágio, laboratórios práticos e colaborações com a indústria pode comprometer a integração.

6. Diversidade de Estilos de Aprendizagem

- **Necessidades Variadas:** Os alunos têm diferentes estilos de aprendizagem e níveis de preparação, o que pode dificultar a implementação de abordagens práticas que atendam a todos.
- **Inclusão:** Garantir que todos os alunos tenham acesso a experiências práticas significativas pode ser um desafio, especialmente em populações diversas.

7. Avaliação e Medição de Resultados

- **Falta de Critérios Claros:** A avaliação da eficácia da integração entre teoria e prática pode ser subjetiva e variar entre disciplinas.
- **Dificuldade em Mensurar Aprendizado Prático:** Avaliar o aprendizado prático e a aplicação de conhecimentos teóricos em um contexto real pode ser complicado.

Conclusão

Superar os desafios enfrentados na integração entre teoria e prática no ensino superior é essencial para garantir que os alunos estejam preparados para um mercado de trabalho em constante evolução. Para isso, é fundamental que as instituições adotem uma abordagem proativa e colaborativa, envolvendo educadores, alunos e o setor privado. Algumas estratégias-chave incluem:

- **Revisão e Atualização Curricular:** É crucial que os currículos sejam revisados regularmente para refletir as necessidades do mercado, integrando conhecimentos teóricos com experiências práticas relevantes.
- **Promoção de Metodologias Ativas:** A adoção de metodologias de ensino que incentivem a participação ativa dos alunos, como aprendizado baseado em projetos e estudos de caso, pode facilitar a aplicação prática dos conceitos.
- **Estabelecimento de Parcerias:** Colaborações com empresas e organizações podem proporcionar estágios e projetos práticos, permitindo que os alunos vivenciem situações reais e desenvolvam habilidades essenciais.
- **Capacitação Contínua dos Educadores:** Investir na formação contínua dos professores em novas tecnologias e metodologias de ensino é fundamental para que eles possam integrar efetivamente teoria e prática em suas aulas.

- **Avaliação e Feedback:** Desenvolver critérios claros para a avaliação do aprendizado prático e a integração da teoria pode ajudar a medir a eficácia dessas abordagens, permitindo ajustes contínuos e melhorias.

Ao abordar esses desafios de maneira holística, as instituições de ensino superior podem não apenas melhorar a qualidade da educação oferecida, mas também preparar os alunos para se tornarem profissionais competentes, adaptáveis e prontos para enfrentar os desafios do futuro. A integração efetiva entre teoria e prática, potencializada pelo uso de tecnologias emergentes como a Inteligência Artificial, pode transformar a experiência educacional e promover um aprendizado mais significativo e aplicável.

Referências

- Baker, R. S., & Siemens, G. (2014). Educational data mining and learning analytics. In *Handbook of Learning Analytics* (pp. 40-48). Society for Learning Analytics Research.
- Becker, K., & Park, K. (2011). Effects of integrative approaches among STEM subjects on students' learning outcomes: A meta-analysis. *Journal of STEM Education Research*, 2(2), 12-28.
- Bennett, N., Dunne, E., & Carré, C. (2016). *Skills Development in Higher Education and Employment*. London: Routledge.
- Cohen, A., Rosenberg, S., & Zohar, A. (2018). The role of AI in transforming higher education: The case for collaboration with industry. *International Journal of Educational Technology in Higher Education*, 15(1), 1-20.
- Ferdig, R. E., & Kennedy, K. (2014). Digital content creation: A framework for understanding and assessing digital learning. *TechTrends*, 58(4), 43-58.
- Freeman, S., Eddy, S. L., McDonough, M., Smith, M. K., Wenderoth, M. P., & Dirks, C. (2014). Active learning increases student performance in science, engineering, and mathematics. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(23), 8410-8415.
- Garrison, D. R., & Vaughan, N. D. (2008). *Blended Learning in Higher Education: Framework, Principles, and Guidelines*. Wiley.
- Gonzalez, A., & Nussbaum, M. (2018). The integration of practice in higher education: A review of the literature. *Journal of Education and Work*, 31(3), 287-308.
- Hwang, G. J., & Chen, C. H. (2017). Seamless flipped learning: a mobile technology enhanced learning environment for the 21st century. *Educational Technology & Society*, 20(1), 170-188.
- Kizilcec, R. F., Piech, C., & Schneider, E. F. (2017). Deconstructing disengagement: Analyzing learner subpopulations in massive open online courses. *Proceedings of the 2017 ACM Conference on Learning@ Scale*, 170-179.

Kolb, D. A. (1984). *Experiential Learning: Experience as the Source of Learning and Development*. Prentice Hall.

Siemens, G. (2013). Learning analytics: The emergence of a discipline. *American Behavioral Scientist*, 57(10), 1380-1390.

Zhang, D., Wang, H., & Zhang, Y. (2020). Virtual laboratories in education: A review of recent developments. *Education and Information Technologies*, 25(3), 1731-1750.

CONTABILIDADE *ON-LINE*: Análise do nível de aceitação do novo modelo contábil em Nova Serrana/MG

Gutierre Gil Barbosa³²
Hilton Wayner Junior³³
Jean Lucas Gontijo Ferreira³⁴

RESUMO

O estudo buscou identificar o nível de aceitação dos empresários do município de Nova Serrana/MG em relação à Contabilidade *On-line*, com base em avanços nas Ciências Contábeis e das mudanças tecnológicas. Permitiu entender as mudanças e tendências na contabilidade, bem como as adequações para os profissionais da área e as evoluções no campo contábil. Para sua elaboração, utilizou-se de uma pesquisa quantitativa, avaliando 133 clientes de dois escritórios de contabilidade do município de Nova Serrana/MG, onde os resultados foram divididos em quatro categorias que ajudaram a identificar as características da Contabilidade *On-line*, obstáculos à sua adoção e sua aceitação. Com os dados coletados, a pesquisa revelou que a maioria dos empresários se apresentaram favoráveis para adotar a Contabilidade *On-line* em vez de rejeitá-la. No entanto, quando se trata de confiança, a maioria confia nas soluções *on-line*, mas ainda valorizam o contato presencial com contadores. Por fim, o estudo contribuiu teoricamente para a compreensão da Contabilidade *On-line*, sua aplicação no mercado e a aceitação pelos usuários, alcançando todos os seus objetivos.

Palavras-chave: Aceitação. Contabilidade *On-line*. Tecnologia.

ABSTRACT

The study aimed to identify the level of acceptance of entrepreneurs in the municipality of Nova Serrana, MG, regarding Online Accounting, based on advances in Accounting Sciences and technological changes. It allowed for an understanding of changes and trends in accounting, as well as adaptations for professionals in the field and developments in the accounting field. For its development, a quantitative research approach was used, evaluating 133 clients from two accounting firms in the municipality of Nova Serrana, MG. The results were divided into four categories that helped identify the characteristics of Online Accounting, barriers to its adoption, and its acceptance. With the data collected, the research revealed that the majority of entrepreneurs were inclined to adopt Online Accounting rather than reject it. However, when it comes to trust, most have faith in online solutions but still value in-person contact with accountants. In conclusion, the study contributed theoretically to the understanding of Online Accounting, its application in the market, and user acceptance, successfully achieving all its objectives.

Keywords: Acceptance. Online Accounting. Technology.

1 INTRODUÇÃO

³² Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana/MG. E-mail: gutierregilbarbosa@gmail.com

³³ Mestre em Administração pela Must University/EUA. Graduado em Administração e Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana/MG. Professor e Coordenador Adjunto da Escola de Negócios. E-mail: admhiltonwayner@gmail.com

³⁴ Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana/MG. E-mail: jeanlgontijo@gmail.com

A contabilidade consiste numa ciência que controla o patrimônio das organizações, apura o resultado de suas atividades e fornece informações para os usuários que fazem uso delas. Para atender seus usuários, o setor contábil passou por várias evoluções ao longo do tempo, e de acordo com as necessidades exigidas vem se aprimorando junto com os avanços tecnológicos.

Com essas alterações na forma de contabilização, o fisco tem acesso às informações de forma rápida e estruturada, diminuindo os níveis de evasões fiscais e fraudes, uma vez que o governo consegue cruzar os dados apresentados pela contabilidade com seus próprios dados.

Todo esse avanço tecnológico moldou a contabilidade para uma área mais ampla na qual, além da preocupação em realizar o registro das movimentações ocorridas, há também a necessidade de gerar informações. Tomando por base as evidências supracitadas e a digitalização dos processos, a contabilidade pode se tornar um serviço muito mais *on-line* do que o encontrado atualmente.

Por conseguinte, o Brasil aderiu a uma caminhada para a inserção cada vez maior no mundo *on-line* e digital. Em um *ranking* que avaliou 198 nações com os governos mais digitais do mundo, o país ficou na sétima posição devido à adoção da plataforma gov.br, a pesquisa inclusive foi elaborada e reconhecida pelo Banco Mundial, onde o Brasil ficou à frente de todas as demais nações das Américas, incluindo potências como Estados Unidos e Canadá, além de reduzir significativamente a burocracia e simplificar o relacionamento com os cidadãos (BRASIL, 2021).

Em consoante com a digitalização dos processos, surgiu a Contabilidade *On-line*. Este modelo presta os mesmos serviços oferecidos por uma contabilidade tradicional, porém de forma totalmente virtual, com informações disponíveis 24 horas e um custo médio menor. Dessa maneira, em poucos anos muitas atividades referentes à contabilidade poderão ser realizadas de forma *on-line*, visto que até mesmo os processos fiscais ligados ao governo estão sendo digitalizados. Com base neste cenário, essa pesquisa visou responder qual será a aceitação dos empresários quanto ao modelo de Contabilidade *On-line*.

No decorrer deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica em materiais relacionados ao tema e em relação à unidade de análise, foram envolvidos dois

escritórios de contabilidade da cidade de Nova Serrana/MG. A escolha se deu pela proximidade dos autores com esses respectivos escritórios e pela consequente acessibilidade à população do estudo. A unidade de observação foi composta por 192 clientes ativos de dois escritórios, abrangendo as atividades da indústria, comércio e serviços, participantes dos regimes de tributação Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, visando assim obter uma melhor análise em relação ao objeto da pesquisa.

2 NOVO MODELO CONTÁBIL

2.1 A CONTABILIDADE E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

A Tecnologia da Informação (TI) pode ser conceituada como toda a soma tecnológica à disposição de uma organização, para realizar seu subsistema de dados e operações, normalmente, vinculados a informática, telecomunicação e ao desenvolvimento dos meios de transmissão de informações (REZENDE e ABREU, 2014).

Assim, com a necessidade de produzir as informações cada vez mais rápidas e de forma precisa, a tecnologia da informação se tornou uma ferramenta imprescindível para a contabilidade, pois integrou sistemas e permitiu que os dados passassem a ser disponíveis em tempo hábil para que a alta direção pudesse tomar decisões (CARVALHO, 2018).

Outro fator preponderante para a adesão da tecnologia da informação, por parte da contabilidade, dá-se pela adoção por parte do governo de um ambiente mais virtual, decorrente do aumento da complexibilidade tributária e das diversas obrigações acessórias que devem ser atendidas. A fiscalização federal brasileira já aderiu ao controle computadorizado para verificar obrigações acessórias, pagamento de tributos e contribuições (GIL; BIANCOLINO e SLAVOV, 2012).

2.2 INFORMATIZAÇÃO NA CONTABILIDADE

O processo de tratamento das informações com automatização pode ser denominado de informática, em outras palavras, consiste na informação automática.

Isso significa que a informática propõe que sejam utilizados computadores e meios eletrônicos para o manejo das informações que são produzidas (VELLOSO, 2017).

Para a contabilidade, em função da alta competitividade no mercado e a necessidade de atualizações das informações, a informatização potencializada pela internet fez com que as rotinas contábeis antes mais operacionais, oportunizassem a modernização sistemática dentro das empresas, em que livros, registros, fichários e arquivos engavetados passassem a ser armazenados em microcomputadores, tornando prático e rápido a realização das tarefas exigidas (ALEIXO, 2013).

2.3 SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

O governo brasileiro, na tentativa de inovar a relação entre a sua fiscalização federal e os contribuintes e de unificar as informações de envio para as autarquias, passou a adotar a ferramenta que atualmente é conhecida como Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), através da qual, possibilitou que a documentação e a escrituração comercial e fiscal das empresas fossem encaminhadas de forma digital (OLIVEIRA e ÁVILA, 2016).

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo Decreto N° 6.022 de 22 de janeiro de 2007 e posteriormente alterado pelo Decreto N° 7.979, de 8 de abril de 2013, passando a vigorar, conforme Art. 2º, com a seguinte definição:

Art. 2º - O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações (BRASIL, 2013).

Conforme Brasil (2017), o SPED teve início com três projetos, que compreendiam a Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e). Posteriormente, outros projetos foram introduzidos, incluindo o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Fiscal Digital Contribuições (EFD – Contribuições), E-Financeira, **Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)**, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-

e), Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) e a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – (NFC-e).

Com esse processo, o SPED objetiva a integração entre os fiscos, a racionalização e a uniformização de obrigações acessórias, além de identificar infrações tributárias a partir da omissão ou desatendimento do cumprimento jurídico, por meio da otimização dos controles, rapidez às informações e fiscalização com cruzamento de dados (BRASIL, 2017).

2.4 ERA DIGITAL E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Com a nova era digital, tarefas e atividades contábeis que antes eram totalmente manuais, vêm passando por processos de adaptação e como consequência, a transformação digital se estabelece, e pode ser uma ferramenta poderosa para os escritórios, visto que muitos seguimentos têm se adequadado a essa tecnologia (SILVA JÚNIOR, 2020).

Em termos conceituais, a transformação digital decorre da interseção entre a computação em nuvem, *big data*, da internet das coisas e da inteligência artificial. Alguns a conceituam como a tecnologia digital inserida na totalidade dos aspectos das organizações (SIEBEL, 2021).

Em outras palavras, a transformação digital na contabilidade busca automatizar os processos, diminuir os trabalhos exercidos de forma rotineira e burocrática, por meio da utilização de recursos tecnológicos que objetivam minimizar a intervenção humana ou substituí-la quando possível. Percebe-se que a tecnologia nunca foi tão utilizada quanto está sendo nos últimos tempos, muito em função da contabilidade, seja através da inteligência artificial ou de *mega dados*, do inglês *Big Data*. Como reflexo, permite ao contador agilizar os seus trabalhos (MEDEIROS, 2022).

2.5 A CONTABILIDADE DIGITAL

Lombardo e Duarte (2017) sustentam que a Contabilidade Digital surgiu no Brasil em 2015 e passou a ser adotada por vários escritórios contábeis pelo país, e a sua principal finalidade é direcionada para a tentativa de agregar valor na prestação dos serviços aos clientes.

Pardinho *et. al* (2021) sustenta que a Contabilidade Digital possibilitou que os contadores utilizassem ferramentas *on-line* para aumentar a produtividade e eficiência, impulsionada pelos avanços da informática e da tecnologia, do incentivo do governo na tentativa de centralizar as informações das empresas.

Nesse contexto, Fernandes e Nico (2020) trazem que a Contabilidade Digital tem um canal de comunicação direto e rápido com as fontes que regulam as informações prestadas, pois permitem que estas cheguem de forma mais organizada e permitam que fraudes e sonegações sejam minimizadas.

2.6 A CONTABILIDADE ON-LINE

Os serviços *on-line* caracterizam-se por serem aqueles realizados à distância, mediante o uso da internet, de uma máquina para outra, sem a necessidade de interferência humana. Através do uso da internet, trabalhos das empresas de contabilidade também podem ser ofertados e realizados *on-line* (ANANIAS *et. al.*, 2018).

Diante disso, o termo Contabilidade *On-line* passou a ser utilizado para designar o uso de tecnologia para escrituração contábil, emissão de guias e das declarações acessórias sem a demanda de contato presencial com os clientes. Assim todo o processo se dá a partir da utilização da internet, no qual o cliente utiliza-se desta, para o repasse de documentos e informações necessários para a escrituração contábil, o que torna o escritório mais rápido e possibilita a expansão de seu alcance a novos clientes com preço mais acessível (ARAUJO, 2019).

Segundo Ananias *et. al* (2018), a modernização dos serviços contábeis vem ocorrendo desde os anos 2000, mecanizando serviços, informatizando, imputando dados e recentemente, promovendo relatórios *on-line* a partir dos avanços da internet, por meio da qual, contabilidades atendem com tecnologia e rapidez, demandando que o profissional esteja *on-line* no mundo virtual para o bom funcionamento do seu trabalho.

São várias características e particularidades que são utilizadas para descrever a Contabilidade *On-line* e o surgimento de um ambiente virtualizado que convergem com os demais autores, evidenciando ser um meio de oportunidades de trabalho, pois surge sob uma ótica inovadora com um formato mercadológico de *Startup*, com várias

potencialidades, dentre elas, como um negócio que objetiva o uso da tecnologia de uma forma relativamente nova para otimizar recursos.

2.7 SEGURANÇA DIGITAL: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Assegurar-se de que as informações digitais estão protegidas se tornou, tanto para os órgãos públicos quanto para as empresas privadas e cidadãos, uma preocupação em escala global (PEREIRA, 2005). Assim, garantindo a proteção em relação ao que é coletado de terceiros, visando evitar riscos de incidentes que possam ocorrer, uma vez que, com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), essa adequação, passa a ser uma obrigatoriedade (CÂMARA, 2020).

Conforme Brasil (2019) essa medida foi instituída pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que alterou a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e teve sua redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019, que traz a seguinte tratativa: “Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências” (BRASIL, 2019).

3 RESULTADOS OBTIDOS

No decorrer do estudo foram coletadas as respostas de 133 clientes de 2 escritórios de contabilidade da cidade de Nova Serrana/MG. Em uma população de 192 clientes, 133 responderam-no e 59 não puderam responder a pesquisa ou não foi possível realizar contato por meio de ligação via telefone celular, *e-mail* ou *whatsapp*®. Na sequência estão dispostos os resultados obtidos.

Em relação a faixa etária, destaca-se que 15,79% tem até 25 anos, 15,04% tem de 26 a 30 anos, 15,79% tem de 31 a 35 anos, 15,04% tem de 36 a 40 anos e 38,35% tem acima de 40 anos. Em relação ao sexo, destaca-se que 53,38% são do sexo masculino e 45,62% são do sexo feminino.

Em relação ao grau de escolaridade, 9,02% tem ensino fundamental incompleto, 4,51% tem ensino fundamental completo, 6,02% tem ensino médio

incompleto, 30,83% ensino médio completo, 15,04% tem ensino superior incompleto e 34,59% tem ensino superior completo.

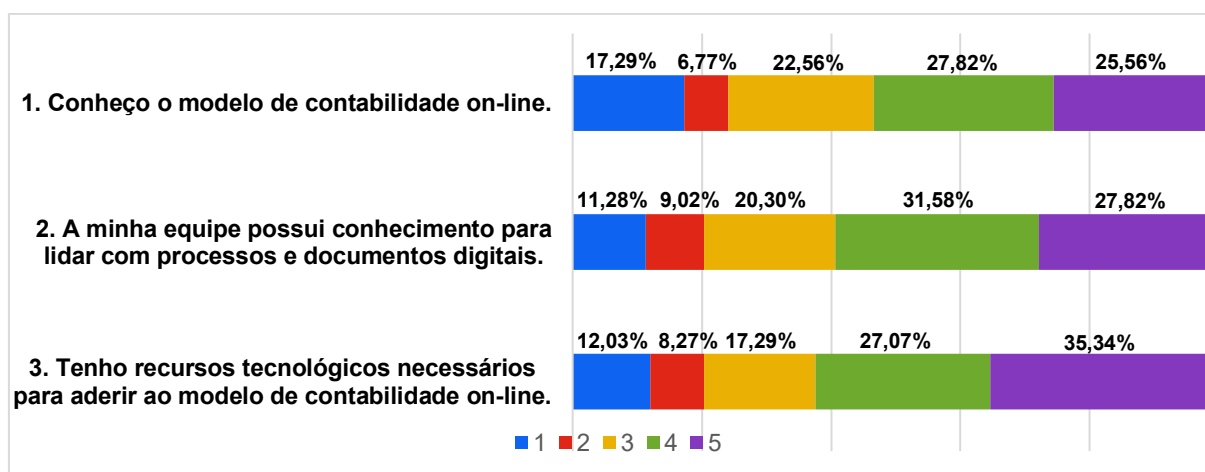
No que tange ao setor da empresa, destaca-se 43,61% são comerciais, 34,59% são industriais e 21,80% são prestadoras de serviço. E em relação ao regime de tributação destaca-se que 90,23% é optante pelo Simples Nacional, 9,02 é optante pelo Lucro Presumido e 0,75% é optante pelo Lucro Real.

Já em relação ao porte da empresa, destaca-se que 58,65% são classificadas como microempresas com faturamento anual de até R\$ 360.000,00, 34,59% são classificadas com empresas de pequeno porte com faturamento anual entre R\$ 360.000,01 e R\$ 4.800.000,00 e 6,77% são classificadas com médias empresas com faturamento anual de R\$ 4.800.000,01 até R\$ 300.000.000,00. Destaca-se também sobre o tempo de mercado, no qual 7,52% das empresas tem menos de um ano, 33,83% tem de 1 a 3 anos, 9,02% tem de 4 a 6 anos, 10,53% tem de 7 a 10 anos e 39,10% tem mais de 10 anos.

Em relação a modalidade de vendas, destaca-se que 42,86% trabalham com varejo, 42,86% com atacado e 28,57% são empresas de serviços.

Além dos dados básicos, foi obtida a opinião dos respondentes em relação as afirmações apresentadas, objetivando coletar dados relacionados ao conhecimento dos empresários sobre o modelo e estrutura da Contabilidade *On-line*. Foi utilizada a Escala Likert, sendo 1 a nota mínima e 5 a nota máxima. Os dados estão dispostos a seguir:

Conhecimento e estrutura da Contabilidade *On-line*

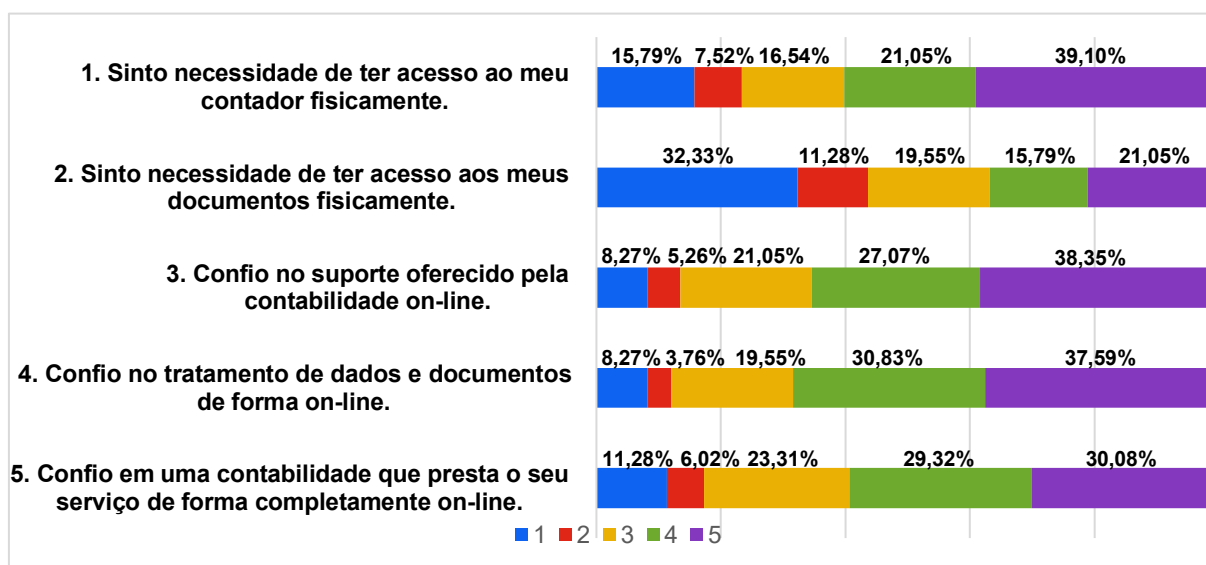


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Como está evidenciado no GRAF. 8, a maior parte dos empresários relataram ter conhecimento do modelo de Contabilidade *On-line*, alcançando os percentuais de 27,82% para os que concordam parcialmente com a afirmação e de 25,56% para os que concordam totalmente.

Foram obtidos dados relativos à confiança dos empresários em relação ao modelo de contabilidade *on-line*.

Confiança na Contabilidade *On-line*

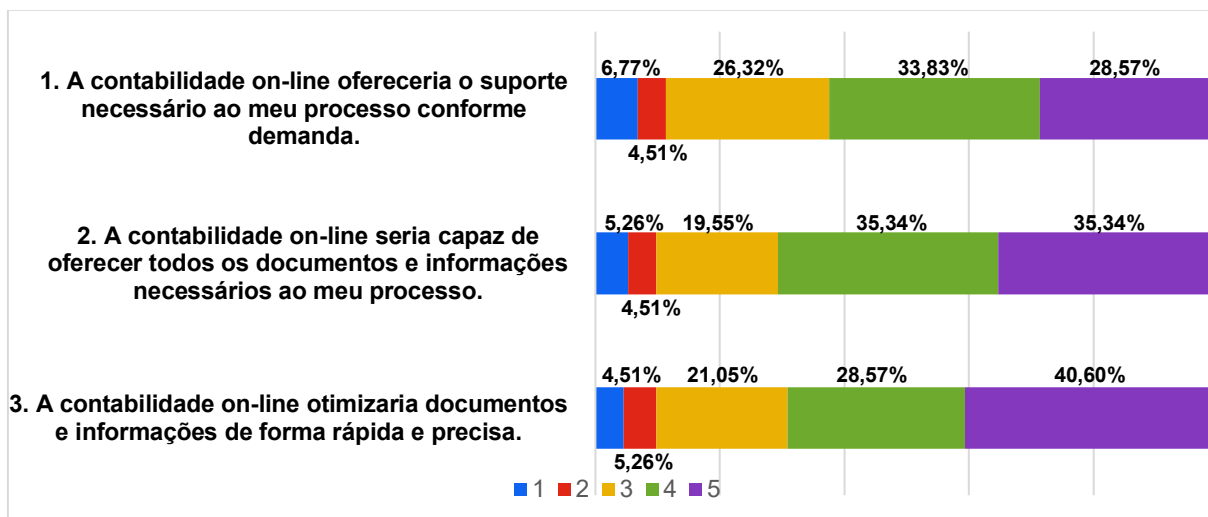


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Observou-se que os empresários confiam em uma contabilidade que presta seus serviços de forma completamente *on-line*, pois 29,32% concordaram parcialmente e 30,08% concordaram totalmente com a assertiva exposta.

Foram analisados também alguns dados relativos a percepção dos empresários em relação a contabilidade *on-line*.

Percepção da capacidade da Contabilidade *On-line*

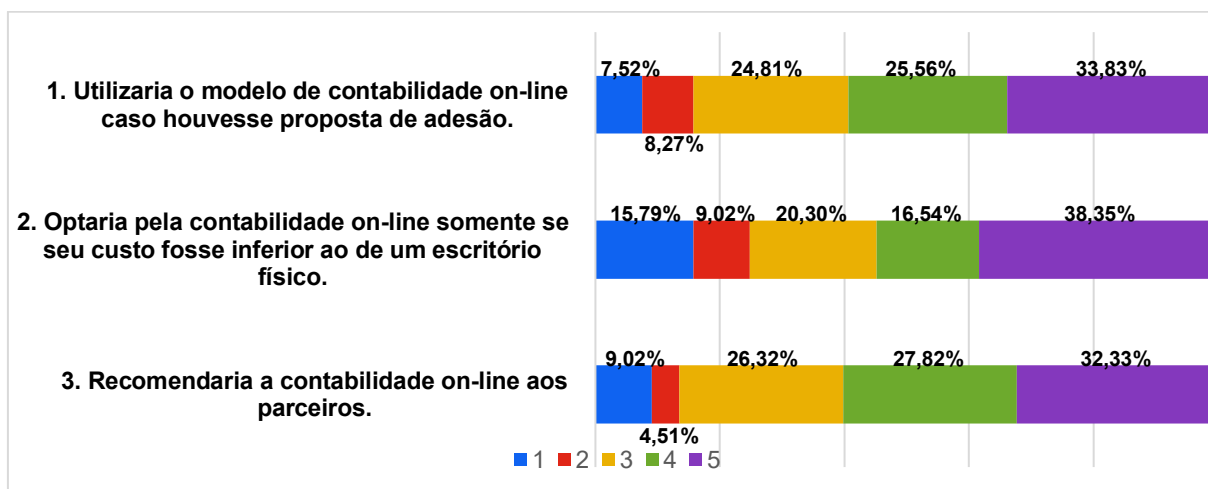


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Destaca-se que essa categoria não apresentou grandes variações em relação as duas anteriores. Inclusive, concentrou o maior percentual de concordância total por parte dos empresários em relação ao que foi afirmado, quando comparada com todas as outras das demais categorias.

Por último, evidenciou-se o grau de utilização e recomendação por parte dos empresários em relação ao modelo de Contabilidade *On-line*.

Adesão e Recomendação da Contabilidade *On-line*



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ante o exposto, compreende-se que a Contabilidade *On-line* possui um bom potencial de captação de clientes por meio de indicação, aumentando a sua propagação no mercado. Destaca-se que ao avaliar por setor, foi obtida uma

aceitação de 65,52% nas empresas comerciais, 60,87% nas empresas industriais e 44,83% nas empresas de serviço. E em relação a faixa etária, constata-se uma maior aceitação para os empresários na faixa etária de 26 a 30 anos, com esta atingindo 85% e apenas 5% de negação. Por outro lado, a menor taxa de aceitação e maior taxa de negação se deu nos respondentes acima de 40 anos, sendo de 50,98% e 23,53%, respectivamente. Dessa forma, é possível verificar que a aceitação pela Contabilidade *On-line* tende a ser maior em pessoas mais jovens e, na medida que a idade avança, a negação aumenta. Porém, essa concepção não é sempre verdadeira, pois os empresários até 25 anos apresentaram uma negação de 19,05% e uma aceitação reduzida, de 57,14%, se comparada a faixa que se sucede. Em síntese, para o profissional contábil faz-se necessário avaliar a faixa etária do público-alvo de seu escritório, uma vez que diferentes idades apresentam uma aceitação distinta em relação ao novo modelo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou identificar o nível de aceitação dos empresários do município de Nova Serrana/MG em relação ao modelo de Contabilidade *On-line*. Sua elaboração, partiu de um estudo de natureza descritiva e quantitativa, que por meio da pesquisa bibliográfica, buscou basear-se num contexto de inúmeros avanços ocorridos desde o surgimento das Ciências Contábeis até a atualidade, incluindo diversas mudanças tecnológicas, através das quais, a própria fiscalização brasileira emprega em sua gestão tributária, como plataformas *on-line* e sistemas integrados de cruzamento de dados em tempo real, que nesse cenário, somados a crescentes demandas sociais, implicaram no surgimento do modelo de Contabilidade *On-line*.

Sua elaboração corrobora ainda para o entendimento das principais mudanças e tendências acerca das práticas contábeis, das adaptações profissionais para os adeptos da área, bem como das recentes evoluções enfrentadas pelas Ciências Contábeis, em prol da necessidade de suprir as contínuas demandas sociais que emergem de uma era globalizada, com rápidas transições tecnológicas, e de uma crescente rapidez nos meios de comunicação, que torna os acontecimentos disponíveis em tempo real, e, conseqüentemente, também passam a exigir uma instantaneidade das informações contábeis para a tomada de decisões.

Assim sendo, a pesquisa bibliográfica inicialmente realizada, somada com a identificação e aos resultados obtidos, que se distribuem através de quatro diferentes categorias, permitiram identificar de forma específica, as principais características da Contabilidade *On-line*, obstáculos para sua adesão e preferências, bem como sua aceitação, cujo foi o principal objetivo considerado no contexto desse trabalho.

Diante disso, considerando os dados levantados e em face das circunstâncias em que surge a Contabilidade *On-line*, através do aspecto de identificação dos empresários e das empresas participantes na pesquisa, foi possível conhecer o perfil dos mesmos e verificar que a maioria dos envolvidos apresentaram maiores condições favoráveis para o uso e aceitação do novo modelo do que para negação. No entanto, a partir de uma análise minuciosa entre as diferentes gerações, verificou-se que empresários com idades próximas ou superiores aos quarenta anos, assim como as empresas do ramo de serviços, apresentam as maiores taxas de rejeições.

A maior parte dos empresários relataram que possuem conhecimento e meios necessários para seu uso e apenas um quinto dos mesmos evidenciaram como obstáculo alguma dificuldade. Além disso, eles relataram que confiam no suporte, no tratamento de dados e serviços on-line oferecidos, porém, sentem a necessidade de ter contato presencial com o contador. Diante disso, evidencia-se uma tendência de preferência para a Contabilidade Digital, onde há o tratamento de dados de forma digital, mas existe um grau de contato com os clientes.

No que diz respeito a percepção da capacidade da Contabilidade *On-line*, a maioria dos empresários foram favoráveis e concordaram que o novo modelo ofereceria o suporte necessário, todos os documentos, informações e que otimizaria o acesso aos dados de forma rápida e precisa. No mesmo sentido, a maioria dos empresários relataram que utilizariam a Contabilidade *On-line* caso houvesse recomendação, bem como recomendariam aos parceiros. Porém, na mesma medida, os empresários concordaram em maioria que utilizariam da Contabilidade *On-line* somente se seu custo fosse inferior ao de um escritório físico.

Por conseguinte, tomando por base as evidências levantadas, observou-se que o novo modelo de Contabilidade *On-line* é bem recebido pelos empresários de Nova Serrana/MG, mesmo diante de algumas objeções constatadas durante a coleta dos dados, que em alguns casos, até mesmo evidenciou algumas contradições, conforme descrito no parágrafo supracitado.

Em razão desse entendimento, como contribuição teórica, este trabalho colabora para os estudos e compreensão da Contabilidade *On-line*, assim como das suas características. Como contribuição prática, ratifica a possibilidade de sua aplicação e adesão pelo mercado, bem como das preferências e aceitação pelos usuários. Como contribuição social, oferece oportunidades e viabiliza opções para a entrada de novos contadores na área contábil.

Portanto, confirma-se que o presente trabalho atingiu integralmente com todos os objetivos propostos. No entanto, reitera-se que a pesquisa se limita ao Município de Nova Serrana/MG, por isso, os resultados obtidos podem não ser os mesmos em outras regiões, bem como não respondem por diferentes tendências e potenciais variações identificadas em outros lugares.

Por fim, ainda sobre a perspectiva da Contabilidade *On-line*, a partir desse estudo, espera-se que a temática em questão seja promovida por novos estudos que busquem ampliar os conhecimentos sobre o assunto e promovam o entendimento dos impactos que os novos recursos tecnológicos podem implicar para a área. Nesse sentido, tendo em vista os sistemas altamente integrados e o surgimento da inteligência artificial, sugere-se também que sejam feitos estudos sobre as readequações para atuação no mercado, bem como da execução de tarefas e prestação dos serviços a partir da empregabilidade dessas ferramentas inteligentes.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, L. P. da S. **A importância da informatização na contabilidade**. 2013. Disponível em:

https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_importancia_da_informatizacao_na_contabilidade.pdf. Acesso em: 8 abr. 2023.

ANANIAS, C. R. *et. al.* **Uma reflexão sobre a precificação dos honorários contábeis, mudanças e tendências do mercado**. 2018. Disponível em:

<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/20881/2/Camila%20Roberta%20Ananias.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ARAÚJO, E. F. de. **Informática aplicada à contabilidade**. 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554176/2/Ebook%20%20FCCC44%20Informatica%20Aplicada%20a%20Contabilidade.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.979**, de 8 de abril de 2013. Altera o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7979.htm#art1. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.373**, de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. Governo do Brasil. **O que é o SPED; Objetivos do SPED. 2017**. Disponível em: <<https://www.gov.br/nfse/pt-br/conheca/o-que-e-sped/objetivos-do-sped>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. Governo do Brasil. **Conheça o eSocial. 2017**. Disponível em: <<https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. Governo do Brasil: **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). 2022**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/lgpd>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

_____. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 11 maio 2023.

_____. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm#art1. Acesso em: 11 maio 2023.

CÂMARA, F. da S. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)-aplicada às empresas de Contabilidade. 2020**. 51 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) -- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis, 2020. Disponível em: https://antigo.monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/10702/1/LeiGeraldProtecao_Camara_2020.pdf Acesso em: 11 maio 2023.

CARVALHO, A. F. de. **A era digital e suas contribuições para a contabilidade: evolução histórica dos processos contábeis. 2018**. Disponível em: <http://177.66.14.82/bitstream/riuea/1063/1/A%20Era%20Digital%20e%20suas%20contribuicoes%20para%20a%20Contabilidade%20evolucao%20historica%20dos%20processos%20contabeis.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2023.

FERNANDES, A. P. L. R.; NICO, L. S. **O desafio da contabilidade digital para o profissional contábil dos pequenos e médios escritórios de São Mateus/ES. 2020**. Disponível em: https://repositorio.ivc.br/bitstream/handle/123456789/223/2020_O%20DESAFIO%20DA%20CONTABILIDADE%20DIGITAL%20PARA%20O%20PROFISSIONAL%20CONTABIL%20DOS%20PEQUENOS%20E%20MEDIOS%20ESCRI%20TORIOS%20DE%20SAO%20MATEUS.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas; Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38881088/como_classificar_pesquisas-libre.pdf?1443122076=&response-content-

disposition=inline%3B+filename%3DCOMO_CLASSIFICAR_AS_PESQUISAS_1.pdf&Expires=1683173042&Signature=fzFZMhj2WrP3jR8Dz~QHTGAkh5TYyQoX-gQH75xuaA59-1htxi-RJGe9pUarqPEb6yzcse11tMtNBLaG8SuovsZKemtUsAcxMGAY5DyzEEhPGB3WpQPdL1iKmuzCp26mkjScgncKxISTCATO0heGud5aAHt4mgQDP45BIPNfIWosKnDeoKXHLQAdSq3hO4S9It7Vi7TCQt3YTMkNJEFSyiQr~LIRIZF014YLakwZ8Ls3nlxHJYrwYePUpM98pIXFZdppR7r82fyN0F2Wu~YYblvvm1kF2LsKkydAWITgRwAD4sjNEACmV831ZOx~mAggfZAth0IIMknGKE2fCQQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 4 maio 2023.

GIL, A. de L.; BIANCOLINO, C. A.; SLAVOV, T. N. B. **Sistemas de informações contábeis**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502109926/>. Acesso em: 7 abr. 2023.

LOMBARDO, M.; DUARTE, R. D. **Contabilidade on-line X Contabilidade digital**: entenda esses modelos de negócio com base científico, sem achismos ou monstros. 2017. Disponível em: <https://robertodiasduarte.com.br/Contabilidade-On-line-x-Contabilidade-Digital.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MEDEIROS, P. **O impacto das tecnologias de informação e comunicação no exercício da profissão de contabilista; Estudo de caso: Activegest – Contabilidade e Gestão, LDA. 2022**. 60 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/15364/1/Disserta%0c3%a7%0c3%a3o%20Mestrado_Paola%20Medeiros_Vers%0c3%a3o%20Final.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

OLIVEIRA, D. dos R.; ÁVILA, L. A. C. de. SPED- Sistema Público de Escrituração Digital: um estudo do nível de qualificação dos profissionais contábeis em uma cidade do Estado de Minas Gerais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/2882/2345>> Acesso em: 14 abr. 2023.

PARDINHO, A. H. C. *et. al.* **Contabilidade digital**. 2021. Disponível em: <http://ric-cps.eastus2.cloudapp.azure.com/bitstream/123456789/5954/1/Contabilidade%20Digital%20%20desafio%20da%20nova%20era.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

PEREIRA, P. J. F. Segurança da informação digital. **Cadernos BAD**, v. 2005, n. 1, p. 66-80, 2005.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresarial**. 9. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2014. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522490455/>. Acesso em: 8 abr. 2023.

SIEBEL, T. M. **Transformação digital**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550816876/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

SILVA JUNIOR, V. O. da. **Transformação digital no segmento contábil**: contabilidade 4.0. 2020. Disponível em: http://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/5769/1/gestao_empresa_2020_2_valcione_on

esio_da_silva_junior_transformacao_digital_no_segmento_contabil_contabilidade_4.0.pdf.
Acesso em: 16 abr. 2023.

VELLOSO, F. **Informática**: conceitos básicos. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595152557/>. Acesso em: 9 abr. 2023.

CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FERRAMENTA DE TOMADA DE DECISÃO EM NEGÓCIOS INTERNACIONAIS:

Como utilizar das ferramentas da contabilidade gerencial para tomar decisões assertivas em negócios internacionais

Hilton Wayner Junior³⁵
Ciro Antônio Pereira Lemos³⁶

RESUMO

O objetivo deste artigo foi discorrer sobre como utilizar das ferramentas da contabilidade gerencial na tomada de decisão em negócios internacionais. A globalização tem feito com que algumas empresas locais tenham operação em negócios internacionais e isso faz com que os gestores tenham que buscar por ferramentas de auxílio à gestão. O ponto crucial em negócios internacionais é a tomada de decisão, que, por vezes, pode ser mais complicada do que nos negócios locais. Quando a empresa faz a opção por atuar no mercado internacional, seja com compra ou venda, ela deverá atentar às novas obrigações e particularidades dos países em que terá operação, em especial ao câmbio, demais taxas e até mesmo fatores culturais. Para a elaboração deste estudo foi realizada uma pesquisa vinculada ao tema na Plataforma Scielo Brasil e em outros sites de revistas acadêmicas, com utilização de Operadores Booleanos. E para realização de uma pesquisa mais recente, limitou-se a materiais publicados nos últimos cinco anos. Os resultados encontrados demonstram que a atuação em negócios internacionais pode gerar vários benefícios para as empresas, mas, por conta das particularidades deste mercado é essencial que os gestores busquem apoio para minimizar os erros e com isso maximizar os lucros da organização.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Negócios Internacionais. Tomada de Decisão.

ABSTRACT

The aim of this article was to discuss how to use managerial accounting tools in decision-making for international business. Globalization has caused some local companies to operate in international markets, which leads managers to look for tools to assist management. The crucial issue in international business is decision-making, which can sometimes be more complicated than in domestic business. When a company chooses to operate in the international market, whether through purchasing or selling, it must pay attention to the new requirements and particularities of the countries where it will operate, especially foreign exchange, other fees, and even cultural factors. For this study, a literature search related to the topic was conducted on the SciELO Brazil platform and on other academic journal websites, using Boolean operators. To ensure more recent research, the search was limited to materials published in the last five years. The results found show that engaging in international business can generate several benefits for companies, but because of the

³⁵Mestre em Administração pela Must University. Professor e Coordenador-Adjunto da Escola de Negócios, cursos de Administração e Ciências Contábeis da FANS - Faculdade de Nova Serrana (MG). E-mail: admhiltonwayner@gmail.com

³⁶Mestre em Administração. Professor e Coordenador da Escola de Negócios, cursos de Administração e Ciências Contábeis da FANS - Faculdade de Nova Serrana (MG). E-mail: ciroantoniolemos@gmail.com

particularities of this market it is essential that managers seek support to minimize errors and thereby maximize the organization's profits.

Keywords: Managerial Accounting. International Business. Decision Making.

1 Introdução

A globalização no mundo dos negócios e os constantes avanços tecnológicos têm feito com que os gestores utilizem com mais frequência as ferramentas da contabilidade gerencial, uma vez que, com todas essas mudanças, as empresas têm necessitado de mais apoio relacionado à área contábil e gerencial.

Com o passar dos anos as empresas tem atuado mais no mercado internacional, seja através de exportações ou importações e isso demanda um conhecimento específico, pois diante das oportunidades que surgem é necessário muito conhecimento específico do gestor para tomar decisões assertivas. Diante do exposto, este artigo tem por objetivo destacar como as ferramentas da contabilidade gerencial podem ser usadas como apoio na tomada de decisão de negócios internacionais.

Para a escrita deste artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos artigos disponíveis de forma *on-line* na Plataforma Scielo Brasil e a busca foi através da utilização de Operadores Booleanos com as expressões Contabilidade “AND” Decisão e Contabilidade “AND” Gerencial. Como complemento utilizou-se outros artigos publicados relacionados ao tema. Para que o presente estudo tivesse uma base mais atual, a pesquisa foi limitada aos publicados nos últimos 5 (cinco) anos.

No decorrer deste trabalho será apresentado o conceito e as principais ferramentas da contabilidade gerencial e será destacado sobre como podem ser utilizadas na tomada de decisão em negócios internacionais, fazendo com que as empresas operem neste mercado de forma lucrativa e sustentável.

2 Contabilidade Gerencial

2.1 Conceito e Principais Ferramentas

A contabilidade gerencial é uma área relacionada à administração empresarial que visa fornecer dados e informações para a tomada de decisão. O foco principal é abastecer o setor gerencial com informações que possam auxiliar a empresa na busca de vantagens competitivas e melhorias no seu desempenho no mercado (COSTA & LUCENA, 2021).

Vale destacar que as pessoas responsáveis por este setor devem coletar o máximo de dados possíveis e filtrar os que forem mais relevantes, de forma que o gestor tenha dados úteis e precisos para a tomada de decisão e, com isso, consiga atingir na totalidade o objetivo da organização.

Os gestores devem tomar decisões com base na avaliação de desempenho e de custos e quando a decisão é relacionada com algo mais complexo. Como exemplo, no caso dos negócios internacionais, é de suma importância que a contabilidade gerencial forneça dados relevantes para maximizar a assertividade no processo de tomada de decisão (FREZZA, 2021).

Quando uma empresa faz a opção por atuar no mercado internacional, deve ter ciência que os demais países podem ter regras bem diferentes do seu país de origem e isso pode interferir diretamente em uma operação de compra e venda. Com isso, os gestores devem ter cautela nas operações e buscar por parceiros comerciais que tenham mais experiência nas novas operações.

Pode-se dizer que os dados gerados na contabilidade gerencial são de grande importância em empresas com grandes mudanças, pois esses dados serão transformados em informação e irão servir de base para os responsáveis tomarem decisões relacionadas às áreas mais críticas do negócio (SILVA, *et. al.*, 2022).

E como as mudanças ocorrem de forma constante no mercado, as empresas mudam a forma de trabalhar com muita frequência, seja para adequar às novas obrigações fiscais ou até mesmo para adequar às novas solicitações de clientes e fornecedores que estão passando por algum processo de mudança.

Vale ressaltar que a contabilidade gerencial deve ser adaptada às novidades que surgem no mercado, como por exemplo, as novas tecnologias e os novos modelos de negócios, pois tais mudanças vão exigir imediatamente da empresa um novo posicionamento no mercado (COSTA & LUCENA, 2021).

2.2 Negócios Internacionais

Em um mundo a cada dia mais globalizado a atuação em negócios internacionais tem-se tornado comum para algumas empresas, mas esta é uma área que demanda muito estudo em relação a diversos fatores, como por exemplo, taxa de câmbio, políticas de governo e administrativas (FREZZA, 2021).

Para evitar erros e prejuízos neste processo é essencial que a empresa busque auxílio de outras empresas e profissionais que já possuem experiências com as operações com o exterior, evitando possíveis entraves e pendências nos processos de importação ou de exportação.

A atuação em novos mercados pode fazer com que a empresa tenha vantagens em algumas variáveis, como por exemplo, na alavancagem do negócio e na lucratividade. A tendência é que a empresa venda mais quando consegue atingir um novo mercado e, com isso, tenha também mais lucratividade (COSTA & LUCENA, 2021).

Quando uma empresa faz a opção por atuar em negócios internacionais, ocorre uma grande demanda em relação ao processo de tomada de decisão e hoje isso tem se tornado mais comum, pois até mesmo algumas empresas locais têm realizado operações globais (FREZZA, 2021).

A área de negócios internacionais pode trazer várias vantagens para uma empresa, como por exemplo, adquirir matéria-prima ou mercadorias para revenda com um custo menor do que no mercado interno e até mesmo vender produtos para o exterior. As duas opções são repletas de particularidades, mas com uma boa análise elas podem ser bem vantajosas financeiramente para o negócio.

A atuação no mercado internacional demanda mais do que ter uma empresa internacionalizada, pois para que a organização tenha sucesso é necessário que ela tenha vantagens competitivas para conseguir se manter neste mercado (FREZZA, 2021).

De modo geral, as empresas com atuação em mercados internacionais têm uma possibilidade maior de alcançarem um desempenho organizacional superior as demais empresas, que atuam apenas no mercado nacional. Isso pode ocorrer em razão das oportunidades que esses mercados podem trazer (COSTA & LUCENA, 2021).

2.3 Tomada de Decisão

De acordo com Silva & Lautert (2022, p. 4), “a tomada de decisão é um processo cognitivo importantíssimo, pois tomamos decisões o tempo todo, de forma consciente ou não”.

Tomar decisões, principalmente no meio empresarial, demandam uma análise completa da situação, através da junção de todos os dados possíveis, para assim tentar prever o que cada decisão irá gerar de reflexo para a empresa e com isso evitar decisões equivocadas que possam atrapalhar o desempenho da organização.

O processo de tomada de decisão pode ser considerado de raciocínio lógico que será realizado no ambiente empresarial e que vai fazer com que o responsável por este setor faça uma escolha com base no processamento de informações, avaliações de possíveis problemas e escolha de estratégias (CEPÊDA & MONTEIRO, 2020).

O dia-a-dia de uma empresa é repleto de momentos de tomadas de decisão e, nesse sentido, Frezza (2021, p. 15) afirma que “a aplicação da contabilidade gerencial como ferramenta de decisão está intrinsecamente incorporada a ser parte da cultura organizacional para garantir a realização contínua de seus benefícios”.

Com isso, para que a organização tenha sucesso, é ideal que o uso da contabilidade gerencial seja contínuo no processo de tomada de decisão e que esteja totalmente vinculada a cultura organizacional da empresa.

O uso de boas práticas internas que visam a geração de um bom desempenho no curto e longo prazo, como por exemplo, a redução de desperdícios e custos, é um dos fatores que auxiliam no processo de tomada de decisão e tendem a ter um impacto direto no crescimento da organização (COSTA & LUCENA, 2021).

Com isso, pode-se concluir que o processo de tomada de decisão é algo inerente ao meio empresarial e que algumas decisões podem ter um impacto maior na organização. Nesse sentido, é essencial que o gestor reúna o máximo de dados que for possível para ter uma base para tomar uma decisão assertiva para a organização.

3 Considerações Finais

Nesse artigo a proposta inicial foi discorrer sobre como as ferramentas da contabilidade gerencial podem contribuir na gestão e no processo de tomada de decisão das empresas com atuação em negócios internacionais.

Por meio da pesquisa bibliográfica identificou-se que a atuação em negócios internacionais pode trazer várias vantagens para as empresas, mas ao mesmo tempo é necessário que os gestores atentem-se às particularidades existentes neste mercado, como, por exemplo, câmbio, taxas e fatores culturais.

De modo geral, é necessário um apoio contábil e gerencial para o processo de tomada de decisão, que se torna mais frequente e complexo neste mercado.

4 Referências Bibliográficas

Cepêda, C. L. M., & Monteiro, A. P.. (2020). The Accountant's Perception of the Usefulness of Financial Information in Decision Making - A Study in Portugal. *Revista Brasileira De Gestão De Negócios*, 22(2), 363–380. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i2.4050>.

Costa, I. L. de S., & Lucena, W. G. L.. (2021). Global Management Accounting Principles: Relationship between Management Practices and the Performance of Brazilian Companies. *Revista Brasileira De Gestão De Negócios*, 23(3), 503–518. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v.23i3.4112>.

Frezza, A. S. (2021). A Contabilidade Gerencial em Negócios Internacionais. *Revista Ciência & Inovação*, 6(1).

https://faculadedeamericana.com.br/ojs/index.php/Ciencia_Inovacao/article/view/607/833>.

Silva, J. B. da ., & Lautert, S. L.. (2022). Heurísticas nas tomadas de decisões de estudantes do ensino médio diante de situações financeiras. *Revista Brasileira De Educação*, 27, e270098. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270098>.

Silva, R. H. de O., Marques, K. C. M., Faia, V. da S., & Lavarda, C. E. F.. (2022). Influence of organizational configuration on startup performance. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33(90), e1415. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20211415.en>.

DEFASAGEM NA APRENDIZAGEM ESCOLAR NO CONTEXTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: CAUSAS, RESPONSABILIDADES E CONSEQUÊNCIAS

Márcio Geraldo Lomas³⁷

RESUMO

A defasagem na aprendizagem escolar tem se intensificado de forma significativa nas últimas décadas, configurando-se como um dos principais desafios da educação contemporânea, especialmente no contexto brasileiro. Observa-se um contingente expressivo de alunos que, mesmo após anos de escolarização formal, não desenvolvem competências básicas de leitura, interpretação textual e domínio dos fatos fundamentais da Matemática, habilidades essenciais para a progressão escolar, para o exercício da cidadania e para a inserção qualificada no mercado de trabalho. Este artigo científico tem como objetivo analisar, de forma aprofundada, as causas da defasagem na aprendizagem, discutir o papel da família, da escola e dos órgãos públicos no processo de fracasso escolar e refletir criticamente sobre as consequências desse fenômeno para a sociedade e para o mundo do trabalho no futuro. A pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da área da educação, bem como em documentos oficiais e relatórios educacionais. Conclui-se que a defasagem na aprendizagem é um fenômeno multifatorial, resultante da interação de fatores sociais, econômicos, pedagógicos, institucionais e culturais, exigindo políticas públicas integradas, práticas pedagógicas consistentes e ações intersetoriais para sua superação.

Palavras-chave: Defasagem de aprendizagem. Fracasso escolar. Leitura e interpretação. Matemática básica. Políticas educacionais.

ABSTRACT

Learning gaps have intensified significantly in recent decades, becoming one of the main challenges of contemporary education, particularly in the Brazilian context. A considerable number of students, even after several years of formal schooling, fail to develop basic skills in reading, text comprehension, and mastery of fundamental mathematical facts—competencies that are essential for academic progression, citizenship, and qualified integration into the labor market. This scientific article aims to provide an in-depth analysis of the causes of learning gaps, to discuss the role of families, schools, and public institutions in the process of school failure, and to critically reflect on the consequences of this phenomenon for society and the future labor market. The research adopts a qualitative, bibliographic approach, grounded in

³⁷ Professor de Português Instrumental da FANS

classical and contemporary educational theorists, as well as official documents and educational reports. It is concluded that learning gaps are a multifactorial phenomenon resulting from the interaction of social, economic, pedagogical, institutional, and cultural factors, requiring integrated public policies, consistent pedagogical practices, and intersectoral actions to overcome them.

Keywords: Learning gaps. School failure. Reading comprehension. Basic mathematics. Educational policies.

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar desempenha um papel central na formação intelectual, social e cultural do indivíduo, sendo reconhecida como um direito fundamental e um dos principais instrumentos de promoção da igualdade social. No entanto, apesar da ampliação do acesso à escola no Brasil, sobretudo a partir da universalização do ensino fundamental, os indicadores de aprendizagem revelam um cenário preocupante. Um número expressivo de alunos conclui etapas da educação básica sem dominar competências elementares, como a leitura com compreensão, a interpretação de textos e os fatos fundamentais da Matemática.

Esse fenômeno, denominado defasagem na aprendizagem, compromete o percurso escolar dos estudantes e limita suas possibilidades de participação plena na vida social e econômica. Conforme afirma Soares (2004), a escolarização sem aprendizagem efetiva produz uma forma silenciosa de exclusão, na qual o aluno permanece na escola, mas não se apropria do conhecimento sistematizado.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo geral analisar as causas da defasagem crescente na aprendizagem escolar nos dias atuais. Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir o papel da família, da escola e dos órgãos públicos no fracasso escolar; b) identificar as principais variáveis associadas às dificuldades de leitura, interpretação e Matemática básica; e c) refletir sobre as consequências desse cenário para a sociedade e para o mercado de trabalho futuro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito e Caracterização da Defasagem na Aprendizagem

A defasagem na aprendizagem pode ser compreendida como a distância existente entre o nível de escolaridade frequentado pelo aluno e o conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que ele efetivamente domina. Para Perrenoud (2000), esse descompasso resulta, em grande medida, de um sistema educacional que pressupõe ritmos homogêneos de aprendizagem, ignorando as diferenças individuais e os contextos socioculturais dos estudantes.

No contexto brasileiro, avaliações em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), evidenciam que grande parte dos alunos não atinge os níveis mínimos de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática ao final das etapas da educação básica (INEP, 2022). Esses dados revelam que a defasagem não é um problema pontual, mas estrutural.

2.2 A Leitura e a Interpretação de Textos como Base da Aprendizagem

A leitura constitui-se como um eixo estruturante do processo educativo, sendo condição indispensável para a aprendizagem em todas as áreas do conhecimento. Freire (1996, p. 11) afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, ressaltando o caráter crítico e social do ato de ler.

Quando o aluno não desenvolve a competência leitora nos anos iniciais, tende a apresentar dificuldades progressivas ao longo da escolarização. Segundo Kleiman (2008), a falta de práticas significativas de leitura na escola compromete a formação do leitor crítico, reduzindo sua capacidade de interpretar textos, argumentar e produzir sentidos.

2.3 O Ensino da Matemática e os Fatos Fundamentais

O domínio dos fatos fundamentais da Matemática, como as operações básicas, é essencial para o desenvolvimento do raciocínio lógico e da autonomia intelectual do aluno. Dante (2010) destaca que dificuldades iniciais não superadas nessa área tendem a se acumular, gerando bloqueios cognitivos e emocionais em relação à disciplina.

Além disso, a Matemática escolar frequentemente é apresentada de forma descontextualizada, o que dificulta a compreensão dos conceitos e afasta os alunos

do interesse pelo aprendizado, conforme apontam os estudos de Smole e Diniz (2012).

2.4 Fracasso Escolar e Reprodução das Desigualdades

O fracasso escolar não pode ser atribuído exclusivamente ao aluno. Bourdieu (1998) argumenta que a escola tende a reproduzir as desigualdades sociais ao valorizar um capital cultural mais próximo das classes dominantes, desfavorecendo estudantes de contextos populares.

Nesse sentido, a defasagem na aprendizagem é também um reflexo das desigualdades sociais e econômicas, evidenciando a necessidade de políticas educacionais que considerem a equidade como princípio fundamental.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica. Foram analisadas obras clássicas e contemporâneas da área da educação, artigos científicos, documentos oficiais e relatórios de organismos nacionais e internacionais que abordam a temática da defasagem na aprendizagem, do fracasso escolar e das políticas públicas educacionais.

A abordagem qualitativa permitiu uma análise interpretativa e crítica do fenômeno investigado, possibilitando a compreensão das múltiplas dimensões envolvidas na problemática da aprendizagem escolar.

4 O PAPEL DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

4.1 A Família como Instância Educativa

A família exerce papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. Lahire (1997) destaca que o capital cultural familiar influencia diretamente o desempenho escolar, uma vez que famílias que incentivam a leitura, o diálogo e o acompanhamento das atividades escolares tendem a favorecer melhores resultados educacionais.

A ausência desse acompanhamento, aliada a condições socioeconômicas adversas, contribui significativamente para a ampliação das dificuldades de aprendizagem.

4.2 A Escola e as Práticas Pedagógicas

A escola é responsável por garantir o direito à aprendizagem significativa. Contudo, práticas pedagógicas tradicionais, centradas na transmissão mecânica de conteúdos, mostram-se insuficientes para atender à diversidade presente nas salas de aula contemporâneas (LIBÂNEO, 2013).

Turmas superlotadas, escassez de recursos didáticos e fragilidades na formação inicial e continuada dos professores agravam o quadro de fracasso escolar.

4.3 Os Órgãos Públicos e as Políticas Educacionais

Os órgãos públicos têm a responsabilidade de formular, implementar e avaliar políticas educacionais que assegurem qualidade e equidade no ensino. Saviani (2008) aponta que a descontinuidade das políticas públicas e a falta de investimentos estruturais comprometem a efetividade das ações educacionais.

4.4 A Necessidade de Ações Integradas

A superação da defasagem na aprendizagem exige ações articuladas entre família, escola e poder público. Políticas intersetoriais, que envolvam educação, assistência social e saúde, mostram-se fundamentais para enfrentar a complexidade do problema.

5 VARIÁVEIS E CAUSAS DA DEFASAGEM NA APRENDIZAGEM

A defasagem na aprendizagem resulta da interação de múltiplas variáveis, incluindo fatores socioeconômicos, pedagógicos, institucionais e individuais. A pobreza, a desigualdade social, a precarização do trabalho docente e a ausência de políticas de acompanhamento sistemático contribuem para o agravamento das dificuldades escolares.

De acordo com Arroyo (2012), compreender essas variáveis é essencial para a construção de práticas pedagógicas mais justas e eficazes.

6 CONSEQUÊNCIAS PARA A SOCIEDADE E PARA O MERCADO DE TRABALHO

A defasagem na aprendizagem gera impactos profundos e duradouros na sociedade. Indivíduos com baixa escolarização funcional enfrentam maiores dificuldades de

inserção no mercado de trabalho, ocupando, em geral, postos precários e de baixa remuneração (OECD, 2019).

Além disso, a limitação das competências cognitivas compromete a inovação, a produtividade e o desenvolvimento econômico do país, ampliando as desigualdades sociais e restringindo o exercício pleno da cidadania.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defasagem na aprendizagem escolar configura-se como um problema complexo e multifatorial, que exige respostas igualmente complexas e articuladas. A análise realizada evidencia que o fracasso escolar não é responsabilidade exclusiva do aluno, mas resultado de um conjunto de fatores estruturais e institucionais.

Garantir o direito à aprendizagem efetiva implica investir em políticas públicas consistentes, valorizar o trabalho docente, fortalecer a parceria entre escola e família e promover práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e os diferentes tempos de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da Matemática**. São Paulo: Ática, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INEP. **Resultados do SAEB**. Brasília: INEP, 2022.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor**. Campinas: Pontes, 2008.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**. São Paulo: Ática, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

OECD. **Education at a Glance**. Paris: OECD, 2019.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SMOLE, Kátia; DINIZ, Maria Ignez. **Ler, escrever e resolver problemas**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DESAFIOS PARA UMA BOA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS:

Como traçar estratégias com o objetivo de gerar mais competitividade para a empresa

Hilton Wayner Junior³⁸
Ciro Antônio Pereira Lemos³⁹

RESUMO

O objetivo deste artigo foi discorrer sobre os desafios que as empresas possuem na gestão da cadeia de suprimentos e como elas podem traçar estratégias para buscar por diferenciais competitivos. As inovações tecnológicas têm gerado um grande impacto no processo produtivo das organizações e isso faz com que elas busquem por adequações no seu processo produtivo e na relação com os clientes e fornecedores, com o foco na continuidade de atendimento as necessidades do mercado. Um dos principais problemas que podem acontecer na gestão da cadeia de suprimentos é a paralisação da produção e, com base nisso, as empresas devem buscar pelo mapeamento dos seus riscos internos e externos. Diante disso, o ponto crucial para uma boa gestão da cadeia de suprimentos é firmar parcerias de colaboração com outras empresas, com o foco na minimização riscos e dos desafios e no aumento da competitividade. Para a realização deste estudo foram utilizados artigos dispostos na Plataforma Scielo Brasil, com a limitação de publicações dos últimos cinco anos para utilização do material mais recente relacionado ao tema. Os resultados encontrados demonstram que é possível atingir mais competitividade através das parcerias e da superação dos desafios que permeiam a gestão da cadeia de suprimentos.

Palavras-chave: Cadeia de Suprimentos. Desafios. Competitividade.

ABSTRACT

The aim of this article was to discuss the challenges companies face in supply chain management and how they can devise strategies to pursue competitive advantages. Technological innovations have had a major impact on organizations' production processes, prompting them to make adjustments to their production procedures and to their relationships with customers and suppliers, with a focus on maintaining continuity in meeting market needs. One of the main problems that can occur in supply chain management is a halt in production, and consequently companies should seek to map their internal and external risks. In this context, the crucial element for good supply chain management is to establish collaborative partnerships with other companies, focusing on minimizing risks and challenges and on increasing competitiveness. For this study, articles available on the SciELO Brazil platform were used, limited to publications from the last five years in order to employ the most recent

³⁸Mestre em Administração pela Must University. Professor e Coordenador-Adjunto da Escola de Negócios, cursos de Administração e Ciências Contábeis da FANS - Faculdade de Nova Serrana (MG). E-mail: admhiltonwayner@gmail.com

³⁹Mestre em Administração. Professor e Coordenador da Escola de Negócios, cursos de Administração e Ciências Contábeis da FANS - Faculdade de Nova Serrana (MG). E-mail: ciroantoniolemos@gmail.com

material related to the subject. The results found demonstrate that it is possible to achieve greater competitiveness through partnerships and by overcoming the challenges that permeate supply chain management.

Keywords: Supply Chain. Challenges. Competitiveness.

1 Introdução

A boa gestão de uma empresa depende, entre outros, da atenção especial do gestor nas áreas que possam causar maior impacto no resultado, pois um erro ou descuido em uma delas pode ser fatal para a continuidade do negócio. Cada modelo empresarial tem suas particularidades e áreas mais primordiais, sendo que nas empresas industriais uma das áreas mais relevantes é a cadeia de suprimentos.

Inicialmente, pode-se pensar que a cadeia de suprimentos está ligada apenas aos materiais utilizados e a produção da empresa, porém cabe destacar que ela está totalmente ligada à produção, mas tem um grande impacto em outras áreas, como por exemplo, vendas e logística. Com isso, uma boa gestão da cadeia de suprimentos é essencial para a empresa ter mais competitividade no mercado.

Para a realização deste artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos artigos disponíveis de forma on-line na Plataforma Scielo Brasil e a busca se deu com a utilização de Operadores Booleanos com as expressões Cadeia de Suprimentos “AND” Empresas. Para a realização de uma pesquisa mais atualizada sobre o tema, foram utilizados apenas artigos publicados nos últimos 5 (cinco) anos.

No decorrer deste trabalho serão apresentados os conceitos e os desafios para uma boa gestão da cadeia de suprimentos, sendo demonstrado também sobre como a empresa pode utilizar dela para buscar uma vantagem competitiva sobre os concorrentes dispostos no mercado.

2 Cadeia de Suprimentos

2.1 Gestão da Cadeia de Suprimentos

A cadeia de suprimentos é entendida como duas ou mais empresas que trabalham juntas para definir e executar as atividades relacionadas ao fornecimento de materiais, com o foco principal de traçar estratégias que auxiliem as organizações no alcance dos seus objetivos (COTI-ZELATI, *et. al.*, 2022).

Com a globalização e a velocidade dos negócios é essencial a criação de estratégias com fornecedores e clientes, pois isso pode impactar diretamente nos processos da empresa. Os clientes vão por muitas vezes optar pelos produtos que atendam às suas necessidades de forma mais rápida possível, e com isso as estratégias de parceria tornam-se essenciais para o negócio.

Pode-se destacar que foco principal para duas organizações trabalharem juntas são a cooperação e o compartilhamento de informações sobre a produção para um melhor alcance dos objetivos empresariais. Porém, tem-se notado que as empresas buscam o alinhamento com os fornecedores principalmente com foco nas vantagens relacionadas ao desempenho econômico da organização (LINS; ERTHAL & MARQUES, 2023).

É notável que o impacto financeiro seja essencial na tomada de decisão envolvendo uma parceria, pois não é totalmente viável para uma empresa, de um lado melhorar o desempenho operacional, mas, de outro, aumentar os custos da operação. Logo, a busca deve ser por parcerias que atendam às necessidades produtivas e também financeiras.

Nesse sentido, a colaboração é definida como ponto crucial na gestão da cadeia de suprimentos, uma vez que é necessário que os membros participantes dela realizem a troca de dados e colaborem com a propagação de informações entre as empresas fornecedoras e compradoras (ALVARENGA, *et. al.*, 2022).

A troca de informações relevantes ao processo deve ser algo primordial no momento da realização de uma parceria relacionada a cadeia de suprimentos, pois a falta de informação ou o repasse de informações equivocadas pode causar um prejuízo enorme no processo das empresas envolvidas.

Em algumas situações a gestão da cadeia de suprimentos tende a ser mais difícil, como, por exemplo, nas empresas industriais que operam com produtos perecíveis, como é o caso dos alimentos. Nessas situações, o uso de ferramentas tecnológicas como a identificação por rádio frequência pode ajudar na melhoria dos processos e da gestão na cadeia de suprimentos (SANTOS & MARTINS, 2021).

O uso da tecnologia é essencial para a gestão da cadeia de suprimentos, pois conforme descrito por Santos & Martins (2021, p. 5), “dados obtidos por sensores e tecnologias associadas à Internet das Coisas podem contribuir nas previsões de vida útil ao longo da cadeia de suprimentos”.

A utilização da tecnologia tende a deixar os processos mais ágeis, além de reduzir os erros na cadeia de suprimentos. Para maximizar os resultados, as empresas devem utilizar o máximo de tecnologia que conseguirem dentro do orçamento e das particularidades que elas tenham.

2.2 Desafios na Gestão

A gestão de uma cadeia de suprimentos tem vários desafios que nem sempre estão sob o controle total do gestor. Um dos principais desafios é manter uma boa comunicação entre a empresa e os seus fornecedores, pois a troca de informações sobre os materiais deve existir para, assim, evitar outros problemas organizacionais (COTI-ZELATI, *et. al.*, 2022).

Nesse sentido, um atraso no fornecimento, mesmo que seja pequeno, deve ser comunicado as empresas participantes com o máximo de antecedência possível, pois assim será possível adequar o planejamento e evitar o máximo de transtornos relativos a cadeia de suprimentos.

Com isso, um dos principais problemas voltados para a cadeia de suprimentos é o risco de interrupção de processos por falta de algum insumo ou por falha em algum processo. Diante disso, é de suma importância que as empresas façam um controle dos riscos internos e externos que possam afetar a organização em algum momento e também preparem alternativas caso um dos riscos ocorram realmente (ALVARENGA, *et. al.*, 2022).

Os riscos sempre vão existir e os externos estão totalmente fora do controle da organização, como por exemplo, proibições de fornecimento para determinados países ou até mesmo proibições de importações de determinados insumos. O ponto chave é mapear os riscos para evitar transtornos na organização.

É normal que ocorram desafios na gestão da cadeia de suprimentos, mas para superá-los as empresas buscam formar alianças duradouras que vão beneficiar as organizações participantes. Coti-Zelati *et. al.* (2022, p. 6), descrevem que “estas

alianças estratégicas apresentam-se normalmente como acordos de longo prazo entre organizações”.

As alianças empresariais são de suma importância, mas as empresas devem evitar ter fornecedores e clientes das quais ela tem grande dependência. Tal situação é muito favorável quando não ocorre nenhum problema, mas são desastrosas quando a empresa perde o fornecedor ou cliente que ela tem muita dependência.

Outro ponto desafiador é a sustentabilidade na gestão da cadeia de suprimentos, pois se o mercado avaliar que alguma prática da empresa é inaceitável ou que ela utiliza algum suprimento indesejado, a tendência é que este fato cause danos à reputação da organização e traga impactos indesejáveis na empresa como um todo (LINS; ERTHAL & MARQUES, 2023).

Logo, a busca deve ser por processos e insumos que não infrinjam nenhuma regra ambiental e até mesmo que afetam a cultura local de onde o processo será produzido ou comercializado. Um erro nesse sentido afeta diretamente a marca e a organização como um todo.

Um dos desafios na gestão da cadeia de suprimentos e conseguir mensurar o desempenho dela de forma geral, pois é habitual que se faça o desempenho por setor, porém é essencial que o gestor consiga medir o desempenho da cadeia de suprimentos como um todo (SANTOS & MARTINS, 2021).

A medição de desempenho na cadeia de suprimentos deve ser constante, pois pequenas falhas podem trazer grandes prejuízos às organizações. O ideal é que se tenha um padrão de produção, para que este sirva como base no momento da avaliação dos processos que estão sendo executados.

2.3 Busca por Competitividade

O principal ponto para a empresa fazer uma boa gestão da cadeia de suprimentos e com isso ter mais competitividade no mercado é a flexibilidade na cadeia de suprimentos. A organização precisa ser flexível e adaptar rápido os seus processos quando ocorrer uma mudança no mercado e aproveitar este momento para criar uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes (ALVARENGA, *et. al.*, 2022).

Muitas empresas ganham mercado em um momento de mudança que elas não estavam planejando. Um exemplo disso foram as mudanças em certos processos que ocorreram por conta da Pandemia Covid-19, na qual algumas empresas identificaram oportunidades de mercado com a venda de novos produtos ou simplesmente na mudança do processo de comercialização.

Outro ponto que ajuda as empresas a terem mais competitividade é o alinhamento dos fornecedores aos objetivos da organização. Nesse caso, se não ocorrer uma sinergia entre a produção da empresa e a produção dos fornecedores, é bem provável que em algum momento a empresa tenha problemas na cadeia de suprimentos e que vão diretamente impactar a logística e as vendas (COTI-ZELATI, *et. al.*, 2022).

Nesse sentido, um atraso na produção ou simplesmente um erro de entrega pode ocasionar um atraso em todas as empresas que estão ligadas a cadeia de suprimentos. Em uma situação extrema, pode ocorrer até mesmo o cancelamento de vendas se ocorrerem atraso na entrega ao cliente final.

Com todas as mudanças, o ambiente empresarial tem-se tornado cada vez mais complexo e para manter a competitividade no mercado é essencial que as empresas atendam as exigências que surgem no mercado em relação às operações que envolvem a gestão da cadeia de suprimentos (SANTOS & MARTINS, 2021).

Para atingir com exatidão as exigências do mercado é essencial que a empresa conheça as necessidades dos seus clientes e fornecedores, pois assim será possível adequar os processos para que todas as organizações vinculadas a cadeia de suprimentos alcancem os seus objetivos empresariais.

A empresa que quer alcançar mais competitividade no mercado deve buscar ter mais visibilidade da cadeia de suprimentos como um todo, sendo que isso envolve desde o olhar sistêmico sobre a empresa como também o acompanhamento dos processos e níveis de estoque dos fornecedores e clientes (ALVARENGA, *et. al.*, 2022).

O acompanhamento da organização como um todo é essencial para buscar competitividade e uma boa gestão da cadeia de suprimentos, pois, com ele, é possível preparar com antecedência o enfrentamento de possíveis problemas, reduzindo assim os riscos e desafios que possam ocorrer.

3 Considerações Finais

Nesse artigo a proposta inicial foi discorrer sobre os desafios presentes na gestão da cadeia de suprimentos, e como as organizações podem traçar estratégias para buscar fazer uma boa gestão com risco reduzido e, além disso, buscar por um diferencial competitivo frente aos seus concorrentes.

Por meio da pesquisa bibliográfica, identificou-se que são muitos os desafios presentes na gestão da cadeia de suprimentos, mas é extremamente necessário buscar um alinhamento com os fornecedores e clientes para minimizá-los e, com isso, operar no mercado de forma competitiva.

4 Referências Bibliográficas

Alvarenga, M. Z., Oliveira, M. P. V. de., Zanquetto Filho, H., Desouza, K. C., & Ceryno, P. S.. (2022). IS YOUR SUPPLY CHAIN READY FOR THE NEXT DISRUPTION? BUILDING RESILIENT CHAINS. *Revista De Administração De Empresas*, 62(1), e2020-0766. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220106>.

Coti-Zelati, P. E., Teixeira, M. L. M., Machado, M. M., Araújo, D. L. A. de., & Pereira, R. M.. (2022). Perception of the sociology of absences in the agricultural machinery industry supply chain. *Revista De Economia E Sociologia Rural*, 60(4), e247901. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.247901>.

Lins, R. F., Erthal, A., & Marques, L.. (2023). SUPPLY CHAIN SUSTAINABILITY REPORTING IN THE GLOBAL SOUTH: THE ROLE OF FUNDING. *Revista De Administração De Empresas*, 63(2), e2021-0427. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020230204>.

Santos, P. H. A., & Martins, R. A.. (2021). SISTEMAS DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO E DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. *Revista De Administração De Empresas*, 61(5), e2020-0466. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210505>.

DIREITO FUNERÁRIO, UMA NECESSIDADE LEGISLATIVA

Ronaldo Galvão⁴⁰

INTRODUÇÃO

O tratamento jurídico da morte no Brasil permanece marcado por forte dispersão normativa e por uma evidente ausência de sistematização. Embora diversos ramos do Direito abordem aspectos pontuais relacionados ao cadáver, ao luto, aos serviços funerários e ao destino dos restos mortais, inexistente no ordenamento brasileiro um regime jurídico unificado — ou um microsistema — que poderia ser denominado “Direito Funerário”. Em contraste com países que já desenvolveram disciplina própria para a matéria, como França e Alemanha, o Brasil lida com a temática de maneira fragmentada, por meio de normas civis, sanitárias, administrativas, consumeristas e penais, o que gera lacunas interpretativas e conflitos concretos cada vez mais frequentes.

A expansão tecnológica e as mudanças socioculturais intensificam esse cenário. Práticas como criogenia, compostagem humana, sepultamento verde e métodos alternativos de disposição do corpo desafiam categorias tradicionais do Direito, evidenciando a insuficiência das normas existentes. Da mesma forma, a judicialização recorrente de conflitos familiares sobre o destino do corpo, o local de sepultamento e a vontade manifestada em vida demonstra a necessidade de parâmetros claros e coerentes. Paralelamente, a crescente participação de concessionárias privadas na gestão de cemitérios e serviços funerários tem gerado controvérsias relevantes, como revelado pela ADPF 1.196, em que se questiona a cobrança de valores considerados abusivos em cemitérios públicos concedidos.

Nesse contexto, emerge com intensidade o debate sobre a proteção da dignidade da pessoa humana pós-morte, princípio constitucional cuja concretização depende de um ambiente regulatório capaz de oferecer segurança jurídica, garantir

⁴⁰ Professor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

respeito ao corpo e às escolhas do falecido, e prevenir práticas abusivas em um momento de vulnerabilidade emocional da família. A ausência de uma disciplina estruturada compromete não apenas a tutela dos direitos da personalidade post mortem, mas também a eficiência administrativa, a proteção do consumidor e a harmonização entre interesses públicos e privados.

Este artigo busca, portanto, contribuir para a consolidação de uma reflexão sistemática sobre a necessidade de desenvolvimento de um Direito Funerário brasileiro. Para tanto, examina-se inicialmente a inexistência de um ramo autônomo e organizado sobre o tema, mapeando sua atual configuração normativa e suas limitações. Em seguida, analisam-se conflitos concretos e lacunas que revelam a urgência de um modelo regulatório próprio. Por fim, discute-se a viabilidade e a relevância da construção de um microsistema jurídico que integre direitos fundamentais, normas sanitárias, contratos funerários e novas tecnologias, de modo a assegurar coerência normativa e efetividade à dignidade humana mesmo após a morte.

A INEXISTÊNCIA DE UM “DIREITO FUNERÁRIO” AUTÔNOMO NO BRASIL: FRAGMENTAÇÃO NORMATIVA E DESAFIOS ESTRUTURAIS

A organização jurídica brasileira, apesar de abranger com relativa densidade os direitos da personalidade, a proteção do corpo humano e o funcionamento dos serviços funerários, não consolidou até o presente momento um ramo específico denominado “Direito Funerário”. O ordenamento jurídico trata o tema de forma dispersa, multissetorial e profundamente assistemática, de modo que questões que envolvem a morte, o cadáver, os rituais funerários e os serviços correlatos são reguladas por diferentes áreas do Direito, cada qual com enfoque próprio e sem articulação sistematizada. Essa ausência de um marco normativo unificado gera insegurança jurídica, lacunas operacionais e conflitos recorrentes entre famílias, instituições públicas e agentes privados.

A inexistência de um ramo autônomo de Direito Funerário contrasta com experiências estrangeiras, especialmente aquelas observadas em países com tradição regulatória consolidada. Na França, por exemplo, o *Code Général des Collectivités Territoriales* dedica um extenso conjunto de normas ao destino dos mortos, ao funcionamento dos cemitérios, à cremação e às responsabilidades dos

municípios. A Alemanha, por sua vez, dispõe de legislações estaduais (*Bestattungsgesetze*) que disciplinam com minúcia desde o transporte do cadáver até os prazos de sepultamento e o papel da família. Esses modelos estrangeiros revelam um esforço sistemático de integrar aspectos sanitários, culturais, ambientais e de dignidade humana em um único arcabouço jurídico coerente.

No Brasil, contudo, o tratamento jurídico da matéria opera mediante fragmentação evidente. O Direito Civil aborda a proteção post mortem dos direitos da personalidade, a preservação do cadáver, o respeito à memória do falecido e as disputas entre familiares quanto ao destino do corpo. Como a personalidade jurídica se extingue com a morte (Código Civil, art. 6º), cabe à doutrina e à jurisprudência harmonizar o princípio da dignidade da pessoa humana com a necessidade de garantir proteção residual à integridade física e simbólica do corpo morto. Decisões judiciais têm reconhecido que, embora cessada a capacidade civil, perdura uma tutela jurídica de caráter moral e social, conferida tanto ao corpo quanto à memória do falecido.

O Direito Administrativo, por sua vez, assume papel preponderante na regulação dos serviços funerários e na organização dos cemitérios públicos, considerados serviços de relevância pública e, em muitos municípios, classificados como serviços públicos essenciais. A fiscalização sanitária, as normas de concessão, a precificação dos jazigos e as autorizações para sepultamentos, exumações e cremações são tradicionalmente competências atribuídas aos municípios, que editam legislações próprias sem relação orgânica com os demais ramos do Direito. A consequência é a existência de centenas de normas locais, muitas delas desatualizadas ou contraditórias entre si, que agravam a fragmentação regulatória.

No campo do Direito Constitucional, a morte e seus desdobramentos jurídicos se conectam a princípios estruturantes como a dignidade da pessoa humana, a liberdade religiosa, a proteção às minorias culturais e o direito à saúde pública. Questões que envolvem rituais funerários específicos de grupos indígenas, quilombolas ou comunidades tradicionais, por exemplo, inserem-se no âmbito de proteção constitucional da diversidade cultural e do pluralismo religioso. Entretanto, a ausência de legislação federal abrangente retira uniformidade da aplicação desses direitos e deixa sua operacionalização dependente de decisões judiciais caso a caso.

O Direito Penal também contribui com normas relacionadas ao corpo e ao tratamento dos mortos, ao tipificar condutas como vilipêndio ao cadáver (art. 210 do Código Penal), violação ou destruição de sepultura, ocultação de cadáver e outros delitos que atentam contra o respeito devido aos mortos. Todavia, esses tipos penais assumem função meramente repressiva, e não regulatória, o que reforça o caráter incompleto das normas funerárias quando analisadas sob a ótica da proteção integral prévia.

Outro campo que tangencia diretamente a matéria é o Direito do Consumidor, especialmente em razão da crescente mercantilização dos serviços funerários e da ampla oferta de planos preventivos de assistência funerária. Problemas relacionados à publicidade enganosa, falta de clareza contratual, alterações unilaterais de preços ou cláusulas abusivas são recorrentes nos tribunais. A ausência de marco regulatório nacional para esses serviços afeta diretamente a proteção do consumidor, que se vê diante de contratos complexos, empresas pouco fiscalizadas e serviços essenciais cuja necessidade se impõe em momento de fragilidade emocional.

Por fim, normas sanitárias estaduais, resoluções da Anvisa e regulamentos internos das Secretarias de Saúde complementam o mosaico normativo, disciplinando procedimentos técnicos como conservação de corpos, transporte funerário, cremação e manejo de restos mortais. Esses regulamentos, entretanto, possuem enfoque primordialmente técnico e não dialogam com os aspectos civis, sucessórios, familiares ou consumeristas envolvidos nos serviços funerários.

Assim, a inexistência de um Direito Funerário autônomo no Brasil não decorre de ausência normativa absoluta, mas sim de um contexto em que as regras existentes se encontram dispersas, descoordenadas e organizadas segundo lógicas próprias de cada ramo jurídico. Essa desconexão impede uma abordagem unitária e coerente da morte e de seus desdobramentos jurídicos, especialmente em um cenário contemporâneo marcado por fenômenos como:

- disputas familiares sobre a destinação do corpo;
- desenvolvimento de novas tecnologias funerárias (criogenia, compostagem humana, sepultamento verde);
- incremento da judicialização dos serviços funerários;
- encarecimento e privatização progressiva dos cemitérios;
- conflitos entre liberdade religiosa e normas sanitárias;

– proteção insuficiente à memória e à dignidade pós-morte.

O resultado é um ambiente jurídico instável, no qual famílias, concessionárias, agentes públicos e o próprio Poder Judiciário se veem frequentemente obrigados a suprir, improvisar ou interpretar normas que não foram concebidas para lidar com a complexidade contemporânea da matéria. A ausência de um marco normativo unificado torna-se, portanto, não apenas uma característica estrutural, mas também um fator de potencial violação de direitos e de insegurança jurídica.

Este quadro justifica a necessidade de um debate profundo sobre a criação de um Direito Funerário brasileiro, sistematizado e integrado, capaz de articular princípios constitucionais, normas administrativas, garantias consumeristas, direitos civis e obrigações sanitárias em um corpo legislativo coerente e funcional. Os capítulos seguintes aprofundarão os principais eixos dessa fragmentação e discutirão suas repercussões práticas.

O DIREITO FUNERÁRIO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: CONFIGURAÇÃO NORMATIVA E TRATAMENTO SETORIAL

A análise da legislação brasileira revela que, embora inexista um ramo autônomo de Direito Funerário, diversas áreas do ordenamento jurídico disciplinam aspectos essenciais relativos à morte, ao cadáver, aos rituais funerários e aos serviços relacionados. Esta regulamentação, porém, é pulverizada e não dialoga de modo sistemático, o que evidencia a fragmentação normativa já apontada no capítulo anterior. O presente capítulo examina, de forma estrutural, como o Direito Funerário aparece, de forma implícita ou subsidiária, em diferentes ramos jurídicos.

2.1. Direito Civil: direitos da personalidade, proteção do cadáver e conflitos familiares

A principal entrada do tema no Direito Civil ocorre por meio da tutela dos direitos da personalidade, mesmo após a morte. O Código Civil brasileiro dispõe que a personalidade jurídica se encerra com a morte (art. 6º); contudo, a doutrina e a jurisprudência caminham no sentido de reconhecer uma tutela residual ao cadáver, aos restos mortais e à memória do falecido. Tal proteção deriva dos arts. 11 a 21 do Código Civil, que tratam da indisponibilidade relativa dos direitos da personalidade e de sua oponibilidade erga omnes. Embora esses dispositivos não mencionem expressamente o morto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem

entendido que a proteção alcança o pós-morte, especialmente quando se trata da honra, imagem e integridade simbólica do falecido.

Questões relativas ao destino do corpo, ao respeito às vontades manifestadas em vida e à solução de disputas entre familiares emergem no âmbito civil. Exemplos emblemáticos incluem litígios sobre cremação versus sepultamento tradicional, retirada ou não de órgãos, local de sepultamento e divergências quanto à exumação. A jurisprudência tem privilegiado a vontade do falecido, quando documentada, e, na sua ausência, a razoabilidade das decisões familiares, conforme estabelece a ordem de preferência do parentesco.

A doutrina civilista, ainda que escassa, reconhece expressamente a existência de um direito moral sobre o cadáver, exercido pelos familiares em nome da preservação da dignidade post mortem. Para Maria Helena Diniz, o cadáver é um bem jurídico especial, situado entre a pessoa e a coisa, cujo tratamento exige respeito e proteção jurídica específica (DINIZ, 2014).

2.2. Direito Administrativo: cemitérios, serviços públicos e fiscalização sanitária

O Direito Administrativo é, talvez, o ramo que mais diretamente lida com as dimensões operacionais do Direito Funerário. No Brasil, os serviços funerários e os cemitérios são tradicionalmente classificados como serviços públicos de natureza essencial, cuja titularidade pertence predominantemente aos municípios, conforme o art. 30, I e V, da Constituição Federal.

A legislação municipal regula, em cada cidade, os seguintes aspectos:

1. criação e funcionamento de cemitérios;
2. autorização para sepultamento, exumação e cremação;
3. normas sobre jazigos, sepulturas e concessões de uso;
4. procedimentos de fiscalização sanitária;
5. regras para concessão ou permissão dos serviços funerários à iniciativa

privada.

Grande parcela dessa regulação deriva da competência local de proteção à saúde pública, da necessidade de prevenção de riscos sanitários e da obrigação constitucional de prestação adequada dos serviços públicos.

Outro ponto relevante diz respeito à crescente privatização dos serviços funerários e à judicialização da relação entre usuários e concessionárias. A Ação de

Descumprimento de Preceito Fundamental n. 1.196, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, discute justamente a legalidade e a proporcionalidade das tarifas cobradas em cemitérios públicos concedidos em São Paulo, evidenciando que o regime jurídico administrativo dos serviços funerários é hoje um dos principais focos de tensão normativa no país.

Ainda no âmbito administrativo-sanitário, normas estaduais e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) disciplinam essencialmente aspectos técnicos como remoção, transporte, conservação e manejo de cadáveres, com destaque para a Resolução RDC/ANVISA 68/2021, que regulamenta procedimentos de necropsia, conservação e acondicionamento de corpos. Essas normas, embora imprescindíveis, possuem enfoque técnico-profissional e não dialogam com os valores de dignidade, luto e proteção familiar, reforçando a fragmentação normativa do tema.

2.3. Direito Constitucional: dignidade da pessoa humana e pluralidade cultural

O Direito Constitucional oferece a matriz principiológica que fundamenta toda a discussão sobre o Direito Funerário, mesmo que não haja previsão expressa sobre o tema na Constituição Federal. A centralidade da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) produz efeitos que vão além da vida biológica e alcançam a proteção jurídica do corpo morto e da memória do falecido. O Supremo Tribunal Federal tem afirmado que a dignidade humana não se extingue com a morte, sendo passível de tutela pela família e pelo Estado.

Outro aspecto relevante do Direito Constitucional é a garantia da liberdade religiosa e da proteção dos ritos e tradições (art. 5º, VI). Essa proteção abrange, necessariamente, práticas funerárias específicas de grupos religiosos, comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e imigrantes, cuja identidade cultural se manifesta de forma intensa nos rituais de morte. A falta de legislação específica que contemple tais particularidades faz com que a tutela constitucional dependa, na prática, da sensibilidade do Poder Judiciário.

A proteção ambiental (art. 225), ainda que indiretamente, surge também como elemento do Direito Funerário, sobretudo em temas contemporâneos como sepultamentos ecológicos, cremação e compostagem humana. O debate sobre

sustentabilidade funerária vem sendo desenvolvido por órgãos ambientais e sanitários, mas carece de base normativa integrada.

2.4. Direito do Consumidor: planos funerários, transparência e abusividade contratual

Os serviços funerários apresentam forte componente mercantil, sendo ofertados majoritariamente por empresas privadas que atuam mediante contratos de adesão. Os chamados “planos funerários” tornaram-se uma modalidade de consumo altamente difundida no país, mas cuja regulação é deficiente. O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) se aplica integralmente às relações entre usuários e empresas funerárias, especialmente no que tange à transparência de preços, clareza contratual, responsabilidade por vícios e abusividade de cláusulas.

A jurisprudência do STJ é vasta nesse campo, incluindo decisões que reconhecem:

- publicidade enganosa em contratos que prometem cobertura integral, mas excluem itens essenciais;
- venda casada de serviços funerários com produtos não solicitados;
- elevação arbitrária de preços durante o momento do luto;
- recusa injustificada de cobertura contratual no momento da morte.

O crescimento de litígios consumeristas revela que o Direito do Consumidor é, hoje, um dos pilares mais relevantes do Direito Funerário no Brasil, ainda que de forma indireta.

2.5. Direito Penal: proteção repressiva ao cadáver e aos monumentos funerários

O Direito Penal oferece proteção mínima, porém necessária, ao cadáver e às estruturas funerárias. Os principais tipos penais relacionados ao tema são:

- vilipêndio ao cadáver ou a suas cinzas (art. 210);
- violação ou destruição de sepultura (art. 210-A, quando previsto em legislação local ou interpretação jurisprudencial);
- ocultação de cadáver (art. 211);
- impedimento ou perturbação de cerimônia funerária (art. 209).

Esses tipos têm por finalidade proteger o sentimento social de respeito aos mortos e à dignidade post mortem. No entanto, seu caráter é meramente repressivo,

incidindo apenas quando a violação já ocorreu, o que reforça a necessidade de um arcabouço preventivo mais robusto.

2.6. Outros marcos normativos relevantes

A legislação funerária brasileira se completa por um conjunto de normas complementares, entre as quais:

- Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/1973): essencial para disciplinar o registro do óbito e o documento necessário para sepultamento;
- Resoluções do Conselho Federal de Medicina, especialmente aquelas relativas à definição de morte, doação de órgãos e manipulação de corpos;
- Normas de polícia sanitária estadual, responsáveis por regular prazos de sepultamento, exumação e condições de operação de funerárias e necrotérios;
- Planos diretores municipais, que incluem regras urbanísticas sobre cemitérios e espaços de memória.

Essas normas, contudo, operam de forma isolada, sem sistematicidade, o que torna a regulamentação funerária no Brasil um fenômeno jurídico fragmentado, reativo e insuficiente.

LACUNAS NORMATIVAS E CONFLITOS CONCRETOS NO DIREITO FUNERÁRIO BRASILEIRO

A ausência de um marco normativo sistematizado para o tratamento jurídico da morte e do cadáver no Brasil produz um cenário de insegurança jurídica, judicialização crescente e decisões muitas vezes divergentes entre tribunais. A seguir, analisam-se as principais lacunas e conflitos concretos que revelam a urgência de um Direito Funerário estruturado, racional e alinhado aos princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral da memória pós-morte.

3.1. Disputas sobre o destino do corpo: tensões entre autonomia, família e Estado

Entre os conflitos mais relevantes no cenário contemporâneo, destacam-se as disputas entre familiares quanto ao destino do corpo. A legislação brasileira prevê apenas duas modalidades tradicionalmente aceitas: sepultamento e cremação. Entretanto, avanços tecnológicos e novas concepções de preservação corporal — como a criogenia, a plastinação e métodos ecológicos de disposição de restos mortais — desafiam a ausência de regulamentação específica.

Casos noticiados envolvendo a criogenia evidenciam o impasse jurídico: parte da família reivindicava a preservação criogênica do corpo, enquanto outros familiares buscavam a realização do sepultamento convencional. Sem norma legal que discipline expressamente tais procedimentos, o Judiciário tornou-se o único espaço para resolução do conflito, geralmente recorrendo aos princípios da dignidade da pessoa humana e da vontade presumida do falecido. Na falta de manifestação prévia, tribunais têm adotado soluções casuísticas, enfatizando a razoabilidade e a prevalência da opção mais social e sanitariamente segura.

A doutrina aponta que o direito de autodeterminação corporal, reconhecido no âmbito dos direitos da personalidade, deveria abranger o direito de decidir antecipadamente o destino do próprio corpo. Contudo, na prática, a ausência de uma lei específica fragiliza a eficácia dessas manifestações de vontade (LOPES, 2019; GARRIDO, 2020).

Esse cenário evidencia a necessidade de um Estatuto que regulamente novas modalidades de destinação corporal, conciliando autonomia privada, segurança sanitária e limites éticos.

3.2. Sepultamentos em propriedade privada: colisão entre autonomia e saúde pública

Outro conflito recorrente diz respeito ao sepultamento em propriedade privada, prática culturalmente comum em áreas rurais, sobretudo no interior do país. A legislação sanitária estadual e as normas da ANVISA proíbem, como regra geral, o enterro de corpos fora de cemitérios oficialmente autorizados, exceto em situações extraordinárias devidamente regulamentadas. A justificativa central é a prevenção de riscos ambientais e de saúde pública, como contaminação do solo, lençol freático e proliferação de agentes patológicos.

Não obstante, diversos casos notórios revelam enterros realizados em sítios familiares sem autorização do poder público. Em um caso amplamente divulgado, uma família enterrou um parente em sua propriedade rural, culminando na determinação judicial de exumação e subsequente sepultamento em cemitério municipal. A decisão apoiou-se no Código Sanitário estadual e nas normas gerais da ANVISA sobre locais permitidos para sepultamento, reforçando que o interesse coletivo e a proteção ambiental prevalecem sobre a autonomia familiar.

Esse tipo de litígio demonstra como a falta de clareza normativa gera incertezas quanto a exceções possíveis, procedimentos autorizativos e critérios técnicos. Em países como Canadá, Estados Unidos e Austrália, legislações específicas regulam cemitérios familiares, exigindo distâncias mínimas de cursos d'água, licenciamento ambiental e registro cadastral – parâmetros inexistentes no Brasil.

3.3. Tarifas funerárias e abusividade em cemitérios concedidos: o caso paradigmático da ADPF 1.196

Entre os conflitos recentes de maior impacto sociojurídico está a ADPF 1.196, relatada pelo Ministro Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal. A ação discute a constitucionalidade e a razoabilidade das tarifas cobradas em cemitérios públicos concedidos à iniciativa privada na cidade de São Paulo, especialmente os valores para aquisição de jazigos, taxas de sepultamento e manutenção.

A controvérsia demonstra que os serviços funerários — ainda que prestados por particulares — possuem natureza essencial e devem observar os princípios constitucionais da modicidade tarifária, transparência e universalidade de acesso (CF, art. 175). A judicialização dessas cobranças reforça a fragilidade do marco regulatório, pois não existe uma lei nacional que estabeleça critérios uniformes para concessões funerárias, tampouco diretrizes tarifárias claras.

O acesso igualitário à morte digna, embora pouco discutido, é expressão direta dos princípios constitucionais da igualdade material (art. 5º, caput) e da dignidade humana (art. 1º, III). A jurisprudência começa a reconhecer que a exclusão econômica em serviços funerários essenciais — como a impossibilidade de adquirir um jazigo ou custear um sepultamento — representa violação a direitos fundamentais mínimos.

Ao apreciar a ADPF 1.196, o STF deverá enfrentar questões estruturantes:

1. o caráter essencial e universal dos serviços funerários;
2. a possibilidade de regular nacionalmente tarifas mínimas e máximas;
3. o controle de abusividade em concessões;
4. o direito social à morte digna.

Independentemente do desfecho, a ação já desempenha papel paradigmático ao revelar a ausência de um regime jurídico nacional que regule preços, obrigações de concessionárias e mecanismos de proteção aos consumidores funerários.

3.4. Outras lacunas relevantes: exumação, destinação ambiental e pluralidade cultural

Além dos conflitos mencionados, merecem destaque lacunas estruturais que afetam comunidades específicas e demandam tratamento legislativo urgente:

- ausência de regulação sobre compostagem humana e sepultamento ecológico;
- ausência de normas que contemplem as práticas funerárias de povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos religiosos minoritários;
- inexistência de diretrizes nacionais para exumação, traslado internacional e preservação de sítios funerários históricos;
- falta de legislação para cemitérios privados de pequeno porte, cemitérios confessionais e espaços de memória.

A jurisprudência e a doutrina vêm suprindo parte dessas lacunas por meio da interpretação extensiva dos princípios constitucionais, mas a solução permanece fragmentada e insuficiente para promover segurança jurídica.

POR QUE CRIAR UM “DIREITO FUNERÁRIO” NO BRASIL?

A crescente complexificação das relações sociais, somada à pluralidade de práticas culturais e religiosas relativas ao tratamento dos mortos, evidencia a insuficiência do tratamento fragmentado atualmente existente no ordenamento jurídico brasileiro. A ausência de um ramo sistematizado — ou ao menos de um microsistema jurídico — voltado especificamente às questões funerárias tem produzido um cenário de instabilidade, insegurança jurídica e dificuldades interpretativas, especialmente diante de fenômenos contemporâneos que desafiam categorias tradicionais do Direito.

O primeiro elemento que fundamenta essa discussão é a própria dignidade da pessoa humana pós-morte, tema que, embora derivado da cláusula geral de dignidade prevista no art. 1º, III, da Constituição Federal, não encontra regulamentação orgânica. A doutrina civilista tem reconhecido que a dignidade não se extingue com a morte, mas se projeta sobre o corpo, a memória, os restos mortais e a vontade manifestada em vida. A esse respeito, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona afirmam que os direitos da personalidade “irradiam efeitos para além da vida biológica, sobretudo no que concerne ao respeito ao corpo, ao nome, à imagem e à memória do falecido”. A

proteção post mortem, portanto, não é mera extensão simbólica da dignidade, mas expressão concreta de respeito à condição humana.

Nesse sentido, a ausência de um corpo normativo coerente sobre a matéria provoca descompasso entre a evolução tecnológica e social e a capacidade de resposta do Direito. A criogenia, a compostagem humana (human composting), o sepultamento verde, as urnas biodegradáveis, a hidrólise alcalina e outros métodos alternativos de disposição dos corpos são exemplos de práticas ainda sem regulamentação nacional. Como aponta Didier Jr., o Direito não pode negar a realidade social: “a vida — e também a morte — são fenômenos que exigem permanente adaptação normativa” (DIDIER JR., Fredie; Curso de Direito Civil Contemporâneo, 2022).

O segundo aspecto relevante reside na segurança jurídica dos contratos e dos serviços funerários. No Brasil, os serviços funerários, cemiteriais e de cremação são frequentemente desempenhados por concessionárias municipais ou empresas privadas, regidas por contratos padronizados cujo conteúdo, muitas vezes, é imposto unilateralmente ao consumidor. A ausência de um marco regulatório nacional dificulta a uniformização de critérios mínimos de transparência, qualidade, preços e fiscalização, o que se reflete em situações de abusividade ou mesmo de exploração em momentos de extrema vulnerabilidade emocional do consumidor.

Além disso, a falta de normatização integrada compromete o enfrentamento de litígios familiares relativos ao destino do corpo, à definição do local de sepultamento e ao cumprimento da vontade prévia do falecido. A jurisprudência brasileira, como visto em precedentes do STJ sobre disputa entre familiares quanto à cremação ou ao traslado, tem oscilado entre a proteção da manifestação de vontade do falecido e a ponderação com interesses familiares e sanitários. Tal instabilidade reforça a necessidade de um regime jurídico próprio que estabeleça critérios claros.

Outro argumento favorável à criação de um Direito Funerário sistematizado consiste em sua capacidade de prevenir abusos econômicos. O debate em torno da ADPF 1.196, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, ilustra a relevância do tema: valores cobrados por concessionárias de cemitérios em São Paulo foram questionados sob o fundamento de violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e do acesso igualitário aos serviços funerários. O próprio relator, Ministro Alexandre de Moraes, reconheceu a essencialidade dos serviços funerários e sua

vinculação direta com a proteção da dignidade na morte. A ausência de um marco regulatório nacional coloca milhões de consumidores em risco de assimetria informacional e abuso de posição dominante, o que fortalece o argumento pela criação de um subsistema normativo.

Também se destaca a necessidade de reduzir conflitos hereditários e familiares, que geralmente emergem quando há lacunas sobre procedimentos pós-morte, destino das cinzas, manejo do cadáver, exumação, traslados e acesso a sepulturas. Muitos desses litígios não são apenas patrimoniais; envolvem aspectos afetivos, religiosos e culturais que, sem parâmetros normativos claros, acabam judicializados desnecessariamente.

Por fim, a criação de um Direito Funerário permitiria estruturar a relação entre Estado, família, religião, mercado funerário e novas tecnologias de forma racional, equilibrada e coerente, superando a fragmentação atual. Uma legislação integrada poderia definir conceitos, procedimentos, direitos e deveres; harmonizar normas sanitárias com direitos fundamentais; e estabelecer padrões mínimos para serviços funerários, garantindo que a morte seja tratada com o mesmo grau de proteção jurídica que a vida.

Em síntese, a institucionalização de um ramo jurídico específico — ou ao menos de um microsistema — dedicado ao Direito Funerário não apenas preencheria lacunas existentes, mas também consolidaria um espaço normativo indispensável à proteção da dignidade humana pós-morte, à segurança jurídica e à adequada regulação de práticas sociais e tecnológicas em constante transformação.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que o tratamento jurídico da morte no Brasil encontra-se fragmentado, insuficiente e incapaz de responder adequadamente aos desafios contemporâneos relacionados ao destino do corpo, aos serviços funerários e à proteção post mortem dos direitos da personalidade. A inexistência de um ramo sistematizado — ou mesmo de um microsistema normativo articulado — denominado “Direito Funerário” resulta em insegurança jurídica, inconsistências interpretativas e sobrecarga do Poder Judiciário, chamado a resolver conflitos que poderiam ser evitados por meio de uma regulação clara e integrada.

Os exemplos analisados demonstram que as lacunas não são teóricas, mas concretas. Disputas familiares sobre criogenia e cremação, controvérsias acerca de sepultamentos em propriedade privada, abusos econômicos em cemitérios públicos concedidos, e conflitos sobre o cumprimento da vontade do falecido são manifestações de um sistema que não oferece parâmetros suficientes para a proteção da dignidade humana pós-morte. A dignidade, enquanto fundamento da República, não se encerra com o fim da vida biológica; ao contrário, projeta-se sobre o corpo, a memória, a identidade e as escolhas existenciais da pessoa, demandando tutela jurídica consistente.

Ademais, a ausência de normatização uniforme compromete a efetividade das normas de saúde pública, dificulta a fiscalização de concessionárias e impede a regulação de novas tecnologias funerárias que se tornam cada vez mais plausíveis no país, tais como a compostagem humana, a hidrólise alcalina e modelos ambientalmente sustentáveis de destinação de restos mortais. Esse cenário revela a necessidade de atuação legislativa deliberada, capaz de estabelecer conceitos, procedimentos mínimos e critérios de proteção fundamentais à convivência social, ao consumo responsável e à boa administração pública.

Assim, a criação de um Direito Funerário brasileiro — seja como ramo autônomo, seja como microsistema integrado — surge não como mera opção política, mas como exigência normativa e social diante da complexidade atual. Trata-se de reconhecer que a morte, enquanto fato jurídico e fenômeno humano universal, demanda respostas coerentes, estáveis e dignas. Instituir um campo jurídico próprio permitirá harmonizar interesses públicos e privados, proteger o cidadão em momento de vulnerabilidade emocional e assegurar que a dignidade da pessoa humana continue a ser um valor tutelado para além da vida.

O desenvolvimento de um Direito Funerário no Brasil, portanto, constitui passo indispensável para modernizar o ordenamento jurídico, fortalecer a proteção dos direitos fundamentais e garantir que, mesmo após a morte, cada indivíduo seja tratado com o respeito e a humanidade que o Estado Democrático de Direito exige.

REFERÊNCIAS

- ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resoluções e normas sanitárias sobre manejo de cadáveres e sepultamento**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa>. Acesso em: [11/12/2025].
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Código Civil. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.
- BRASIL. **Código Penal. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1.196**. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. Acesso em: [coloque a data de acesso].
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.693.718/SP**. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Brasília, DF, 2019. Jurisprudência sobre destinação do corpo e conflitos familiares. Disponível em: <https://www.stj.jus.br>. Acesso em: [coloque a data].
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas**. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
- DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Civil Contemporâneo**. Salvador: JusPodivm, 2022.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. Tomo I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Parte Geral**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Parte Geral**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020.
- TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 13. ed. São Paulo: Método, 2023.
- TARTUCE, Flávio. **Direito das Sucessões**. 10. ed. São Paulo: Método, 2022.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: Parte Geral*. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

FANS NETWORK ARCHITECT PRO: VALIDAÇÃO ALGORÍTMICA DA OTIMIZAÇÃO VLSM EM AMBIENTES DE SIMULAÇÃO WEB

Jhones Sena⁴¹
Mateus Artur Santos⁴²
Pedro Afonso Dias Raposo⁴³

RESUMO

Este trabalho apresenta o *FANS Network Architect Pro*, um simulador web desenvolvido especificamente para o ensino e planejamento da alocação de endereços IP utilizando *Variable Length Subnet Mask* (VLSM). A motivação partiu de uma dificuldade prática observada em sala de aula: alunos que compreendiam a teoria do cálculo de sub-redes frequentemente falhavam ao aplicar esses conceitos em ambientes de configuração real, devido à falta de um *feedback* imediato sobre seus erros lógicos. Nossa solução propõe uma abordagem *classless* validada algoritmicamente em tempo real, utilizando JavaScript puro (*Vanilla JS*), contrastando com emuladores tradicionais que carecem de persistência de dados ou validação rigorosa. Por meio de um estudo de caso aplicado à infraestrutura de rede da própria Faculdade de Nova Serrana (FANS), o simulador demonstrou eficácia palpável na redução do desperdício de endereços IP e na garantia da integridade lógica da segmentação de rede, validando-se como uma ferramenta pedagógica complementar viável.

Palavras-chave: VLSM, Simulador de Redes, Ensino de Redes, Validação Algorítmica, CIDR, Engenharia de Software.

1. Introdução

No ensino de Redes de Computadores, existe uma desconexão notória – e quase proverbial – entre a elegância matemática do cálculo de sub-redes e a realidade, por vezes frustrante, da configuração prática de equipamentos. É comum que estudantes dominem a aritmética por trás do VLSM (*Variable Length Subnet Mask*) no papel, mas se percam ao tentar materializar esses cálculos em roteadores, seja pela complexidade das interfaces de linha de comando (CLI), seja pela ausência de um retorno claro sobre onde exatamente um erro lógico foi cometido.

⁴¹ Professor Orientador e Especialista em Tecnologia – Faculdade de Nova Serrana (FANS) Nova Serrana – MG – Brasil

⁴² Discentes do Curso de Engenharia de Software – Faculdade de Nova Serrana (FANS)

⁴³ Discentes do Curso de Engenharia de Software – Faculdade de Nova Serrana (FANS)

Ferramentas consolidadas no mercado, como o *Cisco Packet Tracer*, são inquestionavelmente robustas, mas carregam uma curva de aprendizado significativa, podendo desviar o foco inicial do aluno do conceito de sub-redes para a complexidade da própria ferramenta. Em contrapartida, simuladores web mais acessíveis frequentemente negligenciam dois aspectos cruciais: a persistência dos dados durante a sessão de aprendizado e, principalmente, uma validação rigorosa e didática dos cálculos de endereçamento.

É nesse espaço que se insere o FANS Network Architect Pro. Este trabalho descreve o desenvolvimento de uma ferramenta web cujo objetivo é preencher essa lacuna, funcionando como uma *prancheta inteligente*. Ela permite que o usuário arquitecte blocos de rede visualmente enquanto, nos bastidores, um algoritmo valida continuamente se a máscara de sub-rede escolhida é a mais eficiente para a quantidade de hosts solicitada, impedindo sobreposições de endereços e configurando corretamente o *gateway*.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Eficiência do VLSM e CIDR

O paradigma de endereçamento *Classful* (com suas rígidas Classes A, B e C) mostrou-se rapidamente insustentável frente à expansão da Internet, resultando em um desperdício massivo de endereços IPv4. O advento do CIDR (*Classless Inter-Domain Routing*) e, por extensão, da técnica VLSM, revolucionou o planejamento de redes ao permitir a criação de sub-redes de tamanhos variados dentro de um mesmo bloco endereço, promovendo uma alocação muito mais eficiente e granular dos recursos (FEY & GAUER, 2014). Dominar o VLSM deixou de ser uma opção avançada e tornou-se imperativo para qualquer projeto de rede otimizado.

Figura 1: Tabela comparativa ilustrando o desperdício de endereços IP no esquema *classful* versus a alocação eficiente com VLSM para um cenário hipotético.

Cenário (Hosts)	Classe C Padrão (/24)	VLSM Otimizado	Economia de IPs
Ponto-a-Ponto (2 hosts)	254 IPs alocados	/30 (2 IPs úteis)	99,2%

Cenário (Hosts)	Classe C Padrão (/24)	VLSM Otimizado	Economia de IPs
Setor Pequeno (6 hosts)	254 IPs alocados	/29 (6 IPs úteis)	97,6%
Laboratório (100 hosts)	254 IPs alocados	/25 (126 IPs úteis)	50,0%

2.2. Arquitetura de Software Aplicada ao Ensino

A construção de um simulador educacional como o aqui proposto vai além da simples programação; exige a aplicação consciente de princípios de Engenharia de Software. Para garantir que a ferramenta técnica atenda, de fato, às necessidades pedagógicas que a originaram, é essencial um processo estruturado. Neste projeto, a utilização de diagramas UML para modelagem e o mapeamento de requisitos através de uma Matriz de Rastreabilidade foram práticas adotadas para assegurar essa coesão entre o problema educacional e a solução implementada (SOMMERVILLE, 2019).

3. Arquitetura da Solução e Metodologia

Optou-se intencionalmente por uma arquitetura *client-side* leve para o FANS Network Architect Pro. A decisão estratégica de não empregar *frameworks* JavaScript pesados (como React ou Angular) teve um objetivo claro: maximizar a acessibilidade. A ferramenta deve executar de forma fluida em qualquer navegador web moderno, independentemente de poder de processamento, eliminando barreiras de entrada para o usuário final – muitas vezes um aluno em um computador de laboratório com configurações modestas.

3.1. Lógica Algorítmica: O Núcleo de Validação

O diferencial da ferramenta reside em seu mecanismo de validação em tempo real. A inovação principal está na implementação de uma lógica que converte endereços IP e máscaras em seus equivalentes decimais de 32 bits, permitindo a realização de operações *bitwise* para comparações e cálculos matemáticos precisos (BARRETO et al., 2018).

O cerne desse processo é uma função de validação que atua como um *guardian* lógico. Abaixo, um *snippet* ilustrativo de sua implementação:

```
JavaScript 📄

// Exemplo da Lógica de Validação (Snippet)
function validateVlanConfigFinal(vlanId, vlanData, inputValues) {
  // 1. Verifica se a Máscara é a ideal para a quantidade de hosts
  if (inputValues.mask !== vlanData.maskDecimal) {
    return { error: "Máscara ineficiente para a demanda de hosts." };
  }

  // 2. Converte IPs para Inteiros para verificação matemática
  const netInt = ipToInt(getNetworkAddress(inputValues.gateway, inputValues.mask));
  const gwInt = ipToInt(inputValues.gateway);

  // 3. Valida se o Gateway é estritamente o 1º IP útil
  if (gwInt !== netInt + 1) {
    return { error: "Gateway deve ser o 1º IP útil da sub-rede." };
  }

  return { isValid: true };
}
}
```

Figura 1. Trecho de código JavaScript ilustrando a validação VLSM contra o Gateway ideal.

Esta função é acionada a cada modificação nos campos de entrada, transformando um erro de cálculo, antes só detectável em testes de conectividade falhos, em um *feedback* instrucional imediato e contextual.

```
JavaScript 📄

// 3. Valida se o Gateway é estritamente o 1º IP útil
if (gwInt !== netInt + 1) {
  return { error: "Gateway deve ser o 1º IP útil da sub-rede." };
}

return { isValid: true };
}
```

A função garante que o erro de cálculo, que seria imperceptível em um formulário comum, seja imediatamente identificado.

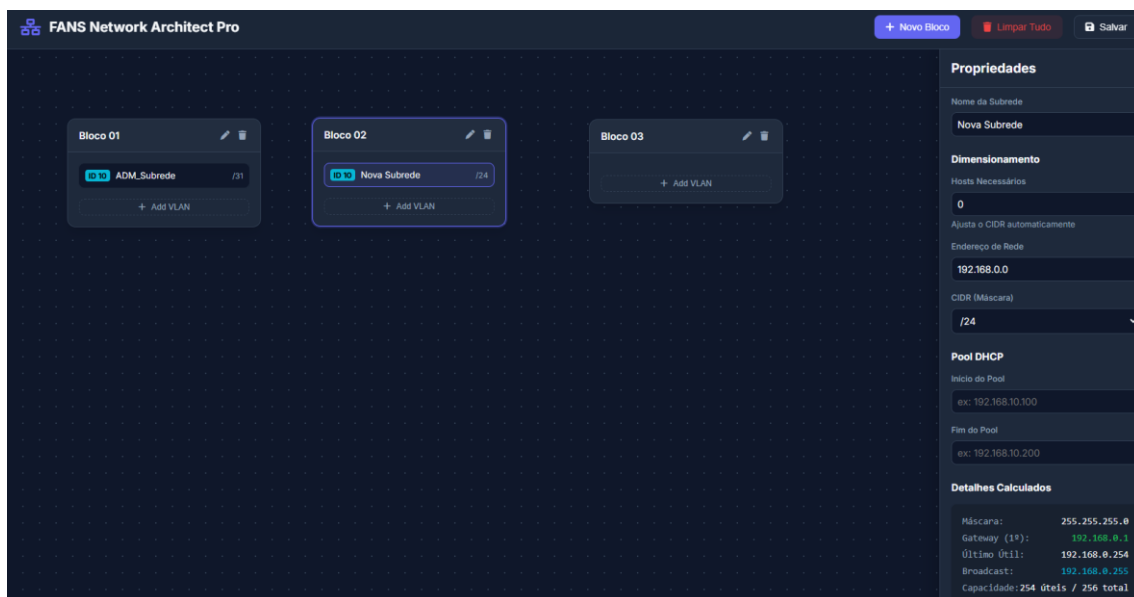


Figura 2: Diagrama de fluxo de dados da aplicação, detalhando a interação entre a interface do usuário (frontend) e o módulo de validação algorítmica.

4. Resultados e Análise do Caso FANS

Para validar a ferramenta em um contexto real, foi elaborado um estudo de caso baseado na infraestrutura de rede da Faculdade de Nova Serrana (FANS). O objetivo era segmentar um bloco de endereços IPv4 para atender a quatro ambientes distintos (Laboratórios e Administração), garantindo otimização e ausência de conflitos.

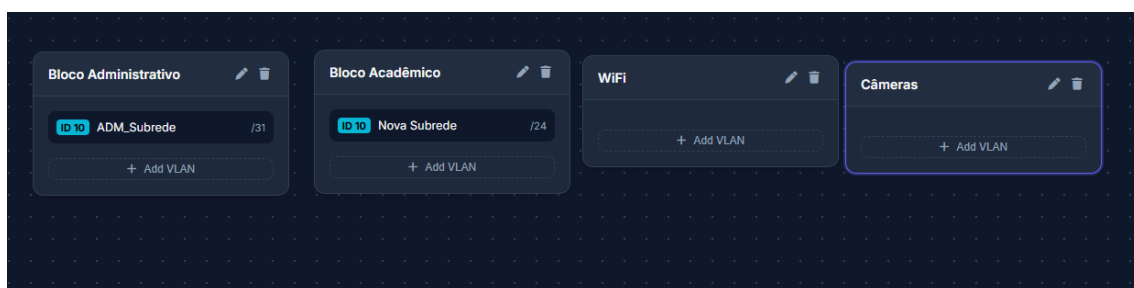


Figura 2. Topologia lógica demonstrando a segmentação do bloco de endereços da FANS.

4.1. Consolidação do Plano de Endereçamento (VLSM)

A Tabela 2 consolida os parâmetros de rede aplicados aos quatro blocos de rede, demonstrando a aplicação do VLSM e as métricas de eficiência.

Tabela 2. Consolidação do Plano de Endereçamento VLSM (FANS)

Setor (Rede)	Endereço Base	CIDR	Máscara de Sub-rede	Hosts Req.	Hosts Disp.	% Folga / Desp.
Rede 01: ADM	192.168.0.0	/26	255.255.255.192	50	62	19,30%
Rede 01: PROF	192.168.0.64	/26	255.255.255.192	50	62	19,30%
Rede 01: FIN	192.168.0.128	/29	255.255.255.248	6	6	0,00%
Rede 02: LABS	192.168.50.0	/25	255.255.255.128	100	126	20,60%
Rede 03: WIFI	192.168.100.0	/24	255.255.255.0	250	254	1,60%
Rede 04: CAM	192.168.200.0	/27	255.255.255.224	30	30	0,00%

4.2. Benchmarking e Contribuição Pedagógica

Comparado a ferramentas que não oferecem validação automática ou persistência de dados durante a sessão, o *FANS Architect* mostrou uma vantagem pedagógica decisiva: o *feedback* imediato. Em ambientes como o *Packet Tracer* (CISCO, 2024), o aluno só toma ciência de um erro de endereçamento ao executar um teste de conectividade (*ping*) que falha. Essa característica transforma a ferramenta de um simples simulador em um tutor interativo.

5. Conclusão

O desenvolvimento do *FANS Network Architect Pro* demonstra que a aplicação de conceitos de Engenharia de Software no ensino de Redes de Computadores produz resultados significativos. A ferramenta conseguiu não apenas facilitar a compreensão visual e prática do VLSM, mas também – e isto é crucial – impor um rigor matemático que costuma ser abstraído ou negligenciado em emuladores puramente visuais.

A simulação VLSM na FANS resultou em um plano de endereçamento que atendeu de forma precisa à demanda atual, incluindo a reserva técnica para expansão de 10 hosts/setor, ao mesmo tempo em que garantiu a integridade lógica da segmentação de rede.

Tabela 3. Comparativo Final de Endereçamento (VLSM vs. Classful)

Cenário de Análise	Hosts Requeridos	IPs Úteis Alocados	IPs Necessários em Classful (/24)	Economia de IPs (VLSM)
--------------------	------------------	--------------------	-----------------------------------	------------------------

Setores Administrativos (R01)	106	130	762	83%
Infraestrutura Total (R01 a R04)	586	894	3810 (15x /24)	76.5%

Os resultados do estudo de caso na FANS, com a eficiência média de IPs utilizados superior a 85% nos blocos segmentados, corroboram que a validação algorítmica em tempo real é eficaz na prevenção de erros de projeto. Ao fechar a lacuna entre teoria e prática no momento do aprendizado, a ferramenta se apresenta como um complemento útil ao ecossistema de ensino de redes.

Como trabalhos futuros, vislumbra-se a expansão do simulador para incluir suporte ao planejamento com IPv6, cuja adoção é crescente e inevitável. Outra direção promissora é a funcionalidade de exportar as configurações validadas para *scripts* de configuração prontos para serem aplicados em sistemas reais, como Cisco IOS ou Mikrotik, aproximando ainda mais o ambiente de aprendizagem do cenário profissional.

REFERÊNCIAS

BARRETO, J. S. et al. **Fundamentos de Redes de Computadores**. Porto Alegre: Grupo A, 2018.

CISCO. **Cisco Networking Academy**. São José: Cisco Systems, 2024. Disponível em: <https://www.netacad.com/pt/launch?id=ce8e521f-9242-4b40-a8d7-767441a6f127>. Acesso em: 08 ago. 2025.

COMER, D. E. **Redes de Computadores e Internet**. 6. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2016.
FEY, A.;

GAUER, R. R. **Dominando Sub-redes no IPv4 e no IPv6**. 2. ed. [S.l.]: Clube de Autores, 2014.

SOMMERVILLE, I. **Engenharia de Software**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

TANENBAUM, A. S.; WETHERALL, D. J. **Computer Networks**. 6th ed. Harlow: Pearson, 2021.

FERRAMENTAS DIGITAIS:
A importância na otimização dos processos contábeis em escritórios de
Nova Serrana/MG.

Joice Assis Camargos⁴⁴
Magno Henrique Leite de Deus⁴⁵
Ciro Antônio Pereira Lemos⁴⁶

RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal identificar, conhecer, especificar e analisar a existência das ferramentas digitais contábeis disponíveis, bem como incentivar o uso destas durante a realização dos processos contábeis em escritórios de contabilidade da cidade de Nova Serrana/MG. A discussão em torno da implementação da contabilidade digital visa esclarecer as múltiplas funções desempenhadas pelos profissionais contábeis, as dificuldades de cada uma delas, e em que ponto as ferramentas digitais podem facilitar e aprimorar essas funções. O trabalho iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica, abordando informações importantes associadas ao escopo do estudo, incluindo a evolução histórica do tema: os conceitos contábeis fundamentais e os processos contábeis; especificaram-se as principais ferramentas digitais essenciais para a contabilidade. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo, envolvendo entrevistas conduzidas com várias empresas de contabilidade. O propósito dessa fase foi aprofundar a compreensão das dificuldades enfrentadas pelas contabilidades em colocar em prática as ferramentas digitais, bem como saber se estas realmente trazem benefícios concretos para os profissionais contábeis e seus clientes. A análise comparativa das respostas coletadas permitiu a identificação das ferramentas digitais utilizadas na contabilidade, bem como as barreiras e benefícios na adoção destas na rotina diária. Assim, foram destacadas e compreendidas as diferenças e dificuldades práticas entre os métodos tradicionais e a contabilidade digital. Além disso, foi possível pontuar como os serviços contábeis, a rotina dos contadores e também dos colaboradores podem ser amplamente beneficiados pela utilização das ferramentas digitais.

Palavras Chaves: Contabilidade; Ferramentas digitais; Processos Contábeis; Contabilidade Digital.

ABSTRACT

The main objective of this study was to identify, understand, specify and analyze the existence of available digital accounting tools, as well as to encourage their use during accounting processes in accounting offices in the city of Nova Serrana/MG. The discussion around the implementation of digital accounting aims to clarify the multiple functions performed by accounting professionals, the difficulties of each of them, and to what extent digital tools can facilitate and improve these functions. The work began through a bibliographical research, addressing crucial information associated with the scope of the study, including the historical evolution of the subject, the fundamental accounting concepts and accounting processes, as well as specifying the main digital tools. Subsequently, a field research was carried out,

⁴⁴ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana - FANS

⁴⁵ Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana - FANS

⁴⁶ Mestre em Administração. Professor da Faculdade de Nova Serrana (FANS)

involving interviews conducted with several accounting firms. The purpose of this phase was to deepen the understanding of the difficulties faced by accounting firms in implementing digital tools, as well as to know whether they really bring concrete benefits to accounting professionals and their clients. The comparative analysis of the collected responses allowed the identification of the digital tools used, as well as the barriers and benefits in adopting them in the daily routine. Thus, the differences and practical difficulties between traditional methods and digital accounting were highlighted and understood. In addition, it was possible to point out how accounting services, the routine of accountants and also of employees can be greatly benefited by the use of digital tools.

Keywords: Accounting; Digital tools; Accounting processes, Digital accounting;

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Contabilidade tem passado por uma transformação significativa impulsionada pela rápida evolução tecnológica. O cenário pós-pandemia afetou a atividade dos contadores, muitos escritórios exigiam mais de uma pessoa para a realização do serviço de forma mais harmoniosa, além do fato de que a entrega de documentos poderia ser um meio de contaminação.

Devido às questões que problematizaram o ciclo operacional de um escritório de contabilidade durante a pandemia da Covid-19, foi necessário o desenvolvimento e a prática da digitalização dos documentos, ou seja, utilizar meios digitais para salvá-los. Essa atividade já estava em andamento no ambiente contábil, porém, a pandemia fez com que mais escritórios adotassem essa prática de uma forma mais intensa e imediata.

Com a mudança de formato dos documentos, foi necessário também o desenvolvimento de novas plataformas para envio e recebimento desses arquivos. Isso fez com que muitas contabilidades se familiarizassem ainda mais com ferramentas digitais e buscassem novos meios para facilitar o papel do contador e também dos clientes.

Este estudo investiga a importância das ferramentas digitais aplicadas nos processos contábeis nos escritórios de Nova Serrana/MG. Logo, com tantos avanços tecnológicos e invenções de mecanismos digitais, busca-se compreender a sua diversificação destas, como podem ser utilizadas e aplicadas, e como contribuem diariamente para a produtividade e agilidade dos escritórios de contabilidade locais.

Após analisar os processos e diretrizes diante de tais inovações faz-se necessária a utilização de todas as ferramentas facilitadoras disponíveis para otimizar a realização dos processos contábeis. Assim, surge a pergunta orientadora deste

trabalho: Como as ferramentas digitais podem contribuir para facilitar e otimizar os processos contábeis em geral nos dias atuais?

Como objetivo geral da pesquisa definiu-se que seria o de identificar e analisar os processos e diretrizes relacionados às práticas contábeis e como podem ser aprimorados por meio das ferramentas digitais, buscando demonstrar os benefícios que elas podem trazer na atuação do contador nos dias atuais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde o princípio, a contabilidade foi, e ainda é considerada o primeiro meio essencial para apuração de um patrimônio, estando entre as pessoas há um bom tempo. De acordo com Ludícibus (2010, p.16): “a Contabilidade é tão antiga quanto o homem que pensa, ou ainda, é tão antiga quanto o homem que conta e que é capaz de simbolizar os objetos e seres do mundo por meio da escrita”.

Em decorrência da grande evolução tecnológica nos últimos anos, a contabilidade foi mais uma entre as diversas áreas que sofreram alterações ao longo de sua existência. Como resultado disso, tem-se refinado ao longo do tempo, através das transformações que se sucederam, incluindo diversas mudanças.

Como as mudanças no mundo e no mercado não param, é necessário que tudo relacionado a eles também evolua, e esse é o caso da contabilidade. Segundo Serrano (1999), o impacto que a tecnologia teve sobre a contabilidade é notável, pois os avanços permitiram que a contabilidade respondesse às novas necessidades informativas dos usuários.

Almeida Filho (2006) afirma que, a era digital no Brasil começou nos anos 70 (setenta) e teve um considerável avanço nos anos 80 (oitenta), com um bom apoio da população. Porém, a contabilidade digital foi impulsionada ainda mais durante a pandemia desencadeada pela Covid-19 no ano de 2020, quando buscou alcançar uma troca eficaz de documentos e informações seguindo o cenário de isolamento.

Logo, através dos benefícios observados pelos contadores e clientes, a prática da contabilidade digital persiste como prática exitosa até os dias atuais. Dessa forma, é notável como a contabilidade evoluiu na área tecnológica após a pandemia. Essa evolução aconteceu devido à necessidade da troca de documentos e informações sem o contato físico e, dessa necessidade, foram criados métodos para

suprir o referido contato, como novos sistemas de envio e recebimento de documentos e diversas plataformas para uma comunicação e conciliação de tarefas entre contador e cliente.

Diferença entre a contabilidade digital e online

De acordo com Lombardo (2019) e Gularte (2024), a contabilidade *online* está mais voltada para escrituração e demonstração, enquanto a contabilidade digital propõe a utilização da tecnologia da informação para automatização da escrituração e demonstração quando possível e, conseqüentemente, otimizando o tempo do profissional para que ele exerça outras atividades e sua função científica.

Observa-se que a contabilidade *online* é mais limitada quando comparada à contabilidade digital, pois como a digital é voltada para uma prática mais detalhada e profunda, isso faz com que o empresário não fique apegado apenas aos números, e sim no que eles significam e no seu impacto dentro da empresa. Assim, é possível otimizar o tempo do contador por meio da tecnologia, fazendo que este consiga fornecer demonstrações mais rápidas e precisas para seus clientes, o que conseqüentemente auxilia nas tomadas de decisões.

Para Hansen (2023), os modelos de contabilidade citados são completamente distintos em alguns aspectos. Logo, suas características podem ser apresentadas e comparadas através dos seguintes pontos, conforme se observa com o auxílio do QUADRO 1.

Quadro 1 – Diferenças entre a contabilidade digital e a contabilidade *online*

	Contabilidade Digital	Contabilidade <i>Online</i>
Proposta de valor	Torna a empresa mais eficiente e em conformidade legal. Possibilita ao contador tempo para exercer a função científica.	Oferta de serviço com preço baixo.
Atividades	Consultoria, conhecimento e conexão de sistemas da empresa contábil com a empresa cliente.	Tecnologia e automatização de processos.

Relação com o cliente	Proximidade consultiva e personalizada.	Portal em que o cliente preenche as informações necessárias, padronizada a grupos de clientes.
Oferta de serviços	Personalizada, conforme necessidade do cliente.	Segue um padrão, se tornando restrito.
Coleta de informações	Integração de sistemas em tempo real.	Depende da integração entre o portal, o cliente preenche suas informações.
Compromisso	Atente as necessidades dos clientes.	Visa o processo operacional.
Estratégia de Mercado	Baseado na proposta de valor, qualidade do serviço prestado.	Baseado no preço do serviço ofertado.
Estratégia de expansão	Ativa, baseada no valor (qualidade).	Ativa, baseada no preço (quantidade).
Instalação do ERP	Instalado no servidor em nuvem.	Instalado no servidor do escritório.
Acesso ao ERP	Acessado pelo contador e pelos clientes, por meio de serviços em nuvem.	Acessado pela internet por seus clientes.

Fonte: Hansen (2023).

A contabilidade digital está gerando mudanças em todas as operações contábeis, em especial devido ao uso das novas tecnologias. Conforme argumenta Dier (2007), tais tecnologias são ferramentas que compreendem o uso de *softwares* e *hardwares*, que conseqüentemente podem minimizar e facilitar o trabalho manual do profissional contábil, oportunizando que este possua mais tempo para a execução de outras atividades, como tomar decisões importantes dentro da empresa, além de aumentar a eficácia das operações contábeis, diminuindo a margem de erro.

Para Borges e Miranda (2011), a tecnologia da informação é a grande responsável por revolucionar e alterar positivamente a rotina da área contábil, permitindo que ocorram diversas melhorias na operacionalização dos serviços e na assistência aos clientes.

Por fim, Vasconcellos (2021) ressalta a importância destas ferramentas e como elas contribuem de diversas formas, tanto na qualidade como na agilidade das operações, conforme será adiante explanado. Dessa forma, nos dias atuais, um

profissional contábil deve dispor de ferramentas e *softwares* para a gestão contábil, fiscal, administrativa, entre outras.

Uma das ferramentas digitais mais utilizadas e que contribui com o progresso da contabilidade são os chamados sistemas integrados de gestão empresarial ou *Enterprise Resource Planning* (ERP). Segundo Duarte e Lombardo (2017), os ERP consistem em diversos sistemas departamentais utilizados por empresas e escritórios, que estão interligados diretamente com o sistema de seus clientes, utilizando, para tanto, os serviços em nuvem (*cloudcomputing*) mediante uso da internet.

Acerca do sistema ERP, cumpre ainda destacar as diversas vantagens que este pode proporcionar aos contadores e empresários. Os benefícios desse sistema variam de acordo com o seu tipo e implementação. Os módulos mais comuns desse tipo de sistema englobam: as finanças, gestão de recursos humanos, vendas, produção, logística, serviços e gestão de ativos da empresa. Alguns dos benefícios desse sistema são: o aumento da produtividade, agilidade nas operações, rapidez na emissão de relatórios, prevenção de riscos, entre outros.

Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

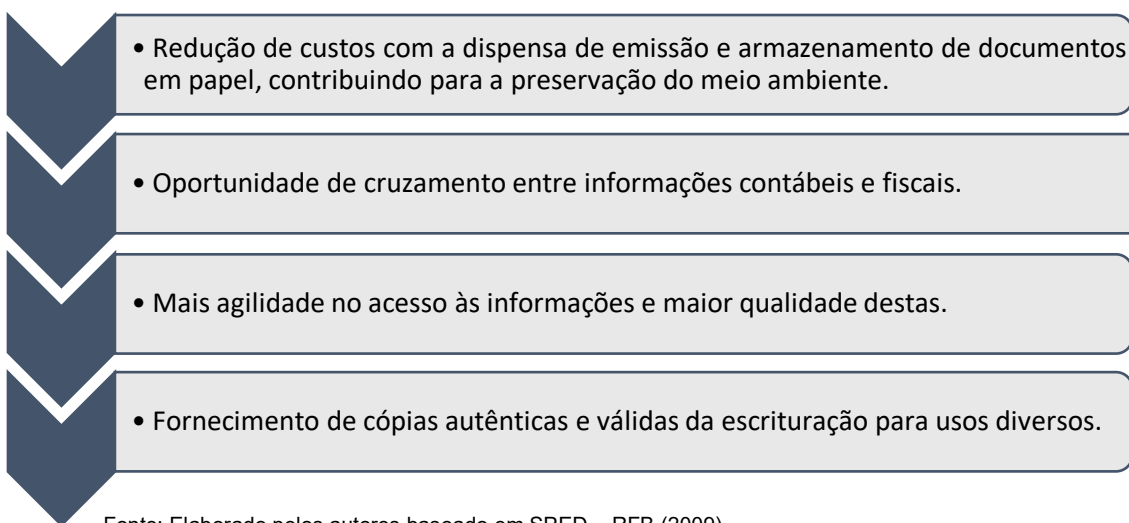
De acordo com Fernandes e Nico (2020), o surgimento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) se deu devido ao avanço da tecnologia, tendo como objetivo principal facilitar o cumprimento das obrigações determinadas pela legislação. Assim, o SPED deve transmitir informações entre a empresa e o Fisco de uma maneira mais célere e eficaz, facilitando o acesso de ambos às informações fornecidas.

Dessa forma, conforme ressalta Casagrande, Almeida e Moura (2016, p. 67), o SPED foi criado pelo governo com o objetivo principal de se estabelecer “uma nova tecnologia em formato digital de escrituração contábil, que objetiva, especificamente, a simplificação das obrigações acessórias, o combate à sonegação e a integração entre as autoridades fiscais”.

O referido sistema tem como finalidade integrar todo o processo referente às notas fiscais, reduzindo os custos com o armazenamento de documentos físicos e conseqüentemente diminuindo os encargos gerados pelas obrigações acessórias.

Para Cordeiro e Klann (2014), a implementação do SPED é um verdadeiro marco no avanço tecnológico dos serviços contábeis, impactando diretamente diversas empresas que adotaram esse sistema, melhorando assim o controle e uso de informações. Destaca-se que existem diversos benefícios obtidos devido a criação do SPED (FIG. 1):

Figura 1 – Benefícios do SPED



Fonte: Elaborado pelos autores baseado em SPED – RFB (2009).

Dessa forma, conclui-se que o SPED promoveu diversos benefícios e revolucionou a forma de realização dos processos em diversos sentidos, como a redução da sonegação e/ou fraudes fiscais, aumentou a arrecadação do fisco, promoveu meio sustentável de armazenamento das informações, bem como padronizou e disponibilizou em tempo real as informações tributárias aos entes federativos.

Escrituração contábil digital (ECD)

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é uma ferramenta que compõe o programa do SPED, com a função de substituir a escrituração física pela transmitida digitalmente.

Conforme a instrução normativa nº 2.003/2021, em seu art. 2º (BRASIL, 2021), estes são os livros que deverão ser transmitidos através de ECD:

- I. Livro razão e seus auxiliares, se houver;
- II. Livro diário e seus auxiliares, se houver;

III. Livro Balancetes diários, balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Logo, a ECD é base fundamental para que a empresa realize a emissão de vários relatórios contábeis. Assim, é essencial que uma empresa detenha sua escrituração contábil em dia e que esta seja realizada de forma minuciosa e correta, para que o contexto financeiro do negócio esteja sempre organizado.

Destaca-se ainda que, a ECD tornou-se uma ferramenta crucial para que o governo realize a fiscalização, visto que possibilita o acesso às informações contábeis das empresas de maneira célere e eficiente, além de assegurar mais transparência na obtenção destes dados.

Nota fiscal eletrônica (NF-e)

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) também é importante ferramenta que compõe o programa do SPED, consistindo em um documento digital, emitido e armazenado digitalmente, com o objetivo de formalizar de forma fiscal a venda de produtos e serviços (BRASIL, 2009).

Com a implementação da NF-e no Brasil, as empresas alcançaram mais agilidade no processo para obterem informações sobre suas operações, além de possuírem uma maior facilidade para criação de parâmetros e organização. Assim as empresas conseguem aproveitar o tempo de maneira mais eficaz durante o planejamento, a organização e a realização das tarefas diárias.

Com a criação e implantação da NF-e, foi reduzida a exorbitante quantidade de papéis gastos na emissão física das notas, houve um melhor compartilhamento entre os fiscos, além de um aumento considerável na confiabilidade da nota em si, e a diminuição na sonegação de impostos.

Conhecimento de transporte (CT-e)

O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) é uma espécie de documento fiscal digital utilizado pelos contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), previsto inicialmente no

Ajuste SINIEF 09/07, de 25 de outubro de 2007, e posteriormente alterado pelo Ajuste SINIEF 32/19, de 13 de dezembro de 2019, que tem como objetivo principal a substituição de alguns documentos fiscais, conforme prevê a cláusula primeira do referido ajuste:

- I - Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- II - Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
- III - Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- IV - Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
- VI - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas;
- VII - Conhecimento de Transporte Multimodal de Cargas – CMTC, modelo 26. (BRASIL, 2019).

Assim, o CT-e é um documento que existe apenas no campo digital, tendo como objetivo principal documentar a prestação de serviços do transporte. O referido documento conta com a assinatura digital, bem como com a autorização de uso, fornecida pela administração tributária competente, garantindo a validade jurídica e autenticidade do CT-e. Destaca-se ainda que, os responsáveis pela emissão do documento são a transportadora ou o contratante do serviço de transporte.

Já o requerimento para a concessão da Autorização de Uso do CT-e feito pelo contribuinte competente, deve ser realizado através do envio do arquivo digital via internet, mediante protocolo de segurança, utilizando o *software* adequado.

Por fim, conclui-se que o CT-e trouxe muitos benefícios no dia a dia das transportadoras, visto que as informações prestadas são armazenadas digitalmente, sendo fácil acessá-las, bem como encontrar uma documentação específica, quando e onde desejarem.

Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (eSocial)

Segundo Pacheco Filho e Kruger (2015), o eSocial é um programa criado pelo governo, que visa o conhecimento e análise das informações de todos os empregados e contribuintes registrados no Brasil, quais são suas remunerações e demais consequências tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

Com a obtenção de todas essas informações de forma unificada, o governo federal consegue ter acesso às necessidades gerais da população, e utilizar os órgãos competentes para atender a essas necessidades, bem como traçar planos para tanto.

Conforme Silva (2012), no passado, a comunicação dos dados acima especificados era realizada através do preenchimento manual de formulários, utilizando o computador, sendo estes impressos e enviados aos órgãos competentes. Porém, com o surgimento do eSocial, essa comunicação passa a ser realizada através de um programa digital, utilizando arquivos eletrônicos, criando assim, uma base de dados unificada que garante a autenticidade e confidencialidade das informações eletrônicas.

Apesar da implementação do eSocial ter sido um grande desafio para os profissionais da área contábil no início, demandando a busca de novas informações, leituras e até mesmo adaptação cultural, esse sistema acabou por unificar e simplificar o acesso e especificação das informações trabalhistas e previdenciárias das empresas, o que facilitou as tarefas a serem executadas pelos contadores.

Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque (Bloco K)

O Bloco K consiste em um livro de controle de produção e estoque de forma digital, utilizado pelo Fisco para maior conhecimento dos processos de produção e das movimentações realizadas nos estoques das empresas, permitindo assim, o cruzamento de dados e a verificação da autenticidade dos fatos. Segundo Bertollo *et. al.*, (2015), a empresa é responsável pela geração do Bloco K, utilizando o próprio *layout* do SPED, logo, a empresa deve dispor de sistemas e ferramentas digitais apropriadas e aptas para o controle interno. Com isto, o Fisco tem por finalidade fiscalizar todo o estoque e movimentações da empresa de forma eletrônica.

Sendo assim, é fundamental que as empresas se esforcem para analisar quais sistemas e ferramentas são interessantes para utilização do Bloco K, buscando informações e meios que possibilitem um controle mais eficaz.

Conforme ressalta Ben, Hansen e Kliemann Neto (2016), as informações necessárias relatadas no Bloco K trazem grandes possibilidades de melhorias do próprio sistema das empresas, identificando possíveis reduções de custos, além de desenvolver uma análise mais concreta, resultando assim em mais benefícios para a gestão da empresa e promovendo credibilidade às informações fornecidas em seus relatórios contábeis.

Certificação Digital

Conforme a tecnologia foi evoluindo e houve um crescimento exponencial na utilização das ferramentas tecnológicas, percebeu-se a necessidade de facilitar a autenticação dos documentos digitais.

Assim, criou-se a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que determinou a maneira digital de realizar a certificação, nomeada como “assinatura eletrônica”. Logo, foi possível a identificação virtual de cada cidadão e empresa, gerando confiança e autenticidade, além de facilitar a validação de documentos emitidos de forma eletrônica.

Após o advento da assinatura eletrônica, houve a criação do certificado digital, que consiste em um documento eletrônico assinado digitalmente, que valida a assinatura digital, associando, automaticamente, uma pessoa física ou jurídica a uma chave pública.

Atualmente, a certificação digital é considerada uma das formas mais seguras de se atestar que qualquer documento disponível digitalmente seja autêntico e válido, garantindo que o conteúdo dos textos, bem como sua data e autoria, sejam devidamente comprovadas, atestando a segurança das informações disponibilizadas.

À medida que as ferramentas tecnológicas avançam, a contabilidade evolui e beneficia-se, o que resulta em várias melhorias proporcionadas por essa nova tecnologia, que permite acesso mais rápido às informações, de maneira centralizada e serviços mais eficientes.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta-se como qualitativa, de forma predominante, quanto à abordagem. É descritiva quanto à finalidade, e considerada como pesquisa de campo, no que se refere aos meios.

Conforme afirmado por Fachin (2017), todo trabalho científico deve seguir o procedimento técnico da pesquisa bibliográfica, mesmo que outros métodos de pesquisa sejam utilizados. Nesse sentido, a pesquisa é classificada ainda como bibliográfica, pois busca informações na literatura, apoiando-se em autores pré-existentes, por meio de jornais, livros, artigos científicos e revistas.

Com relação à busca de dados, foi realizada uma pesquisa de campo, envolvendo 14 (quatorze) escritórios de contabilidade, estabelecidos no município de Nova Serrana (MG). A finalidade foi a de obter informações e opiniões dos contadores da cidade, e concluir sobre possíveis reflexos da inserção das ferramentas digitais no cenário atual.

Após a coleta de dados e informações por meio das entrevistas com os contadores, foi realizada a análise de conteúdo, que desempenha papel crucial nas pesquisas sociais, pois explora a subjetividade ao reconhecer a influência do pesquisador, do objeto de estudo e do contexto.

Por fim, pretende-se que o trabalho contribua para o conhecimento das ferramentas digitais e incentivo à aplicabilidade destas, a fim de que cada vez mais escritórios estejam cientes da existência dessas ferramentas e como elas contribuem nos processos contábeis.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Realizou-se a entrevista com 14 escritórios especializados em contabilidade, com o objetivo de obter informações confiáveis e aprofundar a compreensão na análise.

Devido à grande quantidade de escritórios e também do fluxo de atividades de seus representantes, houve uma dificuldade em captar a atenção destes durante as entrevistas e também para responder o questionário.

Como foram feitas várias perguntas correlacionadas para 14 (quatorze) escritórios diferentes em Nova Serrana/MG, fez-se necessária a análise das respostas obtidas, para possibilitar um entendimento completo das perguntas, bem como realizar uma comparação com o referencial teórico da pesquisa.

Destaca-se ainda que, as entrevistas não foram realizadas em uma ordem específica, visto que, inicialmente, realizou-se um contato através do aplicativo de mensagens *WhatsApp* com as contabilidades locais para saber a disponibilidade destas em participar da pesquisa e, assim que as empresas retornavam o contato, a entrevista era desenvolvida, sendo algumas de maneira presencial e outras através de ligação via chamada de vídeo.

Assim, observou-se que os escritórios de contabilidade possuem diversos portes e também diferentes intervalos de atuação profissional, mas todos eles reconhecem a importância das ferramentas digitais no ambiente contábil. Cabe, por oportuno, destacar a lição de Martins *et. al* (2012, p.1) de que “hoje, por exemplo, um profissional necessita [...] dispor de softwares que possibilitem a gestão contábil, fiscal, administração, contas a pagar e a receber, mais os serviços de RH”.

Antes de realizar as entrevistas, perguntou-se às empresas quais suas características gerais, como tempo de atuação e também o número de funcionários. Logo, constatou-se na pesquisa que todas as empresas enxergam a necessidade da contratação de TI's (Técnico

de Tecnologia da Informação) para o aprimoramento e evolução das ferramentas digitais, porém enquanto alguns escritórios contratam técnicos de forma definitiva através do registro de sua CTPS (Carteira de Trabalho Previdência Social), outros contratam profissionais liberais prestadores de serviços.

Muitas dessas empresas também constataram que, após o aumento de empresas atuantes em *Marketplace*, a necessidade de um TI aumentou ainda mais, com o objetivo de realizar integrações, exportações de notas fiscais e gerenciamento de toda movimentação dentro dessas plataformas.

Assim, o tempo dos contadores é otimizado, permitindo que estes realizem funções de caráter gerencial, o que, além de ser de suma importância nos dias atuais, é o que as empresas vêm procurando ao contratar um escritório de contabilidade.

Para Franco (1999. p.104),

O contador que precisamos no futuro, além de ter habilidades e conhecimento contábil, tem de ser empreendedor, analista financeiro, competidor global, analista de mercado, vendedor habilitado, bom comunicador, negociador capaz e especialista em relações públicas, bem como um administrador-geral. Essa é uma das faces de nossa preciosa moeda, enquanto a outra face é a que ele deve focalizar-se em conhecimento técnico, com considerável atenção à comunicação, relações interpessoais e habilidades de comportamento.

Após analisar as respostas dos entrevistados, notou-se o quanto os escritórios contábeis reconhecem a importância das ferramentas digitais, e como todos eles acreditam na evolução tecnológica constante dentro do ambiente contábil, o que incentiva ainda mais a inserção de ferramentas digitais dentro dos escritórios de contabilidade, bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento destes.

Por outro lado, 100% (cem por cento) dos escritórios entrevistados reconheceram os altos custos da implantação das ferramentas digitais, porém, ambos acreditam na redução destes custos após a popularização das referidas ferramentas. E enxergam, nessas implantações, um verdadeiro “gasto necessário”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou o tema da otimização dos processos digitais nos escritórios de contabilidade. Foram destacadas algumas dificuldades que as empresas

enfrentaram e ainda enfrentam nos dias atuais, mas também, ressaltaram-se os inúmeros benefícios que as ferramentas digitais trazem para o ambiente contábil.

Com base nos objetivos específicos do trabalho foi possível identificar e analisar as diferenças existentes entre a contabilidade digital e os métodos tradicionais, compreendendo assim as dificuldades práticas no processo de digitalização dos procedimentos contábeis. Com isso, também foram identificadas as maiores dificuldades enfrentadas pelos profissionais contábeis da cidade na execução dos processos manuais e ainda a necessidade destes serem inseridos no contexto digital.

Ao final, foram apresentados os diversos benefícios da utilização das ferramentas digitais no ambiente contábil, principalmente visando a melhor otimização do tempo e facilitação dos processos contábeis.

Assim, é possível afirmar que o objetivo geral foi cumprido, pois, através das entrevistas identificaram-se alguns processos contábeis digitais que precisam ser inseridos no contexto digital para um melhor desenvolvimento dentro do ambiente contábil, bem como, foram apresentados os diversos benefícios referentes a implantação e aperfeiçoamento das ferramentas digitais dentro dos escritórios de contabilidade dos entrevistados.

Em relação ao problema exposto no início da pesquisa, registra-se que cada contador entrevistado tem sua ferramenta favorita, confirmando e especificando os benefícios que elas trazem para cada um deles, auxiliando no enfrentando de diversos obstáculos, bem como, trazendo a consciência de já se encontrarem inseridos no meio tecnológico o que facilita a busca do próximo passo para a evolução.

Concluindo, sugere-se uma chamada de videoconferência de todos os contadores/entrevistados, proporcionando uma interação direta e eficaz, garantindo que cada opinião seja ouvida de forma clara. Esse formato facilita o esclarecimento de dúvidas em tempo real, enriquecendo a pesquisa com *insights* detalhados. Além disso, permitindo maior facilidade e acessibilidade, reunindo profissionais de diferentes escritórios para enriquecimento sobre o tema da pesquisa.

Concluindo, sugere-se uma pesquisa mais aprofundada sobre como as ferramentas digitais podem ser otimizadas com a inteligência artificial, e se ela também facilitar a sua aplicabilidade. Além disso, devem ser estudados, mais profundamente, quais métodos podem ser usados para a diminuição dos custos dessas ferramentas. Assim os escritórios têm mais recursos para utilizá-las e também mais conhecimento sobre a inteligência artificial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, C. **A importância da Informática na Contabilidade.** (2006). Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/75/a-importancia-da-informatica-na-contabilidade/>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BEN, F.; HANSEN, R.; KLIEMANN NETO, F. J. **Utilização das informações do Bloco K do SPED como oportunidade de redução de custos em empresas moveleiras.** *Anais do Congresso Brasileiro de Custos (ABC)*. Portos de Galinhas (PE), v.1, n.1, p. 5-6. nov. 2016. Disponível em: <https://anaiscbc.emn.uvens.com.br/anais/article/view/4103/4104>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BERTOLLO, D. L. *et. al.* **Implementação do Bloco K no Sped Fiscal:** estudo exploratório sobre a percepção das empresas da serra gaúcha. In: Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (UCS), 15, Caxias do Sul, Centro Universitário UNIFTEC, 2015.

BORGES, V. A. A. de S.; MIRANDA, C. C. F. A contabilidade na era digital. **XIII InicEPG (Encontro Latino Americano de Iniciação Científica) e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação--** Universidade do Vale do Paraíba UNIVAP, São José dos Campos, out. 2011. Disponível em http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0243_0799_01.pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. **Ajuste SINIEF N° 09, 25 de outubro de 2007.** Institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislação/ajustes/2007/AJ_009_07>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. **Ajuste SINIEF 32/19, de 13 de dezembro de 2019.** Altera o Ajuste SINIEF 09/07, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2019/AJ032_19>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. **Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013.** Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2013/Decreto/D7979.htm>. Acesso em: 03 mar. 2024.

_____. **Decreto N.º 8.373, de 11 de dezembro de 2014.** Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Instrução normativa nº 2.003, de 20 de janeiro de 2021.** Dispõe sobre a escrituração contábil digital. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-2.003-de-18-de-janeiro-de-2021-299786138>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a lei geral de proteção de dados pessoais. Brasília, 2018.

_____. **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.** Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da

Informação em autarquia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Receita Federal, 2009. **SPED, NF-e, o que é**. Disponível em <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1328>>. Acesso em: 03 mar. 2024.

CASAGRANDE, V. N.; ALMEIDA, J. N.; MOURA, F. S. Escrituração digital: percepção dos profissionais da contabilidade em relação aos impactos da adoção do Sped. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v.1, n. 1, p. 67-80, 2016.

CORDEIRO, A.; KLANN, R. C. Institucionalização de hábitos e rotinas com a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): um estudo em organizações de serviços contábeis. *Revista Gestão Organizacional*, v. 7, n. 1, p. 79-93, 2014.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica na Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, sem. II. p.9, 2008.

DIER, A. C. **Contabilidade digital**.(2007). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61966/ARLEI%20CLAUDEMIR%20DIER.pdf?sequence=1&isAllowed=>. Acesso em: 03 mar 2024.

DUARTE, R. D. LOMBARDO, M. R. D. **Contabilidade online X contabilidade digital: qual é a diferença**. São Paulo: Omie, 2017. Disponível em: <https://r.obertodiasduarte.com.br/Contabilidade-Online-x-ContabilidadeDigital.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FERNANDES, A. P. L. R.; NICO, L. S. **O desafio da contabilidade digital para o profissional contábil dos pequenos e médios escritórios de São Mateus (ES)**. 2020. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis), Faculdade Vale do Cricaré - FVC, São Mateus (ES), 2020. Disponível em: https://repositorio.ivc.br/bitstream/handle/123456789/223/2020_O%20DESAFIO%20DA%20CONTABILIDADE%20DIGITAL%20PARA%20O%20PROFISSIONAL%20CONT%2081BIL%20DOS%20PEQUENOS%20E%20M%2089DIOS%20ESCRIT%2093RIOS%20DE%20S%2083O%20MATEUS.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 mar. 2024.

FRANCO, H. **A contabilidade na Era da Globalização: temas discutidos no XV Congresso mundial de contabilidade em Paris**, de 26 a 29 -10 -1997. São Paulo: Atlas, 1999. 400 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas (SP): Alínea, 2001.1

GULARTE, C. **Contabilidade digital: o que é? Vantagens e como funciona.** 2024. Disponível em: <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/contabilidade-digital/>> Acesso em: 10 abr. 2024.

HANSEN, F. A. **Análise da percepção sobre a contabilidade digital e a contabilidade online dos contabilistas do Vale do Taquari/RS.** 2023. p. 34/35. Estágio Supervisionado em Contabilidade II do curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, Vale do Taquari, RIO Grande do Sul, 2023. Disponível em: <<https://www.univates.br/bduserver/ap i/core/bitstreams/a75ca342-3585-4765-a703-3e6ef0622222/content>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade.** São Paulo, Atlas. 2010.

KLEIN, A. Z. *et. al.* **Metodologia de pesquisa em administração:** uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2015.

LOMBARDO, M. Contabilidade digital: evitando que tudo dê errado. **Omie.** (2019). Disponível em: <<https://blog.omie.com.br/blog/contabilidade-digital-evitando-que-tudo-de-errado>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

MARTINS, P. L. *et al.* **Tecnologia e sistemas de informação e suas influências na gestão e contabilidade IX.** SEGeT, 2012. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/28816533.pdf>> Acesso em: 07 out. 2024.

MOURA, O. **Contabilidade básica.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional:** conceitos, estrutura, aplicação. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PACHECO FILHO, J. G.; KRUGER, S. 2015. **ESocial modernidade na prestação de informações ao governo federal.** São Paulo: Atlas, 2015.

SÁ, A. L. **História geral das doutrinas da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

SERRANO, C. **Lecciones de sistemas informativos contábeis.** Zaragoza: Copy Center, 1999.

SILVA, M. dos S. **As repercussões do sistema público de escrituração digital – SPED:** uma análise da percepção de empresas, contadores e órgãos fiscalizadores na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado) -- Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – FPL, Curso de Mestrado em Administração, Pedro Leopoldo (MG), 2012.

VASCONCELLOS, K. B. de. **Otimização da contabilidade: Uma análise da literatura sobre o uso de ferramentas tecnológicas nos processos contábeis brasileiros.** ,2021. 51 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis) -- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2021. Disponível: em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/223261/otimizacao_da_contabilidade_uma_analise_da_literatura_sobre_o_uso_de_ferramentas_tecnologicas_nos_processos_contab eis_brasileiros.pdf?. Acesso em: 03 mar. 2024.

GESTÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS GERAÇÕES Z E ALPHA

Hélder Mendonça Duarte⁴⁷

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a gestão educacional no ensino superior diante das profundas transformações trazidas pelas gerações Z e Alpha. A emergência dessas gerações, marcadas pela hiperconectividade, fluidez identitária e valorização da tecnologia, impõe novos desafios e oportunidades às instituições de ensino superior (IES). Este estudo, de natureza bibliográfica e qualitativa, discute as implicações pedagógicas, administrativas e culturais da presença dessas gerações no contexto acadêmico. A pesquisa fundamenta-se em autores como Moran (2018), Lück (2009), Tapscott (2009), Prensky (2010) e McGrath (2022). Conclui-se que a gestão educacional precisa adotar uma abordagem inovadora, flexível e humanizada, que integre tecnologia, sustentabilidade e inclusão, a fim de atender às novas demandas formativas e sociais do século XXI.

Palavras-chave: Gestão educacional; Ensino superior; Geração Z; Geração Alpha; Inovação pedagógica.

1. Introdução

As instituições de ensino superior (IES) vivem um momento de profunda transformação. O avanço das tecnologias digitais, a reconfiguração das relações de trabalho e o surgimento de novas formas de sociabilidade impactam diretamente os modelos de ensino, aprendizagem e gestão. Nesse cenário, duas gerações assumem papel central: a **Geração Z** (nascida entre 1995 e 2010) e a **Geração Alpha** (a partir de 2010).

⁴⁷ Mestre em Administração de Empresas (UNIPEL), especialista em logística empresarial (FGV), especialista em Gestão Estratégica (FADOM), especialista em Gestão Educacional (SENAC-MG), Diretor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

Ambas se caracterizam por uma familiaridade natural com as tecnologias digitais, alto grau de conectividade e forte senso de individualidade. Ao mesmo tempo, apresentam novos modos de aprender, comunicar e se relacionar com o conhecimento. Essas mudanças exigem das instituições de ensino superior uma reconfiguração estrutural — tanto na dimensão pedagógica quanto administrativa — orientada por **princípios de flexibilidade, inovação e personalização** (MORAN, 2018).

A **gestão educacional**, entendida como o conjunto de práticas que articulam o planejamento, a execução e a avaliação dos processos pedagógicos e administrativos (LÜCK, 2009), deve acompanhar essas transformações, assumindo uma postura mais dinâmica e estratégica.

O problema central deste artigo consiste em compreender **como a presença das gerações Z e Alpha influencia os processos de gestão educacional nas instituições de ensino superior** e quais estratégias podem ser implementadas para adaptar-se a esse novo perfil discente.

O estudo justifica-se pela necessidade de repensar as práticas de gestão educacional em um contexto marcado por novas demandas cognitivas, afetivas e tecnológicas. O objetivo geral é **analisar os impactos das gerações Z e Alpha sobre a gestão educacional no ensino superior**, com ênfase nas transformações administrativas, pedagógicas e culturais.

2. Gestão Educacional: Conceitos e Perspectivas Contemporâneas

A gestão educacional evoluiu significativamente nas últimas décadas, acompanhando a complexificação das instituições de ensino e a crescente demanda por qualidade, inovação e accountability. Para Lück (2009), a gestão educacional deve ser compreendida como um processo de liderança que mobiliza pessoas, recursos e saberes para a promoção de uma educação de qualidade.

No contexto do ensino superior, a gestão assume dimensões ainda mais amplas: envolve a coordenação da docência, da pesquisa, da extensão, das políticas institucionais e das relações com a sociedade. Segundo Chiavenato (2020), a gestão contemporânea requer uma liderança transformacional, baseada em competências socioemocionais, visão estratégica e capacidade de inovação.

No campo educacional, isso significa transitar de modelos burocráticos e hierárquicos para **modelos colaborativos, participativos e centrados na aprendizagem**. Moran (2018) destaca que o gestor educacional deve ser um articulador de experiências formativas, um mediador entre os diversos atores da comunidade acadêmica e um promotor de cultura institucional voltada à inovação e ao bem-estar coletivo.

Além disso, a gestão educacional no século XXI está fortemente vinculada à **tecnologia e à cultura digital**. A transformação digital não se limita ao uso de ferramentas, mas implica uma mudança de mentalidade e de paradigma, em que os dados, a conectividade e a inteligência artificial tornam-se elementos estratégicos para a tomada de decisão (GARCÍA-PEÑALVO, 2021).

3. As Gerações Z e Alpha: Perfis e Expectativas no Contexto Educacional

3.1 A Geração Z: autonomia, fluidez e propósito

A Geração Z é composta por indivíduos nascidos entre meados da década de 1990 e 2010. Segundo Tapscott (2009), trata-se da primeira geração genuinamente digital, que cresceu cercada por smartphones, redes sociais e acesso ilimitado à informação. Esses jovens são multitarefas, valorizam a autonomia, a autenticidade e o propósito nas suas ações.

Do ponto de vista educacional, a Geração Z apresenta um **perfil pragmático e visual**, com preferência por métodos de aprendizagem que envolvam interação, prática e personalização. Eles tendem a questionar modelos de ensino baseados na autoridade vertical e demandam **relações horizontais** com professores e gestores (PRENSKY, 2010).

Além disso, buscam **aprendizagens significativas**, conectadas à realidade e ao mercado de trabalho. A presença dessa geração no ensino superior exige **novas práticas pedagógicas**, que incorporem metodologias ativas, tecnologias educacionais e avaliações formativas.

3.2 A Geração Alpha: a infância do futuro

A Geração Alpha, sucessora da Geração Z, nasce a partir de 2010 e cresce em um ambiente de imersão tecnológica ainda mais intenso, caracterizado pela inteligência artificial, pela Internet das Coisas e pela realidade aumentada. McGrath (2022) aponta

que essa geração será a mais educada e tecnologicamente dependente da história, o que implica novas formas de pensar e aprender.

Embora ainda esteja em fase escolar, parte dessa geração já se aproxima do ensino superior. Sua relação com o aprendizado tende a ser **altamente personalizada**, mediada por assistentes virtuais, plataformas adaptativas e experiências imersivas. As instituições de ensino precisarão repensar seus **modelos de gestão**, incorporando elementos de gamificação, ambientes híbridos e inteligência de dados educacionais.

4. Os Desafios da Gestão Educacional Frente às Novas Gerações

A presença das gerações Z e Alpha traz desafios complexos à gestão educacional, que precisa equilibrar inovação tecnológica e humanização. A seguir, destacam-se os principais eixos de transformação.

4.1 Transformação digital e gestão estratégica

A **transformação digital** é um dos maiores desafios para as instituições de ensino superior. Não se trata apenas da digitalização de processos, mas de uma reconfiguração completa da experiência acadêmica. O gestor deve ser capaz de **planejar estrategicamente o uso da tecnologia** para aprimorar a aprendizagem, otimizar recursos e melhorar a comunicação institucional.

Segundo García-Peñalvo (2021), as IES que desejam permanecer competitivas devem desenvolver **ecossistemas digitais integrados**, com plataformas de gestão acadêmica, ambientes virtuais de aprendizagem, analytics educacionais e estratégias de ensino híbrido. Isso requer investimento, capacitação docente e uma cultura organizacional aberta à mudança.

4.2 Metodologias ativas e personalização da aprendizagem

As gerações Z e Alpha rejeitam o modelo tradicional de ensino centrado no professor. Elas preferem **aprendizados colaborativos, experimentais e práticos**, o que implica adotar metodologias ativas como **Problem-Based Learning (PBL)**, **sala de aula invertida** e **aprendizagem por projetos**.

A gestão educacional deve, portanto, **criar políticas institucionais de incentivo à inovação pedagógica**, oferecendo suporte técnico e pedagógico aos docentes,

promovendo formação continuada e avaliando o impacto dessas práticas na aprendizagem (MORAN, 2018).

4.3 Gestão humanizada e bem-estar acadêmico

Apesar de digitais, as novas gerações valorizam a **saúde mental, o equilíbrio emocional e o propósito social**. Estudos recentes apontam um aumento nos índices de ansiedade e solidão entre jovens universitários (NOVAES; FERREIRA, 2023). Assim, a gestão educacional precisa incorporar uma abordagem **humanizada**, que inclua políticas de acolhimento, programas de escuta ativa e ações de inclusão e diversidade.

4.4 Formação docente e liderança inovadora

Nenhuma mudança na gestão educacional se sustenta sem **formação docente adequada**. O papel do professor transforma-se de transmissor de conhecimento para **mentor, curador e facilitador de aprendizagens** (PRENSKY, 2010). A gestão deve atuar como mediadora, promovendo capacitação em metodologias inovadoras, tecnologias educacionais e competências socioemocionais.

A **liderança pedagógica** torna-se essencial nesse processo. Segundo Fullan (2019), líderes eficazes são aqueles que constroem uma cultura de aprendizagem compartilhada, incentivando a colaboração e a experimentação.

5. Inovação e Cultura Institucional no Ensino Superior

As IES contemporâneas devem se compreender como **organizações de aprendizagem**, nas quais a inovação é um valor institucional. Isso implica mudanças estruturais na cultura organizacional, no modelo de governança e na comunicação interna.

O gestor educacional precisa promover uma cultura de **aprendizagem contínua**, estimulando o protagonismo de todos os membros da comunidade acadêmica. Para Chiavenato (2020), o ambiente de inovação depende de autonomia, reconhecimento e propósito.

No ensino superior, isso se traduz em **práticas colaborativas**, como laboratórios de inovação, incubadoras acadêmicas, hackathons educacionais e espaços maker. A

cultura da inovação não é apenas tecnológica, mas também pedagógica, ética e relacional.

6. Considerações Finais

A análise realizada demonstra que a gestão educacional no ensino superior se encontra diante de um cenário de transformações profundas. As gerações Z e Alpha introduzem novas formas de pensar, agir e aprender, desafiando modelos tradicionais e exigindo uma **reconfiguração institucional ampla**.

Para responder a essas demandas, as instituições precisam desenvolver **modelos de gestão flexíveis, inovadores e centrados no estudante**, capazes de integrar tecnologia, humanização e propósito social. Isso envolve:

1. **Planejamento estratégico digital** integrado à missão institucional;
2. **Formação continuada de professores e gestores**;
3. **Cultura de inovação e colaboração**;
4. **Políticas de acolhimento e bem-estar discente**;
5. **Gestão baseada em dados e evidências educacionais**.

A gestão educacional, portanto, deve assumir um papel transformador — não apenas administrativo, mas **ético e humano** —, guiando as IES rumo a uma educação superior mais inclusiva, significativa e preparada para os desafios do futuro.

Referências

- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
- FULLAN, Michael. *Leading in a Culture of Change*. San Francisco: Jossey-Bass, 2019.
- GARCÍA-PEÑALVO, Francisco José. *Digital Transformation in Higher Education*. Springer, 2021.
- LÜCK, Heloísa. *Gestão Educacional: Uma questão paradigmática*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MCGRATH, Karen. *Generation Alpha: The Next Wave of Students*. New York: Routledge, 2022.
- MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papirus, 2018.

NOVAES, Cíntia; FERREIRA, Luiz. *Saúde mental e juventude universitária no século XXI*. Revista Brasileira de Psicologia, v. 12, n. 3, 2023.

PRENSKY, Marc. *Teaching Digital Natives: Partnering for Real Learning*. Thousand Oaks: Corwin Press, 2010.

TAPSCOTT, Don. *Grown Up Digital: How the Net Generation is Changing Your World*. New York: McGraw-Hill, 2009.

**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS- IPI - INCIDENTE EM
MATÉRIAS-PRIMAS IMPORTADAS:
As Implicações para as Pequenas Empresas Termoplásticas na Microrregião
de Nova Serrana-MG.**

Lavínia Gonçalves Maia Ferreira⁴⁸
Maria Eduarda Corgozinho Ferreira⁴⁹
Ciro Antônio Pereira Lemos⁵⁰

RESUMO

Este trabalho analisou as implicações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre matérias-primas importadas nas pequenas indústrias termoplásticas da microrregião de Nova Serrana-MG. A pesquisa, de abordagem predominantemente qualitativa, com complementação quantitativa, utilizou questionários aplicados a gestores das empresas e análise documental de notas fiscais e declarações de importação. Constatou-se que cinco das empresas analisadas importam insumos classificados no NCM 3904.10.10 sobre os quais o IPI é aplicado tanto no desembaraço aduaneiro quanto na saída do produto industrializado, configurando bitributação. Tal incidência eleva os custos de produção, reduz a margem de lucro e compromete a competitividade dessas empresas, especialmente diante de concorrentes que utilizam matérias-primas nacionais ou operam em maior escala. Concluiu-se que a carga tributária adicional imposta pelo IPI é um fator relevante de encarecimento e limitação ao crescimento dessas indústrias, sendo necessária a adoção de estratégias de gestão de custos e a discussão de políticas tributárias mais equilibradas.

Palavras-chave: IPI; Importação; Pequenas empresas; Termoplásticos; Competitividade.

ABSTRACT

This study analyzed the implications of the Excise Tax on Industrialized Products (IPI) levied on imported raw materials in small thermoplastic industries located in the microregion of Nova Serrana-MG, Brazil. The research, predominantly qualitative with complementary quantitative analysis, used questionnaires applied to company managers and documentary analysis of invoices and import declarations. It was found that five of the analyzed companies import inputs classified under NCM 3904.10.10, on which the IPI is applied both at customs clearance and at the sale of the manufactured product, thus configuring double taxation. This incidence increases production costs, reduces profit margins, and undermines the competitiveness of these companies, especially compared to competitors that use domestic raw materials or

⁴⁸ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana - FANS

⁴⁹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana - FANS

⁵⁰ Mestre em Administração Profissional. Professor da Faculdade de Nova Serrana - FANS

operate on a larger scale. It is concluded that the additional tax burden imposed by the IPI is a relevant factor in increasing costs and limiting the growth of these industries, making it necessary to adopt cost management strategies and discuss more balanced tax policies.

Keywords:IPI; Import; Small businesses; Thermoplastics; Competitiveness.

INTRODUÇÃO

O comércio exterior abrange atualmente parte significativa da economia brasileira e está no cotidiano de muitas pequenas empresas. No processo de importação, no entanto, envolve muitas tributações e encargos, dificultando o acesso à mercadoria para o importador.

Um desses tributos é o Imposto sobre Produtos Industrializados- IPI, que incide em produtos industrializados e em produtos importados, sendo as alíquotas definidas de acordo com a tabela de incidência do imposto sobre produtos industrializados – TIPI, para a saída do produto final do estabelecimento.

No caso da importação de matéria-prima para uso industrial no Brasil, o importador paga o IPI devido no desembaraço aduaneiro e também na saída do produto para seu cliente, assim tendo uma bitributação em seu custo. Em um montante final, esse custo, calculado pelo sistema de custeio por absorção, torna-se elevado devido a esse processo, tornando o mercado da microrregião mais competitivo e de difícil inserção para pequenas empresas.

Para empresas de menor porte, que possuem uma inserção menor no mercado, margem de negociação reduzida e recursos limitados, a tributação pode se tornar um desafio, influenciando diretamente a precificação dos produtos e a competitividade. Portanto, a bitributação do IPI é uma questão recorrente, gerando custos adicionais e complexidade no cálculo dos impostos devidos.

Diante disso, a bitributação que incide sobre o IPI em matérias-primas importadas impacta diretamente o importador e empresário, pelo fato de aumentar os custos de produção. Torna-se essencial **analisar os efeitos dessa bitributação e suas alterações nos custos e na viabilidade econômica dessas empresas, especialmente no contexto do custeio por absorção. Nessa linha, o estudo investiga e analisa os impactos sofridos pelas pequenas empresas brasileiras, decorrente dos processos tributários oriundos do desembaraço aduaneiros.**

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando aplicado sobre matérias-primas importadas, pode gerar um impacto significativo nos custos de produção. No caso das pequenas indústrias termoplásticas, que dependem da importação de produtos, esse imposto pode acarretar aumento do custo final, redução da competitividade do mercado e possível bitributação.

Diante do contexto acima citado, surge o objeto desta pesquisa, na forma da pergunta: “Quais são as implicações do IPI incidente sobre matérias-primas importadas para as pequenas indústrias termoplásticas da microrregião de Nova Serrana-MG?”. Assim, entender e analisar o impacto da tributação do IPI em matérias-primas importadas, na estrutura de custos das pequenas empresas termoplásticas, atuantes na microrregião de Nova Serrana-MG, bem como identificar e sugerir meios para minimizar tais efeitos, passa a ser o objetivo geral do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta os principais conceitos e fundamentos teóricos que embasam o estudo sobre o imposto de produtos industrializados (IPI) incidente em matérias-primas importadas e suas implicações para pequenas empresas termoplásticas na microrregião de Nova Serrana-MG.

O comércio exterior surgiu na antiguidade, sendo que os países comercializavam entre si seus produtos, através do escambo, sendo mais incidente entre países vizinhos ou mais próximos, pelo fato de existirem limitações de deslocamento da época. Somente após o surgimento das grandes navegações ocorreu a grande expansão das fronteiras e a intensificação do comércio internacional.

De acordo com art. 237 da Constituição da República Federativa do Brasil, fiscalizar e controlar o comércio exterior são de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Já a realização do controle aduaneiro, com a função de fiscalizar a arrecadação dos tributos decorrentes das operações de comércio exterior é de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (BRASIL, 1988, art. 237).

Para realização das transações entre os países, utiliza-se um instrumento denominado Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, conforme art.2º, do Decreto nº 660/92, “O SISCOMEX é o instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio

exterior, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.” (BRASIL, 1992, art. 2º).

Esse instrumento é um sistema contendo informações que integram todos os órgãos no comércio exterior brasileiro, através de um fluxo único de informações, permitindo acompanhar e controlar as operações efetuadas.

De acordo com a tributação incidente sobre a importação no comércio exterior no Brasil estão entre os principais tributos, como nos mostra Torres (2024):

Imposto de Importação (II) - Tributo federal que incide sobre o valor aduaneiro da mercadoria importada. Suas alíquotas variam conforme a classificação fiscal do produto na NCM.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – Aplicado sobre produtos industrializados, inclusive importados. A alíquota varia conforme o tipo de mercadoria.

PIS/PASEP e COFINS – Incidem sobre o valor aduaneiro da mercadoria e têm alíquotas específicas para cada produto.

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) – Imposto estadual que incide sobre a entrada da mercadoria no estado de destino, calculado com base no valor CIF da importação (mercadoria + frete + seguro + tributos).

Taxas Alfandegárias – Como a Taxa de Utilização do Siscomex e despesas aduaneiras.

A compreensão da tributação que incide sobre as importações e exportações é essencial para empresas que atuam no comércio exterior, pois esses custos impactam diretamente os produtos na precificação e competitividade dos mercados nacionais.

Dessa forma, a tributação no comércio exterior brasileiro exige planejamento tributário adequado para evitar custos excessivos e garantir maior competitividade para as empresas que operam nesse setor.

O planejamento tributário é uma etapa indispensável para o desenvolvimento de uma empresa, cuja etapa está fortemente entrelaçada com a carga tributária. Um bom planejamento analisa as opções detalhadamente para trazer as melhores opções e escolhas com menor carga tributária. O processo é

Tal processo, por vezes, pode ser confundido com evasão fiscal, mas, na prática trata-se de um estudo sobre os meios legais que seriam mais vantajosos para as empresas. De acordo com Zanluca (2023), o planejamento tributário é um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos. O contribuinte tem o

direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos.

O IPI está ligado diretamente à precificação do produto, pois ele impacta no custo das matérias-primas importadas que compõem o produto final, no qual também existe a incidência do IPI na saída do produto. De acordo com Veloso (2020), o IPI é um imposto com dupla incidência e essa peculiaridade relaciona-se tanto com a importação quanto com as operações internas do produto industrializado.

O IPI pode ser considerado o substituto do IC (imposto sobre consumo) conforme a Lei nº 4.502 (BRASIL, 1964), ou seja, ele não é um imposto novo que foi transformado através de leves alterações, já que sobre ele incide a produção de mercadorias, e o imposto sobre consumo. Segundo Veloso (2020), pode ser tomado como sucessor do IC, mas sem que tenha havido alterações substanciais, ao longo do tempo, seja em sua natureza ou na competência para a sua criação, até chegar-se à atual Constituição da República de 1988.

Assim, aponta-se que o IPI, ao longo de sua história, é um imposto passível às transformações no seu detalhamento e em sua importância, já que no Brasil a Legislação muda constantemente.

De acordo com o parágrafo único do art. 46 do Código Tributário Nacional, **considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo** (BRASIL, 1966). Assim pode-se inferir que qualquer produto que tenha sido leve ou totalmente transformado vai incorrer nessa tributação.

O IPI é um imposto que tem dupla tributação, que é pago na importação e também na sua saída para o cliente, portanto se trata de uma tributação indireta. De acordo com Silva (2014), trata-se de uma bitributação em que o recolhimento inicialmente se ocasiona no desembaraço aduaneiro da compra da matéria-prima e, logo depois, na saída do produto industrializado do estabelecimento do importador para o cliente.

A Tributação indireta do IPI mostra que quem paga esse tributo é o consumidor final. De acordo com Siqueira, Nogueira e Souza (2001), os impostos indiretos são arrecadados normalmente em vários estágios do processo de compra e venda, assim fazendo com que o seu valor final aumente e não fique bem evidente.

O IPI segue dois princípios primordiais sendo eles o princípio da isonomia e o princípio da seletividade. Veloso (2020) aponta que o princípio da isonomia é destinado ao legislador para que possa garantir tratamento uniforme e igualitário pelos tributantes que se encontrarem nessa situação. Assim, garante-se que todos os entes que industrializam tenham tratamento igualitário diante do recolhimento do tributo. Já no princípio da seletividade há variação da alíquota de acordo com a essencialidade do bem ou serviço.

Processo de industrialização termoplástica

O processo de industrialização de termoplásticos da microrregião de Nova Serrana é responsável por fornecer componentes plásticos para o setor calçadista, que utiliza esse material para a fabricação de solas de sapatos e chinelos. Entre os materiais utilizados, o PVC (Policloreto de Vinila) destaca-se devido à sua qualidade e facilidade de injeção, além de ser um material muito versátil, e também devido à necessidade de formulação mediante a incorporação de aditivos, que podem alterar as suas características dentro de um amplo espectro de propriedades em função da aplicação final e características finais desejadas (SOUZA, 2006).

Para fabricação do PVC são feitos diversos processos que garantem a qualidade do produto final. Rodolfo Jr.; Nunes; Ormanji (2002) descrevem o processo industrial iniciando com a seleção de matérias-primas. Entre os insumos principais estão a resina de PVC, óleos plastificantes, estabilizantes térmicos e aditivos.

No contexto da tributação, a importação de algumas dessas matérias-primas tem a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), impactando diretamente nos custos de produção das pequenas empresas.

O mercado de Nova Serrana-MG tem o setor calçadista como principal setor econômico, e as fábricas de calçados são grandes consumidoras de termoplásticos para montagem de seus produtos. De acordo com Leite (2009), a indústria calçadista é uma das maiores indústrias do país, empregando grande número de pessoas e apresentando grandes oportunidades para o empreendedorismo, principalmente na criação de micro e pequenas empresas.

Especificamente nessa microrregião o mercado tem um número muito alto de empresas no mesmo ramo, como demonstram as pesquisas realizadas pelo

IEL/FIEMG (2004), o Arranjo Produtivo Calçadista de Nova Serrana constituía-se por 854 empresas de calçados, gerando grande competitividade no mercado, pelo fato de haver muitos produtos semelhantes e com preços distintos.

Tomando nota dessas informações, a gestão de custos é primordial nesse contexto para garantir a inserção de pequenas empresas no mercado dessa região. Saem à frente as empresas que conseguirem uma otimização de custos melhor, podendo oferecer à sua cartela de clientes um custo melhor. Assim sendo, o imposto estudado é um obstáculo para a redução dos custos de termoplásticos.

Implicações do IPI nas importações por parte de pequenas empresas

• O IPI é um imposto que afeta diretamente o custo de produção e, conseqüentemente, o preço final dos produtos. O imposto em questão incide tanto na entrada de matérias-primas importadas quanto na saída do produto para o consumidor final. Conforme o Art. 46 do código tributário nacional, o IPI tem como fator gerador o seu desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira; a sua saída dos estabelecimentos a que se refere o parágrafo único; a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e colocado a leilão. (BRASIL, 1966, ART.46).

Conforme Rothmann (2021), o referido imposto obriga os importadores a praticar preços muito superiores aos de seus concorrentes nacionais. Cabe à própria indústria brasileira tomar as medidas necessárias para garantir a competitividade de seus produtos. Diante desse cenário, as pequenas empresas que dependem de matérias-primas importadas sofrem dupla incidência do IPI, o que prejudica muito o custeio dos produtos e a inserção de pequenas empresas no mercado.

Por fim, observa-se que a incidência do IPI sobre as matérias-primas importadas pode representar um desafio para elaboração de custos e, possivelmente, afetar a competitividade no mercado, especialmente para as pequenas empresas de termoplásticos na microrregião de Nova Serrana-MG.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse projeto de pesquisa, adota-se uma abordagem predominantemente qualitativa, pois busca compreender, através de análises descritivas, os efeitos da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas importações de matérias-primas para pequenas empresas do setor termoplástico na microrregião de Nova Serrana-MG. A pesquisa também adota uma abordagem quantitativa, pois serão analisados alguns dados numéricos das empresas entrevistadas. De acordo com Martins e Silva (2001), o método quantitativo traz a coleta de informações como diferencial por ter a precisão de possuir um resultado com menos distorções.

Quanto aos fins, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois objetiva identificar, caracterizar e descrever os impactos fiscais decorrentes do IPI sobre a operação das empresas analisadas. De acordo com Beuren e Raupp (2006), muitos estudos fazem uso da pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas no campo da contabilidade, podendo ser através de questionamentos relacionados às funções da própria profissão contábil.

Quanto aos meios, trata-se de uma combinação entre uma pesquisa de campo e documental. De acordo com Coelho (2019), a [pesquisa de campo](#) se caracteriza pelas investigações realizadas através da coleta de dados, somando à pesquisa bibliográfica e/ou documental. A pesquisa documental utiliza-se de **fontes primárias**, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados em análises ou pesquisas científicas.

O trabalho considera que existem apenas seis indústrias termoplásticas na microrregião de Nova Serrana-MG. Essa informação foi obtida com base em conhecimento empírico das autoras, que atuam como gestoras no setor de comércio de termoplásticos e mantêm contato direto com os fornecedores e concorrentes locais. O público-alvo do projeto de pesquisa é composto por gestores e responsáveis financeiros dessas seis pequenas indústrias termoplásticas localizadas na região de Nova Serrana-MG, as únicas que fabricam termoplásticos para calçados na microrregião.

Como instrumento de pesquisa, foi utilizado um questionário com perguntas semiestruturadas, aplicado através da plataforma *GoogleForms*, garantindo praticidade e facilidade no acesso às informações. O objetivo desse questionário é

entender a visão dos empresários e gestores sobre a incidência do IPI em suas importações, além de enfatizar os impactos nos custos e competitividade no mercado.

Foram ainda analisados documentos fiscais e contábeis, como notas de importação, registros de desembaraço aduaneiro e relatórios financeiros das empresas. Por meio destes documentos realizou-se a comparação entre as seis empresas termoplásticas, com intuito de observar os valores de IPI que incidem em cada importação, visando compreender o padrão entre elas e entender as dificuldades existentes na gestão de custos.

A combinação dos dois meios apresentados acima permitiu cruzar os dados com a percepção dos gestores. Ao final, conclui-se sobre o real impacto do IPI nas pequenas empresas termoplásticas na microrregião de Nova Serrana-MG.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A presente pesquisa foi realizada com seis pequenas empresas do setor termoplástico, todas localizadas na microrregião de Nova Serrana – MG. Tais empresas atuam predominantemente na fabricação de produtos em PVC destinados à indústria calçadista.

O tempo de atuação das empresas pesquisadas varia entre 9 e 22 anos, evidenciando que, apesar de serem empresas de pequeno porte, possuem experiência consolidada no mercado. Observa-se que cinco empresas utilizam matéria-prima importada, enquanto uma empresa utiliza exclusivamente insumos de origem importada, mas não realiza a importação, apenas adquire de importadores.

O porte reduzido, aliado à alta carga tributária incidente sobre matérias-primas importadas, impacta diretamente na competitividade dessas empresas frente a concorrentes de maior porte. Além disso, como fornecedoras de insumos para setores estratégicos da economia local, alterações nos custos decorrentes do IPI têm potencial para influenciar não apenas o preço final de seus produtos, mas também o mercado regional.

Diante do conjunto das respostas, observa-se que os gestores reconhecem a relevância do planejamento tributário, mas também destacam os impactos negativos da bitributação do IPI e da elevada carga tributária nos custos de produção. Esses fatores, somados à alta concorrência e à informalidade do mercado de nova serrana,

confirmam o que o referencial teórico aponta sobre as dificuldades enfrentadas por pequenas empresas em setores de elevada competitividade.

Ao mesmo tempo, nota-se que os entrevistados buscam alternativas para minimizar custos, como negociações com fornecedores e compras planejadas, o que demonstra alinhamento às práticas citadas pelo referencial teórico. A pesquisa documental foi realizada a partir das Declarações de Importação (DI) e notas fiscais fornecidas pelas empresas participantes que utilizam matérias-primas importadas.

As análises realizadas nesse estudo demonstraram que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ao incidir no desembaraço aduaneiro e na saída do produto industrializado, configura uma bitributação que eleva significativamente os custos de produção das pequenas empresas termoplásticas da microrregião de Nova Serrana-MG. Essa realidade está em concordância com Silva (2014) e Veloso (2020), ao explicarem a dupla incidência do IPI e seu impacto negativo na competitividade das empresas. Rothmann (2021) reforça que a dupla tributação obriga as empresas a praticarem preços superiores aos dos concorrentes, prejudicando a posição competitiva no mercado.

Além disso, a pesquisa evidenciou que as pequenas empresas enfrentam um cenário competitivo devido à alta carga tributária, conforme apontam Pinheiro e Neto (2019), que destacam a carga tributária como um dos maiores desafios para a sobrevivência e crescimento das pequenas empresas. O planejamento tributário é essencial nesse cenário, sendo uma ferramenta essencial conforme Zanluca (2023), que recomenda a adoção de estratégias legais para minimizar custos fiscais.

Por outro lado, Greco (2019) destaca a importância do regime tributário correto para as empresas, o que confirma a percepção dos entrevistados, ao dar a devida importância ao planejamento tributário feito pela contabilidade.

Portanto, os resultados obtidos também confirmam a necessidade de uma revisão tributária, de forma que evite a bitributação e promova a competitividade no mercado. Esse ajuste não apenas reduziria os custos, mas também promoveria ainda mais o desenvolvimento do mercado microrregional, de acordo com o que foi apontado por Rothmann (2021) e Veloso (2020) sobre a função econômica do sistema tributário.

Em resumo, os dados obtidos junto a gestores e documentos, aliados à prévia pesquisa bibliográfica, confirmam que o IPI incidente sobre as matérias-primas importadas representa um desafio relevante para as pequenas empresas

termoplásticas, tanto no controle de custos quanto na estratégia competitiva, sendo necessárias boas práticas contábeis, planejamento tributário e uma revisão tributária para minimizar esses efeitos negativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as implicações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre matérias-primas importadas para pequenas empresas termoplásticas da microrregião de Nova Serrana – MG.

Por meio da aplicação do questionário e análise documental, constatou-se que o IPI representa, em média, um custo de quinze centavos por quilo de matéria prima importada, acrescido do IPI na saída do produto de 3.25%, configurando uma bitributação. Esse resultado confirma as hipóteses de que o IPI impacta diretamente o custo dos produtos importados e que há bitributação na importação dos mesmos produtos.

No que diz respeito aos objetivos específicos, estabelecidos previamente, a pesquisa possibilitou compreender detalhadamente os tributos incidentes no processo de importação e evidenciar o impacto do IPI desde o desembaraço aduaneiro até a comercialização dos produtos, destacando as dificuldades de inserção dessas empresas no mercado competitivo da microrregião de Nova Serrana.

Assim, entende-se que o objetivo geral do estudo foi alcançado, proporcionando uma análise fundamentada pelo referencial teórico e confirmada pelos dados coletados. O problema de pesquisa foi respondido, ao se demonstrar que o IPI incidente sobre matérias-primas classificadas no NCM 3904.10.10 eleva o custo final dos produtos, compreendendo a competitividade e a gestão de custos das pequenas empresas estudadas.

Os resultados encontrados indicam a necessidade de uma revisão tributária para evitar que a bitributação do IPI aconteça. Recomenda-se também que os gestores adotem estratégias eficazes de negociações e otimização de custos, como compras em maiores volumes.

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar a amostra abrangendo outros setores e regiões, bem como realizar comparações entre os setores, a fim de aprofundar o entendimento sobre o papel da carga tributária na competitividade industrial e contribuir para a formulação de políticas mais justas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nH0jEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=an%C3%A1lise+de+conte%C3%BAdo&ots=c_E2JVz9zd&sig=ElLfPah0bka8JHcJ-7qdK6k6CY. Acesso em: 28 abr. 2025.

BEUREN, I, M.; RAUPP, F. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. 2006. Disponível em: <<https://11nq.com/zBjKv>>. Acesso em: 05/04/2025.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996. Disponível em: HTTPS://.www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm. Acesso em: 03 abr. 2025.

_____. Ministério da Fazenda. **Apresentação: Reforma tributária – Para o Brasil crescer, ela precisa acontecer**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/apresentacoes/apresentacao-reforma-tributaria-para-o-brasil-crescer-ela-precisa-acontecer-02-8-2023>. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. Ministério da Fazenda. **Perguntas e respostas: Reforma Tributária**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-tributaria/arquivos/perguntas-e-respostas-reforma-tributaria_.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

_____. **Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI)**. Ministério da Fazenda. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/documentos-e-arquivos/tipi.pdf> Acesso em: 24/07/2025.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art 237. Brasília, 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Art. 153, inciso IV**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 abr. 2025.

_____. **Decreto nº 660/92 de 25 de setembro de 1992. Institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX**. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0660.htm. Acesso em 28 fev. 2025.

_____. Emitir DAS para pagamento de tributos do Simples Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-das-para-pagamento-de-tributos-do-simples-nacional>. Acesso em: 24 mar. 2025.

_____. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Simples Nacional e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 1 abr. 2025.

_____. **Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a legislação relativa ao mesmo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º dez. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4502.htm. Acesso em: 08 abr. 2025.

_____. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm. Acesso em: 08 abr. 2025.

_____. Receita Federal do Brasil. *Análise da Arrecadação Federal – Abril de 2024.* Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao-federal/2024/analise-mensal-abr-2024.pdf>. Acesso em 08 fev. 2025.

_____. Receita Federal do Brasil. *Despacho de importação.* Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/manuais/despacho-de-importacao>. Acesso em: 1 abr. 2025.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preço: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CARLOS, Américo Brás. **Impostos-Teoria Geral-4. a Edição.** Leya, 2014.

CHING, H. Y. **Contabilidade Gerencial: Novas práticas contábeis para a gestão de negócios.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 320 p.

COELHO, Beatriz. *Tipos de pesquisa: quais são e como escolher o ideal para o seu TCC.* Blog da Mettzer, 2019. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/tipos-de-pesquisa/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica na Aplicada, Blumenau, v. 2, n. 4, sem. II. p. 9, 2008.

FABRETTI, Lúaudio Camargo. **Contabilidade tributária.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 314 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento tributário: limites e possibilidades.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GULARTE, Charles. **Qual objetivo da contabilidade? Entenda tudo sobre a contabilidade e importância para as empresas. 2024.** Disponível

em:<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/objetivo-da-contabilidade/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

IEL/FIEMG - SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico do Arranjo Produtivo de Nova Serrana**. Belo Horizonte: FIEMG/ IEL-MG/ Sindi-nova, 2004

IUDÍCUBUS, **Sérgio de. Teoria da Contabilidade**. São Paulo, 2000.

KARSTEN, Marcio. **Definição de objetivo**, 2023. Disponível em: <https://marciokarsten.pro.br/definicao-de-objetivo/>. Acesso em: 20/02/2025

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. In.: Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1987.

LEITE, Ramon Silva; LOPES, Humberto Elias Garcia; SILVA, Suelen Aparecida Duarte. **A estratégia em relacionamentos cooperativos: um estudo do arranjo produtivo de Nova Serrana**. Revista Brasileira de Gestão de Negócios-RBGN, v. 11, n. 30, p. 65-78, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Master/Downloads/790-Texto%20do%20artigo-3375-3116-10-20130701.pdf>. Acesso em 06 abr. 2025.

LEONE, G. S. G. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Fernando; SILVA, Jeane Vieira da. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. 2001. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/37563682/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico-libre.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

MELLO, Anderson. **O que é carga tributária e como reduzir o seu impacto nas empresas?** Fevereiro 2025. Disponível em: <https://www.taxgroup.com.br/intelligence/o-que-e-carga-tributaria-e-como-reduzir-o-seu-impacto-nas-empresas/#:~:text=Por%20exemplo%2C%20a%20carga%20tribut%C3%A1ria,PIB%20quando%20olhamos%20para%202021>. Acesso 25 mar. 2025.

PINHEIRO, JFD; NETO, MNF. **Fatores que reduzem a mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil**. Revista Brasileira de Desenvolvimento, v. 7, pág.11107–11122, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/2655>. Acesso em: 1 abr. 2025.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

RODOLFO JR., Antonio; NUNES, Luciano R.; ORMANJI, Wagner. **Tecnologia do PVC**. Braskem, 2002. Disponível em: http://static.sapucaia.ifsul.edu.br/professores/rferreira/10E%20-%20Processamento%20de%20Pol%C3%ADmeros%20II%20-%202020-1/Tecnologia_do_PVC.pdf. Acesso em: 01 fev. 2025.

ROTHMANN, Gerd. **A inconstitucionalidade da incidência do IPI na revenda de produtos importados**. 2021. Disponível em: https://apet.org.br/artigos/a-inconstitucionalidade-da-incidencia-do-ipi-na-revenda-de-produtos-importados/?utm_source. Acesso em: 06 abr. 2025.

SEBRAE. **In ESTUDOS e pesquisas. Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 03 mar. 2025.

_____. **A importância da contabilidade para a gestão financeira**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-importancia-da-contabilidade-para-a-gestaofinanceira,40dbca4475827810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 20 mar. 2025.

_____. *Categorias de formalização de empresas*. Portal SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pr/artigos/categorias-de-formalizacao-de-empresas,4a0dca91c761e610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SILVA, Eduardo Correia da. **A incidência do IPI sobre produtos importados**. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n. 62, out. 2014. Disponível em: http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao062/Eduardo_daSilva.html. Acesso em 23 fev. 2025.

SIQUEIRA, Rozane Bezerra de; NOGUEIRA, José Ricardo; SOUZA, Evaldo Santana de. **A incidência final dos impostos indiretos no Brasil: efeitos da tributação de insumos**. Revista Brasileira de Economia, v. 55, n. 4, p. 513-544, out./dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/RCSXtJNd5CG5s4F4NXSD7Mq/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SOUZA, Michelle A.; PESSAN, Luiz A.; RODOLFO JR, Antonio. **Nanocompósitos de poli (cloreto de vinila)(PVC)/argilas organofílicas**. *Polímeros*, v. 16, p. 257-262, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/po/a/Q8vT5VMddzVhdqXVsJ5nWxh/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

TORRES, Vitor. **O que é Lucro Real? Entenda essa tributação e como calcular**. Contabilizei, 2024. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/lucro-real/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

_____. **Quais são os impostos federais, estaduais e municipais?**. Contabilizei, 2024. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/impostos-federais-estaduais-e-municipais/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VELOSO, Albertino Neiva. **O Princípio da Isonomia na Cobrança do IPI sobre os Produtos Importados**. São Paulo: Editora Dialética, 2020. Disponível em: <https://elibro.net/pt/ereader/fans/201348>. Acesso em 21 fev. 2025.

VERGARA, Sylvia Constant . *Gestão de Pessoas*, 16a edição, São Paulo: Atlas, 2016. Acessado em 05/07/2025. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007985/>.

ZANLUCA, Julio César. **Planejamento tributário. 2023.** Disponível em: <https://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>. Acesso em: 02 abr. 2025.

MINDSET DE CRESCIMENTO COM FOCO EM OBJETIVOS:

Como Traçar Estratégias para Alcançar Bons Resultados

Hilton Wayner Junior⁵¹
Ciro Antônio Pereira Lemos⁵²

RESUMO

O objetivo deste artigo foi discorrer sobre como traçar estratégias para o desenvolvimento de características que levam a um *mindset* de crescimento. Os estudos sobre o tema demonstram que os indivíduos que buscam um melhor desempenho devem possuir um *mindset* de crescimento, pois são muitos os benefícios alcançados. Esse *mindset* tem por característica o aprendizado constante e a criação de hábitos diários que auxiliam na busca pelo objetivo. Além disso, são desenvolvidas estratégias para solucionar problemas, adequar as mudanças e desenvolver a inovação e o experimento. Além da criação do *mindset* de crescimento, é primordial que o indivíduo continue com todos os hábitos, pois para a obtenção dos resultados as estratégias devem ser constantes e as características devem continuar com o indivíduo. Para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos dispostos na Plataforma Scielo Brasil, além da utilização de outros artigos disponíveis na internet, limitando-se a publicações dos últimos cinco anos. Os resultados encontrados demonstram que através do desenvolvimento de estratégias é possível desenvolver características que levam ao *mindset* de crescimento e que essa nova mentalidade traz muitos benefícios aos indivíduos.

Palavras-chave: *Mindset*. Metas. Crescimento.

ABSTRACT

The aim of this article was to discuss how to devise strategies for developing characteristics that lead to a growth mindset. Studies on the topic show that individuals seeking better performance should possess a growth mindset, since many benefits are achieved. This mindset is characterized by continuous learning and the formation of daily habits that assist in pursuing goals. Additionally, strategies are developed to solve problems, adapt to change, and foster innovation and experimentation. Beyond creating a growth mindset, it is essential that the individual maintain those habits, because to obtain results strategies must be consistent and the characteristics must remain with the person. For this study, a bibliographic review was carried out using articles available on the SciELO Brazil platform as well as other articles found online, limited to publications from the last five years. The results show that through the development of strategies it is possible to cultivate characteristics that lead to a growth mindset, and that this new mentality brings many benefits to individuals.

⁵¹Mestre em Administração pela Must University. Professor e Coordenador-Adjunto da Escola de Negócios, cursos de Administração e Ciências Contábeis da FANS - Faculdade de Nova Serrana (MG). E-mail: admhiltonwayner@gmail.com

⁵²Mestre em Administração. Professor e Coordenador da Escola de Negócios, cursos de Administração e Ciências Contábeis da FANS - Faculdade de Nova Serrana (MG). E-mail: ciroantoniolemos@gmail.com

Keywords: Mindset. Goals. Growth.

1 Introdução

Nos tempos atuais a cobrança por resultados por parte da sociedade e por parte do próprio indivíduo tem se tornado mais comum, e com isso, surgiram estudos que tratavam sobre temáticas voltadas para estratégias que auxiliam as pessoas no alcance dos seus objetivos. Como exemplos, destacam-se estudos relacionados à Inteligência Emocional, a Neurociência e a Programação Neurolinguística (PNL).

Os trabalhos citados anteriormente podem ter foco diferente a depender da situação, mas as técnicas apresentadas auxiliam os indivíduos a organizar as tarefas e os pensamentos, elaborando assim uma rotina voltada para hábitos que levam ao crescimento e principalmente ao objetivo que a pessoa está buscando, ou seja, o foco é a criação de um *mindset* de crescimento. Para o alcance do objetivo, será necessária inicialmente clareza sobre como alcançá-lo e posteriormente comprometimento e disciplina, para superar cada etapa e possíveis dificuldades que possam surgir.

Para a realização deste artigo foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com base nos artigos disponíveis de forma on-line na Plataforma Scielo Brasil. A busca se deu por meio da utilização de Operadores Booleanos com a expressão *Mindset*. Como complementos, foram utilizados outros artigos disponíveis na internet. Para a realização de uma pesquisa mais atualizada sobre o tema, foram utilizados apenas artigos publicados nos últimos 5 (cinco) anos.

No decorrer deste artigo será apresentado como obter um *mindset* de crescimento para alcançar os objetivos, além de identificar estratégias que possam contribuir durante o processo, levando em consideração as variáveis que auxiliam no alcance do objetivo e também na superação dos desafios.

2 *Mindset* de Crescimento

2.1 Mapeamento de Características

A criação de um *mindset* de crescimento passa inicialmente pelo mapeamento de características do indivíduo, as quais podem apresentar muitas variáveis, que auxiliam ou dificultam tal processo.

Pode-se destacar que, para a obtenção de um *mindset* de crescimento, é necessário desenvolver a característica de persistência para superar os desafios e as adversidades que possam surgir no decorrer do processo. Além disso, é necessário buscar pela autoestima, visto que essa é uma característica primordial para alcance desse *mindset* (FERREIRA, 2019).

Qualquer objetivo está propenso a certas adversidades e quando este é de longo prazo, a tendência é que seja aumentada também a possibilidade de algo não sair conforme o planejado. Com isso, os indivíduos devem possuir características que visam superar os desafios e manter a autoestima para alcance do objetivo.

As adversidades podem refletir em mudanças e uma característica essencial para o *mindset* de crescimento é a condição de o indivíduo adaptar-se rapidamente a elas, uma vez que, em alguns momentos será necessário mudar completamente o processo, seja por algum motivo previsto ou não. Com isso, será necessário adaptar-se rápido para continuar com foco no objetivo (COSTA *et. al.*, 2024).

O esforço para desenvolver novas habilidades com o foco no aprendizado é outra característica dos indivíduos com *mindset* de crescimento, logo, deve-se buscar sempre aprender algo novo, pois o aprendizado constante abrirá novas possibilidades nas tarefas que são desenvolvidas diariamente pelo indivíduo (FERREIRA, *et. al.*, 2020).

No *mindset* de crescimento o aprendizado deve ser constante, pois algum processo que está sendo feito pode ser alterado para outro com o foco em melhorar o desempenho ou facilitar o alcance do objetivo.

Além disso, a capacidade de resolver problemas, criando alternativas para solucioná-los é outra característica dos indivíduos com *mindset* de crescimento e, para isso, deve-se ter abertura a elaboração de testes para identificar qual é a melhor alternativa (COSTA, *et. al.*, 2024).

Assim como a necessidade de adaptar as mudanças, é necessário que o indivíduo consiga, através de treinamento, desenvolver estratégias que auxiliem na

resolução de problemas, pois é bem provável que eles surjam no decorrer do processo.

2.2 Desenvolvimento de Estratégias

Para o desenvolvimento de um *mindset* de crescimento o indivíduo deve buscar por novas experiências, observações e treinamento, pois, por meio desses processos será possível conhecer estratégias voltadas para a mudança de atitudes e também será possível desenvolver novas habilidades (COSTA, *et. al.*, 2024).

O desenvolvimento de estratégias é essencial para o indivíduo que visa obter o *mindset* de crescimento e principalmente para os quais possuem atualmente hábitos voltados para o *mindset* fixo, uma vez que as características deles são opostas.

A abertura a novas experiências é outra característica dos indivíduos com *mindset* de crescimento e para fortalecer esse *mindset* uma boa estratégia é utilizar de novas tecnologias, procurar por conhecimento e ser aberto às mudanças, além de buscar aprendizado constante e também transmitir o que já conhece para as pessoas (FERREIRA, 2019).

O aprendizado constante é a característica primordial, logo, essa estratégia deve ser utilizada diariamente para a obtenção de novos conhecimentos e desenvolvimento de características que levam à continuidade e melhoria do *mindset* de crescimento.

Vale ressaltar que se o objetivo individual envolver mais pessoas, é ideal que toda a equipe esteja com o mesmo engajamento nas atividades e isso se aplica também aos objetivos relacionados ao meio empresarial. Com isso, as estratégias para gerar e manter um *mindset* de crescimento devem ser compartilhadas com todas as pessoas que estiverem vinculadas ao projeto (FERREIRA, *et. al.*, 2020).

Como as características do *mindset* de crescimento são opostas as características do *mindset* fixo, os resultados só serão alcançados na totalidade se todos os indivíduos relacionados estiverem com o mesmo foco.

Com isso, através de treinamento os indivíduos devem traçar estratégias que sejam voltadas para desenvolvimento das tarefas que irão levá-los a obtenção do *mindset* de crescimento. Nesse processo devem ter muita dedicação, além de utilizar

da criatividade e da inovação com foco em um melhor desempenho (FERREIRA, 2019).

A dedicação é um fator primordial para o *mindset* de crescimento, pois em algumas situações podem ocorrer alguns problemas que inicialmente afetam o alcance do objetivo, mas é necessário manter a dedicação para superar os obstáculos e alcançar o objetivo que foi definido.

2.3 Criação do *Mindset* de Crescimento

São muitas características e estratégicas que formam um indivíduo com *mindset* de crescimento e o foco principal é a melhoria no desempenho, que irá auxiliar no alcance dos objetivos. “O *Mindset* revela-se como um constructo a ser desenvolvido em indivíduos que buscam obter melhor desempenho” (FERREIRA, 2019, p. 20).

A melhoria de desempenho deve ser o foco principal para obtenção do *mindset* de crescimento, e este será alcançado através de estratégias que irão levar ao desenvolvimento de características que visam o alcance dos objetivos.

A criação do *mindset* de crescimento depende de vários fatores e em alguns casos ele é desenvolvido em indivíduos que possuem um *mindset* fixo. Essa nova mentalidade através de novos hábitos e processos traz ao indivíduo novas perspectivas e essa é uma característica que diferencia o *mindset* de crescimento do *mindset* fixo, este que possui uma limitação a aprendizados e mudanças (COSTA *et. al.*, 2024).

Para os indivíduos que possuem um *mindset* fixo, é necessária uma adaptação total dos hábitos e muito treinamento para a mudança de mentalidade, porém com a abertura para novos aprendizados é possível desenvolver o *mindset* de crescimento.

Para criar um *mindset* de crescimento é necessário desenvolver estratégias diariamente, ou seja, essa mentalidade não é algo que será adquirido no curto prazo, e por conta disso será necessário muito treinamento e dedicação para o desenvolvimento de características do *mindset* (FERREIRA, 2019).

Com a criação do *mindset* de crescimento, os indivíduos devem-se manter atentos e buscar o aperfeiçoamento contínuo, pois assim será possível identificar se

todos os hábitos e processos estão voltados para o objetivo, ou se existe algum fator limitador relacionado as características de *mindset* fixo (FERREIRA *et. al.*, 2020).

Logo, o *mindset* de crescimento depende de estratégias diárias voltadas para o alcance do objetivo, onde é necessário aperfeiçoamento constante para o desenvolvimento de características que levam a continuidade do processo.

3 Considerações Finais

Nesse artigo a proposta inicial foi discorrer sobre como obter um *mindset* de crescimento com foco em objetivos, detalhando sobre estratégias que auxiliam na busca por um melhor desempenho.

Por meio da pesquisa bibliográfica realizada, identificou-se que o *mindset* de crescimento é uma mentalidade relacionada com vários hábitos diários dos quais o indivíduo precisa de estratégias para adquirir as características do *mindset*. Com treinamento e aperfeiçoamento é possível desenvolver o *mindset* de crescimento e com isso ter um melhor desempenho.

4 Referências Bibliográficas

Costa, R. F. da ., Brauer, M., Victorino, L., & Abreu, L.. (2024). Clave Digital Mindset Scale: Development and validity evidence. RAM. Revista De Administração Mackenzie, 25(1), eRAMC240124. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMC240124.en>.

Ferreira, F. (2019). Mindset de Crescimento como modificador do Potencial Empreendedor: um estudo experimental em Startups. Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Ciências Econômicas – FACE. Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração – CEPEAD. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-BA7HSN>.

Ferreira, F. L., Pinho, Á. D., Gonçalves, C. A., & Christino, J. M. M. (2020). O mindset de crescimento e a administração: uma revisão bibliométrica e sistemática dos últimos 15 anos de publicação no Web of Science. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 21, p. 622-640, jan./dez. 2020. DOI: 10.21714/2178-8030gep.v.21.6654. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/download/6654/4165>.

O LÚDICO E O MUNDO MÁGICO DA INFÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gabriele Linhares Padilha⁵³
Nália Aparecida de Lacerda Viana⁵⁴

Resumo

O presente artigo discute a importância do brincar e da ludicidade na Educação Infantil como instrumento essencial para o desenvolvimento integral da criança. Partindo de uma pesquisa bibliográfica, busca-se compreender de que maneira o universo mágico e imaginário infantil favorece a aprendizagem, o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, bem como a construção da autonomia e da criatividade. Fundamenta-se em autores clássicos como Vygotsky, Piaget, Montessori, Dewey, Winnicott, Wallon, Kishimoto e Friedmann, entre outros, além de legislações brasileiras como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A legislação aponta que o brincar é um direito da criança e uma ferramenta pedagógica imprescindível para o desenvolvimento global. Conclui-se que o professor, ao reconhecer a brincadeira como parte essencial da aprendizagem, contribui para a formação de sujeitos mais críticos, criativos e autônomos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ludicidade. Desenvolvimento infantil. Brincar. Imaginário.

Introdução

A infância é uma das fases mais significativas da vida humana, marcada por descobertas, aprendizagens e experiências que acompanham o indivíduo ao longo da vida. É nesse período que se constroem as bases emocionais, cognitivas e sociais, essenciais à formação integral da criança. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), brincar constitui um direito da criança e deve ser garantido como eixo estruturante das práticas pedagógicas principalmente na Educação Infantil.

A ludicidade, expressão do imaginário e da criatividade, é fundamental nesse processo. Autores como Vygotsky (1991) e Piaget (1971) defendem que brincadeiras são atividades essenciais para o desenvolvimento do pensamento simbólico,

⁵³ Aluna do 8º período do Curso de Pedagogia da Faculdade de Nova Serrana.

⁵⁴ Mestre em Educação, Cultura e Organizações Sociais e professora da Faculdade de Nova Serrana

permitindo que a criança construa significados, explore o mundo e desenvolva a linguagem, a socialização e a autonomia. Segundo Vygotsky (1989), o aprendizado ocorre nas interações sociais, e “os indivíduos não aprendem apenas explorando o ambiente, mas também dialogando, observando e ouvindo o que os outros fazem e dizem”.

Nesse sentido, compreender a importância do lúdico e do mundo imaginário na Educação Infantil é compreender o próprio processo de formação humana. O presente artigo tem como objetivo analisar o papel do brincar e da ludicidade no desenvolvimento infantil, evidenciando suas contribuições para a aprendizagem e para a formação integral da criança.

2. A criança como sujeito ativo do conhecimento

Historicamente, a criança foi vista como um ser passivo, “um adulto em miniatura”. No entanto, concepções contemporâneas, influenciadas por autores como Montessori (2004), Dewey (2002) e Vygotsky (1991), reconhecem-na como protagonista do seu processo de aprendizagem. Para Montessori (2004, p. 135), “a autonomia individual é a base do primeiro nível de educação”. Já Dewey (2002, p. 81) afirma que “a criança é o ponto de partida, o centro e o fim. O seu desenvolvimento é o ideal”.

A BNCC (BRASIL, 2018) reforça essa perspectiva ao descrever a criança como “um ser que observa, questiona, levanta hipóteses e constrói conhecimentos”. Portanto, promover o brincar e o lúdico na Educação Infantil é permitir que a criança desenvolva sua curiosidade, criatividade e capacidade de compreender o mundo.

2.1 O brincar e a ludicidade como fundamentos do desenvolvimento

Brincar é uma forma natural de expressão da criança e está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Piaget (1971) define o jogo simbólico como uma forma de assimilação do mundo e de elaboração de significados. De modo semelhante, Vygotsky (1991, p. 65) afirma que “no brinquedo, o pensamento está separado dos objetos e a ação surge das ideias e não das coisas”.

Winnicott (1979) complementa essa visão ao afirmar que “a criança adquire experiência brincando”, destacando o papel do brincar como espaço de experimentação emocional e social. Nessa mesma linha, Wallon (1981) distingue entre “jogos de aquisição” e “jogos de fabricação”, ressaltando que ambos contribuem para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e criativas.

A ludicidade, portanto, é uma ferramenta pedagógica essencial, pois, como defende Huizinga (2000) em *Homo Ludens*, o jogo é um fenômeno anterior à própria cultura e está na base das relações humanas.

2.2 O papel do professor como mediador

Na Educação Infantil, o professor é mediador do processo de aprendizagem, sendo responsável por criar condições favoráveis para que o brincar se torne uma experiência formadora. Angotti (2010, p. 113) destaca que o educador deve “viabilizar um ensino sistemático e intencional, mediado pela alegria do lúdico, da descoberta e do encanto”.

O professor, ao planejar atividades lúdicas, deve respeitar o ritmo e a singularidade de cada criança, valorizando suas expressões simbólicas e seu universo imaginário. Como aponta Fortuna (2021, p. 6), “os professores brincam porque, eles mesmos, dão aula como se brincassem”, o que demonstra a importância da afetividade e da ludicidade também na prática docente.

2.3 O mundo mágico e simbólico da infância

O universo infantil é composto por símbolos, imaginação e fantasia, que representam as formas pelas quais a criança interpreta o mundo. Segundo Friedmann (2015, p. 27), o brincar é uma ponte entre o imaginário e o real, permitindo à criança atribuir novos significados às suas experiências. De forma semelhante, Bettelheim (2002) afirma que a fantasia é essencial para preencher as lacunas da compreensão infantil e desenvolver o pensamento simbólico.

Benjamin (1984) reforça que a criança não brinca para imitar o mundo adulto, mas para reconstruí-lo à sua maneira. Assim, o brincar torna-se um ato criador, no qual a criança dá novos sentidos à realidade e à própria existência.

3. Considerações Finais

O presente estudo evidencia que brincar é uma prática essencial e insubstituível principalmente na Educação Infantil. A ludicidade, o faz de conta e o imaginário infantil constituem meios pelos quais as crianças constroem conhecimentos, desenvolvem habilidades cognitivas, emocionais e sociais, e afirmam sua identidade e autonomia.

Com base em autores como Vygotsky, Piaget, Winnicott e Montessori, constata-se que a aprendizagem na infância ocorre de forma integral, nas interações com o outro e com o ambiente. Dessa forma, o lúdico não deve ser entendido como mero entretenimento, mas como parte fundamental do processo pedagógico.

Conclui-se, portanto, que a escola e o educador devem garantir o direito de brincar, conforme previsto na BNCC e no ECA, reconhecendo a brincadeira como instrumento de aprendizagem e de desenvolvimento humano. A educação infantil que valoriza o lúdico contribui para a formação de sujeitos mais autônomos, criativos e críticos, capazes de compreender e transformar o mundo à sua volta.

Referências

ANGOTTI, Maristela. Educação Infantil: o brincar, o cuidar e o educar. Campinas: Papirus, 2010.

BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Duas Cidades, 1984.

BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

DEWEY, John. Democracia e educação. São Paulo: Nacional, 2002.

FRIEDMANN, Adriana. O brincar e a cultura infantil. São Paulo: Cortez, 2015.

FRÖBEL, Friedrich. A educação do homem. Nova York: D. Appleton, 1887.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KISHIMOTO, Tizuko M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo:

Cortez, 2017.

MONTESORI, Maria. A mente da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

WINNICOTT, Donald W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CRÍTICO DOS ALUNOS NO ENFRENTAMENTO ÀS *FAKE NEWS*

Márcio Geraldo Lomas⁵⁵

RESUMO

A disseminação de *fake news* tem se intensificado de maneira significativa na sociedade contemporânea, especialmente com o avanço das tecnologias digitais e das redes sociais, impactando diretamente a construção do conhecimento científico, o exercício da cidadania e a tomada de decisões individuais e coletivas. Nesse contexto, a educação escolar assume papel central no desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, tornando-se um espaço privilegiado para o enfrentamento da desinformação. Este artigo científico tem como objetivo analisar o papel da educação escolar na formação do conhecimento crítico dos estudantes diante do fenômeno das *fake news*, discutindo seus conceitos, perigos e implicações para o conhecimento científico. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores da área da educação, da comunicação e da epistemologia científica. Conclui-se que a escola, enquanto instituição detentora da educação formal e do conhecimento sistematizado, possui responsabilidade fundamental na promoção da alfabetização científica, midiática e informacional, contribuindo para a disseminação da verdade, da ciência e do pensamento crítico.

Palavras-chave: Educação escolar. *Fake news*. Pensamento crítico. Conhecimento científico. Alfabetização midiática.

ABSTRACT

The spread of fake news has intensified significantly in contemporary society, especially with the advancement of digital technologies and social networks, directly impacting the construction of scientific knowledge, the exercise of citizenship, and individual and collective decision-making. In this context, school education plays a central role in the development of students' critical thinking, becoming a privileged space for confronting misinformation. This scientific article aims to analyze the role of school education in the formation of students' critical knowledge in the face of fake news, discussing its concepts, dangers, and implications for scientific knowledge. The research adopts a qualitative, bibliographic approach, grounded in authors from the fields of education, communication, and scientific epistemology. It is concluded that the school, as the institution responsible for formal education and systematized

⁵⁵ Professor de Português Instrumental da FANS

knowledge, has a fundamental responsibility in promoting scientific, media, and information literacy, contributing to the dissemination of truth, science, and critical thinking.

Keywords: School education. Fake news. Critical thinking. Scientific knowledge. Media literacy.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vive um cenário marcado pela circulação intensa de informações, potencializada pelo avanço das tecnologias digitais e pelo uso massivo das redes sociais. Se, por um lado, esse contexto amplia o acesso à informação, por outro favorece a disseminação de conteúdos falsos, distorcidos ou manipulados, conhecidos como *fake news*. Esse fenômeno representa uma ameaça significativa ao conhecimento científico, à democracia e à formação crítica dos indivíduos.

Diante dessa realidade, a educação escolar assume um papel estratégico, pois é na escola que os alunos têm contato sistemático com o conhecimento científico e com práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico. Conforme afirma Freire (1996), a educação deve possibilitar ao sujeito a leitura crítica da realidade, condição essencial para o enfrentamento da desinformação.

Este artigo tem como objetivo geral analisar o papel da educação escolar no desenvolvimento do conhecimento crítico dos alunos diante do enfrentamento às *fake news*. Como objetivos específicos, busca-se: conceituar o fenômeno das *fake news*; discutir os perigos que elas representam para o conhecimento científico; e refletir sobre como a escola pode contribuir para a disseminação da verdade e da ciência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O que são *Fake News*

O termo *fake news* refere-se à produção e disseminação deliberada de informações falsas ou enganosas, apresentadas como notícias verdadeiras, com o objetivo de manipular opiniões, influenciar comportamentos ou obter vantagens políticas e econômicas. Segundo Allcott e Gentzkow (2017), as *fake news* caracterizam-se pela ausência de compromisso com a veracidade e pela intenção explícita de enganar o público.

Embora a desinformação não seja um fenômeno novo, sua propagação ganhou proporções inéditas com a internet e as redes sociais, que permitem o compartilhamento rápido e massivo de conteúdos sem critérios de verificação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017).

2.2 Fake News e o Conhecimento Científico

O conhecimento científico fundamenta-se em métodos rigorosos, baseados na observação, experimentação, validação e revisão por pares. As *fake news*, ao difundirem informações falsas ou distorcidas, colocam em risco a credibilidade da ciência e dificultam a compreensão pública de temas científicos relevantes, como saúde, meio ambiente e tecnologia.

Segundo Chassot (2011), a negação da ciência e a disseminação de pseudociências comprometem a tomada de decisões conscientes e favorecem o obscurantismo, reforçando a importância da alfabetização científica no contexto escolar.

2.3 O Perigo das *Fake News* para a Sociedade

As *fake news* representam um perigo não apenas para o conhecimento científico, mas também para a organização social e democrática. Elas podem gerar pânico social, estimular discursos de ódio, comprometer políticas públicas e influenciar processos eleitorais. Conforme destaca Castells (2018), a manipulação da informação constitui uma das principais formas de poder na sociedade em rede.

Nesse sentido, combater a desinformação exige não apenas mecanismos tecnológicos, mas sobretudo formação crítica dos cidadãos, papel que recai diretamente sobre a educação escolar.

2.4 Educação Escolar e Pensamento Crítico

A educação escolar tem como uma de suas finalidades centrais o desenvolvimento do pensamento crítico, entendido como a capacidade de analisar, questionar, argumentar e avaliar informações de forma reflexiva. Para Libâneo (2013), ensinar conteúdos científicos implica também ensinar os alunos a pensar criticamente sobre a realidade.

A formação do pensamento crítico permite que o aluno questione a origem das informações, identifique interesses subjacentes e reconheça critérios de confiabilidade, habilidades essenciais para o enfrentamento das *fake news*.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica. Foram analisadas obras acadêmicas, artigos científicos, documentos oficiais e produções teóricas que abordam os temas da educação escolar, *fake news*, pensamento crítico e conhecimento científico. A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre os conceitos estudados e o papel da escola na formação crítica dos alunos.

4 O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ENFRENTAMENTO ÀS FAKE NEWS

4.1 A Escola como Espaço de Conhecimento Científico

A escola é a instituição social responsável pela transmissão e pela produção do conhecimento sistematizado. Ao trabalhar com fundamentos científicos, a educação escolar contribui para a construção de uma visão de mundo baseada em evidências, lógica e argumentação racional (SAVIANI, 2008).

Nesse contexto, a escola desempenha papel essencial na contraposição à desinformação, oferecendo aos alunos instrumentos teóricos e metodológicos para distinguir fatos de opiniões e informações confiáveis de conteúdos falsos.

4.2 Alfabetização Científica, Midiática e Informacional

A alfabetização científica e midiática constitui uma estratégia fundamental para o enfrentamento das *fake news*. Segundo Sasseron e Carvalho (2011), alfabetizar cientificamente significa possibilitar ao aluno compreender conceitos científicos e utilizar esse conhecimento para interpretar a realidade.

Aliada a isso, a alfabetização midiática permite que os estudantes analisem criticamente as mensagens veiculadas pelos meios de comunicação, reconhecendo manipulações e interesses ideológicos.

4.3 Práticas Pedagógicas para o Desenvolvimento do Conhecimento Crítico

O desenvolvimento do pensamento crítico requer práticas pedagógicas que valorizem o diálogo, a problematização e a investigação. Metodologias ativas, como projetos, debates, análise de notícias e estudos de caso, favorecem a reflexão crítica e o confronto de diferentes fontes de informação (MORAN, 2015).

Ao trabalhar com notícias reais e falsas em sala de aula, o professor possibilita que os alunos desenvolvam critérios de verificação e análise, fortalecendo sua autonomia intelectual.

4.4 A Responsabilidade Social da Escola na Disseminação da Verdade

A escola, enquanto instituição formadora, possui responsabilidade social na defesa da ciência e da verdade. Em um contexto marcado pela desinformação, cabe à educação escolar reafirmar o valor do conhecimento científico e do pensamento crítico como fundamentos da cidadania democrática.

Conforme Freire (1996), educar é um ato político, que implica compromisso com a emancipação dos sujeitos e com a transformação da realidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disseminação de *fake news* constitui um dos grandes desafios da sociedade contemporânea, afetando diretamente o conhecimento científico, a democracia e a formação cidadã. Diante desse cenário, a educação escolar assume papel central no desenvolvimento do conhecimento crítico dos alunos, tornando-se um espaço estratégico para o enfrentamento da desinformação.

A análise realizada evidencia que a escola, ao trabalhar com o conhecimento científico e promover a alfabetização científica e midiática, contribui de forma decisiva para a disseminação da verdade e da ciência. Investir na formação crítica dos alunos é, portanto, investir na construção de uma sociedade mais consciente, democrática e comprometida com o conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

- CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios. Ijuí: Unijuí, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.
- MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2015.
- SASSERON, Lúcia Helena; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Alfabetização científica: uma revisão bibliográfica. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2008.
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: toward an interdisciplinary framework. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR: ESTUDO EM EMPRESAS CALÇADISTAS DE NOVA SERRANA – MG.

Marcelo Agenor Espíndola⁵⁶

Anderson Baptista Leite⁵⁷

Daniel de Mello Machado⁵⁸

Resumo

O estudo analisou o processo sucessório em empresas familiares do setor calçadista de Nova Serrana – MG, por meio de entrevistas semiestruturadas com sucessores e gestores. A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, investigou empresas que já concluíram a sucessão e outras ainda em preparação. Observou-se que, apesar da ausência de um planejamento formal, a transição ocorreu de maneira positiva, sustentada pela confiança familiar, pela convivência direta entre gerações e pela transmissão prática de conhecimentos. Essa condução informal favoreceu o desenvolvimento de autonomia, liderança e visão estratégica pelos sucessores, fortalecendo a continuidade organizacional. Entre os desafios identificados estão divergências familiares, insegurança emocional e resistência inicial dos colaboradores, superados pelo diálogo e pela cooperação. Conclui-se que, mesmo sem um plano estruturado, a sucessão tem se desenvolvido de forma orgânica, contribuindo para a continuidade dos negócios, o amadurecimento profissional e a profissionalização da gestão nas empresas familiares.

Palavras-chave: Sucessão familiar. Empresas familiares. Setor calçadista.

Abstract

The study analyzed the succession process in family-owned businesses in the footwear sector of Nova Serrana – MG, using semi-structured interviews with successors and managers. This qualitative and descriptive research examined companies that have already completed the succession process and others still in preparation. The findings revealed that, despite the absence of formal planning, the transition occurred positively, supported by family trust, direct intergenerational interaction, and the practical transfer of knowledge. This informal approach fostered the development of autonomy, leadership, and strategic vision among successors, strengthening organizational continuity. The main challenges identified include family disagreements, emotional insecurity, and initial resistance from employees, which were overcome through dialogue and cooperation. The study concludes that, even without a structured succession plan, the process has unfolded organically, contributing to business continuity, professional growth, and the professionalization of management in family enterprises.

Keywords: Family succession. Family businesses. Footwear sector.

⁵⁶ Professor – Curso de Administração – Faculdade de Nova Serrana (FANS)

⁵⁷ Professor – Curso de Administração – Faculdade de Nova Serrana (FANS)

⁵⁸ Professor – Curso de Administração – Faculdade de Nova Serrana (FANS)

1 INTRODUÇÃO

As empresas são organizações criadas para atuar na indústria, no comércio ou nos serviços, assumindo riscos em busca de lucro e crescimento (MOURA, 2023). Entre os diferentes modelos, destacam-se as empresas familiares, formadas a partir do esforço de um fundador e sustentadas pela participação de seus descendentes, garantindo que o controle acionário e a gestão permaneçam sob domínio da família (KNOPFHOLZ, 2021). No Brasil, representam cerca de 90% dos negócios formais, geram 65% do PIB e 75% dos empregos (SEBRAE, 2012), e projeções da McKinsey indicam que 37% das grandes empresas brasileiras serão familiares até 2025.

As empresas familiares apresentam características próprias, como gestão influenciada por relações afetivas (LEACH, 1993) e desafios ligados à governança, transparência e sucessão (CASTALDELLO, 2012). Podem variar de pequenos negócios a grandes companhias (MARTINS, 1999), mas enfrentam dificuldades recorrentes, especialmente na profissionalização, na adaptação tecnológica e no planejamento sucessório — processo frequentemente marcado por decisões intuitivas e emocionais (CASTALDELLO, 2012; LEONE, 2005). A ausência de planejamento explica altos índices de mortalidade: apenas um terço chega à segunda geração nos EUA, número ainda menor na Europa (BYERNE, 2000), e no Brasil cerca de 70% não supera essa etapa (AMARAL, 1999). Diante disso, compreender a sucessão é fundamental para a continuidade e sustentabilidade das empresas (GRZYBOVSKI; VIEIRA, 2012). O objetivo geral deste estudo é analisar os desafios enfrentados pelo empresário no processo de sucessão da gestão e do patrimônio em empresas familiares do setor calçadista.

Com base nesse objetivo, o estudo aborda a conceituação das empresas familiares, a gestão no setor calçadista, os processos organizacionais e os desafios e oportunidades da sucessão. A pesquisa justifica-se pela forte presença dessas empresas em Nova Serrana e pela necessidade de compreender suas dinâmicas internas. Para a Faculdade de Nova Serrana (FANS), contribui para a formação acadêmica e reforça o compromisso com a realidade local; para os autores, amplia o conhecimento teórico e o desenvolvimento profissional. No campo científico, busca preencher lacunas relacionadas ao planejamento sucessório no setor calçadista, oferecendo subsídios para práticas de gestão mais estruturadas e sustentáveis ao longo das gerações.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE EMPRESAS FAMILIARES

Uma empresa familiar caracteriza-se pelo controle e gestão exercidos por uma ou mais famílias, garantindo sua continuidade ao longo das gerações e podendo envolver núcleos multifamiliares com interesses comuns (PASSOS, 2006). Para Leone (1992), sua origem está na iniciativa de um membro familiar, preservando valores transmitidos no tempo, enquanto Machado (2003) aponta a centralização como forma de perpetuar o legado, exigindo planejamento sucessório. A participação familiar varia e influencia as decisões estratégicas (LONGENECKER; MOORE; PETTY, 1997), e Casillas, Vázquez e Díaz (2007) destacam a ausência de consenso conceitual devido à diversidade cultural e estrutural. Nesse debate, autores como Bernhoeft (1989), McConaughy et al. (1998), Chua, Chrisman e Sharma (1999), Oliveira (1999), Gonçalves (2000), Garcia (2001), Leone (2004), Beltran (2011), Mok, Lam e Cheung (1992), Morck e Yeung (2004), Shyu (2011), Mallin (2013), Mattos (2014), Roscoe, Vieira e Grzybovski (2015), Silva et al. (2017), Holt, Pearson e Sharma (2018), Gersick et al. (2020), Sebrae (2022) e Meles (2024) apresentam definições que incluem controle acionário, participação de múltiplas gerações, influência dos valores familiares, mecanismos de governança e alinhamento entre propriedade, gestão e sucessão.

A literatura evidencia que o conceito de empresa familiar vai além da simples presença da família na gestão, envolvendo também sua influência sobre governança, cultura e desempenho organizacional (CASILLAS; VÁZQUEZ; DÍAZ, 2007). Essas organizações possuem características que impactam a liderança, a estrutura administrativa e a continuidade, podendo gerar vantagens como agilidade decisória, forte identidade e comprometimento, mas também desafios como confusão entre propriedade e gestão, conflitos internos, baixa profissionalização e decisões emocionais (LEONE, 2005). Dessa forma, as empresas familiares operam em um equilíbrio entre tradição e inovação: quando bem administradas, consolidam trajetória consistente e sustentável; porém, quando marcadas pela centralização excessiva ou falta de planejamento, enfrentam limitações que comprometem sua competitividade e tornam o processo sucessório um ponto crítico para sua continuidade no longo prazo

2.1.1 Gestão, desafios e profissionalização de empresas familiares

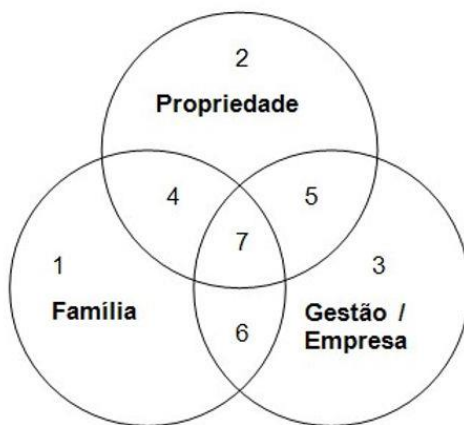
Empresas familiares enfrentam desafios específicos decorrentes da influência emocional nos processos decisórios, o que pode gerar conflitos, rivalidades e dificultar a profissionalização (MAMEDE; MAMEDE, 2014). Para Estol e Ferreira (2006), superar tais obstáculos exige estrutura administrativa clara e formação dos sucessores. Ferraz (2015) observa que conflitos se intensificam quando expectativas familiares entram em choque com as exigências do mercado, principalmente na sucessão, marcada por disputas por cargos, rigidez do fundador e resistência às mudanças. Lodi (1993) acrescenta que problemas como falta de planejamento financeiro, uso inadequado de recursos e priorização de laços familiares frente à competência ameaçam a estabilidade empresarial. Mudanças familiares — casamentos, divórcios ou falecimentos — também impactam a gestão e fragilizam o processo sucessório (TAVARES; TAVARES, 2004). Por isso, mecanismos de governança tornam-se essenciais para equilibrar emoções e objetivos organizacionais (GALLO, 1995). Instrumentos como conselhos, acordos familiares e diretrizes de atuação fortalecem a transparência e contribuem para a longevidade das empresas (PIMENTA, 2008).

A profissionalização é um processo que busca elevar o desempenho e a ética da gestão, garantindo decisões racionais e transparentes (DAVIS, 2020). Para Lodi (1994), o primeiro passo é identificar membros da família realmente qualificados e dispostos a assumir responsabilidades de forma técnica. Davel e Colbari (2000) afirmam que a profissionalização torna-se inevitável à medida que a empresa cresce, exigindo estruturas formais e funções definidas. Esse caminho depende da capacitação contínua dos familiares e da ampliação de experiências externas, como destaca Mascarenhas (2003). Ricca, Saad e Dezan (2019) enfatizam que a profissionalização requer políticas claras que reduzam decisões personalistas, e Ricca (2005) observa que sua eficácia depende da postura da própria família diante do processo. Bernhoeft (2001) aponta que relações mais objetivas ajudam a superar desafios sucessórios e fortalecem a autonomia da empresa, enquanto Pádua (1998) destaca que essa transição se consolida quando a organização separa os papéis de propriedade e gestão, adotando práticas modernas de governança corporativa

2.1.2 Modelo tridimensional de desenvolvimento das empresas familiares

A proposta de transição apresentada por Gersick, Davis, Hampton e Lansberg (1997), caracteriza a empresa familiar como um sistema composto por três subsistemas interligados: a gestão, a propriedade e a família. De acordo com esse modelo, qualquer pessoa envolvida em uma empresa familiar se encaixa em pelo menos um dos sete grupos resultantes da interseção entre esses três domínios. Esses setores, representam as diferentes posições que um indivíduo pode ocupar a partir da sobreposição entre os deveres de proprietário, membro da família e participante do negócio. O modelo é ilustrado na Figura 01:

Figura 01 - Modelo dos três círculos



Fonte: Gersick et al. (1997).

O modelo dos três círculos identifica sete posições possíveis dentro de uma empresa familiar, variando entre membros da família, sócios e gestores. Ele abrange desde familiares sem participação societária ou função administrativa até profissionais externos que ocupam cargos de liderança. No ponto central, encontram-se aqueles que reúnem simultaneamente vínculo familiar, participação acionária e função diretiva (CASILLAS; VAZQUEZ; DIAZ, 2007).

No eixo da propriedade, a transição do fundador para herdeiros torna a estrutura cada vez mais fragmentada, enquanto o eixo da família reflete mudanças naturais ao longo das gerações, e o eixo do negócio evolui de maneira menos previsível, afetado por expansão e transformações internas (LEVINSON, 1973). Como destacam Pieper e Klein (2007), indivíduos podem atuar em mais de um subsistema, gerando conflitos e impactos no equilíbrio organizacional. Essas divergências tornam-se mais visíveis nas fases de transição entre gerações, que, se não forem bem

conduzidas, ameaçam a continuidade do negócio (CANÇADO; LIMA; MUYLDER; CASTANHEIRA, 2013). Além disso, a interação entre fundador, família e empresa tende a produzir estabilidade ou conflitos, especialmente em mudanças de liderança, muitas vezes resultando em adaptações improvisadas (MORRIS; IANSEK; MATYAS; SUMMERS, 1996).

2.1.3 Cultura organizacional

A cultura organizacional é composta por pressupostos e padrões desenvolvidos ao longo das experiências do grupo, orientando a forma como seus membros interpretam, pensam e reagem aos desafios internos e externos (SCHEIN, 1992). Para Morgan (1996), compreender essa cultura exige ir além das práticas visíveis, investigando elementos simbólicos, crenças enraizadas e significados que moldam comportamentos, decisões e relações dentro da empresa. Nesse mesmo sentido, Alvesson (1993) destaca que a cultura resulta de experiências e percepções compartilhadas, manifestadas por símbolos e continuamente reforçadas na convivência diária. O papel do fundador, nesse processo, é essencial, pois sua visão, valores e estilo pessoal influenciam profundamente os padrões culturais e permanecem como referência mesmo após a entrada de novos membros (TAVARES, 1991).

A formação cultural ocorre em fases distintas: inicia-se com a influência direta do fundador, consolida-se por meio das práticas de gestão que conduzem ao sucesso organizacional e, posteriormente, transforma-se com a chegada de novos líderes e colaboradores, que trazem valores diferentes e enfraquecem o vínculo direto com a origem (DENCK e LIMA, 2010). Assim, a cultura organizacional torna-se um elemento estratégico que delimita fronteiras institucionais, diferencia a organização no ambiente em que atua e fortalece sua identidade (MOTTA, 2002). Uma cultura forte e bem estruturada favorece o engajamento dos colaboradores, o alinhamento entre objetivos individuais e organizacionais e uma percepção positiva da marca, contribuindo para a consolidação e a prosperidade do negócio no longo prazo

2.1.4 Processo de sucessão em empresas familiares

O processo de sucessão é um dos principais desafios das empresas familiares, pois envolve a transição de poder entre gerações e pode gerar conflitos, perda de eficiência e até descontinuidade quando não é planejado (BARCELOS, 2007). A

complexidade aumenta com o crescimento do negócio, especialmente na passagem da segunda para a terceira geração, que exige adaptação, inovação e competência gerencial (LETHBRIDGE, 1997). Mesmo a sucessão profissional, conduzida por gestores externos, não elimina totalmente os riscos, podendo resultar em distanciamento cultural e dificuldades de alinhamento com os valores familiares (OLIVEIRA, 1999).

A sucessão apresenta vantagens e limitações: o sucessor pode não ter preparo suficiente, gerando conflitos, mas a continuidade do controle familiar preserva cultura, identidade e legado (SEGRE, 2009). Muitas pequenas empresas conduzem o processo de forma informal, o que aumenta a chance de disputas e fragilidade organizacional (LIMA; NASCIMENTO, 2014). Já em empresas de médio e grande porte, a sucessão exige maior formalização e profissionalização; deve ser tratada como um processo gradual (BERNHOEFT, 2006), pois a falta de planejamento compromete a permanência do negócio (LANSBERG, 1999). Nesses contextos, mecanismos de governança e liderança qualificada tornam-se essenciais para equilibrar critérios técnicos e valores familiares, permitindo que a sucessão se converta em oportunidade de renovação (SILVA JÚNIOR; MUNIZ, 2006)

2.2 PROCESSO DE SUCESSÃO EM EMPRESAS CALÇADISTAS: ESTUDOS CORRELATOS

Para Leone (1992), a sucessão representa a transferência de poder e recursos entre gerações, podendo ocorrer de forma planejada ou abrupta, como em casos de falecimento ou incapacitação do líder. Com essa perspectiva, diferentes estudos têm buscado compreender como empresas familiares conduzem essa transição. Biehl e Silveira (2003), ao analisarem empresas do cluster calçadista do Vale do Rio dos Sinos, observaram a adoção de práticas sucessórias antecipadas, baseadas principalmente na formação acadêmica dos herdeiros e na forte permanência dos fundadores em posições de liderança. Em outro caso, Staudt (2006) analisou a empresa Calçados Andreza S.A., cuja sucessão, inicialmente hereditária e sem planejamento, evoluiu para uma escolha orientada por competências, permitindo maior estabilidade e competitividade após a transição.

Outros estudos evidenciam processos sucessórios marcados por informalidade e fragilidades. Barroso (2008) identificou, em uma empresa de confecções e calçados, a ausência de planejamento, a estagnação da gestão e riscos de conflitos patrimoniais

devido à concentração do controle pelo fundador. Minadeo (2010), ao estudar a Azaleia, mostrou que a sucessão foi acelerada por motivos de saúde do fundador, mas trouxe traços de profissionalização; a posterior venda à Vulcabrás representou a consolidação da transição. Já Ribeiro e Martins (2016) enfatizam que fatores emocionais e relacionais influenciam fortemente a sucessão, especialmente pela resistência dos fundadores e pelas pressões enfrentadas pelos sucessores. Caberlon (2017), ao analisar uma empresa familiar de pequeno porte do Vale do Sinos, destacou a preparação prática e acadêmica dos herdeiros, mas também as limitações estruturais para práticas mais profissionalizadas. Roveda, Brizolla e Sausen (2020) demonstraram que responsabilidade social e inovação podem fortalecer o processo sucessório, embora faltem definições formais sobre o futuro dirigente. Por fim, Souto (2022) observou que o preparo técnico e o uso estratégico da comunicação têm contribuído para o avanço da sucessão em uma empresa calçadista de Campina Grande, apesar dos desafios

3 METODOLOGIA

Conforme Prodanov e Freitas (2013), a metodologia envolve procedimentos e técnicas que asseguram a validade do conhecimento. A pesquisa foi descritiva, conforme Trivinos (1987), permitindo reunir informações sobre a organização da empresa familiar e suas variáveis de gestão. Utilizou-se abordagem qualitativa, que segundo Collis (2005), prioriza análise crítica e interpretação aprofundada dos fenômenos. Esse tipo de investigação possibilita compreender experiências, percepções e comportamentos, conforme Michel (2015), favorecendo a análise dos aspectos subjetivos que influenciam o desenvolvimento da sucessão e a continuidade do negócio. A unidade de análise incluiu oito empresas familiares do setor calçadista de Nova Serrana – MG, número que possibilitou aprofundamento e possível saturação teórica, segundo Fontanella (2008). Foram selecionados oito sucessores, um por empresa, com participação direta na gestão.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas que, segundo Godoy (2005), permite captar percepções, argumentos e crenças de forma flexível. As entrevistas foram gravadas mediante autorização prévia e realizadas entre agosto e setembro de 2025, nas sedes das empresas. Após a coleta, os dados foram organizados e analisados por meio da análise de conteúdo, técnica que Minayo (2001) define como um conjunto articulado de procedimentos voltados à interpretação de

mensagens, adequada para identificar significados implícitos e compreender dimensões subjetivas e comportamentais relacionadas ao processo sucessório nas empresas familiares.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Neste capítulo, apresentam-se os resultados obtidos a partir das entrevistas, com o objetivo geral de evidenciar as características das empresas familiares estudadas e analisar como ocorre o processo sucessório no setor calçadista. A descrição das organizações permite compreender seu porte, tempo de atuação, estrutura de gestão e o nível de participação familiar no negócio. Esses dados também possibilitam identificar se o processo sucessório está concluído ou ainda em andamento, contribuindo para uma análise comparativa entre as empresas pesquisadas. O Quadro 4 apresenta a caracterização das oito empresas avaliadas, reunindo informações como setor de atuação, ano de fundação, número de colaboradores, membros familiares envolvidos e situação atual da sucessão, oferecendo uma visão clara das semelhanças e diferenças relevantes ao estudo

QUADRO 04 – Caracterização das empresas familiares

Empresas	Setor de Atuação	Ano de Fundação	Número de colaboradores	Membros familiares que trabalham na empresa	Processo de sucessão já concluído?
Empresa 01	Indústria	1970	105	4 membros	Sim
Empresa 02	Indústria	1996	35	1 membro	Sim
Empresa 03	Indústria	1999	120	2 membros	Sim
Empresa 04	Indústria	2005	23	Nenhum membro	Sim
Empresa 05	Indústria	1986	80	1 membro	Não
Empresa 06	Indústria	2014	19	Nenhum membro	Não
Empresa 07	Indústria	2009	17	2 membros	Não
Empresa 08	Indústria	1988	100	5 membros	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Com base nos dados do Quadro 4, observa-se que as empresas familiares do setor calçadista apresentam diferenças quanto ao tempo de fundação, número de colaboradores e participação de familiares na gestão, com a maioria criada a partir da década de 1990 e contando entre 30 e 200 funcionários, o que evidencia distintos portes dentro do segmento. A presença de familiares na administração varia de um a quatro integrantes, reforçando a natureza próxima desse tipo de organização. Quanto ao processo sucessório, metade das empresas já concluiu a transição, sobretudo as mais antigas, como a fundada em 1970, enquanto as criadas após os anos 2000 ainda encontram-se em fase inicial ou indefinida. Assim, constata-se que a sucessão nas empresas calçadistas de Nova Serrana – MG não segue um padrão uniforme, sendo influenciada pelo porte, tempo de existência e nível de participação familiar no negócio.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A caracterização dos entrevistados evidencia um grupo de oito sucessores entre 21 e 37 anos, com formações superiores completas ou em andamento e atuação em funções variadas — de auxiliares e supervisores administrativos a diretores e gerentes. O tempo de experiência, que varia de quatro a dezenove anos, mostra que a maioria ingressou cedo no negócio familiar. Suas motivações incluem convivência com o ambiente empresarial desde a infância, desejo de ajudar o fundador, interesse pelo setor calçadista e identificação com os valores da família. Alguns relatam escolha própria, enquanto outros destacam o convite, o incentivo ou a influência direta do fundador como fatores decisivos para sua entrada na empresa.

Os dados mostram que o planejamento sucessório está fortemente relacionado tanto à trajetória e ao preparo dos sucessores quanto à influência exercida pelo fundador. Mesmo quando afirmam autonomia na escolha, a vivência prática e o apoio familiar foram determinantes para despertar o interesse pela gestão do negócio. As funções administrativas e estratégicas ocupadas pelos sucessores, somadas ao nível de qualificação e ao longo tempo de dedicação, evidenciam profissionalização crescente. Assim, o processo sucessório resulta da combinação entre aspectos individuais e familiares, articulando vínculos afetivos, experiência acumulada e preparo técnico, fatores essenciais para a continuidade e o fortalecimento das empresas familiares do setor calçadista.

4.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: EMPRESAS QUE JÁ PASSARAM PELO PROCESSO DE SUCESSÃO FAMILIAR

Após caracterizar as empresas e os entrevistados, avançou-se para a análise do processo sucessório, identificando transições práticas, graduais e pouco estruturadas, conduzidas pela convivência cotidiana, pelo envolvimento precoce dos sucessores e pela orientação direta dos fundadores. Os relatos mostram que a imersão diária, a participação progressiva e o fortalecimento da confiança sustentaram a continuidade dos negócios, configurando um modelo mais intuitivo do que técnico. Esse perfil se alinha ao entendimento de Leone (2005), Floriani e Rodrigues (2000) e Caberlon (2017), que apontam a predominância de sucessões informais baseadas em conhecimento tácito. Da mesma forma, Lima e Nascimento (2014) e Casillas, Vázquez e Díaz (2007) destacam que, em contextos como o de Nova Serrana – MG, laços afetivos e tradição moldam o processo sucessório.

As análises individuais revelam nuances importantes: a Empresa 01 destacou a vivência multifuncional dos herdeiros; a Empresa 02 evidenciou o acompanhamento próximo do fundador; a Empresa 03 demonstrou aprendizagem derivada do cotidiano; e a Empresa 04 combinou prática e inovação. Esses cenários dialogam com o Modelo Tridimensional de Gersick et al. (1997), ao evidenciar a interdependência entre família, propriedade e gestão, e com autores como Ferraz (2015) e Leone (2005), que ressaltam o apoio intergeracional como elemento essencial para reduzir resistências e fortalecer a legitimidade do sucessor.

No tocante ao planejamento sucessório, observou-se que nenhuma empresa possuía um plano formal. A transição ocorreu espontaneamente, sem etapas documentadas ou critérios técnicos, sustentada pelo aprendizado progressivo. Esse padrão reforça críticas de Davel e Colbari (2000), que alertam para riscos à profissionalização e à longevidade organizacional, assim como as análises de Tavares e Tavares (2004) e Ricca, Saad e Dezan (2019), que apontam fragilidades estruturais em processos informais. Por outro lado, Mascarenhas (2003) destaca que a prática cotidiana contribui para o desenvolvimento de competências relevantes, ainda que acompanhada de desafios.

As dificuldades identificadas variaram entre as empresas: conflitos familiares e ausência de funções definidas (Empresa 01), transição tranquila (Empresa 02), insegurança do sucessor (Empresa 03) e resistência de colaboradores (Empresa 04).

Essas questões refletem os apontamentos de Leone (2005), Mamede e Mamede (2014) e Lodi (1993) sobre disputas de poder, sobreposição de papéis e necessidade de legitimação, além da dimensão emocional destacada por Gallo (1995). As formas de superação — diálogo, orientação do fundador, consultorias, capacitação e fortalecimento da confiança — evidenciam que, mesmo sem planejamento formal, o apoio intergeracional e a aprendizagem prática contribuíram para consolidar novas lideranças e garantir a continuidade das empresas familiares do setor calçadista.

4.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: EMPRESAS QUE JÁ ESTÃO PRESTES A PASSAR PELO PROCESSO DE SUCESSÃO

O bloco de entrevistas com sucessores em preparação mostrou que o objetivo geral desta etapa da pesquisa consistiu em compreender como o planejamento sucessório vem sendo conduzido, identificar dificuldades e analisar a percepção dos herdeiros quanto ao próprio preparo. Nas empresas 05, 06, 07 e 08, a preparação ocorre predominantemente de forma prática, gradual e, muitas vezes, sem plano formal — dinâmica coerente com Lima e Nascimento (2014) e Leone (1992, 2005), que destacam a informalidade das pequenas empresas familiares. Os sucessores aprendem por convivência direta, observação e participação cotidiana, internalizando valores essenciais à continuidade do negócio, conforme defendem Ferraz (2015) e Estol e Ferreira (2006). A passagem de responsabilidades ocorre de modo progressivo, marcada pela autonomia crescente e pela atuação do fundador como mentor, especialmente nas empresas 05 e 06. Já nas empresas 07 e 08, nota-se maior profissionalização, com retorno ao negócio, qualificação técnica e participação nas decisões, como apontam Ferreira (2006) e Leone (1992).

Mesmo com aspectos positivos, os desafios se destacam. Entre os principais obstáculos estão divergências entre gerações, sobretudo no que se refere à modernização e ao uso de tecnologia. A literatura explica que esses conflitos decorrem da ausência de planejamento formal (Lansberg, 1999) e do contraste natural entre estilos de gestão distintos (Leone, 1992; Bernhoeft, 2001, 2006). Além disso, surgem dificuldades relacionadas à insegurança inicial do sucessor, resistência de colaboradores e falta de legitimidade, aspectos alinhados às análises de Oliveira (1999) e Ferreira (2015). As percepções de preparo também variam: enquanto os sucessores 06 e 08 demonstram maior autonomia e segurança, os entrevistados 05 e 07 ainda dependem parcialmente dos fundadores, refletindo o processo gradual

defendido por Bernhoeft (1989) e o alerta de Lansberg (1999) sobre riscos da dependência excessiva.

A relação entre sucessores e fundadores emerge como elemento central, pautada em confiança, diálogo e aprendizado mútuo — fatores que Bernhoeft (1989) e Leone (2005) apontam como fundamentais para a transmissão eficaz de valores e práticas organizacionais. Essa convivência intergeracional fortalece a segurança emocional dos herdeiros e facilita o desenvolvimento das competências essenciais à continuidade do negócio. Ao mesmo tempo, diferenças de expectativas podem gerar tensões, reforçando a importância de mecanismos permanentes de comunicação e alinhamento.

De modo geral, as quatro empresas confirmam que o processo sucessório permanece amplamente informal, sustentado pela prática cotidiana, pela orientação direta dos fundadores e pelo envolvimento gradual dos sucessores. Embora esse modelo favoreça o aprendizado empírico, também revela fragilidades, como resistência à inovação, insegurança dos herdeiros e falta de diretrizes estruturadas, conforme destacam Lansberg (1999) e Bernhoeft (2006). Ainda assim, observa-se que a combinação entre confiança, participação progressiva e profissionalização crescente contribui para uma transição mais equilibrada, capaz de unir tradição e modernização e fortalecer a continuidade das empresas familiares analisadas

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios enfrentados por empresários no processo de sucessão da gestão e do patrimônio em empresas familiares do setor calçadista. A pesquisa evidenciou a importância do planejamento sucessório para a continuidade e sustentabilidade dos negócios, especialmente em Nova Serrana – MG, onde o setor possui forte representatividade econômica. Ao preencher uma lacuna teórica e empírica, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas e particularidades que envolvem a sucessão, oferecendo subsídios relevantes para o avanço acadêmico e para a prática gerencial de empresários e futuros sucessores.

A análise contemplou dois grupos: empresas que já concluíram a sucessão e empresas que ainda estão em fase de preparação. Nas organizações que já realizaram a transição, verificou-se que nenhuma adotou planejamento formal; ainda assim, o processo ocorreu de forma eficaz devido à relação de confiança entre as

partes, à convivência familiar e à transferência empírica de conhecimentos. A sucessão, conduzida de modo gradual, favoreceu a autonomia dos herdeiros, preservou a estabilidade organizacional e estimulou inovações na gestão. Mesmo com desafios relacionados à maturidade, insegurança inicial ou conflitos familiares, os sucessores conseguiram consolidar suas lideranças e promover práticas de gestão mais dinâmicas e alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

Entre as empresas que ainda não passaram integralmente pelo processo, observou-se uma condução igualmente informal, porém marcada por uma evolução progressiva dos sucessores, que constroem sua autonomia por meio da experiência prática e da orientação direta dos fundadores. Os principais desafios incluem divergências entre gerações, resistência de colaboradores e insegurança diante das responsabilidades futuras. Ainda assim, as relações interpessoais — especialmente entre sucessores e sucedidos — mostraram-se fundamentais para sustentar o processo, pautadas por respeito, cooperação e diálogo. Esse ambiente favoreceu o amadurecimento profissional dos herdeiros e contribuiu para a formação de lideranças mais preparadas.

Como contribuição teórica, o estudo demonstra que a ausência de planejamento formal não inviabiliza uma sucessão bem-sucedida quando há confiança, acompanhamento e aprendizado intergeracional. No campo prático, reforça-se a necessidade de preparar sucessores de forma contínua, integrando tradição e inovação na gestão. Os achados podem orientar a criação de programas de capacitação e consultoria, estimulando processos sucessórios mais estruturados. Conclui-se que o estudo atingiu plenamente seus objetivos e recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo para outros segmentos e realizem análises longitudinais que permitam acompanhar a sucessão ao longo do tempo, fortalecendo a compreensão e a evolução das práticas de gestão em empresas familiares

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M. **Perspectivas culturais sobre organizações** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

AMARAL, Antônio C. R. **Empresas familiares brasileiras: perfil e perspectivas**. São Paulo: Negócio Editora, 1999

ANDRADE, Maria M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARCELOS, R. O. R. H. A. **Formação e a Contratação de Sucessores Familiares** – Um Estudo em Empresas Brasileiras e Portuguesas. In. GPR – I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Natal, 2007.

BARRETO, Marcelo João; **Introdução à Administração**. - Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, Superintendência de Educação a Distância, 2017

BARROSO, Klauskins Lindemberg. **Análise do processo sucessório de uma empresa familiar do município de Rolim de Moua (RO)**. 2008.

BELTRAN, Geralda Aparecida Ramos. **A Influência do Vínculo Familiar na Gestão de Micro e Pequenas Empresas: Um Estudo em Empresas Familiares no Plano Diretor de Palmas-TO**. 2011.

BERNHOEFT, R. **Empresa familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida**. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. **Mentoring: abrindo horizontes, superando limites, construindo caminhos**. São Paulo: Gente, 2001.

_____. **Sucessão: Processo, psicodinâmica e protagonismo**. São Paulo: Elsevier, 2006.

BIEHL, Kátia Andrade; SILVEIRA, Karina. **Análise de ações durante o processo sucessório de empresas familiares do cluster calçadista da região do Vale do Rio dos Sinos**. EGEPE–ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, v. 3, 2003.

CABERLON, Abel. **Empresa Familiar: Sucessão Da Gestão De Uma Empresa Calçadista De Pequeno Porte Do Vale Do Sinos**. Novo Hamburgo. 2017.

CANÇADO, V. L., LIMA, J. B., MUYLDER, C. F., & CASTANHEIRA, R. B. (2013). **Ciclo de vida, sucessão e processo de governança em uma empresa familiar: um estudo de caso no grupo séculos**. Revista Eletrônica de Administração, 19 (2), 485-516.

CASILLAS, José Carlos; VÁZQUEZ, Adolfo; DÍAZ, Carmen. **Gestão da Empresa Familiar: conceitos, casos e soluções**. São Paulo: Thomson, 2007.

CASTALDELLO, J. L. **Como as empresas familiares tratam o processo sucessório: um estudo de caso múltiplo em empresas da serra gaúcha**. 1. ed. Porto Alegre: Bookwire - Editora Buqui, 2012. 178 p. Disponível em: <https://elibro.net/pt/ereader/fans/207114?page=1>. Acesso em: 13 mar. 2025.

CHUA, J. H.; CHRISMAN, J. J.; SHARMA, P. **Defining the family business by behavior**. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 23, n. 4, p. 19-39, 1999.

COLLIS, Jill. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**/ Jill Collis e Roger Hussey; trad. Lucia Simonini. – 2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2005.

DAVEL, Eduardo; COLBARI, Antônia. Organizações Familiares: Por uma Introdução a sua Tradição, Contemporaneidade e Multidisciplinaridade. **O&S**, Salvador, BA, v. 7, n. 18. 2000.

DAVIS, John A. **Profissionalizando a empresa familiar**: não é o que se pensa. Mar. 2020. Disponível em: <https://cfeg.com/wp-content/uploads/2020/03/JDavis-Profissionalizando-a-Empresa-Familiar-20200324-1.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

DENCK, M. R.; LIMA, J. H. R. **Cultura Organizacional Nas Empresas Familiares**. Administração e Negócios, 2010.

ESTOL, K. M. F., FERREIRA, M. C. **O processo sucessório e a cultura organizacional em uma empresa familiar brasileira**. Rev. adm. contemp. 2006, vol.10, n.4, p. 93-110.

FERRAZ, Eric. **Empresa familiar: aspectos relevantes**. JusBrasil, 2015. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/empresa-familiar-aspectos-relevantes/204368423?__cf_chl_tk=JEWTIIRBSESjA8hBztVKwvtvGOwe9L7IRyGUutOurTZM-1729884471-1.0.1.1_suOPMriTvROqvl825oF.vMzptU9gETXP1gGMfkjS8mw. Acesso em: 28 mar. 2025.

FLORIANI, O. Pedro; RODRIGUES, L.C. **Sucessão empresarial: um estudo crítico das empresas familiares na região de Blumenau**. Revista de negócios, vol. 4, n. 3, Blumenau: FURB, 2000.

FONTANELLA, B. J. B., Ricas, J., Turato, E. R. (2008) **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. Cadernos de Saúde Pública. 24(1), 17- 27.

FREITAS, Ernani Cesar de; FREZZA, Cleusa Maria Marques. **Gestão e Sucessão em Empresa Familiar**. Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, RS, v. 2, n. 1 , p. 31-43, jan. 2005.

GALLO, Miguel. **La Empresa Familiar**. Madrid: Instituto de la Empresa Familiar, 1995.

GARCIA, Volnei Pereira. **Desenvolvimento das famílias empresárias**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

GERSICK, K. E., DAVIS, J. A., HAMPTON, M. M., & LANSBERG, I. **Generation to Generation: Life Cycles of the Family Business**, 2020.

_____. **De geração para geração: ciclo de vida das empresas familiares**. São Paulo: Negócio Editora.

GODOY, A. S. **Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa**. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 3, n. 2, p. 81-89, 2005.

GONÇALVES, Sérgio de Castro. **Patrimônio, Família e Empresa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Negócio. 2000.

GRZYBOVSKI, Denize; VIEIRA, Luciano. **Ciclo de vida das empresas familiares brasileiras de pequeno porte: uma análise das características e dinâmica estrutural em uma rede de revenda de gás liquefeito de petróleo.** Disponível em: <file:///C:/Users/saraf/Downloads/Dialnet%20CicloDeVidaDasEmpresasFamiliaresBrasileirasDePeque-4252413.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

HOLT, D. T., PEARSON, A. W., Payne, G. T., & SHARMA, P. Family business research as a boundary-spanning platform. **Family Business Review**, 31(1), 14-31, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0894486518758712>. Acesso em: 27 mar. 2025.

IBGE. **Cidades e Estados.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/nova-serrana.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

KNOPFHOLZ, M. **Empresa Familiar, Problema Anunciado: Família Empresária, Solução Antecipada.** 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Letramento, 2021. 151 p. Disponível em: <https://elibro.net/pt/ereader/fans/210284?page=25>. Acesso em: 13 mar. 2025.

LANSBERG, Ivan. **Sucessão em empresas familiares: Uma jornada para a continuidade.** São Paulo: Negócio Editora, 1999.

LEACH, Peter. **La empresa familiar.** Barcelona: Ediciones Granica, 1993. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/La_empresa_familiar.html?id=mo6dJf9EuwAC&redir_esc=y. Acesso em: 12 mar. 2025.

LEONE, Nilda. **A sucessão em PME comercial na região de João Pessoa.** Revista de Administração, São Paulo, 1992.

LEONE, N. M. C. P. G. **O Processo sucessório em empresas familiares: o exemplo dos comerciantes e o processo no Saara.** **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. 29, p. 149-172, 2004.

_____. **Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado.** São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Sucessão na Empresa Familiar.** São Paulo: Atlas, 2005.

LETHBRIDGE, Eric. **Tendências da empresa familiar no mundo.** Revista do BNDES, n.7, jun. 1997.

LEVINSON, D. J.. **Seasons of a Man's Life.** New York: Random House. 1978.

LIMA, M. M.; NASCIMENTO, E. M. **Desafios da sucessão em empresas familiares de pequeno porte.** Revista Científica FASETE, v. 10, n. 1, p. 105–115, 2014.

LODI, João Bosco. **A empresa familiar.** 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

_____. **A empresa familiar.** 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1986.

_____. **A Ética na Empresa Familiar.** São Paulo, SP: Pioneira, 1994.

- LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron, 1997.
- MACHADO, Hilka Pelizza Vier. **Empresas familiares e a formação de sucessoras**. A “indesejável” sucessão entre “ex-camelôs” do shopping Oiapoque. In: ANPAD. 30., Salvador, 2006.
- MALLIN, C. A. **Corporate Governance**. 4. Ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda C. **Empresas familiares: o papel do advogado na administração, sucessão e prevenção de conflitos entre sócios**. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2014.
- MARTINS, José Coelho. **Empresas familiares**. Lisboa: Ministério da Economia, 1999.
- MASCARENHAS, Mônica de F. O processo de sucessão em empresas familiares. **Revista Fae Business** nº 5. 2003
- MATTOS, Gabriel Zuccarelli. **Sucessão na empresa familiar: análise do processo sucessório através da identificação de competências**. Porto Alegre, 2014.
- MCCONAUGHY, Daniel L.; WALKER, Michael C.; Henderson, Glenn V.; MISHRA, Chandra S. **Founding family controlled firms: Efficiency and value**. **Review of Financial economics**, v. 7, n. 1, p. 1-19, 1998.
- MELES, B. M. **Empresa familiar: tipos e como funciona**. São Paulo: Aurum, 2024.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MINADEO, Roberto. **Coroamento do Processo de Sucessão da Azaleia mediante uma Operação de Aquisição**. *Contextus—Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 8, n. 1, p. 57-70, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MOK, Henry MK; LAM, Kin; CHEUNG, Iris. **Family control and return covariation in Hong Kong's common stocks**. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 19, n. 2, p. 277-293, 1992.
- MORCK R., SEPANSKI J., & YEUNG B. **Habitual and occasional lobbyists in the US steel industry—An EM algorithm approach**. *Economic Inquiry*, forthcoming, 2004.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo, Atlas, 1996.
- MORRIS, M. E; IANSEK R; MATYAS TA; SUMMERS JJ. **Stride length regulation in Parkinson's disease. Normalization strategies and underlying mechanisms**. *Brain* 1996.

MORRIS, M. H. **Correlates of success in family business transitions**. Journal of Business Venturing, Nova York, v. 12, n. 5, p. 385-401, 1997.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Israel Filgueiras Gouveia de. **Cultura organizacional e comportamento organizacional**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MOURA, Ril; JÚNIOR, Edilson Conrado Ferreira; RENZ, Ilan Rodrigues de Farias; LOPES, Genáina Gama. **Gestão de empresas**. Rio de Janeiro: CRCRJ, 2023. Disponível em: <https://www.crc.org.br/images/publicacoes/Ebook-Gestao-de-Empresas.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Empresa Familiar: Como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório**. São Paulo: Editora Atlas. 1999.

PADUA, A. D. **Empresa familiar**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1998.

PASSOS, Édio. **Família, Família, Negócios à Parte**. São Paulo: Gente, 2006.

PIEPER, T. M.; KLEIN, S. B. The Bulleye: A Systems Approach to Modeling Family Firms. Family Business Review, 20(4), 301-319. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.2007.00101.x>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PIMENTA, César Simões. **Governança em empresas familiares: conflitos e práticas de gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

RAIS. **Tendências de emprego na cidade de nova serrana**. 2022. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/novaserrana?selector244id=sector2&selector245id=geo3145208>. Acesso em: 20 mar. 2025. p. 3.

RIBEIRO, Luiz Paulo; MARTINS, Rodrigo Amaral. **Contradições da herança em empresas familiares do ramo calçadista**. Revista Científica do Unipam, v. 10, n. 2, p. 150-162, 2016.

RICCA, Domingos. **Da empresa familiar à empresa profissional**. São Paulo: Editora Clã Cultural, 1998.

_____. **Da empresa familiar à empresa profissional**. Revista Empresa Familiar, São Paulo, SP, Edição Bimestral, Ano 1, n. 2. 2005.

RICCA, Domingos; SAAD, Sheila Madrid; DEZAN, Ana Gabriela Ribeiro. **Empresa Familiar: a importância da gestão de pessoas**. 2019. Disponível em: https://empresafamiliar.com.br/wpcontent/uploads/2021/05/E-book-Livro_Empresa-familiar-e-gest%C3%A3o-de-pessoas.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

ROSCOE, M. T. A.; VIEIRA, A.; GRZYBOVSKI, D. **Capital social familiar, aprendizagem e empreendedorismo transgeracional**. Rio de Janeiro, 39, 2015.

ROVEDA, Taísa; BRIZOLLA, Maria; SAUSEN, Jorge. **Responsabilidade Social como estratégia de Inovação na Sucessão Familiar: Um Estudo de Caso em uma Empresa Gaúcha do Ramo Calçadista**. Rio Grande Do Sul. 2020.

SEBRAE. **Guia sobre gestão de empresas familiares**. 2012. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/Guia%20sobre%20gestão%20de%20empresas%20familiares.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025. p. 3.

_____. **Negócios familiares: entenda como eles funcionam**. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/as-caracteristicas-de-negocios-familiares,48e89e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 28 mar. 2025.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Calçadista de Nova Serrana**. 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl/biblioteca-apl/planos-de-desenvolvimento-dos-apls/pdp-calcadista-de-nova-serrana-ok.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025. p. 5.

_____. **Vantagens e desafios na gestão das empresas familiares**. Portal Sebrae. 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/am/artigos/vantagens-e-desafios-na-gestao-das-empresasfamiliares,5d776f10703bd810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SCHEIN, E. H. **Cultura organizacional e liderança** (2nd ed.). San Francisco: Jossey Bass, 1992.

SILVA, C.R.; CRUZ, A. P. C.; MACHADO, D. G.; BARBOSA, M. A. G. **Uso do sistema de controle gerencial como instrumento de implementação da estratégia - O Caso de uma Empresa Familiar em Processo de Sucessão**. Belo Horizonte, 2017.

SILVA JÚNIOR, Ademir Clemente da; MUNIZ, Carlos Eduardo. **Sucessão em empresa familiar de grande porte: o caso de uma empresa capixaba inserida no mercado globalizado**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo – RAUSP, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 278–289, jul./set. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44378>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SILVA, W. R. **A importância da Gestão Interna e Externa: As vantagens e desvantagens de cada uma no processo de sucessão**. Revista Especialize On-line IPOG, 8(9), 1-21. 2014

SHYU, Jonchi. **Family ownership and firm performance: evidence from Taiwanese firms**. International Journal of Managerial Finance, v. 7, n. 4, p. 397-411, 2011.

SOUTO, Eduardo Raffael Morais de Almeida. **Comunicação interna no processo sucessório: o caso de uma empresa fabril na área calçadista**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022.

STAUDT, Tarcísio. **Sucessão de gestão em empresa familiar Calçados Andreza SA: um estudo de caso.** 2006.

TAVARES, Alexandre de Souza; TAVARES, Carine Rodrigues (Org.). **Gestão Empresarial: a integração das competências.** 1. ed. Porto Alegre: Bagagem Eventos, 2004.

TEIXEIRA, E. B.; TOSO, V. C.; GRZYBOVSKI, D. **Práticas de gestão em Micro e Pequenas Empresas de base familiar: um estudo das empresas industriais assistidas pelo Programa de Extensão Empresarial em Ijuí/RS.** Revista de Estudos de Administração, v. 9, n. 18, art. 9, p. 127-157, 2009. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2025.

TRABALHO EDUCATIVO: EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS OU EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE BAIXO CUSTO

Danielle de Jesus Dinali⁵⁹
Mhardoqueu Geraldo Lima França⁶⁰

Resumo:

O Trabalho Educativo é um instituto encetado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente o qual possui pouca publicidade e aplicabilidade no cenário produtivo brasileiro. Esta forma de inserção de jovens no mercado de trabalho visa primordialmente o desenvolvimento pessoal e humano destes educandos acoplado a sua profissionalização. Nestes termos, frente aos inúmeros exemplos favoráveis e contrários ao trabalho educativo discute-se se este instituto poderia realmente alcançar os fins desejados como posto nas normas legais. Controvertidas são as opiniões, todavia, não se negando as dificuldades na implementação de um programa que verdadeiramente consiga alcançar os fins descritos na legislação, demonstrar-se-á que o trabalho educativo está nos liames desejados pelas Convenções Internacionais e pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988.

Palavras-Chave: Trabalho Educativo – Direitos Sociais – Estatuto da Criança e do Adolescente - Efetividade

Introdução

A Carta Magna de 1988 inovou ao trazer para o Brasil a doutrina internacional de proteção integral às crianças e aos adolescentes.

⁵⁹ Doutora e Mestre em Direito Privado - Direito do Trabalho - na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-graduada em Direito do Trabalho pela Instituto de Educação Continuada - IEC Puc-Minas. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Diretora do Grupo de Pesquisa Direito do Trabalho e Modernidade. Professora e Advogada.

⁶⁰ Graduado em Direito pela Faculdades Integradas do Oeste de Minas. Mestre e Doutor em Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas. Coordenador e professor do Curso de Direito da Universidade José do Rosário Vellano - Campus Divinópolis. Advogado.

Esta teoria está alicerçada, jurídica e socialmente, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.

Baseada na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento que necessitam que lhes seja garantido proteção integral, esta doutrina defende os direitos próprios e essências dos menores.

Assim, elenca o art. 227 da CF\88, como prioritária a ação conjunta da família, do Estado e da Sociedade, a fim de garantir às crianças e adolescentes cidadania plena.

Nestes termos, elucida o art. 7, inciso XXXIII do texto constitucional, a proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de 18 anos de idade e qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíbe também qualquer trabalho pelos menores que prejudique a sua formação e o seu desenvolvimento físico, psíquico e social, bem como aqueles realizados em condições impeditivas de frequência a escola (art.67, ECA).

Seguindo tal orientação e nos termos da Convenção n.182, foi aprovado no Brasil o Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008, o qual listou as Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) indicando os prováveis riscos ocupacionais e possíveis danos à saúde em diversos ramos de atividade.

Por outro lado, regula também o Estatuto da Criança e do Adolescente as possibilidades de inserção dos menores no mercado de trabalho.

Uma destas formas é regulada pelo artigo 68 do referido diploma, o qual é intitulado “Trabalho Educativo”.

Este é caracterizado pela associação entre trabalho e educação, na qual prevalece a última.

Assim, trabalho educativo, segundo Oris de Oliveira é

“A inter-relação entre educação (esta tomada em todas as suas dimensões como progresso que visa a promover o desenvolvimento da pessoa com todas as suas potencialidades e o trabalho (este visto não somente como a realização do indivíduo, mas também em sua dimensão social em dado momento histórico dentro do processo produtivo em que está concretamente inserido)”. (2009, p.224)

Nestes termos, depreende-se que o trabalho educativo visa a concretização da proteção integral aos jovens de baixa renda que não teriam outra forma mais adequada de se profissionalizar que não seja pela integração entre a educação social, moral e a profissionalização.

1. Direitos Sociais Afetos aos Adolescentes

A Constituição Federal determina, nos termos do artigo 227, que a responsabilidade por assegurar a criança e ao adolescente seus direitos é da Família, da Sociedade e do Estado.

Assim, lhes são garantidos os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Da mesma forma, estabelece o texto constitucional a proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Há ainda especial preocupação com o adolescente portador de deficiência, em relação ao qual tanto o Estado quanto a iniciativa privada criarão programas de prevenção e atendimento especializado, mediante treinamento para o trabalho e a convivência, bem como facilitação do acesso a bens e serviços, com eliminação de preconceitos e obstáculos (art. 227, §3, I, CF/88).

Com destaque ao adolescente trabalhador continua o texto Constitucional Federal garantindo-lhes:

- a) acesso à escola;
- b) direitos previdenciários e trabalhistas;

- c) idade mínima de 16 anos para admissão ao trabalho, salvo como aprendiz (14 anos).

Nestes termos, vale ainda lembrar que a Carta Magna, em seu art. 7, XXXIII veda a realização de trabalho noturno, insalubre ou perigoso, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art.68, II, proíbe o trabalho penoso e pernicioso à saúde do adolescente.

Quanto ao instituto da idade mínima para o trabalho recorda-se as lições de Oris de Oliveira que esclarece:

O texto constitucional na redação primitiva do inc. XXXIII do art. 7 permitia a aprendizagem abaixo dos 14 anos deixando para o legislador discipliná-la. O art. 62, do ECA pretendeu preencher a lacuna criando a figura da bolsa de aprendizagem entre 12 e 14 anos ficando a cargo de um Decreto regulamentar explicitar seu conteúdo. Muito se escreveu sobre a bolsa de aprendizagem que não correspondia à aprendizagem empresária a partir dos 14 anos; indagava-se sobre possibilidade da parte prática ser exercida em empresas. Não paira dúvida que o artigo 64 em sua redação original não foi recebido pelo texto constitucional atual. Ex *abundantia* é oportuno lembrar que o art. 6 da ratificada Convenção n. 138 proíbe aprendizagem com idade inferior a 14 anos em empresas – Lei de Aplicação das Normas Jurídicas (impropriamente denominada Lei de Introdução ao Código Civil). (2009, p.156).

Nestes termos, é proibido qualquer trabalho ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Segundo o doutrinador Amauri Mascaro do Nascimento, a utilização da expressão “qualquer trabalho” previsto no texto Constitucional é de grande relevância e significado, pois:

Ao proibir qualquer trabalho para o menor de 14 anos de idade e admitir uma exceção, a de aprendiz, a Constituição veda não só relação de emprego como ainda outras relações de trabalho. Logo, também, o trabalho eventual temporário, a pequena empreitada, o trabalho avulso e, se for o caso, o trabalho autônomo – são proibidos para o menor de 14 anos de idade, bem como, não só as atividades urbanas, mas também as rurais. (2009, P. 223)”

Assim, notável se faz a teoria, da proteção integral, adotada pela Constituição Federal, baseando-se em direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes

que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, precisam de proteção integral, especializada e diferenciada. (FERNANDES, 2001).

Nestes termos, dentro do sistema de proteção completa e geral a criança e ao adolescente, além da proibição a certas e determinadas formas de trabalho, temos em contrapartida, o direito destes jovens ao ingresso no mercado de trabalho.

Segundo o já citado artigo 227 da Constituição Federal a “profissionalização de adolescente” é também um direito que dever ser garantido com absoluta prioridade. (OLIVEIRA, 2009).

Assim, o texto constitucional sinaliza tal importância, possibilitando que a partir dos 14 anos o adolescente possa iniciar sua profissionalização, via aprendizagem.

Isto porque, com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo a profissionalização do adolescente vai ao encontro das exigências de tal realidade, a qual revela um contingente de jovens que não conseguem uma oportunidade de emprego, por pura falta de qualificação.

Assim, a exclusão do mercado de trabalho revela-se como uma ofensa a cidadania e aos direitos e garantias fundamentais, haja vista que o art. 5, XIII, garante a todos o trabalho livre.

Outrossim, elucida Pedro Demo que “por sermos cidadãos, temos direito ao trabalho”, nos seguintes:

A visão política do trabalho é uma exigência da cidadania. Por isto dizemos que é derivado dela. Por sermos cidadãos, temos o direito ao trabalho. Por ser direito, está definitivamente ligado à realização da dignidade e da decência social. Não quer dizer secundarização porque o cidadão que não trabalha é parasita, ou seja, não é cidadão. No entanto, é muito diferente enfocar o trabalho como componente da cidadania, ou como exclusiva realização profissional. A educação tem a ver essencialmente com a primeira visão. Engloba a segunda, como decorrência, e será sempre um dos frutos da dignidade profissional. É função, pois, do processo produtivo, mesmo quando chamado a profissionalizar, não relegar a cidadania a segundo plano. (1985, p. 67).

No mesmo sentido, esclarece Costa (1988) que:

A essência do homem é, efetivamente, o trabalho desalienado, isto é, o trabalho do qual o homem seja sujeito e não objeto, um executor cego, separado da consciência dos fins, da organização dos meios e do produto de seu esforço, como ocorre com o trabalho encerrado no círculo de ferro da alienação". (1998, p.5).

Direcionado por tal orientação o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.690/ 1990, em seu art. 68, disciplina o instituto do Trabalho Educativo, o qual tem os fins sociais abaixo elucidados.

O trabalho para ser educativo é aquele em que a dimensão produtiva será subordinada à dimensão formativa. Isto quer dizer que, neste tipo de trabalho o produto mais importante é o trabalhador consciente de seu papel de agente da sua história e da história da classe social e do povo-nação a que pertence. Neste sentido, o trabalho para ser educativo tem, necessariamente, de ser um trabalho desalienado. Acreditamos que, pela vivência concreta de formas desaliendas de trabalho o educando poderá ascender à condição de membro consciente da classe trabalhadora, empenhado na luta pela sua emancipação e comprometido com a sua superior destinação histórica. (1988, p.5).

Assim, o instituto do trabalho educativo disposto no ECA tem como uma de suas finalidades a efetivação de direitos fundamentais.

Escopo este que será analisado no tocante ao alcance da sua finalidade pelas singelas elucidações do presente estudo.

2. Trabalho Educativo: Previsão Legal

O Trabalho Educativo é definido pelo art. 68 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo o parágrafo primeiro do mencionado artigo, trabalho educativo é a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

Dispõe ainda o art. 68 que o programa social que tem por base este tipo de trabalho deve assegurar ao adolescente que dele participa condições de capacitação para a realização de exercício de atividade regular remunerada.

Nestes termos, é educativo o trabalho:

1. em que possibilite condições de capacitação para o exercício de atividade remunerada;
2. em que há exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando, que prevaleçam sobre o aspecto produtivo;
3. que resulte produção;
4. que ocorra a remuneração pelo trabalho efetuado por “unidade de obra” ou por participação na venda dos produtos sem desfigurar o caráter produtivo.

Assim, define Oris de Oliveira (2009) que o trabalho educativo nos moldes abaixo declinados:

Não uma atividade laborativa qualquer, mas a que se insere em projeto pedagógico que vise ao desenvolvimento pessoal e social do educando. Portanto o ritmo, desenrolar das atividades deverá ser ditado, sob pena de inversão de meios e fins, por um programa preestabelecido.

Não uma produção qualquer, mas aquela cujo produto possa ser vendido dentro das exigências de qualidade e competitividade. Uma produção, pois, que implique custo e benefícios, capaz de remunerar quem a executa.

(2009, p. 222)

Ressalta, todavia, referido autor que o termo trabalho educativo possui múltiplos significados, haja vista que no mundo grego, por exemplo, os termos “trabalho” e “educação”, podiam ser tidos como dicotômicos. Assim:

Entre seus múltiplos significados “trabalho educativo” pode referir-se às ações consistentes em educar, quando a educação concebida como a atividade mediadora no seio da prática social global serve ao objetivo de promover o homem (...); a educação é sempre uma mediação valorativa, isto é, dirigida por valores, uma mediação que indica um determinado posicionamento. Não é, portanto, neutra.

Trabalho educativo significa, também, uma inter-relação entre educação (este tomada em todas as suas dimensões como processo que visa a promover o desenvolvimento da pessoa com todas as suas potencialidades) e o trabalho (este visto não somente como realização do indivíduo, mas também, em que está concretamente inserido). (OLIVEIRA, 2009, p.223):

Portanto, frise-se que apesar da prevalência do aspecto de desenvolvimento pessoal e social do educando em relação o aspecto produtivo. Este, todavia, não deixa

de ser importante, porque é no seu desenvolvimento que o jovem irá praticar parte das lições e orientações auferidas da entidade responsável, no tocante á sua preparação para a inserção no mercado de trabalho.

Entidade esta que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pode ser uma organização não governamental ou até uma empresa.

Isto porque, o ECA apenas definiu que o “trabalho educativo” deverá ser desempenhado “sob a responsabilidade de entidades assistenciais ao adolescente”, não delimitando a possibilidade da prestação da tal modalidade de trabalho a outras instituições ou empresas tomadoras de serviços do adolescente.

Observa-se, todavia, que as empresas que recebem o menor para a execução deste tipo de “trabalho” não têm autonomia para dar-lhe qualquer trabalho, ou exercer seu poder diretivo sobre a força de trabalho do jovem. Outrossim, devem cumprir o programa de formação do mesmo elaborado pela entidade assistencial.

Assim, exemplifica, Oris de Oliveira (2009) algumas modalidades de trabalho educativo:

- a) de um contrato de aprendizagem, que se executa numa relação de emprego;
- b) o estágio curricular ou profissionalizante;
- c) o inserido programa de pré-aprendizagem;
- d) o realizado em cooperativa-escola;
- e) o efetuado em escola-produção;
- f) o inserido em processo de reciclagem ou requalificação profissional”.(2009, p.227)

Com efeito, as modalidades apontadas se descaracterizam se os trabalhos nelas realizados não forem educativos, o que passa a representar apenas a exploração de mão de obra jovem sem qualquer finalidade social ou moral.

3. Exploração de Mão de obra Jovem: Aprendiz e Estágio

O trabalho educativo nos termos acima descrito é aquele que promove a junção entre escola e labor na medida certa, porém, prevalecendo o aspecto educativo a fim de que não apenas o crescimento profissional seja completo, mas também que promova no educando o desenvolvimento dos aspectos morais e sociais.

Nestes termos, o trabalho educativo não está adstrito a uma única e exclusiva modalidade de labor, mas pode ser encontrada em algumas formas de contratação de adolescente, como por exemplo o aprendiz e o estágio.

Assim, bem explicita Oris de Oliveira que:

É uma interpretação restritiva e injustificável deduzir que o art. 68 do ECA tenha explícita ou implicitamente criado uma, apenas uma modalidade de trabalho educativo que se contraporá a outras modalidades de trabalho. Há, com efeito, outras modalidades de trabalho que se enquadram perfeitamente na “compreensão” ou definição dos mencionados parágrafos primeiro e segundo no art. 68 do ECA. Podem, por exemplo, ser apontadas duas modalidades de trabalho que, em conformidade com as normas legais que as regem, só atingem seus objetivos se foram programadas e executadas como trabalho educativo: a aprendizagem empresarial e o estágio profissionalizante. Ambas implicam que, em conformidade com a letra e espírito da lei que as regem, as exigências pedagógicas, sob pena de inversão de meios e fins, devem prevalecer sobre o aspecto produtivo. (OLIVEIRA, P. 223)

Portanto, “as modalidades de estágio e aprendizagem estão visceralmente vinculadas a um processo educacional”, nos termos do trabalho educativo. (OLIVEIRA, 2009, p. 223)

O Estatuto da Criança e do Adolescente define a aprendizagem em seu art. 62, colocando-a como um processo educacional, realizado sob a orientação de um coordenador responsável, em ambiente adequado a formação profissional inicial.

O aprendiz, nestes moldes, tem a possibilidade de adquirir conhecimentos a partir de uma mesclagem entre a teoria e a prática laborativa, de forma que o jovem possa ter um crescimento profissional e pessoal mais completo.

Neste sentido, a aprendizagem é definida por Oris de Oliveira (2009) nos seguintes modos:

A aprendizagem, visando ao exercício de atividades específicas ditadas pela divisão do trabalho na vida social – é processo educacional, alternado (ensino teórico e prático), metódico (operações ordenadas dentro de um programa em que se passa do menos para o mais complexo) efetuado sob orientação de um responsável (pessoa física ou jurídica) em ambiente adequado (condições objetivas: pessoal docente, equipamentos). A aprendizagem se insere na educação permanente, que engloba a formação profissional inicial (conjunto de formação organizadas pelo sistema escolar e

universitário, de ensino geral e tecnológico visando a alunos e estudantes ainda não engajados na vida ativa) e formações posteriores que perduram por toda a vida. A aprendizagem implica transmissão e aquisição de conhecimento com alternância, ou seja, teóricos e práticos. (OLIVEIRA, 2009, p. 246)

O Estágio, por sua vez, é definido em lei própria, qual seja, a Lei 11.788 publicada em 25 de setembro de 2008. Este pode ser conceituado como um tempo de efetivo exercício de uma profissão a qual tem suas bases teóricas explanadas por uma instituição de ensino técnico ou superior diversa do local de exercício da prática.

A Lei brasileira delimita precisamente os contornos e finalidades do contrato estágio nos seguintes termos:

Art. 1 Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação de trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em instituição de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais de ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. (Lei. 11.788/2008)

Assim, o estágio deve, cumulativamente, preencher os seguintes requisitos descritos no art. 3º:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. (Lei 11.788/2008)

Importa enfatizar, para a compreensão da lei, que o estágio situa-se no campo da educação em diversos níveis, assim explica Oliveira ser o estágio “uma fase ou complementação da aprendizagem escolar desenvolvendo-se no ambiente do trabalho”. Ele “constrói uma “ponte” que liga um todo constituído por estudo e trabalho,

devendo, porém, o aspecto educativo prevalecer sobre o produtivo”. (OLIVEIRA, 2009, p. 254)

Nestes termos, percebe-se que tanto o estágio como a aprendizagem são modalidades de trabalho educativo, desde que desenvolvidos nos estritos limites legislativos.

Todavia, assim como qualquer trabalho que se define por educativo a não observância das finalidades legais desconstitui o contrato de estágio e faz surgir, espontaneamente, uma relação de emprego com todos os encargos dela decorrentes, nos termos do §2º do art. 3º da Lei 11.788/2008.

Igualmente, a aprendizagem e qualquer outra forma de trabalho educativo somente podem ser classificadas como tal desde que atendam as finalidades educativas, de formação pessoal, moral e profissional dos adolescentes.

Caso contrário, estas formas de labor passam a revelar simples relação de prestação de serviço, sem fins pedagógicos e/ou pretensões educativas, mas apenas produtivas.

4.Trabalho Educativo: Experiências reais

Na esteira do acima declinado fácil é a percepção de que não é qualquer forma de trabalho que pode ser considerada trabalho educativo, mesmo que tenham aplicação teórica profissionalizante.

Há milhares de pessoas, inclusive adolescentes, que trabalham e estudam sem que possa afirmar que esta concomitância transforme seus trabalhos em educativos.

Nestes casos, o que ocorre, inúmeras vezes é um conflito entre a educação e o labor, de forma que o trabalho acaba por sufocar ou tornar precária não somente a educação escolar, mas toda a educação (OLIVEIRA, 2009, p. 226)

Assim, ao completar os 16 anos o jovem pode realizar um trabalho comum, respeitadas as restrições já elucidadas. Porém, o ideal seria que todo o labor prestado

por estes adolescentes fosse educativo, o que representaria, uma qualificação para o ingresso no mercado de trabalho, de forma satisfatória e bem remunerada.

Entretanto, enquanto este ideal não é alcançado, reforça Oliveira que:

As linhas divisórias entre o trabalho comum e as diversas modalidades de educativo devem ser muito bem nítidas nas normas jurídicas que o regulam. É deturpação etiquetar velhas práticas como trabalhos educativos só porque, por exemplo, se exigem do adolescente trabalho e escolaridade, como se a exigência de ensino fundamental não fosse um direito e um dever de cidadania. Se, por um lado, é equívoco depreciar um trabalho comum o adolescente pode dignamente realizar, não é menos desastroso deturpar o trabalho educativo, via um nominalismo tão em moda, equiparando trabalho comum e educativo, fazendo um nivelamento inaceitável. (2009, p.229)

No Brasil, não é difícil visualizarmos exemplos de programas sociais governamentais e não governamentais que promovem a inserção do adolescente no mercado de trabalho pelas vias de um “treinamento” simples e sem muita qualificação.

Alguns destes programas até acompanham os jovens por algum período, os auxiliando em alguns percalços no início de sua vida profissional, mas logo os abandonam, sem lhes fornecer uma verdadeira qualificação para o futuro.

Como exemplo pode-se citar alguns programas que treinam os jovens para atividades repetitivas, tais como Office-boy, mensageiros, empurrador de carrinho ou ensacador em supermercado, estafetas, vigia de estacionamento etc. (OLIVEIRA, 2009, P.229)

Outrossim, interessante elucidar que já existiram e existem inúmeros projetos que, velado pelo conceito de trabalho educativo, apenas visam à exploração de mão de obra de baixo custo.

Nesta esteira, cumpre citar o depoimento de um adolescente que participou do Projeto Guarda Mirim, desenvolvido por algumas prefeituras em quase todo o Estado de São Paulo:

Não teve utilidade e nem influencia no que faço hoje. Não que seja negativo ter pertencido a guarda mirim. Naquela época era necessário para ajudar em casa...Se tivesse um filho, não deixaria frequentar a guardinha. A formação

que recebi não me ajudou em nada. Preferiria deixá-lo estudando e me esforçaria mais para que ele só estudasse. (PEREIRA, 1994, p.25)

Em contrapartida exemplifica Bernardo Leôncio Moura Coelho (2003) algumas atividades que podem ser desenvolvidas em trabalhos educativos, tais como, “a) iniciação musical; b) formação de banda; c) teatro; d) artesanato; e) dança; f) integração com idosos; g) escolas de futebol etc”.(2003, p.4)

Ressalta ainda referido autor a possibilidade da entidade que promove o trabalho educativo efetuar a venda dos produtos artesanais ou, por exemplo, receber pagamento pela apresentação da dança em evento, e efetuar distribuição deste dinheiro entre os adolescentes, sem que seja desfigurado o trabalho educativo.

No mesmo sentido, cita o Juiz Antônio Gonçalves de Vasconcelos duas experiências mineiras de trabalho educativo vêm se desenvolvendo nos termos das expectativas legais:

Experiência concreta interessante vem do PROMAM (Patos de Minas\ MG) e COBEM (Patrocínio\MG), ambas entidades assistenciais destinadas ao amparo do adolescente carente. Há casos em que, segundo narram alguns dos responsáveis, o menor chega à entidade sem qualquer hábito social e até mesmo de higiene pessoal etc. E, nesse caso, o menor recebe orientação no sentido de cuidar da aparência e higiene pessoal, de relacionar-se com os outros, transmitir mensagens etc, praticando tais orientações através da execução de trabalho educativo (compatível com suas possibilidades e realidade), mediante acompanhamento da entidade assistencial e, sendo o caso, da empresa partícipe do programa. (1998, p.211)

Entretanto, segundo Oris de Oliveira um dos exemplos mais notáveis do trabalho educativo é o “Projeto Escola de Fábrica”, criado pela Lei n. 11.180/2005, a qual foi instituída com referência explícita ao §1 do art. 68 do ECA, delimitando uma modalidade de trabalho educativo no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos e rurais, destinados ao auxílio de jovens entre 16 e 24 anos de idade.

A Lei 11.180/05, foi promulgada para dar amparo jurídico explícito a várias experiências bem-sucedidas já implantadas nas diversas várias cidades brasileiras, tais como o Projeto Pescar, Integrar, Formare e da União Nacional das Famílias Agrícolas de Braili.

Todos estes projetos visam o mesmo fim – formação profissional e educacional dos jovens - e se desenvolvem de maneira semelhante. Nestes termos a título exemplificativo pode-se citar o FORMARE, que apresenta as seguintes características:

O Formare é um ambiente de aprendizagem profissional que desenvolve, por meio da ação voluntária, a potencialidade de jovens de populações de baixa renda para integrá-los à sociedade como cidadãos e profissionais.

O Formare possui quatro focos:

- Atenção ao educando, de forma a promover seu desenvolvimento como profissional e cidadão integrado ao meio em que vive
- Atenção ao educador, identificado junto ao corpo funcional da empresa mantenedora, que, ao trabalhar como voluntário, assume a sua função como cidadão.
- Atenção ao espaço físico, que deve ser preparado de modo a possibilitar a integração do fazer e do pensar nas atividades previstas no planejamento curricular
- Atenção com a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho, com acompanhamento e orientação no período inicial.

Objetivos

- Desenvolver a potencialidade de jovens de famílias de baixa renda, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho
- Possibilitar que a empresa desenvolva um trabalho social de qualidade junto a sua comunidade.
- Gerar o interesse entre os funcionários da empresa em participar dos processos de cidadania
- Evitar desperdício de recursos materiais e humanos com ações sociais que não geram resultados efetivos de longo prazo, alguns dos principais objetivos da escola são:
- Garantir a permanência de seus egressos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, crescimento profissional e social.
- Institucionalizar na empresa as práticas de responsabilidade social, por meio da capacitação de educadores voluntários
- Melhorar o ambiente interno e externo à empresa, gerando valor para a comunidade.

Procedimentos

O Formare está planejado e construído para ser desenvolvido dentro de uma empresa, entendendo-a como um grande ambiente de aprendizagem profissional.

A proposta Formare não se propõe como uma escola comum, mas como ambiente de aprendizagem onde as potencialidades da empresa são meios disponíveis para a transmissão de valores e conhecimento. Entendemos a cultura empresarial como um conjunto de padrões de comportamento, crenças e valores próprios de um ambiente econômico e profissional transmitidos coletivamente. Dessa forma, desvelamos todo seu potencial como local de aprendizagem. Neste cenário, ao assumirem o papel de educadores voluntários, os funcionários tornam-se facilitadores do processo de ensino e aprendizagem.

Formada por professores universitários com títulos de mestres e doutores, capacitadoras, tutoras, pedagogas e psicólogas, a equipe da Fundação fornece apoio pedagógico para o gerenciamento de todas as Escolas Formare e acompanha cada etapa do ano letivo por meio de ferramentas de gestão on-line. O apoio pedagógico é conduzido de forma presencial e virtual.

Cada Escola Formare recebe uma coleção de cadernos desenvolvidos especialmente para apoiar as disciplinas dos cursos. O material oferece conteúdos descritos e organizados aula a aula para apoiar e facilitar o trabalho dos educadores voluntários.

Grade curricular

Os cursos oferecidos pelo Projeto Formare têm um eixo de disciplinas comuns às empresas parceiras da rede, tais como fundamentação numérica, informática, comunicação e relacionamento e higiene, saúde e segurança. São disciplinas de conteúdo e interesse universal, cuja transmissão independe do perfil e das necessidades da empresa.

Há ainda aqueles assuntos direcionados às áreas de atuação das empresas, que compreendem temas técnicos e que são definidos após visita de diagnóstico e melhor entendimento de sua atuação, bem como atividades de integração, como teatro, idiomas e educação física. (Disponibilizado em www.formare.org.br)

Não menos interessante apresenta-se o projeto pescar que apesar da nomenclatura, não se relaciona com as atividades de apicultura:

A história do Projeto Pescar iniciou em 1976, quando o empresário Geraldo Linck (1927-1998) presenciou um menino assaltando um idoso e, chocado ao ver a agilidade e o vigor do jovem contra a fragilidade da vítima, resolveu fazer algo para mudar aquela situação de violência.

Inspirado pelo provérbio chinês “Se quiseres matar a fome de alguém dá-lhe um peixe. Mas, se quiseres que ele nunca mais passe fome, ensina-o a pescar”, Linck abriu as portas da sua empresa para que 15 jovens em vulnerabilidade social, aprendessem uma profissão.

Ele montou uma sala e ensinou o curso de Mecânica Automotiva, para jovens selecionados nas comunidades do entorno da Linck S. A. Estava criada a primeira Unidade Projeto Pescar, na época “Escola Técnica Linck”.

Os resultados alcançados com as primeiras turmas chamaram a atenção de organizações socialmente responsáveis e, em 1988 foi implantado o Projeto Pescar em outras empresas.

A semente da multiplicação de uma experiência local em escala nacional é lançada.

Com a adesão de diversas empresas e instituições, em 1995 o Projeto Pescar passou a ser administrado pela Fundação Projeto Pescar e evoluiu para uma Rede, que já foi responsável pela formação de mais de 19.511 jovens. Com sede em Porto Alegre (RS), e cinco escritórios regionais (nos estados de SP, RJ, PR, SC, NO), a entidade disponibiliza cursos de Iniciação Profissional. A capacitação, com a aprendizagem básica para o exercício de uma profissão, tem foco no desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes, com idades entre 16 e 19 anos, e reverte o quadro da baixa qualificação da mão de obra para as vagas existentes e da dificuldade de ingresso desta importante parcela da população no mercado de trabalho. (Disponibilizado em www.pescar.org.br)

Oliveira cita ainda as principais características destes tipos de projetos, que, segundo sua opinião deu uma “interpretação autêntica” ao art. 68 e seus parágrafos, no tocante a possibilidade do trabalho educativo realizar-se não só no interior dos

estabelecimentos não governamentais, ou seja, sem fins lucrativos, mas também em empresas:

- 1- promover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda;
 - 2- ter como público alvo jovens de idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, beneficiando, portanto, também, adolescentes entre 16 e 18 anos;
 - 3- jovens com renda familiar “per capita” de até um salário mínimo e meio;
 - 4- cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos e rurais;
 - 5- Os cursos serão orientados por projetos pedagógicos e planos de trabalho focados na articulação entre as necessidades educativas e produtivas da educação profissional, definidas a partir da identificação de necessidades locais e regionais de trabalho, de acordo com a legislação vigente para a educação profissional;
 - 6- atividades teóricas e práticas em módulos que contemplem a formação inicial com apoio à educação básica;
 - 7- As horas-aulas de atividade teóricas e práticas de módulos de formação profissional inicial poderão ser computadas no itinerário formativo pertinente, nos termos da legislação aplicável à educação profissional, de forma a incentivar e favorecer a obtenção de diploma de técnico de nível médio;
- (2009, p. 231)

Nestes termos, verifica-se que a efetivação do trabalho educativo é possível a partir de instituições corretas e engajadas nos verdadeiros escopos descritos pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988 e art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente, como os acima citados.

Todavia, diante de todas as experiências citadas, duvidosa pode-se fazer a capacidade de efetivação do trabalho educativo como meio de promoção da cidadania, haja vista que a desvirtuação dos seus fins, apenas no sentido de percepção de renda, se mostra uma alternativa mais fácil as instituições que não visam com a promoção social.

5 - Trabalho Educativo: efetivação de direitos sociais ou exploração de força de trabalho de baixo custo

Conforme já explorado, nos limites legislativos, o trabalho educativo caracteriza-se como “uma atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevaleçam sobre o aspecto produtivo” (§1, do art. 68 do ECA).

É notável que a compreensão vem dividindo os estudiosos quanto ao seu conteúdo e alcance, alguns entendendo o trabalho educativo como mera forma de ocupar os jovens e outros como mera intermediação de mão de obra, geradores de renda com a finalidade de minorar a situação financeira da família.

Não se nega as dificuldades de implantação do trabalho educativo nos moldes como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois como lembra Oliveira:

Há de reconhecer que o trabalho educativo, quando realizado por um adolescente, merece especial cuidado porque se trata de uma personalidade em desenvolvimento, que exige proteção especial e prioridade absoluta. Na elaboração jurídica do trabalho educativo do adolescente, sejam quais forem as suas modalidades, seja qual for a natureza jurídica da relação, devem ser respeitadas as denominadas “normas genéricas de proteção” apontados no capítulo anterior, dando-se especial atenção à compatibilidade escola-trabalho porque com uma jornada de oito horas, precedida e seguida de deslocamentos casa-local de trabalho e vice-versa, interrompida pelo intervalo da refeição, dificilmente se consegue esta compatibilidade com a escolaridade diurna (os efeitos precários do aproveitamento do estudo noturno são notórios), com uma escolaridade que permita acesso, (ou regresso), permanência e sucesso na escola. (OLIVEIRA, 2009, p. 229)

Questão esta também bem colocada por Antônio Carlos Gomes da Costa ao comentar o art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

A dificuldade, ou, melhor dizendo, os aspectos mais desafiadores desta questão, se encontra na definição prática do limite entre o trabalho simplesmente produtivo e o trabalho educativo. Entendo que, nesse ponto, dois aspectos fundamentais devem ser tomados em conta: o primeiro diz respeito ao número de horas de atividade orientada voltadas para a produção e aquelas voltadas para a formação do educando; o segundo, à natureza, ou seja, o caráter das atividades laborais realizadas em termos de ritmo e de estruturação de modo a permitir uma real aprendizagem por parte do trabalhador educando, ou seja, as atividades laborais devem ajudar e não prejudicar o processo de aprendizagem/ensino. (1992, p. 203)

Da mesma forma, não se oculta que o ideal seria todos os jovens brasileiros terem todo o tempo livre para se dedicar a educação, sem ter a mínima preocupação com as despesas de alimentação, vestuário e outros, assim como ressalta Maurício Godinho Delgado:

Trabalho versus escola parece ser dilema proposto, inevitavelmente, neste debate. Os padrões internacionais vigentes indicam que o trabalho precoce consolida e reproduz a miséria, inviabilizando que a criança e o adolescente suplantem suas deficiências estruturais através do estudo. Por isso é que a Organização Internacional do Trabalho recomenda a proibição de qualquer trabalho anterior à idade de quinze anos (Convenção 138 da OIT). Embora o texto original da Constituição de 1988 não tenha avançado, satisfatoriamente, nesse tema (uma vez que coloca 14 anos como a idade mínima para o trabalho, admitindo o trabalho de aprendiz desde os doze anos – art. 7, XXXIII), pelo menos inviabilizou a utilização do trabalho do menor de forma economicamente perversa, ao lhe garantir todos os direitos trabalhistas (salvo no caso de aprendizagem). (DELGADO, 2009, p.731)

Porém, frente à realidade enfrentada pelo Brasil, que possui no ano de 2012 aproximadamente 2 milhões de crianças e adolescentes que podem ser consideradas vítimas do trabalho desregulado sem qualquer qualificação, o trabalho educativo pode sim ser uma alternativa viável. (2012)

Isto porque, esta forma de trabalho jovem não visa apenas de aprendizagem de uma profissão, mas também o crescimento pessoal e moral, pois um projeto de “trabalho educativo” elaborado e desenvolvido nos estritos termos legais pretende o avançar da consciência de cidadania dos adolescentes que deles participam.

Assim, para que o trabalho seja educativo, dita Oliveiras os seus requisitos básicos:

- a) que ele associe à educação do cidadão contribuindo para o desenvolvimento do educando com vistas a realizar suas potencialidades intrínsecas e à formação e desenvolvimento de sua personalidade;
- b) que no aspecto *biopsicológico* “extraia” (educere) do adolescente o que ele tem de “próprio” e “original”. Deve, pois, o trabalho contribuir para suprir as necessidades individuais: respeito pelo desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito; promover desenvolvimento emocional; incentivar a formação de um espírito crítico; promover o desenvolvimento de valores morais e culturais de todo tipo;
- c) no aspecto social promova o desenvolvimento do senso de responsabilidade social; instrumentalização para participação nas transformações e no progresso sociais; desenvolver formação política para exercício da cidadania. (OLIVEIRA, 2009, p. 226)

Outrossim, as ordem jurídicas nos termos da Constituição Federal – art. 227, §3, II – repele a utilização precarizante do trabalho do jovem no país, sem os imperativos direitos trabalhistas e previdenciários.

Ora, o simples fato de ser um adolescente pertencente ao grupo dos sociais excluídos não autoriza sua inserção no mercado de trabalho pela via de uma nova exclusão, mesmo que velada por boas pretensões. (DELGADO, 2009, p.730)

Nestes termos, a desfiguração do instituto enseja a ocorrência de fraude trabalhista (art. 9/CLT) e o conseqüente reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com o tomador de serviços do adolescente educando. “Os programas de trabalho educativo deverão estar voltados para o desenvolvimento social e pessoal do educando, além de garantir-lhe todos os direitos assegurados ao adolescente pelo ECA”. (VASCONCELIS, 1998, p. 214)

Caso contrário, configurado está o vínculo empregatício com todas as suas obrigações daí decorrentes.

Portanto, diante das garantias constitucionais e da verdadeira realidade enfrentada por milhares de jovens no Brasil a aprendizagem de uma profissão via um programa que desenvolva a consciência de cidadania e dignidade da pessoa humana representa um grande avanço para aquela e as futuras gerações.

Um adolescente que aprende a importância do trabalho e do estudo como fator de promoção social dificilmente permitirá que seus descendentes abandonem os estudos para laborar em tarefas simples e sem qualquer fator de crescimento social.

Nestes termos, não se defende o trabalho do adolescente de caráter nitidamente assistencialista, até mesmo porque tais projetos não foram recepcionados pela nova ordem constitucional implantada em 1988 - que dispõe sobre a proteção integral a criança e ao adolescente – mas aquele trabalho verdadeiramente educativo. Este que promova o desenvolvimento social, moral, profissional e intelectual dos adolescentes conforme os que vem sendo desenvolvidos nas cidades de Patos de Minas e Patrocínio, nos termos acima citados.

CONCLUSÃO

Pelo acima exposto notável se faz a importância da implementação do trabalho educativo no cenário brasileiro.

Em:<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/manual_peti.pdf>
Acesso em 15 de junho de 2012.

_____. Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispões sobre o estágio de estudantes.

COELHO, Bernardo Leôncio Moura Coelho. A Realidade do Trabalho Educativo Previsto no Eca: Aspectos Trabalhistas. Disponível em <http://www.justitia.com.br/artigos/10c332.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2012.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Febem-MG e a proposta da educação pelo trabalho. Em: Menor e sociedade brasileira, mimeo, 1988.

CURY, Munyr et al. Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários jurídicos e sociais. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho . 4. ed. São Paulo : LTr, 2009.

DEMO, Pedro. Educação básica e trabalho do menor, mimeo. São Paulo.1985

MARTINS, Sergio Pinto: Fundamentos de Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO. Amauri Mascaro. Iniciação do Direito do Trabalho. 34 ed. São Paulo. LTR. 2009

OLIVEIRA, Oris de. Trabalho e Profissionalização de Adolescente. São Paulo, LTR, 2009.

PEREIRA, I; CARVALHO, M.C.B.; CALIL, M.I.; MESTRINER, M.L. Trabalho do adolescente: mitos e dilemas. São Paulo: PUC/FUNDAMENTOS, 1994.

PROJETO FORMARE. Disponível em www.formare.org.br. Acesso em 11 de agosto de 2012.

PROJETO PESCAR. Disponível em www.pescar.org.br. Acesso em 11 de agosto de 2012.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. Trabalho Educativo: Inexistência de Vínculo Empregatício do Inserção do Adolescente no Mercado de Trabalho. Rev. TRT - 3ªR. - Belo Horizonte, 28 (58): 201-214, Jan.98/Dez.98

VIANNA, Claudia Salles Vilela. Manual Prático das Relações Trabalhistas. Editora LTR. 11ª EDIÇÃO. 2012

OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DO JOVEM PARA A IDADE ADULTA

Camilly Cristine Gomes Silva⁶¹

Taís Fernandes Rodrigues⁶²

Resumo:

Este estudo explora os desafios multifacetados enfrentados por jovens adultos na transição para a vida adulta, examinando fatores psicológicos, sociais, econômicos e culturais que moldam esta etapa crítica da vida. Através de uma revisão bibliográfica e dados qualitativos coletados em grupos focais com estudantes universitários, a pesquisa revela que esta transição está longe de ser uniforme, sendo marcada por pressões internas e externas. Temas-chave identificados incluem a luta por identidade e autonomia, o impacto das expectativas sociais e culturais de sucesso, a importância da literacia financeira e o papel crítico do apoio à saúde mental. Os achados destacam como as mudanças sociais contemporâneas, como condições precárias de trabalho e dependência financeira prolongada dos pais, complicam significativamente esta fase de desenvolvimento. O estudo enfatiza a necessidade urgente de políticas públicas, programas educacionais e intervenções psicológicas para apoiar os jovens na construção de projetos de vida robustos e no fomento do bem-estar emocional e social saudável durante este período complexo.

ABSTRACT

The central theme of this study is the challenges of the transition from youth to adulthood. The main purpose is to understand the difficulties young people face when moving into a new and often unfamiliar stage of life, frequently without the necessary foundations to make such a transition. For this purpose, several key aspects were considered: (a) social and cultural pressures, especially regarding the definition of what is considered success; (b) relationships and support networks; (c) the search for identity and autonomy; (d) mental health and emotional well-being; (e) financial management and independence; and (f) career choice and education. In this context, it is crucial to balance education, support, and the integration of adolescents into healthy and welcoming environments, as these are essential for the pursuit of autonomy, career development, and family formation. Keywords: youth mental health, social pressures, success culture, youth and autonomy

Introdução

A transição para a vida adulta é um período de mudanças significativas, marcado por desafios pessoais e sociais. Segundo Aberastury e Knobel (1981), essa fase, geralmente entre o final da adolescência e o início dos 20 anos, envolve conflitos

⁶¹ Graduanda do Curso de Psicologia da FANS

⁶² Graduanda do Curso de Psicologia da FANS

não apenas para os jovens, mas também para seus pais. A juventude é definida por parâmetros biológicos, legais e sociais, que variam culturalmente (Santos, 2018). A influência do consumismo e da tecnologia molda a identidade dos jovens, que são incentivados a serem consumidores, não produtores (Silvério & Cristina, 2021). Essa dinâmica, impulsionada pelo capitalismo desenfreado, gera um ciclo de alienação e insatisfação, essencial para a manutenção da economia de consumo. Na "modernidade líquida" de Bauman (2001), os indivíduos buscam soluções pessoais para problemas estruturais, o que gera ansiedade e desamparo nos jovens, especialmente sob as pressões da família tradicional. A Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude) reconhece os jovens brasileiros (15 a 29 anos) como sujeitos de direitos, buscando garantir seu desenvolvimento e participação social. O jovem, ao se adaptar ao mundo adulto, questiona sua identidade, sentindo-se em um limiar entre criança e adulto. A incerteza sobre o futuro e a maioridade legal gera insegurança. Este estudo visa explorar a transição dos jovens para a vida adulta, analisando desafios emocionais, profissionais, financeiros e sociais. Busca-se compreender as pressões sociais e culturais, a construção de relacionamentos e redes de apoio, o desenvolvimento da identidade e autonomia, a saúde mental, a gestão financeira e as escolhas de carreira. A principal questão é: quais são os desafios enfrentados pelos jovens na transição para a vida adulta e como eles impactam sua saúde mental e desenvolvimento psicológico? A hipótese é que a dificuldade na transição está associada à falta de suporte institucional e familiar, ao individualismo exacerbado e às pressões sociais e econômicas. No entanto, um ambiente acolhedor, políticas públicas e redes de apoio podem contribuir para uma transição mais saudável.

2. Referencial Teórico

A transição para a vida adulta é um período complexo, repleto de desafios psicológicos, sociais e culturais. Aberastury e Knobel (1981) destacam que tanto jovens quanto suas famílias enfrentam conflitos nesse processo. Fantini e Souza (2015) ressaltam que as mudanças vão além do físico, englobando aspectos psicológicos, sociais e cognitivos, sendo uma experiência única para cada indivíduo. Santos (2018) explora a heterogeneidade da transição no Brasil, influenciada por fatores culturais, socioeconômicos e demográficos. Beltrão et al. (2023) apontam uma grande carga de ansiedade sob esses indivíduos, enquanto Pereira (2014, p. 378)

descreve a adolescência como um período frustrante, onde os jovens buscam se demarcar do "adulto-racional-padrão". Zygmunt Bauman (2001) descreve a "modernidade líquida", onde a identidade é fluida e moldada por fatores externos como consumo e tendências de mercado. A busca por segurança em um mundo incerto leva ao consumo compulsivo, uma tentativa de afastar o medo existencial. Bauman (2001, p.8) afirma que "todo o mundo tenta fazer da própria vida uma obra de arte", resultando em uma identidade frágil e instável. Albert Camus, em "O Mito de Sísifo" (1942), aborda o absurdo que nasce do confronto entre o desejo humano por sentido e a indiferença do mundo. Os jovens contemporâneos, em busca de sentido, enfrentam uma sociedade que valoriza a mudança constante e a reinvenção, intensificando o sentimento de absurdo e aprofundando a crise identitária. Rodrigues e Kublikowski (2014) enfatizam a importância de pais emocionalmente maduros para o desenvolvimento da autonomia dos filhos, enquanto Ponciano e Féres-Carneiro (2014) destacam as relações familiares e afetivas como base para a segurança e pertencimento na vida adulta. A gestão financeira é outro aspecto crucial. Vieira, Kilimnik e Neto (2016) indicam que valores e hábitos financeiros são consolidados na juventude, influenciando o equilíbrio financeiro futuro. Moura (2024) reforça o papel da orientação adulta na construção de uma relação saudável com o dinheiro. Almeida (2022) observa que as escolhas profissionais e educacionais muitas vezes são guiadas pela busca por estabilidade e inserção rápida no mercado, ligadas à cultura do sucesso.

3. Metodologia

Este estudo utilizou uma metodologia mista, combinando pesquisa bibliográfica e trabalho de campo através de grupos focais. O objetivo principal foi investigar os desafios psicológicos da transição para a vida adulta, com foco na saúde mental e bem-estar emocional e social. A **pesquisa bibliográfica** envolveu a seleção de livros, artigos científicos e dissertações de bases reconhecidas (SciELO, Google Acadêmico), priorizando relevância, credibilidade e atualidade para uma fundamentação teórica robusta. Os **grupos focais** foram a técnica de coleta de dados qualitativos. Esta abordagem permitiu uma escuta aprofundada das percepções, sentimentos e experiências dos jovens sobre as pressões da vida adulta. Souza (2020) descreve o grupo focal como um método que favorece a interação e a

construção coletiva de sentidos. Lima e Sampaio (2023) destacam o papel do moderador em criar um ambiente acolhedor para a livre expressão e o debate focado. No presente estudo, o grupo focal foi composto por **10 alunos do primeiro ano da graduação da Faculdade de Nova Serrana (FANS)**. A escolha de um grupo pequeno visou garantir a qualidade da escuta e a participação ativa. Foram utilizadas perguntas orientadoras para explorar as vivências dos estudantes, abrangendo:

- **Pressões sociais e culturais:** Expectativas da sociedade e concepções de sucesso.
- **Relacionamentos e rede de apoio:** Influência da família e amigos.
- **Identidade e autonomia:** O que significa ser adulto e o desenvolvimento da autonomia.
- **Saúde mental e bem-estar emocional:** Desafios e estratégias de enfrentamento.
- **Gestão financeira:** Administração de recursos e responsabilidades econômicas.

Essas perguntas criaram um espaço de fala sensível e respeitoso, buscando reconhecer as subjetividades envolvidas na transição para a vida adulta e universitária.

4. Resultados e Discussões

A análise dos grupos focais revelou que a principal percepção dos jovens é a **pressa imposta pela sociedade** no desenvolvimento pessoal e profissional. Eles se sentem cobrados a alcançar conquistas imediatas, como definir uma carreira, obter estabilidade financeira e demonstrar maturidade emocional. Um participante exemplificou: "Acredito que a sociedade impõe regras que fazem com que tenhamos pressa na vida, em tudo." Essa urgência gera um sentimento de compulsão para atingir metas em um ritmo que nem sempre acompanha o amadurecimento individual. Outro ponto levantado foi a **insegurança relacionada à perda do poder de compra**. A limitação financeira gera frustração e impotência em um contexto que valoriza o consumo e associa sucesso à capacidade de adquirir bens. Isso mostra que as

pressões não são apenas emocionais ou profissionais, mas também econômicas, intensificando as incertezas da juventude. A discussão também abordou a percepção de que o **sofrimento é uma condição constante e inevitável** na vida. Os jovens refletiram sobre a necessidade de aprender a lidar com as adversidades de forma madura e consciente, reconhecendo que frustrações, perdas e incertezas fazem parte do crescimento. Essa perspectiva revela uma visão mais realista e resiliente diante dos desafios. A temática das **responsabilidades da vida adulta** emergiu fortemente. Os jovens relataram um aumento significativo nas exigências do cotidiano ao ingressarem no ensino superior e no mercado de trabalho. Um participante descreveu: "Sinto que sempre fui responsável, mas depois que entrei na faculdade, comecei a trabalhar e, às vezes, tenho que cuidar da minha irmã, as coisas ficaram mais sérias do que eram antes." A sobreposição de papéis (acadêmico, profissional, familiar) intensifica o senso de responsabilidade, demandando uma reorganização emocional e prática, e contribuindo para a sobrecarga mental e emocional. Muitos jovens se veem diante da necessidade de um **amadurecimento acelerado**, muitas vezes sem uma rede de apoio estruturada. Mattos (2016) aponta que o contato com novas experiências os leva a reavaliar valores e práticas, reconstruindo-os a partir de novas interações e exigências. Embora a responsabilidade seja reconhecida, ela é vivida com peso, gerando exaustão, insegurança e ansiedade, pois os jovens ainda estão em formação de identidade. É crucial oferecer espaços de escuta e apoio para que possam compartilhar desafios e desenvolver estratégias de enfrentamento.

4.1 Identidade e Autonomia

A transição para a vida adulta é um período crucial para a consolidação da identidade e o desenvolvimento da autonomia. Os jovens questionam quem são, seus valores e o que desejam para o futuro, o que pode gerar ansiedade diante de decisões importantes sobre carreira, estilo de vida e relacionamentos. A autonomia se torna central com a necessidade de assumir responsabilidades financeiras, domésticas e emocionais, muitas vezes pela primeira vez. Barbosa (2022, p. 114), em sua pesquisa, observou que a "responsabilidade permeia o relato da maioria dos jovens entrevistados e, associada a ela, estão o trabalho, a autonomia, a responsabilidade

financeira e a vida familiar". Esses dados mostram que a entrada na vida adulta é marcada por um crescente senso de responsabilidade, afetando diretamente o bem-estar e a organização da vida. A pressão por estabilidade, especialmente profissional e financeira, choca-se com a insegurança, ampliando a incerteza e a sobrecarga. Rodrigues e Kublikowski (2014) ressaltam a importância de pais bem-resolvidos com a própria maturidade para proporcionar estabilidade e levar o jovem ao mundo adulto, facilitando a assunção de responsabilidades, identidade e autonomia. De acordo com eles (2014, p. 527), "a autonomia, compreendida como condição psicológica e cognitiva de realizar escolhas e responsabilizar-se por elas, presume certa medida de independência". Morin (2022) acrescenta que a autonomia está ligada à liberdade e ao autoconhecimento. Para Beltrão et al. (2023), a família deve fornecer espaço suficiente para que os jovens não se sintam aprisionados, permitindo que lidem com maior autonomia na próxima fase de desenvolvimento. A autonomia contemporânea é vista como uma forma de liberdade, cujo alcance os jovens temem não conseguir, gerando autocoerção.

4.2 Saúde Mental e Emocional

O impacto psicológico da transição para a vida adulta é significativo. A combinação de expectativas sociais, pressões econômicas e a busca por identidade pode levar a sentimentos de solidão, ansiedade e depressão. A ausência de suporte adequado (redes sociais, familiares, comunitárias ou serviços de saúde mental) agrava esses problemas. Muitos jovens também enfrentam dificuldades em lidar com emoções complexas, como a frustração de expectativas não realizadas e o medo do fracasso. Beltrão et al. (2023) (apud Barbosa et al., 2011) apontam que o acesso limitado a informações sobre saúde mental, o alto custo de tratamentos, tabus sociais sobre a morte e o suicídio, e falhas na formação de profissionais de saúde dificultam o tratamento adequado de transtornos como depressão e ansiedade. A escassez de especialistas no serviço público piora a situação. A juventude contemporânea enfrenta desafios específicos que afetam sua saúde emocional: pressão por sucesso acadêmico e profissional, impacto das redes sociais na autoestima e instabilidade financeira. Santos e Oliveira (2022) afirmam que a falta de políticas públicas eficazes

para a saúde mental da juventude contribui para o aumento do adoecimento psicológico nessa faixa etária. Promover espaços de escuta, acolhimento e diálogo, além de ações preventivas como programas de apoio psicológico em universidades e campanhas de conscientização, é fundamental para fortalecer a saúde emocional dos jovens e reduzir o estigma. Compreender e cuidar da saúde mental nesta fase é essencial para formar adultos mais equilibrados, autônomos e resilientes. À medida que os jovens se afastam do ambiente familiar, precisam estabelecer novas redes de apoio, incluindo amizades adultas, relacionamentos românticos e conexões profissionais. A manutenção dessas relações e o equilíbrio entre vida pessoal e responsabilidades podem ser desafiadores, e a ausência de uma rede sólida aumenta o risco de isolamento social (Kosh et al., 2020). Segundo Kosh et al. (2020, p. 314), a delimitação dos papéis parentais é crucial para administrar a crise da adolescência e garantir o bem-estar do adolescente. Almeida et al. (2023) indicam que a ansiedade é um dos transtornos psiquiátricos mais prevalentes em adolescentes e jovens adultos (10-20% dessa população), decorrendo da transição. As manifestações incluem preocupação excessiva, medos intensos, evitação social, irritabilidade, queixas somáticas e pensamentos negativos. O transtorno de ansiedade por aceitação é comum, impulsionado pelas redes sociais que promovem a "felicidade constante" e a ostentação, impactando a autoestima e relacionamentos. Ponciano e Féres-Carneiro (2014, p. 389) observam que muitos jovens experimentam diversos estilos de vida e relacionamentos sem assumir as responsabilidades esperadas de um adulto ou deixar a casa dos pais.

4.3 Gestão Financeira

A gestão financeira é um dos aspectos mais concretos e desafiadores da transição para a vida adulta. Muitos jovens entram nessa fase sem uma educação financeira sólida, tornando-os vulneráveis a erros com consequências duradouras. A responsabilidade de gerenciar um orçamento, lidar com dívidas, pagar contas e economizar para o futuro pode ser opressiva. O aumento do custo de vida e a instabilidade econômica global agravam esse cenário. A falta de preparo financeiro pode levar ao endividamento, instabilidade e dependência de recursos externos, dificultando a verdadeira independência econômica. De acordo com Vieira, Kilimnik e Neto (2016), é na juventude que se formam os valores e hábitos financeiros, que

podem ser positivos ou negativos. Muitos desses são cultivados no ambiente familiar e testados na vida adulta, quando os jovens confrontam experiências que questionam seus estilos de vida. Beltrão et al. (2023, p. 3) (apud Savegnago e Castro, 2020) destacam as transformações radicais nas formas de subjetivação, visíveis nas novas relações com o tempo e espaço, diante do aumento da incerteza e da falta de estabilidade. As oportunidades para jovens adultos são vistas como caminhos para o que melhor se adeque ou faça sentido. Moura (2024, Blog BB) enfatiza que "o conhecimento sobre finanças pessoais pode ajudar o adolescente a ter maior controle emocional, trazer mais segurança e proporcionar melhor autoestima". Ele complementa que a orientação e o apoio dos adultos são cruciais para a disciplina financeira. Considerando a importância das finanças para os jovens, o Banco Central criou o programa "Aprender Valor", que busca melhorar o relacionamento dos jovens com o dinheiro, podendo ser aderido pelas escolas. Essa aproximação da vida adulta com a vida financeira é decisiva para a construção de uma sociedade mais responsável financeiramente.

4.4 O Desenvolvimento da Identidade Profissional entre Gerações

Segundo Fantini e Souza (2015), cada geração vivencia a transição para a vida adulta de maneiras distintas, com valores próprios em relação ao mercado de trabalho.

- **Baby Boomers (nascidos entre 1940 e 1960):** Valorizam a estabilidade e segurança financeira, com um modelo tradicional de vida adulta associado à permanência e fidelidade à mesma empresa.
- **Geração X:** Embora ainda busquem estabilidade, demonstram maior preocupação em equilibrar vida pessoal e profissional, pautando o amadurecimento na autonomia e na busca por qualidade de vida.
- **Geração Y:** Revelam maior flexibilidade e abertura a mudanças, enxergando o trabalho como um espaço de realização e aprendizado contínuo, menos presos à ideia de carreira linear.
- **Geração Z:** Representa uma transição para um novo modelo de adultez, onde predominam a liberdade, a autonomia e a busca por propósito.

O amadurecimento contemporâneo está mais ligado à autenticidade e ao equilíbrio emocional do que à estabilidade institucional.

Essa comparação intergeracional evidencia uma evolução na compreensão do trabalho e do próprio sentido de ser adulto, revelando que o ingresso no mundo profissional reflete tanto mudanças individuais quanto transformações culturais e sociais.

4.5 Escolhas de Carreira e Educação

Os jovens, especialmente durante a adolescência, fase de grandes transformações, frequentemente se deparam com dúvidas sobre o que representa a vida adulta. Locatelli (2007, p. 268) afirma que, nessa etapa, o indivíduo "se torna capaz de estabelecer de modo realístico um projeto de vida". A disciplina de "Projeto de Vida" no Novo Ensino Médio é um reflexo dessa necessidade. Locatelli (2007, p. 274) observa que "muitos adolescentes podem esmerar-se por aprender, tirar boas notas [...] porque aspiram prosseguir nos estudos visando uma determinada profissão na vida adulta." Locatelli, Bzuneck e Guimarães (2004) investigaram a definição profissional dos alunos, incluindo a firmeza ou dúvida na decisão e a importância pessoal da carreira (realização, ganho financeiro, lazer, contribuição social, ajuda familiar). Eles destacam que as questões profissionais surgem gradualmente na vida escolar, à medida que os alunos refletem sobre seus interesses e habilidades. Borges e Magalhães (2009, p. 47) constataram que, para jovens adultos solteiros, metas como independência financeira e aprimoramento profissional frequentemente antecedem o plano de casamento ou formação familiar, especialmente para mulheres. Alinhado a essa perspectiva, Almeida (2022) sugere que as escolhas profissionais são influenciadas pela observação do mercado. Cursos de formação específica surgem como resposta à escassez de profissionais qualificados. Essa escolha, embora pertinente do ponto de vista da inserção no mercado, nem sempre reflete a verdadeira vocação do jovem ou a consciência da importância de uma educação de qualidade. A opção por uma profissão muitas vezes é motivada pela ausência de profissionais na área e pela possibilidade de alcançar mais rapidamente a independência financeira e um emprego. Profissões com poucos especialistas tendem a ser vistas como

conquistas especiais e admiráveis, sendo percebidas pelos jovens como fatores de sucesso profissional e boas escolhas em seu processo decisório.

4.6 Expectativas Sociais e Cultura de Sucesso

Na contemporaneidade, as expectativas sociais em torno do sucesso exercem forte influência sobre os jovens, impondo padrões que frequentemente associam êxito à conquista profissional, estabilidade financeira e reconhecimento social. Libâneo (2015) oferece uma leitura crítica dessa "cultura do sucesso", destacando que o sucesso não deve ser entendido apenas como resultado individual, mas como produto das relações sociais e das condições institucionais que promovem o desenvolvimento humano. A autora ressalta que o sucesso é construído coletivamente, através de ações pedagógicas intencionais e mediadas, que fomentam autonomia, pensamento crítico e cidadania. Sob essa perspectiva, compreender o sucesso de forma relacional e contextualizada permite ressignificar as expectativas impostas aos jovens. Reconhece-se que as oportunidades de realização pessoal e profissional dependem de condições sociais equitativas e de um ambiente educacional que favoreça o protagonismo e o autoconhecimento. Assim, ao contrário da visão individualista que associa o fracasso à falta de mérito, a abordagem de Libâneo (2015) reforça que o desenvolvimento e a inserção na vida adulta são processos coletivos, mediados por vínculos afetivos, experiências educativas e políticas públicas que assegurem igualdade de acesso e participação. Repensar a cultura do sucesso é, portanto, essencial para compreender as dificuldades enfrentadas pelos jovens na transição para a vida adulta. Suas trajetórias não podem ser avaliadas apenas pela lente do rendimento individual, mas pela capacidade de construir sentido, autonomia e pertencimento social em meio às pressões e desigualdades do mundo atual.

4.7 Adaptação ao Mundo Adulto

A questão da idade em que se dá a transição para a fase adulta é complexa e multifacetada. Para alguns, ela é marcada pelo afastamento da família de origem, por acontecimentos como a saída da casa dos pais (embora muitos jovens permaneçam em casa até a estabilidade profissional ou acadêmica), o investimento em trabalho ou formação profissional, a independência financeira, a autonomia e, posteriormente, a

formação de seu próprio núcleo familiar. Guerreiro e Abrantes (2005, p. 171) afirmam que "presente na vida de quase todos os jovens em transição, a incerteza assume formas muito diversas, refletindo condições e oportunidades muito distintas e assimétricas." Para alguns, as incertezas se abrem como um leque de possibilidades, enquanto para outros são paralisantes. É crucial observar que nem sempre o acesso a essas possibilidades é igual para todos. "Nesse sentido, o insucesso escolar, o desemprego, a desintegração familiar, a marginalidade são fatores que, mesmo não estando sempre presentes, tendem a acumular-se em trajetos desestruturados, marcados pela privação de recursos, oportunidades e projetos" (Guerreiro e Abrantes, 2005, p. 169). Sentir-se adolescente, na verdade, muitas vezes está ligado à percepção de imaturidade e despreparo para as responsabilidades da vida adulta. Ser adulto exige, além de responsabilidades, manejo social e capacidade de lidar com adversidades. As inseguranças relacionadas a essa posição levam o jovem a oscilar: ora agindo com maturidade e discernimento (especialmente em ambientes profissionais ou acadêmicos), ora se permitindo a flexibilidade do ambiente familiar ou do lazer com amigos. A pressão social, em alguns casos, é o que determina um posicionamento mais adulto, ou a ausência dele.

4.8 Capitalismo Desenfreado

Para uma compreensão mais aprofundada, Silvério e Cristina (2021) abordam o capitalismo como um sistema socioeconômico que visa o acúmulo de riquezas através da exploração da força de trabalho. Bauman (2001) ressalta que o consumo compulsivo, mais do que uma simples ação, é um "ritual feito à luz do dia para exorcizar as horrendas aparições da incerteza e da insegurança que assombram as noites". O autor afirma que "todo o mundo tenta fazer da própria vida uma obra de arte". Essa construção, moldada pelo que acreditamos ser a vida, pode ser entendida como identidade. Ao falar de identidade, evocamos uma sensação de harmonia e autoconhecimento, elementos que, para nosso desespero, parecem escassos em nossas vivências sociais. Diante disso, nos esforçamos para disfarçar a inquietante fluidez que a ausência de uma identidade fixa nos impõe. A lógica do consumo nos leva a construir e reconstruir quem somos, moldados por tendências de mercado, valores efêmeros e a necessidade de aceitação social. A identidade deixa de ser algo sólido, tornando-se algo em constante fluidez, formatado pelo que "vendemos" de nós

mesmos. Albert Camus, em sua filosofia do absurdo, argumenta que o ser humano busca um sentido para a vida em um mundo que não oferece respostas definitivas. Em "O Mito de Sísifo", ele afirma que "o absurdo nasce do confronto entre o apelo humano por sentido e o silêncio irracional do mundo." Os jovens, ao buscarem um sentido, deparam-se com uma sociedade que não parece oferecer respostas definitivas ou valores claros. O capitalismo, alinhado à promoção da ideia de que a identidade é algo a ser constantemente moldado e consumido, torna essa busca ainda mais frustrante. Assim, encontram-se frente a um dilema: a busca por sentido em um sistema que promove a constante mudança e reinvenção de si mesmo. Bauman (2001) conclui que os aspectos deliberadamente instáveis do mundo são a matéria-prima da identidade, exigindo que se esteja constantemente em alerta.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelos jovens na transição para a vida adulta, explorando fatores psicológicos, sociais, econômicos e culturais. Ficou evidente que essa passagem não é linear, mas um processo complexo, repleto de desafios internos e externos que variam conforme o contexto individual. A pesquisa revelou que as transformações sociais e econômicas recentes impactam significativamente as trajetórias dos jovens. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a precariedade das condições laborais e a extensão da permanência na casa dos pais refletem um cenário que dificulta a formação de uma identidade adulta sólida e a conquista da autonomia. Conclui-se que é fundamental compreender as dificuldades dos jovens ao iniciar a vida adulta para desenvolver políticas públicas, programas educacionais e intervenções psicológicas eficazes. É crucial reconhecer a juventude não apenas como uma fase de transição, mas como um período de elaboração de projetos de vida, onde o suporte emocional e social é indispensável. Por fim, espera-se que este estudo inspire reflexões mais amplas sobre o tema e fomente novas investigações que aprofundem a compreensão das diversas experiências das juventudes atuais, considerando suas particularidades e o ambiente em constante mudança em que se encontram.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência. PortoAlegre: Artmed, 1993.

SANTOS, M. M. Heterogeneidade na transição para a vida adulta no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, 2018.

SILVÉRIO, M.; CRISTINA, A. Juventude e capitalismo contemporâneo: reflexões sobre consumo e identidade. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Portal da Legislação do Planalto, Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

FANTINI, L.; SOUZA, M. A transição para a vida adulta e as mudanças nas gerações contemporâneas. Revista iPecege, Piracicaba, v. 1, n. 3/4, p. 126–145, 2015. DOI: 10.22167/r.ipecege.2015.3-4.126. Disponível em: <https://revista.ipecege.org.br/Revista/article/download/25/26>. Acesso em: 3 out. 2025.

em: 1

BELTRÃO, C. R. et al. Juventude e ansiedade: os desafios da maioridade. 2023.

PEREIRA, J. C. A adolescência e o conflito geracional. Revista Brasileira de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 378–386, 2014.

CAMUS, Albert. O mito de Sísifo. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

RODRIGUES, R. A.; KUBLIKOWSKI, V. O papel dos pais na formação da autonomia dos filhos. Psicologia: Teoria e Prática, v. 16, n. 1, p. 88–98, 2014.

PONCIANO, E. L.; FÉRES-CARNEIRO, T. Família e transição para a vida adulta: autonomia em relação de dependência. Psicologia em Estudo, v. 19, n. 1, p. 11–19, 2014.

VIEIRA, K. M.; KILIMNIK, Z. M.; NETO, M. P. Educação financeira: teorias e aplicações. São Paulo: Atlas, 2016.

MOURA, L. C. Educação financeira e juventude: orientações e práticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

ALMEIDA, J. R. de. Escolhas profissionais no século XXI. São Paulo: Educ, 2022.

SOUZA, L. K. Recomendações para a realização de grupos focais na pesquisa qualitativa. *PSI UNISC*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, p. 52–66, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v4i1.13500>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MATTOS, E. A mediação semiótica da “responsabilidade”: um estudo sobre a construção de valores na transição para a vida adulta. *Psicologia USP*, v. 27, n. 2, p. 178–188, 2016. DOI: 10.1590/0103-6564D20160002.

BARBOSA, R. C. A responsabilidade e a autonomia no jovem adulto. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 34, n. 2, p. 114–122, 2022.

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

KOSH, S. et al. Funções parentais e bem-estar emocional na adolescência. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 23, n. 2, p. 314–320, 2020.

ALMEIDA, L. M. et al. Ansiedade em adolescentes e jovens adultos. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 50, n. 1, p. 33–40, 2023.

LOCATELLI, A. M. Projeto de vida e identidade profissional na adolescência. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 11, n. 2, p. 268–274, 2007.

LOCATELLI, A. M.; BZUNECK, J. A.; GUIMARÃES, S. E. R. Definição profissional e motivação em alunos do ensino médio. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 8, n. 1, p. 15–27, 2004.

BORGES, C. C.; MAGALHÃES, A. S. O lugar do casamento no projeto de vida de jovens adultos solteiros. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 1, p. 47–58, 2009.

LIBÂNEO, L. C. Práticas exitosas em Psicologia Escolar: mediações na cultura do sucesso. 2015. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18277/1/2015_LigiaCarvalhoLibaneo.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

GUERREIRO, M. D.; ABRANTES, P. Jovens e a transição para a vida adulta: desafios e incertezas. *Revista Sociologia*, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 169–171, 2005.

SAVEGNAGO, R.; CASTRO, T. Subjetivação e juventude contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos da Juventude*, v. 12, n. 3, p. 3–15, 2020.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE: análise a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

Marcelo Agenor Espíndola⁶³
Marco Aurélio Clementino Silva⁶⁴

RESUMO

O avanço das tecnologias digitais tem provocado transformações significativas nos processos organizacionais, destacando-se a inteligência artificial como um dos principais vetores de mudança no campo contábil. Nesse contexto, este artigo teve como objetivo analisar as contribuições da inteligência artificial para a contabilidade a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Metodologicamente, adotou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, conduzida conforme as diretrizes do protocolo PRISMA, com buscas realizadas nas bases SciELO, SPELL, Scopus e Web of Science. Foram selecionados artigos científicos revisados por pares que abordam a inteligência artificial sob perspectivas conceituais, tecnológicas, organizacionais e éticas, com foco em suas aplicações na contabilidade. Os resultados evidenciam que a inteligência artificial contribui para a automação de rotinas, auditoria contínua, detecção de fraudes, análises preditivas e apoio à tomada de decisão, promovendo ganhos de eficiência, confiabilidade e qualidade da informação, ao mesmo tempo em que reposiciona o contador como agente estratégico. Conclui-se que a inteligência artificial representa um vetor relevante de modernização da contabilidade contemporânea, desde que acompanhada por governança adequada, capacitação profissional contínua e alinhamento ético-regulatório.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Contabilidade; Revisão Sistemática da Literatura; Tomada de decisão; Governança algorítmica.

ABSTRACT

The advancement of digital technologies has brought about significant transformations in organizational processes, with artificial intelligence standing out as one of the main drivers of change in the accounting field. In this context, this article aimed to analyze the contributions of artificial intelligence to accounting through a Systematic Literature Review (SLR). Methodologically, a qualitative, descriptive, and exploratory study was conducted in accordance with the PRISMA protocol guidelines, with searches carried out in the SciELO, SPELL, Scopus, and Web of Science databases. Peer-reviewed scientific articles addressing artificial intelligence from conceptual, technological, organizational, and ethical perspectives, with a focus on its applications in accounting, were selected. The results indicate that artificial intelligence contributes to the automation of routines, continuous auditing, fraud detection, predictive analytics, and decision-making support, promoting gains in efficiency, reliability, and information quality, while repositioning accountants as strategic agents. It is concluded that artificial intelligence represents a relevant driver for the modernization of contemporary accounting, provided that it is accompanied by appropriate governance, continuous professional development, and ethical-regulatory alignment.

⁶³ Professor – Curso de Administração – Faculdade de Nova Serrana (FANS)

⁶⁴ Professor – Curso de Administração – Faculdade de Nova Serrana (FANS)

Keywords: Artificial Intelligence; Accounting; Systematic Literature Review; Decision-making; Algorithmic Governance

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho e os ambientes organizacionais vêm passando por transformações profundas impulsionadas pelo avanço acelerado das tecnologias digitais, da conectividade em rede e da intensificação do uso de dados em larga escala. As organizações têm incorporado soluções tecnológicas como estratégia para ampliar eficiência, qualidade, rastreabilidade e competitividade, redefinindo processos produtivos, estruturas organizacionais e perfis profissionais (CARVALHO, 2010; SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2002; ROGERS, 2017). Nesse cenário, a integração entre o raciocínio humano e os sistemas computacionais deixou de ser apenas um diferencial competitivo e passou a constituir um requisito para a sustentabilidade organizacional de longo prazo.

A transformação digital tem impactado diretamente os sistemas de informação e os modelos de gestão, exigindo decisões cada vez mais rápidas, fundamentadas em dados confiáveis e em análises preditivas. Esse contexto favorece a adoção de tecnologias capazes de lidar com grandes volumes de dados estruturados e não estruturados, bem como de apoiar processos decisórios em ambientes caracterizados por incerteza e complexidade. Assim, a tecnologia deixa de exercer um papel meramente operacional e passa a ocupar uma posição estratégica no desenho e na execução das atividades organizacionais.

Entre as tecnologias emergentes, destaca-se a inteligência artificial (IA), compreendida como a capacidade de sistemas computacionais simularem ou ampliarem aspectos da inteligência humana, como aprendizagem, raciocínio, percepção e resolução de problemas, por meio de algoritmos capazes de aprender com dados e aprimorar continuamente seu desempenho (CAMARGO et al., 2022; CANINDÉ et al., 2023). A IA tem possibilitado a automação de tarefas repetitivas, a realização de análises complexas com elevado grau de precisão e o suporte à tomada de decisão em ambientes marcados por grande volume e diversidade de dados (LI, 2016; SILVA; COSTA; PIMENTA, 2022).

No campo da contabilidade, a incorporação da inteligência artificial amplia significativamente as capacidades analíticas e estratégicas da profissão, superando o enfoque tradicionalmente operacional e retrospectivo. Além da automação de rotinas,

a IA contribui para auditorias contínuas, detecção de fraudes, análises preditivas, gestão de riscos e fortalecimento da governança corporativa (ANDRADE; MEHLECKE, 2020; SANTOS, 2021). Esse movimento implica uma reconfiguração do papel do contador, que passa a atuar de forma mais consultiva, analítica e orientada à geração de valor.

Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: quais são as contribuições da inteligência artificial para a contabilidade? Para tanto, tem como objetivo geral analisar essas contribuições por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura, visando consolidar o estado da arte, identificar tendências, desafios e lacunas de pesquisa, bem como oferecer subsídios teóricos para o avanço do debate acadêmico e profissional na área contábil.

2 Referencial Teórico

2.1 Inteligência Artificial: conceitos e dimensões

A inteligência artificial constitui um campo de estudo multidisciplinar, não possuindo uma definição única e consensual, em razão da diversidade de abordagens teóricas, técnicas e aplicadas que a compõem. De forma geral, pode ser compreendida como uma subárea da Ciência da Computação dedicada ao desenvolvimento de sistemas capazes de simular ou ampliar capacidades cognitivas humanas, como percepção, aprendizagem, raciocínio e tomada de decisão (RUSSELL; NORVIG, 2021; SILVA, 2023). Essa concepção evidencia que a IA transcende a simples automação de tarefas, envolvendo mecanismos adaptativos, probabilísticos e autônomos.

Russell e Norvig (2004) sistematizam as abordagens conceituais da inteligência artificial em quatro categorias: sistemas que pensam como humanos, sistemas que atuam como humanos, sistemas que pensam racionalmente e sistemas que atuam racionalmente. As duas primeiras aproximam-se de modelos cognitivos e comportamentais humanos, enquanto as duas últimas enfatizam a racionalidade como critério de desempenho, independentemente da semelhança com o comportamento humano. Essa diversidade conceitual evidencia que a IA pode ser analisada tanto a partir de seus processos internos quanto de seus resultados observáveis.

A inteligência artificial abrange um conjunto de tecnologias inter-relacionadas, dentre as quais se destacam o aprendizado de máquina (machine learning), o deep learning, o processamento de linguagem natural, a visão computacional e o process

mining. O aprendizado de máquina permite que sistemas aprimorem seu desempenho a partir da experiência, identificando padrões e realizando previsões sem programação explícita para cada situação (MITCHELL, 1997; AGGARWAL, 2018). Já o deep learning, baseado em redes neurais profundas, possibilita o tratamento de dados complexos e não lineares em larga escala, ampliando significativamente a capacidade analítica dos sistemas inteligentes.

Além dessas tecnologias, o processamento de linguagem natural (Natural Language Processing – NLP) tem desempenhado papel central na interação entre humanos e sistemas computacionais, permitindo que máquinas compreendam, interpretem e produzam linguagem em formato textual ou falado. Segundo Jurafsky e Martin (2023), o NLP amplia o uso da inteligência artificial em contextos organizacionais ao viabilizar a análise automática de documentos, relatórios, contratos e comunicações, tornando possível extrair informações relevantes de grandes volumes de dados não estruturados. No contexto organizacional e contábil, essa tecnologia contribui para a automação de análises documentais, interpretação de normas e apoio à conformidade regulatória.

Outra dimensão relevante da inteligência artificial refere-se ao uso de técnicas de mineração de processos (process mining) e analytics avançado, que possibilitam a reconstrução, monitoramento e aprimoramento de processos organizacionais a partir de registros digitais. De acordo com van der Aalst (2016), essas técnicas permitem identificar gargalos, desvios e ineficiências operacionais, fornecendo subsídios objetivos para a melhoria contínua dos processos. Integradas a algoritmos de aprendizado de máquina, tais abordagens fortalecem a capacidade analítica da IA ao combinar dados históricos com modelos preditivos e prescritivos.

Sob uma perspectiva organizacional e estratégica, a inteligência artificial também pode ser compreendida como um recurso dinâmico capaz de gerar vantagem competitiva sustentável. Davenport e Ronanki (2018) e Brynjolfsson e McAfee (2017) argumentam que o valor da IA não reside apenas na tecnologia em si, mas na forma como ela é integrada às rotinas, às competências humanas e aos processos decisórios. Assim, a adoção bem-sucedida da inteligência artificial requer alinhamento entre tecnologia, estratégia e capital humano, reforçando seu caráter sociotécnico e seu potencial transformador nos ambientes organizacionais contemporâneos

2.2 Origem e evolução da Inteligência Artificial

A busca por máquinas capazes de simular a inteligência humana antecede o surgimento dos computadores modernos, encontrando fundamentos em reflexões filosóficas e matemáticas desenvolvidas ao longo de séculos. Pensadores como Aristóteles, ao sistematizar a lógica formal, Descartes, ao enfatizar a racionalidade como base do conhecimento, e Leibniz, ao propor a formalização do raciocínio por meio de regras universais, contribuíram para a concepção de que o pensamento humano poderia ser estruturado e mecanizado (ANDRADE; MEHLECKE, 2020).

Além dessas contribuições filosóficas, os avanços matemáticos e lógicos dos séculos XIX e XX foram determinantes para a consolidação das bases da inteligência artificial. Destacam-se os trabalhos de George Boole, com o desenvolvimento da álgebra booleana, e de Alan Turing, cuja proposta da “máquina universal” demonstrou que qualquer processo lógico poderia ser formalizado e executado por um dispositivo computacional (TURING, 1936). Posteriormente, o chamado Teste de Turing tornou-se um marco conceitual ao propor um critério pragmático para avaliar a capacidade de uma máquina demonstrar comportamento inteligente (TURING, 1950).

O marco formal da inteligência artificial enquanto área científica ocorreu em 1956, durante a Conferência de Dartmouth, quando John McCarthy cunhou oficialmente o termo “Inteligência Artificial” e defendeu a possibilidade de desenvolver máquinas capazes de simular aspectos da aprendizagem e da inteligência humana (MCCARTHY et al., 1956). O período subsequente foi caracterizado por grande entusiasmo e expectativas elevadas quanto ao rápido avanço da área, impulsionando pesquisas e investimentos significativos.

Durante as décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento da inteligência artificial esteve fortemente associado ao paradigma simbólico, também conhecido como IA clássica ou baseada em regras. Nesse contexto, pesquisadores como Newell e Simon (1976) sustentaram que a inteligência poderia ser compreendida como um processo de manipulação simbólica de representações formais, o que deu origem aos primeiros sistemas especialistas, amplamente aplicados em áreas como diagnóstico médico, planejamento e suporte à tomada de decisão gerencial.

Entretanto, a dependência excessiva de regras pré-programadas, aliada à dificuldade de lidar com ambientes dinâmicos, incertos e complexos, evidenciou limitações relevantes desse paradigma. A complexidade do conhecimento humano e a incapacidade dos sistemas simbólicos de aprender de forma autônoma e escalável

contribuíram para a frustração das expectativas iniciais, resultando em períodos de retração conhecidos como “invernos da IA”, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980 (MINSKY; PAPERT, 1969; RUSSELL; NORVIG, 2021).

A partir das décadas de 1990 e 2000, observa-se uma mudança significativa no foco das pesquisas em inteligência artificial, marcada pela ascensão dos métodos estatísticos e do aprendizado de máquina. Essa transição foi favorecida pelo aumento exponencial da capacidade de armazenamento e processamento de dados, bem como pela ampla disponibilidade de grandes volumes de informações digitais. Autores como Mitchell (1997) e Bishop (2006) destacam que, nesse novo paradigma, os sistemas passaram a aprender padrões diretamente a partir dos dados, reduzindo a dependência de regras explicitamente programadas.

Mais recentemente, o avanço das redes neurais profundas e do deep learning consolidou uma nova fase da inteligência artificial, caracterizada por elevados níveis de desempenho em tarefas complexas, como reconhecimento de imagens, tradução automática e processamento de linguagem natural (LECUN; BENGIO; HINTON, 2015). Esse contexto marca a transição da IA de um campo predominantemente experimental para uma tecnologia amplamente difundida e aplicada em diferentes setores da sociedade, incluindo saúde, finanças, indústria e contabilidade. Assim, a evolução histórica da inteligência artificial revela um processo contínuo de adaptação teórica e tecnológica, no qual diferentes paradigmas coexistem e se complementam na busca por sistemas cada vez mais inteligentes e socialmente relevantes.

2.3 Inteligência Artificial aplicada à contabilidade

A contabilidade figura entre as áreas mais impactadas pela adoção da inteligência artificial, em virtude de sua intensa dependência de dados estruturados, normas técnicas e processos sistematizados. A incorporação de soluções baseadas em IA tem possibilitado a automação de atividades rotineiras, como lançamentos, conciliações, classificações e validações contábeis, reduzindo erros operacionais e liberando os profissionais para atividades de maior valor agregado, especialmente aquelas relacionadas à análise estratégica e ao apoio à tomada de decisão (Richins et al., 2017; Andrade; Mehlecke, 2020).

No âmbito da auditoria e do compliance, a inteligência artificial tem viabilizado avanços significativos por meio da auditoria contínua, da detecção de fraudes e da identificação de anomalias em tempo real. Sistemas inteligentes são capazes de

analisar grandes volumes de dados transacionais de forma permanente, aprendendo com padrões históricos e realizando correções automáticas de maneira adaptativa, sem se restringirem à simples repetição de regras previamente programadas. Esses recursos ampliam a confiabilidade, a tempestividade e a abrangência das informações contábeis, fortalecendo os mecanismos de controle interno e governança corporativa (Vasarhelyi et al., 2015; Issa; Sun; Vasarhelyi, 2016).

Além disso, a inteligência artificial exerce papel relevante no apoio à tomada de decisão e na gestão de riscos organizacionais. A partir da análise integrada de dados internos e informações provenientes do mercado, modelos preditivos e analíticos fornecem insights estratégicos, projeções, diagnósticos e identificação de tendências, oportunidades e riscos. Destacam-se, ainda, aplicações como a classificação automática de tributos, a avaliação preventiva de riscos econômicos e financeiros e a otimização de custos operacionais. Ao reduzir tarefas burocráticas e intensivas em trabalho manual, a IA contribui para o aumento da competitividade e da lucratividade das organizações, reforçando o caráter estratégico da contabilidade contemporânea (Santos; Lang, 2024)

2.4 Inteligência Artificial, tomada de decisão e governança

A literatura contemporânea reconhece a inteligência artificial como elemento central na transição das organizações para modelos de gestão orientados por dados. Ao possibilitar o processamento de grandes volumes de informações em tempo real, a IA amplia significativamente as capacidades analíticas das organizações, favorecendo a adoção de análises preditivas e prescritivas que subsidiam decisões estratégicas em ambientes caracterizados por elevada complexidade e incerteza (PROVOST; FAWCETT, 2013; SHMUELI; KOPPIUS, 2011). Nesse contexto, a informação passa a assumir um papel estratégico, deixando de ser apenas um registro histórico para tornar-se um ativo essencial à geração de valor organizacional.

No campo da contabilidade, a incorporação da inteligência artificial fortalece a função informacional ao aprimorar a qualidade, a tempestividade e a confiabilidade dos dados contábeis. Sistemas inteligentes são capazes de integrar dados financeiros, operacionais e de mercado, permitindo análises mais abrangentes e aprofundadas, que contribuem para a governança corporativa, a transparência e a accountability. Dessa forma, a contabilidade amplia sua atuação para além do cumprimento de obrigações legais, consolidando-se como suporte estratégico à

tomada de decisão gerencial e ao controle organizacional (KOKINA; DAVENPORT, 2017; VASARHELYI et al., 2015).

A utilização de modelos baseados em inteligência artificial também promove avanços relevantes nos processos de planejamento, controle e avaliação de desempenho. Por meio de técnicas de aprendizado de máquina, torna-se possível identificar padrões ocultos, prever cenários futuros e simular impactos de diferentes decisões estratégicas, reduzindo assimetrias informacionais e incertezas inerentes ao ambiente empresarial. Segundo Davenport e Ronanki (2018), organizações que adotam a IA de forma estratégica tendem a apresentar maior capacidade adaptativa e vantagem competitiva sustentável.

Todavia, o uso intensivo de algoritmos em processos decisórios suscita desafios éticos, regulatórios e profissionais que não podem ser negligenciados. Questões relacionadas a vieses algorítmicos, opacidade dos modelos, explicabilidade das decisões automatizadas, segurança da informação e proteção de dados pessoais tornam-se especialmente sensíveis em áreas fortemente normatizadas, como a contabilidade e a auditoria. Esses desafios reforçam a necessidade de mecanismos que assegurem a confiabilidade e a legitimidade das decisões apoiadas por sistemas inteligentes (FLORIDI et al., 2018).

Nesse sentido, a Inteligência Artificial Explicável (Explainable Artificial Intelligence – XAI) emerge como uma abordagem fundamental para mitigar riscos associados à opacidade algorítmica. A XAI busca tornar os processos decisórios dos modelos mais compreensíveis para usuários humanos, possibilitando auditorias, validações e justificativas das recomendações geradas pelos sistemas inteligentes. Arrieta et al. (2020) destacam que a explicabilidade é um requisito essencial para a adoção da IA em contextos regulados, nos quais a rastreabilidade das decisões é indispensável.

Além disso, a adoção responsável da inteligência artificial demanda a implementação de estruturas robustas de governança algorítmica, capazes de definir papéis, responsabilidades, critérios éticos e mecanismos de supervisão humana. Ransbotham et al. (2020) argumentam que a combinação entre tecnologia, processos bem definidos e capacitação profissional é condição necessária para que a IA gere benefícios sustentáveis, minimizando riscos organizacionais e reputacionais.

Por fim, a incorporação da inteligência artificial impõe desafios significativos à formação e ao desenvolvimento profissional, exigindo novas competências técnicas, analíticas e éticas dos profissionais contábeis. A capacidade de interpretar resultados gerados por algoritmos, avaliar sua adequação e exercer julgamento profissional crítico torna-se cada vez mais relevante. Assim, a inteligência artificial não substitui o profissional contábil, mas redefine seu papel, reforçando a importância da atuação humana qualificada na governança, no controle e na tomada de decisão organizacional

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). A escolha desse método justificou-se pela necessidade de identificar, analisar e sintetizar de forma rigorosa e transparente as evidências científicas existentes sobre a aplicação da inteligência artificial na contabilidade, reduzindo vieses e assegurando reprodutibilidade ao processo de pesquisa (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003; KITCHENHAM; CHARTERS, 2007).

A condução da revisão seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), contemplando as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos (PAGE et al., 2021). Inicialmente, foram definidos o problema de pesquisa, os objetivos, os descritores de busca, as bases de dados e os critérios de inclusão e exclusão.

As buscas foram realizadas nas bases SciELO, SPELL, Scopus e Web of Science, selecionadas por sua relevância acadêmica e abrangência nas áreas de Ciências Contábeis, Administração e Tecnologia da Informação. Utilizaram-se descritores em português e inglês, combinados por operadores booleanos (AND, OR), tais como: “Inteligência Artificial”, “Artificial Intelligence”, “Contabilidade”, “Accounting”, “Auditoria” e “Tomada de decisão”.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos revisados por pares, disponíveis na íntegra, publicados em português ou inglês e alinhados ao escopo temático da pesquisa. Foram excluídos estudos duplicados, trabalhos fora do escopo, publicações não científicas e artigos sem contribuição teórica ou empírica relevante. Após a seleção, os estudos incluídos foram submetidos à leitura exploratória, analítica e interpretativa, sendo organizados em categorias temáticas

que subsidiaram a construção do referencial teórico.

4 Considerações Finais

A revisão sistemática da literatura evidenciou que a inteligência artificial vem se consolidando como um vetor estratégico de profunda transformação da contabilidade contemporânea, ao redefinir processos, práticas e a própria função informacional da área. As evidências analisadas demonstram que suas aplicações ampliam de maneira significativa a automação de rotinas operacionais, como lançamentos, conciliações e classificações, ao mesmo tempo em que fortalecem atividades de maior complexidade, como a auditoria contínua, a detecção de fraudes, a gestão integrada de riscos e o suporte qualificado à tomada de decisão. Esses avanços promovem ganhos expressivos de eficiência, confiabilidade, tempestividade e qualidade da informação contábil, ampliando o valor estratégico das informações produzidas para os diferentes stakeholders.

Os resultados também indicam uma reconfiguração substancial do papel do profissional contábil, que deixa de atuar predominantemente de forma operacional e passa a assumir funções mais analíticas, estratégicas e consultivas. Nesse novo contexto, o contador torna-se um agente central na interpretação dos dados, na validação dos resultados gerados por sistemas inteligentes e no apoio às decisões gerenciais e estratégicas. Todavia, a incorporação da inteligência artificial impõe desafios relevantes, especialmente no que se refere à necessidade de desenvolvimento de novas competências técnicas e analíticas, à adaptação a modelos de trabalho baseados em dados, bem como às questões éticas, regulatórias e de governança algorítmica, que demandam supervisão humana qualificada e políticas institucionais claras.

Conclui-se, portanto, que a inteligência artificial representa uma oportunidade relevante de modernização, fortalecimento e reposicionamento estratégico da contabilidade no ambiente organizacional contemporâneo. Para que seus benefícios sejam plenamente alcançados, torna-se fundamental que sua implementação seja orientada por princípios éticos, transparência algorítmica, segurança da informação e alinhamento às exigências regulatórias vigentes. Ademais, investimentos contínuos em capacitação profissional, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico mostram-se indispensáveis para assegurar que a inteligência artificial contribua de forma sustentável para o avanço científico, profissional e social da área contábil

REFERÊNCIAS

AGGARWAL, C. C. **Neural networks and deep learning: a textbook**. Cham: Springer, 2018.

ANDRADE, R. O. B.; MEHLECKE, Q. T. C. **Inteligência artificial aplicada à contabilidade: desafios e oportunidades**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v. 49, n. 244, p. 58–71, 2020.

ARRIETA, A. B. et al. **Explainable artificial intelligence (XAI): concepts, taxonomies, opportunities and challenges toward responsible AI**. *Information Fusion*, Amsterdam, v. 58, p. 82–115, 2020.

BISHOP, C. M. **Pattern recognition and machine learning**. New York: Springer, 2006.

BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. **Machine, platform, crowd: harnessing our digital future**. New York: W. W. Norton & Company, 2017.

CAMARGO, E. A. et al. **Inteligência artificial: conceitos, aplicações e impactos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2022.

CANINDÉ, M. A. et al. **Inteligência artificial e transformação digital nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2023.

CARVALHO, M. M. **Gestão de operações e competitividade**. São Paulo: Atlas, 2010.

DAVENPORT, T. H.; RONANKI, R. **Artificial intelligence for the real world**. *Harvard Business Review*, Boston, v. 96, n. 1, p. 108–116, 2018.

FLORIDI, L. et al. **AI4People—An ethical framework for a good AI society**. *Minds and Machines*, Dordrecht, v. 28, n. 4, p. 689–707, 2018.

ISSA, H.; SUN, T.; VASARHELYI, M. A. **Research ideas for artificial intelligence in auditing: the formalization of audit and workforce supplementation**. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, Sarasota, v. 13, n. 2, p. 1–20, 2016.

JURAFSKY, D.; MARTIN, J. H. **Speech and language processing**. 3. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2023.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Keele: Keele University, 2007.

KOKINA, J.; DAVENPORT, T. H. **The emergence of artificial intelligence: how automation is changing auditing**. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, Sarasota, v. 14, n. 1, p. 115–122, 2017.

LECUN, Y.; BENGIO, Y.; HINTON, G. **Deep learning**. *Nature*, London, v. 521, n. 7553, p. 436–444, 2015.

LI, Y. **Artificial intelligence and accounting: opportunities and challenges**. *Accounting Horizons*, Sarasota, v. 30, n. 2, p. 213–221, 2016.

MCCARTHY, J. et al. **A proposal for the Dartmouth summer research project on artificial intelligence**. Hanover: Dartmouth College, 1956.

MINSKY, M.; PAPERT, S. **Perceptrons: an introduction to computational geometry**. Cambridge: MIT Press, 1969.

MITCHELL, T. M. **Machine learning**. New York: McGraw-Hill, 1997.

NEWELL, A.; SIMON, H. A. **Computer science as empirical inquiry: symbols and search**. *Communications of the ACM*, New York, v. 19, n. 3, p. 113–126, 1976.

PAGE, M. J. et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews**. *BMJ*, London, v. 372, n. 71, 2021.

PROVOST, F.; FAWCETT, T. **Data science for business**. Sebastopol: O'Reilly Media, 2013.

RANSBOTHAM, S. et al. **Expanding AI's impact with organizational learning**. *MIT Sloan Management Review*, Cambridge, v. 61, n. 4, p. 1–8, 2020.

RICHINS, G. et al. **Big data analytics: opportunity or threat for the accounting profession?** *Journal of Information Systems*, Sarasota, v. 31, n. 3, p. 63–79, 2017.

ROGERS, D. L. **Transformação digital: repensando o seu negócio para a era digital**. São Paulo: Autêntica Business, 2017.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. **Artificial intelligence: a modern approach**. 4. ed. Boston: Pearson, 2021.

SANTOS, E. R. **Inteligência artificial e contabilidade: impactos na profissão contábil**. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45–62, 2021.

SANTOS, E. R.; LANG, M. **Artificial intelligence in accounting decision-making**. *Journal of Accounting and Organizational Change*, Bingley, v. 20, n. 1, p. 89–108, 2024.

SHMUELI, G.; KOPPIUS, O. R. **Predictive analytics in information systems research**. *MIS Quarterly*, Minneapolis, v. 35, n. 3, p. 553–572, 2011.

SILVA, A. R. **Fundamentos de inteligência artificial**. São Paulo: Saraiva, 2023.

SILVA, A. R.; COSTA, M. L.; PIMENTA, R. C. **Aplicações da inteligência artificial em ambientes organizacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2022.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. **Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review**. *British Journal of Management*, London, v. 14, n. 3, p. 207–222, 2003.

TURING, A. M. **On computable numbers, with an application to the Entscheidungsproblem**. *Proceedings of the London Mathematical Society*, London, v. 42, n. 2, p. 230–265, 1936.

TURING, A. M. **Computing machinery and intelligence**. *Mind*, Oxford, v. 59, n. 236, p. 433–460, 1950.

VAN DER AALST, W. **Process mining: data science in action**. 2. ed. Berlin: Springer, 2016.

VASARHELYI, M. A. et al. **Audit analytics in the continuous audit environment**. *Journal of Accounting Literature*, Amsterdam, v. 34, p. 1–19, 2015

O direito fundamental à saúde pública e o direito à participação social na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS)

Gustavo Faria do Amaral⁶⁵

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o direito fundamental à saúde pública no ordenamento jurídico brasileiro, destacando sua natureza como direito social e sua íntima relação com o princípio da dignidade da pessoa humana. Busca-se, ainda, examinar o direito à participação da comunidade na gestão da saúde, enquanto mecanismo constitucional de controle social e de democratização das políticas públicas, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir de uma abordagem histórico-jurídica e normativa, o estudo enfatiza a importância dos conselhos e das conferências de saúde como instrumentos de efetivação do direito à saúde, ressaltando os desafios enfrentados na concretização desse direito em um contexto marcado por desigualdades sociais, limitações orçamentárias e fragilidades na gestão pública.

Palavras-chave: Direito à saúde; Direitos fundamentais; Controle social; Participação popular; SUS.

Abstract

This article aims to analyze the fundamental right to public health in the Brazilian legal system, highlighting its nature as a social right and its close relationship with the principle of human dignity. It also seeks to examine the right to community participation in health management as a constitutional mechanism for social control and the democratization of public policies, especially within the scope of the Unified Health System (SUS). From a historical-legal and normative approach, the study emphasizes the importance of health councils and conferences as instruments for realizing the right to health, highlighting the challenges faced in achieving this right in a context marked by social inequalities, budgetary limitations, and weaknesses in public management.

Keywords: Right to health; Fundamental rights; Social control; Popular participation; SUS.

⁶⁵ Mestre em Direitos Fundamentais (Universidade de Itaúna). Especialista em Democracia, República e Movimentos Sociais (UFMG). Professor de Direito da FANS.

Introdução

A pesquisa aborda o tema do direito à saúde pública e do direito à participação popular na gestão dos recursos públicos a ela atinentes.

Com a evolução do direito à saúde pública, consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, passou a existir uma maior participação da população no acompanhamento do processo de evolução dos investimentos públicos voltados à melhoria dos serviços de saúde. Por outro lado, compreende-se que a participação popular e o controle social somente foram possíveis graças ao Movimento da Reforma Sanitária (MRS), ocorrido no país ainda na década de 1970.

Diante disso, a problemática do estudo é a que se segue: em razão do processo de evolução do direito à saúde pública e a garantia da participação popular e do controle social após 1988, com o advento da Constituição Federal, tem-se como resposta preliminar que houve avanços significativos, sendo o Movimento da Reforma Sanitária, o principal responsável por universalizar o acesso à saúde pública, bem como por lançar as bases para uma maior participação popular no controle social dos recursos públicos destinados à área da saúde.

De maneira geral, objetiva-se estudar o processo de consolidação do direito à saúde como um direito universal, tratado internamente como direito fundamental, bem como o direito à participação, inaugurado na CRFB/1988, que assegura a participação popular na gestão das políticas públicas.

A pesquisa é relevante por tratar de tema atual, referente ao direito à saúde, garantido no plano internacional pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e, no âmbito interno, reconhecido como direito fundamental previsto na CRFB/1988, além do direito à participação popular por meio do controle social. Ademais, a temática perpassa questões relacionadas aos direitos humanos, à ciência política e ao direito constitucional, evidenciando seu caráter interdisciplinar.

Optou-se pelo procedimento metodológico da análise bibliográfica e documental. Como fontes bibliográficas foram utilizados manuais e artigos científicos sobre direito à saúde, direito constitucional e ciência política. Como fonte documental, recorreu-se à pesquisa de normativas e textos legais.

A pesquisa, de natureza indutiva, está dividida em quatro seções. Na primeira, aborda-se a saúde como direito fundamental e direito social. Na segunda, analisa-se a dignidade da pessoa humana e a efetivação do direito à saúde. A terceira seção trata do direito à participação popular e, por fim, a quarta seção discute a participação social na gestão da saúde pública.

O referencial teórico da pesquisa fundamenta-se no conceito de participação apresentado na obra de Maria Ermínia Ciliberti (2013), que aborda o direito à participação social na área da saúde.

1. A saúde como direito fundamental e direito social.

O direito à saúde pública insere-se na esteira da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em meados do século XX, destacando-se como um dos direitos fundamentais a serem implementados por meio do constitucionalismo social. Historicamente, seu desenvolvimento está associado às lutas políticas e sociais que culminaram nas revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII, bem como na consolidação do Estado Social no século XX, no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Na doutrina dos direitos humanos, entende-se que há um processo de evolução desses direitos, utilizado como forma de organização em diferentes categorias, a fim de capturar tanto o conteúdo quanto à dinâmica histórica das reivindicações normativas. Nessa perspectiva, Vasak (1979) apresenta a tipologia mais conhecida — designada como “primeira, segunda e terceira gerações” — a qual busca mapear a emergência histórica dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos direitos de solidariedade, como o direito ao desenvolvimento, à paz e ao meio ambiente.

A segunda geração inclui direitos relacionados ao bem-estar material e à igualdade social, tais como saúde, educação, trabalho e seguridade social. Esses direitos implicam obrigações positivas do Estado, como a adoção de políticas públicas, a provisão de serviços e a alocação de recursos, e costumam ser objeto de regimes jurídicos diferenciados, de caráter progressivo e sujeitos a limitações decorrentes da disponibilidade de recursos. Ao mesmo tempo, a expansão do conceito de direitos

acarreta desafios teóricos e práticos à sua efetivação, sobretudo quando se trata de direitos dependentes de políticas públicas e de recursos financeiros, como o direito à saúde.

No Brasil, a Constituição da República Federativa de 1988 consagra um amplo rol de direitos fundamentais, incluindo os direitos sociais, previstos no artigo 6º, entre os quais se destaca o direito à saúde. Como direito de segunda geração, a saúde exige atuação positiva do Estado, demandando a formulação de políticas públicas, investimentos contínuos e planejamento administrativo para sua efetivação.

Em consonância com a DUDH, o texto constitucional brasileiro assegura diversas liberdades e garantias individuais e coletivas. Nesse sentido, compreende-se que os direitos fundamentais são básicos a todos os cidadãos, estando previstos no ordenamento constitucional brasileiro com a finalidade de garantir, minimamente, condições dignas para a existência humana. Conforme ressalta Paulo Bonavides, “designam-se por direitos fundamentais todos os direitos ou garantias nomeados e especificados no instrumento constitucional” (Bonavides, 2004, p. 561).

Cabe salientar que os direitos garantidos pela CRFB/1988 seguem preceitos universais, inspirados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, entendendo-se que os direitos fundamentais possuem caráter nacional dos direitos humanos universais. Nesse sentido, Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais (2015) destaca que, embora haja distinção conceitual entre as expressões “direitos humanos” e “direitos fundamentais”, estes últimos correspondem aos direitos humanos constitucionalizados.

Dessa forma, o artigo 196 da CRFB/1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Tal previsão reforça a saúde como elemento indispensável para o pleno exercício dos demais direitos fundamentais.

2. A dignidade da pessoa humana e a efetivação do direito à saúde.

O princípio da dignidade da pessoa humana, erigido como fundamento da República (art. 1º, III, da CRFB/1988), orienta a interpretação e a aplicação de todos

os direitos fundamentais, incluindo o direito à saúde. A ausência ou a precariedade dos serviços de saúde compromete diretamente a dignidade dos indivíduos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social.

A promulgação da CRFB/1988 inaugurou um novo paradigma no ordenamento jurídico brasileiro, marcado pela centralidade da dignidade da pessoa humana e pela ampliação dos direitos sociais. Entre esses direitos, a saúde ganhou destaque ao ser reconhecida como um direito universal, integral e igualitário, rompendo com o modelo excludente anteriormente vigente.

Destaca-se que a construção do direito à saúde no Brasil está diretamente relacionada às lutas sociais que emergiram no contexto da redemocratização do país, especialmente a partir da década de 1970. Entre essas lutas, sobressai o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), que se consolidou como uma das mais relevantes experiências de articulação entre a sociedade civil, profissionais da saúde, intelectuais e setores progressistas do Estado.

A Reforma Sanitária Brasileira, entendida como um conjunto de atos relacionados a práticas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e simbólicas, pode ser analisada especialmente a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), com a implantação dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS), a instalação da Comissão Nacional da Reforma Sanitária (CNRS) e o desenvolvimento dos trabalhos da Assembleia Constituinte, culminando na Constituição de 1988 e na conjuntura pós-constitucional. Desse modo, o processo da Reforma Sanitária Brasileira pode ser compreendido no contexto da transição democrática e no período pós-constituinte (Paim, 2008). A Reforma Sanitária Brasileira, enquanto reforma social concebida e desencadeada em um momento de crise de hegemonia, defendia a democratização do Estado e da sociedade. No âmbito da saúde, inclusive entre técnicos do governo durante a ditadura, questionava-se a associação entre o crescimento econômico obtido nos anos do “milagre econômico” e o caos do setor (Paim, 2009).

Tal movimento teve papel central na formulação de propostas que culminaram na institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) e na ampliação dos mecanismos de participação popular. Um marco dessas lutas sociais pode ser identificado na atuação do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) por ocasião da crise que afetou a previdência social, a qual impulsionou a administração pública a criar alternativas para os processos decisórios. Esse movimento contribuiu para evidenciar o papel fundamental da participação da sociedade civil na luta por melhorias nos setores da saúde e da assistência social.

A área da saúde foi uma das primeiras a incorporar formas institucionais de participação. Em um primeiro momento, absorveu a participação de representações da sociedade civil por meio dos Conselhos e das Conferências de Saúde. As Conferências de Saúde ocorrem desde 1941, porém somente adquiriram a forma atual de participação popular na histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. Quanto aos Conselhos de Saúde, as ideias que resultaram em sua organização têm origem no movimento da Reforma Sanitária da década de 1970, que levou de modo pioneiro as bandeiras da universalização dos serviços de saúde (Ciliberti, 2013, p. 47).

Nesse sentido, a participação popular configura-se como expressão das lutas sociais por direitos, enfatizando a importância da atuação da sociedade civil na formulação, execução e controle das políticas públicas de saúde. Além disso, discute-se a relação entre participação popular e orçamento público, compreendido como instrumento essencial para a concretização dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

Essa concepção amplia o entendimento da saúde para além da ausência de enfermidades, vinculando-a a determinantes sociais, econômicos e ambientais. Para dar concretude a esse direito, a Constituição instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS), estruturado com base nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, conforme disposto no artigo 198 e seguintes da CRFB/1988.

Cabe salientar que outro passo importante introduzido pela CRFB/1988 foi a vinculação de recursos orçamentários, determinando que parcelas das receitas públicas sejam obrigatoriamente destinadas a áreas específicas, como saúde e educação. No campo da saúde, essa vinculação está prevista no artigo 198 da Constituição Federal, que estabelece a obrigação de aplicação mínima de recursos pelos entes federativos nas ações e serviços públicos de saúde.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem responsabilidades financeiras próprias, em observância ao pacto federativo. Essa obrigatoriedade foi posteriormente regulamentada e aprimorada por normas infraconstitucionais, como a Emenda Constitucional nº 29/2000 e, posteriormente, pela Lei Complementar nº 141/2012, que definiu critérios objetivos para o cálculo e a aplicação desses recursos.

Apesar da previsão constitucional e da vinculação mínima de recursos orçamentários para a saúde, observa-se, na prática, a persistência de dificuldades estruturais, como a insuficiência de investimentos, a má gestão dos recursos, a

precarização das condições de trabalho dos profissionais da saúde e o acesso desigual aos serviços. Tais fatores evidenciam o distanciamento entre a norma constitucional e a realidade social, reforçando a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de controle social e de participação popular.

3. Direito a participação popular

A consolidação histórica da participação popular está intrinsecamente relacionada ao processo revolucionário francês, especialmente por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e, posteriormente, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, as quais consagraram a participação política como um direito essencial, seja de forma direta, seja por meio da representação democrática.

No plano jurídico-constitucional, os direitos fundamentais podem ser compreendidos como direitos humanos positivados no ordenamento interno dos Estados, assumindo força normativa superior, conforme afirma Moraes (2015).

A participação política insere-se, tradicionalmente, no rol dos direitos fundamentais de primeira geração, associados às liberdades civis e políticas. No entanto, sua efetivação depende, de forma indissociável, dos direitos sociais e dos direitos de solidariedade, o que evidencia o caráter interdependente e indivisível dos direitos fundamentais, conforme reconhecido pela Organização das Nações Unidas.

No Brasil, a trajetória da participação popular foi marcada por períodos de avanços e retrocessos, acompanhando as oscilações do regime político. Durante grande parte da história constitucional brasileira, a participação esteve limitada ao sufrágio restrito e a mecanismos formais de representação, frequentemente esvaziados por práticas autoritárias.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) representa um marco na consolidação do direito fundamental à participação popular, conforme destaca Amaral (2024). Inspirada nos valores democráticos e nos tratados internacionais de direitos humanos, a chamada Constituição Cidadã ampliou significativamente os espaços de participação, reconhecendo o povo como titular do poder político e destinatário das políticas públicas.

No texto constitucional, consolida-se um arquétipo de democracia participativa, que encontra amparo no parágrafo único do artigo 1º, ao estabelecer que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Esse modelo caracteriza-se por oportunizar uma participação mais ativa do cidadão, seja por meio do estímulo ao seu envolvimento nas instâncias de controle social, consubstanciadas nos conselhos (municipais, estaduais e nacional), seja pela realização de audiências públicas e consultas populares.

A democracia participativa, como princípio dirigente, deve ser estimulada por vias institucionais de participação, dispostas em lei. O exame de sua consolidação deve ocorrer por meio de processos participativos que promovam a ampliação democrática nos âmbitos municipal, estadual e nacional (Góis, 2020, p. 24).

Entre esses mecanismos, destacam-se o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis, previstos no artigo 14 da CRFB/1988. Além disso, o texto constitucional incentiva a participação da sociedade civil na formulação e no controle das políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, educação e meio ambiente.

4. A participação social na gestão da saúde

A Constituição de 1988 inovou ao estabelecer, no artigo 198, inciso III, a participação da comunidade como uma das diretrizes do sistema de saúde. Esse dispositivo consagra o controle social como instrumento fundamental para a formulação, o acompanhamento e a fiscalização das políticas públicas de saúde. No contexto brasileiro, os conselhos de políticas públicas assumem papel central na concretização do direito à participação popular. Instituídos em diferentes níveis federativos, esses espaços colegiados possibilitam a atuação da sociedade civil organizada na deliberação, no acompanhamento e na fiscalização das ações estatais. Nesse sentido assevera Amaral (2024):

A Constituição de 1988, ao instituir a participação popular como um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro, reconheceu a importância dos conselhos como instrumentos essenciais para a

construção de uma sociedade mais justa e participativa (Amaral, 2024, p. 109).

A participação social na gestão da saúde possui raízes históricas anteriores à Constituição de 1988, com a criação do Conselho Nacional de Saúde ainda na década de 1930. Contudo, foi com a promulgação das Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 que se consolidou o modelo participativo do Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecendo os conselhos e as conferências de saúde como instâncias permanentes e deliberativas. Esses mecanismos representam avanços significativos na democratização da administração pública e no fortalecimento do controle social das políticas públicas.

Todavia, a efetividade desses espaços depende de fatores como a autonomia institucional, o acesso à informação, a capacitação dos conselheiros e o compromisso político dos gestores públicos. A participação popular, para além de sua previsão normativa, exige condições materiais e culturais que possibilitem o engajamento consciente, crítico e qualificado da sociedade.

Os conselhos de saúde, organizados de forma paritária entre usuários, trabalhadores da saúde, prestadores de serviços e representantes do governo, exercem papel estratégico na democratização da gestão pública. Suas atribuições incluem o acompanhamento da execução das políticas de saúde, a fiscalização da aplicação dos recursos financeiros e a participação na formulação das propostas orçamentárias, conforme reforçado por resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

As resoluções do Conselho Nacional de Saúde, especialmente as de nº 33/1992, nº 333/2003 e nº 453/2012, estabelecem diretrizes para a organização, a composição e o funcionamento dos conselhos de saúde em todas as esferas de governo. Tais normativas reforçam o caráter deliberativo, permanente e normativo dessas instâncias, ampliando sua autonomia e fortalecendo o controle social.

O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira constituiu-se como um dos mais importantes processos de mobilização social da história recente do país, sendo decisivo para a construção do direito à saúde como direito fundamental e para a institucionalização da participação popular na gestão pública. A criação dos Conselhos e das Conferências de Saúde representa um avanço significativo na democratização das políticas públicas, permitindo maior controle social e transparência.

Entretanto, apesar dos avanços promovidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere ao orçamento público como instrumento de planejamento e de efetivação dos direitos sociais, ainda há um longo caminho a percorrer. A consolidação de um orçamento verdadeiramente participativo, capaz de refletir as demandas da sociedade, permanece como um dos principais desafios para o fortalecimento da democracia e para a efetivação do direito à saúde no Brasil.

A participação da sociedade civil organizada e dos usuários do SUS nos conselhos de saúde representa uma conquista democrática, ao permitir que aqueles diretamente afetados pelas políticas públicas possam influenciar o processo decisório. Trata-se de um mecanismo que contribui para a transparência, a *accountability* e o aprimoramento da qualidade dos serviços públicos de saúde.

Nesse sentido, apesar dos avanços normativos e institucionais, a efetivação do direito à saúde e da participação social enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a baixa valorização das instâncias de controle social, a limitada capacitação dos conselheiros, a resistência de gestores públicos à participação popular, as restrições orçamentárias, a despolitização da sociedade, a fragilização dos espaços participativos, a desigualdade no acesso aos mecanismos de participação e a instrumentalização política desses canais.

Além disso, observa-se, em determinados contextos, um enfraquecimento da cultura democrática e uma tendência à centralização das decisões, o que compromete a efetividade do direito à participação. Esses desafios exigem o fortalecimento da educação para a cidadania, a valorização da sociedade civil organizada e a reafirmação do compromisso constitucional com a democracia participativa.

Superar tais obstáculos demanda o fortalecimento da cultura democrática, o incentivo à educação para a cidadania e o compromisso dos entes federativos com a transparência e a gestão responsável dos recursos públicos. A participação social, quando efetiva, constitui-se em ferramenta essencial para a concretização do direito fundamental à saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denota-se, por meio desta singela pesquisa, que o Brasil trilhou o caminho de transformar o direito à saúde pública e o direito à participação popular, seguindo a

esteira do processo evolutivo histórico que se consolidou no século XX, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, tanto o direito à saúde quanto o direito à participação encontram-se esculpidos no ordenamento jurídico pátrio, em razão de sua previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Inserido nesse processo evolutivo, o Brasil se configura como um ordenamento jurídico que privilegia o acesso a direitos sociais fundamentais, como o direito à saúde, ao mesmo tempo em que estimula a participação popular.

Conforme destacado, o direito à saúde pública, consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, representa uma das mais relevantes conquistas sociais do Estado Democrático de Direito brasileiro. Sua efetivação, contudo, depende não apenas da atuação estatal, mas também do engajamento ativo da sociedade civil por meio dos mecanismos de participação e de controle social.

Ressalta-se que a universalização do direito à saúde pública, embora seja um direito assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Brasil ganha especial relevo em virtude do constitucionalismo social e, de modo particular, do Movimento da Reforma Sanitária, ocorrido a partir da década de 1970. Tal movimento reforçou a necessidade de maior envolvimento da comunidade para que o direito à saúde fosse concretizado em conformidade com as demandas sociais.

Os conselhos e as conferências de saúde materializam o princípio democrático e possibilitam a aproximação entre Estado e sociedade, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais justas, eficientes e alinhadas às necessidades da população. Assim, a defesa do direito à saúde passa, necessariamente, pelo fortalecimento da participação popular, reafirmando a centralidade do princípio da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Gustavo Faria do. **A efetividade do direito fundamental à participação popular no âmbito dos conselhos municipais e o modelo de processo coletivo inaugurado na constituição de 1988**. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, 2024.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

CILIBERTI, Maria Ermínia. **Possibilidade de novos mecanismos de participação social na área da saúde: A experiências das consultas Públicas.** Caderno Políticas Públicas e Formas societárias de participação. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 33, de 23 de dezembro de 1992.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 333, de 4 de novembro de 2003.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012.

GÓIS, Leonardo Pereira. **Conselhos Gestores de educação: uma defesa da democracia através do modelo de política deliberativa de Jürgen Habermas.** Itaúna, 2020.

MELLO, Celso de. **Direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana.** Supremo Tribunal Federal, MS nº 22.164/SP.

MORAIS, Márcio Eduardo Pedrosa. **A liberdade religiosa como direito fundamental no estado democrático de direito em face do ensino religioso.** Belo Horizonte, 2014.

SILVA PAIM, Jairnilson. **Uma análise sobre o processo da Reforma Sanitária brasileira Saúde em Debate**, vol. 33, núm. 81, enero-abril, 2009, pp. 27-37. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde Rio de Janeiro, Brasil.

<https://www.redalyc.org/pdf/4063/406341772004.pdf>, Acessado em 13/12/2025

VASAK, Karel. *Pour unetroisièmegénération des droits de l'homme.* In: **Études et essais sur le droit international humanitaire et les principes de la Croix-Rouge.** Genève: Institut Henry-Dunant, 1979.

PSICOLOGIA E ESPIRITUALIDADE NO TRABALHO: CLEROT E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA O CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Guaraci Maximiano dos Santos⁶⁶
Samuel Rodrigues Fazendeiro⁶⁷

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar a Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais (Clerot/CRP-Minas) e discutir a presença da espiritualidade no contexto organizacional. O texto apresenta conceitualmente as temáticas dessa comissão, a partir das quais será discutida a aplicação desses conceitos na área das Ciências Administrativas. Além disso, serão evidenciados os principais ganhos dos trabalhadores e das organizações com a vivência desses conceitos no trabalho e, mais especificamente, da espiritualidade no contexto do trabalho. Assim sendo, ele remete a uma perspectiva mais humanizada nas organizações e à promoção do bem-estar nesse ambiente, baseada em relacionamentos mais próximos, no aprofundamento do significado da espiritualidade, no sentimento de participação no contexto corporativo e, principalmente, na liberdade de se vivenciar, os valores individuais.

Palavras-chave: Psicologia. Administração. Espiritualidade. Saúde.

Abstract

This article aims to present the Guidance Committee on Psychology, Secularism, Spirituality, Religion, and Other Traditional Knowledge (Clerot/CRP-Minas) and discuss the presence of spirituality in the organizational context. The text conceptually presents the themes of this committee, from which the application of these concepts in the field of Administrative Sciences will be discussed. In addition, the main gains for workers and organizations from experiencing these concepts at work, and more specifically, spirituality in the work context, will be highlighted. Thus, it refers to a more humanized perspective in organizations and the promotion of well-being in this environment, based on closer relationships, a deeper understanding of the meaning of spirituality, a sense of participation in the corporate context, and, above all, the freedom to experience individual values.

Keywords: Psychology. Administration. Spirituality. Health.

1 Introdução

No contexto atual, as questões com a saúde mental têm sido tema em muitas áreas profissionais. Entre estas, podemos citar a das Ciências Administrativas, que hoje

⁶⁶ Mestre e Doutorando em Ciências da Religião (PUC-Minas). Docente: de Psicologia na Faculdade de Nova Serrana (FANS) e de Ciências da Religião na Unimontes E-mail: gmspsico@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1898-7483>

⁶⁷ Mestre em Ciências da Religião (PUC-Minas). Docente: de Psicologia na Faculdade de Nova Serrana (FANS) e na UNIFEMM. E-mail: Samuel.fazendeiro@yahoo.com.br

entendem que a produtividade de seus colaboradores está intrinsecamente ligada ao bem-estar de seus colaboradores. A partir disso, as Ciências Administrativas vêm buscando abordar a condição espiritual como um elemento que implica diretamente na promoção da saúde nos ambientes de trabalho. Com efeito, essa ciência abre-se ao diálogo com racionalidades que têm como premissa a questão da saúde mental, como, por exemplo, as Ciências Psicológicas. Dessa forma, a área da Administração busca instituir uma relação de diálogo com a Psicologia que vise desenvolver novas formas de contribuir para a saúde mental pessoal e coletiva dos seres humanos, em suas diversas áreas de atuação. Mas como a Psicologia pode auxiliar a Administração em sua demanda? Diante dessa indagação, nossa argumentação está dividida em três partes, nas quais se pretende apresentar a Comissão de Orientação em Psicologia, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais e abordar religião cada uma dessas temáticas. Refletir sobre a espiritualidade no contexto das Ciências Administrativas. Salientar os desafios, diretrizes e perspectivas da proposta: espiritualidade no contexto do trabalho. Por fim, tecer nossas considerações. Logo, promover uma reflexão acerca da promoção da saúde mental nas organizações por meio da Psicologia numa perspectiva que privilegie, entre outras coisas, a dimensão espiritual como preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS) na atualidade.

1.1 A Comissão de Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais

Muito se discute sobre a relação da Psicologia com outros saberes. Para elucidar isso, fazemos um pouco à maneira do Prof. Amatuzzi (2024), ou seja, a partir da bibliografia pertinente e de nossa experiência no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-Minas). Isso, apresentando respectivamente como coordenador e membros da Comissão (temática) de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais (Clerot/CRP-Minas). Dessa maneira, no intuito de elucidar os pilares dessa comissão, como uma proposta de contribuição teórica e prática para que possamos pensar uma relação dialogal entre a Psicologia e as temáticas dessa comissão.

O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) criou a Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros

Saberes Tradicionais, em 2017, com o objetivo de promover uma prática psicológica que respeite e valorize a laicidade, a diversidade cultural e religiosa e a condição espiritual das pessoas. Essa Comissão desempenha um papel relevante na orientação dos psicólogos/as, e visa garantir que suas práticas sejam éticas, inclusivas e sensíveis às diversas manifestações culturais presentes na sociedade brasileira. Assim, ela explora a importância da Laicidade, o papel da Espiritualidade e da Religião na Psicologia, e a relevância dos Saberes Tradicionais no campo das relações humanas.

Com efeito, a Clerot/CRP-Minas se configura um coletivo que visa promover o diálogo da Psicologia enquanto Ciência e Profissão com outros conhecimentos. Neste sentido, como podemos precisar a diversidade conceitual e multidisciplinar das temáticas desta Comissão de forma a atender a todos os anseios científicos?

1.2 Clerot e temáticas: definições

A Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais, do conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, (Clerot/CRP-Minas) trabalha as temáticas Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais. Com efeito, ela tem como premissa o diálogo com outras racionalidades. Assim sendo, suas temáticas são definidas da seguinte forma:

1.2.1 Laicidade

Clerot os define da seguinte forma: a Laicidade é um princípio fundamental na prática da psicologia, assegurando que essa ciência seja neutra em relação a quaisquer doutrinas religiosas. O código de ética dessa categoria enfatiza que a psicologia deve ser baseada em evidências científicas, evitando qualquer tipo de influência religiosa que possa comprometer a objetividade e a imparcialidade do acolhimento psicológico. Dessa forma, que a ciência psicológica siga atenta à sua especificidade, que é o rigor técnico e a valorização da condição humana.

Na prática profissional psicológica, a laicidade implica que os profissionais devem estar atentos para não impor suas próprias crenças religiosas sobre os consulentes. Para Celso Lafer (2018, p. 12,) “a Laicidade é uma das formas de tolerância ou, mais exatamente, uma das maneiras de responder aos problemas da

intolerância”. Entendemos que isso é especialmente relevante em um país diverso como o Brasil, onde múltiplas existências coexistem. Assim sendo, o exercício da Laicidade assegura que todos os seres humanos, independentemente de sua fé ou ausência dela, recebam e sejam respeitados em suas crenças e valores pessoais.

Mahfoud e Silva Junior (2019, p. 22) ressaltam que a Laicidade é importante:

Para que a sociedade possa ser livremente religiosa e as pessoas possam, em um ambiente de respeito à diversidade, desenvolver sua dimensão espiritual sem culpa ou receio de retaliações; para que as diversas experiências contribuam na construção do corpo social em comum.

No entanto, a implementação da Laicidade nos fazeres de nossa categoria enfrenta desafios, como a tendência de alguns profissionais em misturar suas crenças pessoais com a prática profissional. Diante disso, a Clerot trabalha para instruir psicólogos/as sobre a importância de manter a separação entre a crença religiosa e a Psicologia. Assim, promovendo uma prática ética e respeitosa sem negligenciar o caráter de cientificidade da Psicologia em seus vários campos de atuação.

1.2.2 Espiritualidade:

Quanto à espiritualidade, ela se apresenta como uma dimensão importante da experiência humana e não deve ser ignorada na prática psicológica. Nesse sentido, essa comissão reconhece que a espiritualidade pode ser uma fonte significativa de apoio emocional, resiliência e sentido para muitos indivíduos. Com efeito, os profissionais da psicologia são incentivados pela Clerot a abordar a Espiritualidade de maneira sensível e informada, reconhecendo sua importância para o bem-estar de nossa sociedade.

Segundo Weber e Adam (2024), embora seja comum encontrar em diversos textos a afirmação de que a espiritualidade foi incorporada à definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1998, essa informação está incorreta. A definição oficial de saúde da OMS, estabelecida em 1948, descreve saúde como “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social [...]”. Em 1998, houve uma proposta para adicionar o termo "espiritual" a essa definição.

Espiritualidade para a Administração pode ser caracterizada como um conjunto de práticas e princípios que fomentam um sentimento de propósito, ligação e bem-

estar entre os funcionários. Isso pode abranger a promoção de princípios éticos, a construção de um ambiente de trabalho agradável e o apoio ao crescimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Segundo Ashar e Lane-Maher (2004 apud Silva, 2008, s/p.) na perspectiva das organizações, a espiritualidade no trabalho se afirma, fundamentalmente, na constatação de que ela melhora o clima organizacional e a satisfação no trabalho.

Contudo, isso não significa que esses profissionais do saber psicológico devam adotar ou promover crenças espirituais específicas aos trabalhadores, mas sim, que devem estar abertos a discutir e se ater a essas dimensões em suas práticas profissionais, quando for relevante para o indivíduo. Em consonância, Amatuzzi (2024) ressalta que a espiritualidade pode oferecer suporte em momentos de crise, fornecer um sentido de propósito e significado, e ajudar na construção de resiliência. Logo, reconhecer esses benefícios e integrá-los na prática psicológica e administrativa pode enriquecer não só os processos terapêuticos, mas também as interações profissionais, proporcionando uma relação mais humana e integral nas organizações.

1.2.3 Religião

No que se refere ao tema Religião, Clerot o entende como complexo e multifacetado. Em virtude disso, essa comissão trabalha para orientar e garantir que a categoria compreenda a importância das crenças religiosas na vida dos indivíduos e saiba como lidar com questões provenientes deste tema de maneira ética, profissional e responsável. Com efeito, é fundamental que as pessoas e os profissionais respeitem as crenças religiosas alheias, sem julgamento ou preconceito. Logo, a orientação da Clerot à categoria é ser sensível e receptiva às questões religiosas que possam surgir durante as relações sociais, clínicas e de trabalho, reconhecendo a influência das crenças pessoais no bem-estar psicológico dos seres humanos.

Para Silva (2008, s/p.), sob essa temática, “pode-se falar na possibilidade de o trabalhador ter uma ferramenta a mais para enfrentar o sofrimento, seja de forma individual, seja coletiva, por meio da religião e/ou da espiritualidade. Tal perspectiva apresenta possibilidades potenciais de ser adotada nas organizações, já que não se

prende apenas à satisfação dos aspectos físicos, emocionais ou mentais, como o conceito de motivação, por exemplo (Barret, 1998), mas, antes, pode proporcionar sentido à vida organizacional, individual e também social. Dessa maneira, oferecer aos seres humanos orientação e existência.

Nessa perspectiva, entendemos que a Religião pode ser um fator de apoio ou conflito, ou seja, as crenças religiosas podem ser tanto uma fonte de estabilidade quanto de transtorno para os indivíduos. Isso porque, por um lado, ela pode fornecer uma rede de suporte social e um senso de comunidade. Por outro lado, pode também ser fonte de culpa, medo ou conflito interno, especialmente quando há discrepâncias entre as crenças pessoais e as práticas religiosas. Logo, a Clerot propõe que nossa categoria precisa estar preparada para ajudar as pessoas e as instituições a navegar por esses desafios de maneira responsável.

1.2.3.4 Os Saberes Tradicionais

Sobre os saberes tradicionais, a Clerot considera que eles incluem práticas culturais e conhecimentos passados de geração em geração e que são igualmente importantes quanto os saberes modernos. Contudo, os saberes tradicionais englobam uma vasta gama de práticas, desde a medicina tradicional até rituais comunitários e práticas de cura. Essas práticas fazem parte da identidade cultural de muitos indivíduos e comunidades. Segundo Amatuzzi (2024) diante disso, “mas o importante é, (a partir) da tradição e por meio do fazer sentido [...] encontramos uma fonte de sentido, que será também uma fonte de energia.” Logo, a Clerot reconhece a riqueza desses saberes e promove sua valorização e integração na psicologia, pois, ela entende ser isso essencial para uma prática psicológica inclusiva e culturalmente sensível.

2. A Espiritualidade no contexto da Administração

A espiritualidade nas organizações é um tema que tem ganhado crescente atenção nos últimos anos, à medida que as empresas buscam formas de melhorar o bem-estar dos colaboradores e promover ambientes de trabalho mais harmoniosos e produtivos. A Espiritualidade no local de trabalho não se refere necessariamente à prática religiosa, mas sim ao reconhecimento e à valorização do bem-estar integral

dos funcionários, incluindo aspectos emocionais, mentais e espirituais. Nesse sentido, podemos pensar a Espiritualidade enquanto atuante em pontos como:

Como valores e ética, a integridade, empatia, respeito e responsabilidade são frequentemente promovidos por empresas com orientação espiritual. Além de melhorar o ambiente de trabalho, esses valores éticos podem fortalecer a confiança e a lealdade de clientes e parceiros comerciais.

Como propósito e significado, a espiritualidade nas organizações também está ligada ao senso de propósito e significado no trabalho. Colaboradores que sentem que seu trabalho contribui para algo maior que eles mesmos tendem a ser mais motivados e engajados. Mas, quais são os efeitos disso para o ambiente de trabalho?

2.1 Benefícios da Espiritualidade no Local de Trabalho

Incorporar a espiritualidade nas empresas pode gerar uma série de vantagens tanto para os funcionários quanto para a organização como um todo. As empresas podem adotar diversas práticas para incentivar a espiritualidade no ambiente de trabalho, pois, o bem-estar dos colaboradores se apresenta como um dos principais benefícios dessas práticas. Logo, atividades que fomentam a espiritualidade podem diminuir o estresse, elevar a satisfação profissional, aprimorar a saúde mental e aumentar o bem-estar dos funcionários.

Além disso, reflete no aumento da produtividade, visto que os funcionários que se sentem valorizados e ligados a um propósito maior tendem a ser mais produtivos. Eles costumam ser mais dedicados ao seu trabalho e mais inclinados a colaborar e inovar. Isso implica diretamente na melhoria do ambiente de trabalho, já que a espiritualidade nas empresas pode contribuir para um ambiente de trabalho mais positivo e harmonioso. Dessa maneira, os conflitos podem ser diminuídos e a coesão da equipe, fortalecida, por meio de relações interpessoais pautadas no respeito e na empatia.

Enquanto atividades de espiritualidade em empresas estão sendo usadas, programas de mindfulness⁶⁸ e meditação. Elas se colocam eficientes na diminuição do estresse e no aprimoramento da concentração e criatividade. Várias empresas disponibilizam sessões de meditação durante o expediente ou oferecem ambientes tranquilos para que os funcionários possam praticar mindfulness.

Nesse hall temos ainda a busca pelo desenvolvimento pessoal e profissional. Com efeito, investir no crescimento pessoal e profissional dos funcionários também é uma ação que fomenta a espiritualidade. Isso pode abranger a oferta de oportunidades para aprendizado contínuo, além de materiais.

Promover participação em iniciativas de responsabilidade social e comunitária pode reforçar o senso de propósito e a conexão entre os funcionários. Engajar-se em atividades voluntárias e projetos comunitários possibilita que os colaboradores contribuam para o bem-estar da comunidade.

De modo geral, um ambiente de trabalho positivo se faz essencial para que os funcionários se sintam respeitados e valorizados. Isso pode ser alcançado por meio de políticas de inclusão, reconhecimento e recompensas, além de uma comunicação transparente e sincera. Assim sendo, a espiritualidade no ambiente de trabalho se coloca como pertinente, no que diz respeito à promoção profissional e humana.

3. Desafios, Diretrizes e Perspectivas

Para quem busca como abordar temáticas que rompem com a racionalidade moderna. Nesse sentido, a Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais (Cleto/CRP-Minas) enfrenta diversos desafios em seu trabalho. Entre eles, está a necessidade de formar e informar a categoria e a sociedade sobre a importância desses temas e criar diretrizes claras e práticas para orientar a atuação profissional. Felizmente há autores renomados que os abordam e, em especial, a Espiritualidade como tema essencial à promoção da saúde bio-psico-sócio-espiritual, como preconiza a Organização Mundial

⁶⁸ Mindfulness ou atenção presente: focar intencionalmente a atenção no momento presente, observando pensamentos, sensações e emoções sem julgamento, para viver cada instante de forma mais consciente, reduzir o estresse e melhorar o bem-estar

de Saúde (OMS). Isto é, além dos já citados: Ângela Alves Bello, Geraldo José de Paiva, Goberto Sagra, Tommy Goto e outros de igual competência. Assim sendo, autores e estudos que fundamentam os trabalhos sobre esses temas;

Contudo, embora haja muitos benefícios, incorporar a espiritualidade nas organizações também traz desafios, entre os quais podemos destacar a diversidade de crenças. Ela se constitui como um dos maiores desafios a serem gerenciados, pois, a variedade de valores e crenças dos funcionários demanda um conhecimento cada vez maior dos profissionais da psicologia da administração. Então, é fundamental que as ações voltadas à espiritualidade sejam inclusivas e considerem a pluralidade religiosa e cultural nos ambientes de trabalho.

Mahfoud e Silva Junior (2019, p. 24):

A Psicologia precisa repensar seus paradigmas e, como demonstra Kuhn, entender que a ciência não se fecha em um saber hermético, antes, abre as possibilidades de compreensão da realidade, produzindo revoluções que estão sempre modificando a maneira como enxergar a vida.

Isso porque devemos buscar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Nesse sentido, incentivar a espiritualidade no ambiente de trabalho não deve implicar na imposição de práticas ou convicções. Logo, é fundamental equilibrar as iniciativas de bem-estar e o respeito à vida pessoal dos funcionários.

Portanto, medir os impactos dessas ações no ambiente de trabalho não é tarefa fácil. Na verdade, apresenta-se como um desafio, avaliar o efeito das práticas de espiritualidade nas empresas. Dessa maneira, é viável empregar indicadores de bem-estar, contentamento no trabalho e produtividade para analisar os impactos dessas ações, mas para isso é preciso capacitação.

3.1 A Formação e capacitação

Um dos principais desafios é a formação e capacitação de psicólogos/as em relação à Psicologia, à Laicidade, à Espiritualidade, à Religião, aos Saberes Tradicionais e à Administração. Com efeito, a Clerot/CRP-MG promove eventos,

cursos e workshops para qualificar os profissionais sobre essas questões, fornecendo a eles as ferramentas necessárias para uma prática ética e inclusiva, além de suas reuniões ordinárias na sede e em algumas subsedes do CRP-Minas. Dessa forma, a Clerot, empenha-se em promover o diálogo entre a Psicologia e outros epistemes, visando à saúde mental dos seres humanos.

Essa é uma posição, metodologia, desenvolvimento e diretrizes que ajudam os profissionais da Psicologia e, de outras áreas, a lidar com essas questões sobre as temáticas da Clerot, no dia a dia. Além disso, essa comissão promove criação de materiais informativos, guias de orientação e políticas institucionais. Assim, que possam ser utilizados pelos profissionais da categoria, a fim de garantir uma prática ética e respeitosa.

Entre esses materiais podemos citar: as Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os com povos tradicionais (CFP, 2019), o livro: Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outras Tradições: encontrando caminhos para o diálogo (CRP-MG, 2019); Leituras da Religiosidade Brasileira: Pierre Sanchis, entre a Cultura e Psicologia (CRP-MG, 2022), I Congresso Mineiro de Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais: Reflexões Contemporâneas (CRP-Minas, 2024) e os Anais desse mesmo congresso (CRP-Minas, 2024) (só virtual). Todos disponíveis no site do CRP-Minas.

Enquanto perspectivas futuras, podemos dizer que elas são promissoras. Pois, há um reconhecimento crescente da importância desses temas na formação e na prática dos profissionais da psicologia e na própria sociedade. O que é reforçado por Mahfoud e Silva Junior (2019, p. 24) para os quais “[...] laicidade, liberdade religiosa e espiritualidade são elos de uma mesma corrente que precisam estar fortes e unidos na construção de um mundo justo, em que a dignidade da vida seja respeitada e garantida”. Portanto, a Clerot/CRP-Minas continua a trabalhar para promover uma prática psicológica que seja sensível e respeitosa às diversas dimensões da experiência humana. Assim, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, em todas as instâncias que a Psicologia e Administração possam e devam se fazer presentes.

4 Considerações finais

Podemos dizer que a Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais (Clerot/CRP-MG) desempenha um papel crucial na promoção de uma prática psicológica ética, inclusiva e culturalmente sensível. Isto porque, ao orientar os psicólogos/as sobre a importância de suas temáticas, contribui para a construção de uma psicologia mais humana e sensível às diversas dimensões da experiência humana, como a administrativa. Dessa forma, ela busca compreender os seres humanos e suas relações, de forma ampla, e inter-relacionada.

Quanto à Espiritualidade nas empresas, ela deve ser concebida como uma estratégia holística à administração de pessoas, priorizando o bem-estar dos funcionários e a construção de um ambiente de trabalho mais ético e significativo. Assim, as empresas podem não só elevar a qualidade de vida de seus colaboradores, mas também impulsionar a produtividade e promover um ambiente de trabalho harmonioso, ao fomentar valores como integridade, respeito e empatia. Além disso, elas podem proporcionar práticas que apoiem o crescimento pessoal e profissional.

Embora haja desafios, a incorporação da Espiritualidade nas empresas é uma tendência em ascensão que tem o potencial de mudar positivamente a dinâmica corporativa. Pois, ao promover valores como integridade, respeito e empatia, e oferecer abordagens que apoiam o desenvolvimento pessoal e profissional, as empresas podem não só melhorar o bem-estar dos colaboradores, mas também aumentar a produtividade e a harmonia no trabalho. Apesar dos desafios, integrar a espiritualidade nas organizações é uma tendência crescente que promete mudar positivamente a dinâmica dos negócios.

Assim sendo, entendemos que a dimensão espiritual é essencial para garantir que todos os seres humanos, independentemente de suas crenças, tradições culturais e organizações, possam estar no mundo corporativo de forma salutar à sua existência.

Referências:

AMADOR, Fernanda. Psicologia, trabalho e gestão. **Arq. bras. psicol.** vol. 69, no. 2, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S1809-52672017000200003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200003). Acesso em 30 nov. 2025.

AMATUZZI, Mauro Org. **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paullus, 2005.

_____. A Espiritualidade com conceito para a psicologia. *In*: Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG). **I Congresso Mineiro de Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais: Reflexões Contemporâneas**. Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais. CLEROT/CRP-MG). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, 2024.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e outras tradições: encontrando caminhos para o diálogo** / Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: CRP 04, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) para a atuação de psicólogos(os) com povos tradicionais** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2019. 128 p. Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/016-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologasos-com-Povos-Tradicionais.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG). **I Congresso Mineiro de Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais: Reflexões Contemporâneas**. Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais. CLEROT/CRP-MG). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, 2024. Disponível em: https://acervodigital.crp04.org.br/publicacoes/i-congresso-mineiro-psicologia-laicidade-espiritualidade-religiao-e-outros-saberes-tradicionais-reflexoes-contemporaneas-2023/?order=DESC&orderby=date&perpage=12&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fpublicacoes. Acesso em: 25 nov. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG). Anais de Congresso (CRP-Minas, 2024). **Comissão de Orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais**: Anais. CLEROT/CRP-MG). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, 2024. Disponível em: https://acervodigital.crp04.org.br/publicacoes/i-congresso-mineiro-psicologia-laicidade-espiritualidade-religiao-e-outros-saberes-tradicionais-anais-2023/?perpage=12&order=DESC&orderby=date&search=anais&pos=0&source_list=collection&source_entity_id=9483&ref=%2Fpublicacoes%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dmasonry%26paged%3D1%26order%3DDESC%26orderby%3Ddate%26fetch_only_meta%3D%26search%3Danais%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription. Acesso em: 24 nov. 2025.

HOLANDA, Ariano. **Psicologia, Religiosidade e fenomenologia**. Campinas: Alínea, 2004.

Leituras da Religiosidade Brasileira: Pierre Sanchis, entre a cultura e a Psicologia. **Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)**. Comissão de orientação em Psicologia, Laicidade, Espiritualidade, Religião e Outros Saberes Tradicionais. CLEROT/CRP-MG). Belo Horizonte: conselho regional de Psicologia, Minas Gerais, 2022.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Secretaria Nacional de Cidadania. Estado laico Intolerância e Diversidade Religiosa no Brasil, 2018.** Desafios da Laicidade no mundo contemporâneo, Celso Lafer. 10-21.

MOREIRA-ALMEIDA, A.; LOTUFO-NETO, F.; KOENIG, H. G. (2006). Religiosidade e saúde mental: uma revisão. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 28(3), 242-250.

PEREIRA, Willian. **A formação religiosa em questão.** Petrópolis: Vozes: 2004.

WEBER, E. E.; ADAM, J. Gestão e espiritualidade: uma parceria viável para humanizar as relações de trabalho. **Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, Brasil, v. 22, n. 3, p. 728–737, 2025. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/14415/6863>. Acesso em 30 nov. 2025.

RESENHA CRÍTICA - “A comunicação verbal e não verbal dos líderes: um estudo de caso numa empresa de comércio exterior”

Kemilly de Oliveira Alves⁶⁹

Wanessa Lacerda de Faria⁷⁰

Thiago Casemiro Mendes⁷¹

JESUS, E. M. de; GOLEMBIEWSKI, C.; SANTOS, C. R. P. dos. A comunicação verbal e não verbal dos líderes: um estudo de caso numa empresa de comércio exterior. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 10, p. e11702, 2024.

Resenha elaborada a partir do artigo “A comunicação verbal e não verbal dos líderes: um estudo de caso numa empresa de comércio exterior”, de Esther Manoela de Jesus, Carlos Golembiewski e Carlos Roberto Praxedes dos Santos, publicado na *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 10, p. 01–15, em abril de 2024. Ao consultar os currículos dos autores, constata-se que Esther Manoela de Jesus é graduada em Comércio Exterior pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Carlos Golembiewski é Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Carlos Roberto Praxedes dos Santos é Doutor em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

Apesar de fornecer uma apresentação clara dos autores, o artigo pouco discute sua inserção no debate contemporâneo sobre comunicação e liderança. A relevância do tema é inegável, mas faltam referências a estudos mais recentes que indiquem como a pesquisa dialoga ou contrasta com a produção científica atual da área. Essa ausência dificulta ao leitor compreender como o estudo se posiciona academicamente e qual lacuna específica pretende preencher no campo da comunicação organizacional.

Destaca-se também a relevância do periódico no qual o estudo foi publicado. A *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales* possui circulação ampla na América

⁶⁹ Graduanda em Administração pela Faculdade de Nova Serrana/MG (FANS).

⁷⁰ Graduanda em Administração pela Faculdade de Nova Serrana/MG (FANS).

⁷¹ Professor da Faculdade de Nova Serrana, Doutorando e Mestre em Psicologia, Especialista em Gestão de Pessoas e Bacharel em Administração.

Latina e é reconhecida por estimular debates interdisciplinares nas Ciências Sociais Aplicadas, o que reforça a pertinência do tema no cenário acadêmico atual. Nesse contexto, o artigo ocupa um espaço relevante ao trazer a perspectiva dos colaboradores para o debate sobre comunicação organizacional, ainda pouco explorada em estudos tradicionais de liderança. Ao enfatizar a interpretação dos sinais verbais e não verbais pelos liderados, o estudo dialoga com abordagens contemporâneas que entendem a comunicação como processo relacional e negociado, contribuindo para ampliar a compreensão de suas implicações no ambiente de trabalho.

O estudo analisa como a comunicação verbal e não verbal de um líder é captada e interpretada pelos colaboradores no contexto organizacional, considerando suas reações a gestos, expressões e palavras. Parte da premissa de que a comunicação é um dos principais pilares para o sucesso empresarial e destaca o papel crucial da comunicação não verbal na transmissão de clareza e na compreensão da mensagem.

Embora o texto apresente um referencial teórico variado, nota-se que ele opera mais como apoio descritivo do que como fundamento analítico. Os autores apresentam uma diversidade de conceitos sobre comunicação e linguagem corporal, porém não aprofundam divergências teóricas nem tensionam perspectivas distintas da área. Assim, a fundamentação cumpre mais o papel de exemplificar ideias do que de sustentar criticamente a análise dos dados, o que reduz a densidade conceitual do estudo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza o Estudo de Caso como recurso metodológico, permitindo analisar o grupo estudado em sua totalidade e compreender a profundidade e os contextos da situação investigada. Para analisar os dados, empregou-se a Análise de Conteúdo, que, conforme Bardin (2011), é uma técnica que interpreta, de forma sistemática e objetiva, mensagens verbais, escritas ou simbólicas. Participaram da pesquisa colaboradores dos setores de importação, exportação e financeiro. Para a coleta dos dados, os autores utilizaram a entrevista semiestruturada, instrumento que oferece flexibilidade e permite aprofundamento nas respostas.

Apesar de adequada ao objeto investigado, a metodologia apresenta limitações importantes que não são plenamente exploradas pelos autores. O número reduzido

de participantes e a seleção restrita a apenas três setores impõem limites claros à generalização dos achados. Além disso, o estudo depende exclusivamente de autorrelatos, sem triangulação metodológica, o que pode introduzir vieses de percepção, especialmente considerando que líderes e liderados pertencem à mesma estrutura hierárquica. O possível impacto da relação prévia entre entrevistador e entrevistados, que pode influenciar a espontaneidade das respostas, é pouco discutido. A ausência de procedimentos como o retorno dos resultados aos participantes também restringe a precisão das interpretações apresentadas.

No setor de exportação, constatou-se que os liderados percebem claramente as diferentes condutas do líder. O líder adota uma postura mais relaxada com a equipe e mais formal diante da diretoria. Houve concordância entre líder e liderados sobre sua postura reflexiva ao receber informações, característica associada à empatia cognitiva. Em situações de estresse, ambos interpretam sua agitação como sinal de urgência, e não de nervosismo. A única divergência relevante apareceu na avaliação da escuta ativa: enquanto os liderados a consideram boa, o líder reconhece que ainda precisa aprimorá-la.

No setor de importação, identificaram-se convergências e divergências. Líder e assistente concordam que o chefe apresenta uma postura firme nas reuniões. Já em situações de conflito, liderados apontam sinais de tensão, como expressões faciais e mudanças na respiração, enquanto o líder relata tentar manter a calma. O analista, por sua vez, admite não reparar muito em aspectos não verbais, o que evidencia diferenças individuais de percepção.

No setor financeiro, composto exclusivamente por mulheres, observou-se forte sintonia entre líder e lideradas. A líder demonstra consciência sobre o impacto de sua comunicação e preocupação com as interações. É percebida como dinâmica, expressiva e adaptável. As colaboradoras afirmam conseguir “ler” facilmente sua postura e emocionalidade, o que está associado à convivência prolongada e à construção de vínculos profissionais.

O resultado geral da pesquisa indica que os colaboradores apresentam percepção relativamente clara da comunicação verbal e não verbal de seus líderes, embora existam variações individuais relacionadas ao perfil pessoal e ao grau de convivência. O artigo afirma ter alcançado seus objetivos, ao explicar teoricamente a comunicação humana e organizacional e coletar dados por meio de entrevistas.

A pesquisa se mostra relevante, sobretudo por incluir o ponto de vista dos colaboradores, frequentemente negligenciado em estudos que focam apenas na figura do líder. Os autores reforçam a importância da comunicação como pilar das relações internas e como elemento estruturante do clima organizacional, ressaltando que a organização reflete o comportamento de seus líderes.

As ideias apresentadas promovem questionamentos sobre a temática ao comparar a autopercepção dos líderes com a percepção dos liderados. Os autores destacam como a falta de consciência sobre a comunicação não verbal pode gerar interpretações equivocadas e consequências negativas para o ambiente de trabalho. No entanto, o artigo carece de informações mais detalhadas sobre a empresa analisada, seus processos e sua atuação no comércio exterior, o que limita uma compreensão mais aprofundada da comunicação corporativa em contextos específicos.

Embora os resultados sejam apresentados de forma clara, o artigo tende a assumir que a percepção dos liderados é sempre precisa e estável, sem problematizar adequadamente que interpretações individuais são atravessadas por emoções, experiências prévias, cultura organizacional e vínculos pessoais. Além disso, as diferenças entre os setores são tratadas de maneira descritiva, sem aprofundar o porquê dessas divergências. A análise poderia avançar ao considerar fatores como tempo de empresa, proximidade relacional e rotina de trabalho, que influenciam significativamente a percepção comunicacional.

Contudo, é relevante aprofundar os impactos práticos dessas percepções na dinâmica das equipes, ampliando a compreensão das implicações organizacionais. Também seria essencial explorar mais setores da empresa, ampliando o alcance das análises. Para estudos futuros, recomenda-se investigar o impacto direto da comunicação verbal e não verbal no desempenho, na motivação e na dinâmica das equipes.

Apesar das contribuições identificadas, a conclusão do artigo poderia avançar mais ao relacionar os achados às implicações práticas e teóricas. A análise não discute suficientemente como transformar as percepções identificadas em estratégias de desenvolvimento de liderança ou políticas de comunicação interna. Também não aborda possíveis implicações éticas ao utilizar percepções subjetivas para avaliar

comportamentos de liderança. Assim, o estudo contribui para a compreensão do fenômeno, mas permanece mais descritivo do que reflexivo.

O artigo é recomendado especialmente para gestores, pois apresenta aspectos relevantes da comunicação verbal e não verbal dos líderes e sua influência sobre os liderados. Os profissionais da gestão podem se beneficiar ao refletir sobre sua própria comunicação e o impacto dela no desempenho das equipes e das organizações.

Segundo Ruão (1999), “é amplamente reconhecido que a comunicação é essencial ao funcionamento da organização”. Nesse sentido, o estudo pode orientar organizações que buscam aprimorar habilidades comunicativas de líderes e colaboradores. Ademais, pesquisadores das áreas de Administração, Psicologia e Sociologia encontrarão na pesquisa um ponto de partida para aprofundar discussões sobre comunicação organizacional.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

JESUS, Esther Manoela de; GOLEMBIEWSKI, Carlos; SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos. A comunicação verbal e não verbal dos líderes: um estudo de caso numa empresa de comércio exterior. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 17, n. 10, p. e11702, 2024.

RUÃO, Teresa. **A Comunicação Organizacional e a gestão de Recursos Humanos: Evolução e atualidade**. *Comunicação e Sociedade*, 12(1-2), 179-194, 1999.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O oitavo anuário da *Revista RIEC* da FANS – Faculdade de Nova Serrana reafirma, de maneira consistente, o compromisso institucional com a produção, a socialização e a valorização do conhecimento científico, acadêmico e interdisciplinar. As contribuições aqui reunidas expressam a pluralidade de áreas do saber que compõem a identidade da revista, dialogando com o Direito, a Educação, a Contabilidade, a Administração, a Tecnologia, a Psicologia e as Ciências Sociais Aplicadas, sempre conectadas às demandas contemporâneas da sociedade e da região.

Os artigos apresentados abordam temas atuais e relevantes, como os desafios jurídicos frente às novas configurações econômicas e sociais, a transformação do ensino em contextos marcados pela tecnologia e pela inteligência artificial, as questões educacionais ligadas ao desenvolvimento humano, à infância, à juventude e à formação crítica, bem como análises voltadas à gestão, à contabilidade, à inovação organizacional e ao desenvolvimento regional. Essa diversidade temática demonstra a maturidade acadêmica dos autores e a capacidade da RIEC de se consolidar como um espaço plural, crítico e socialmente comprometido.

Destaca-se, ainda, a forte articulação entre teoria e prática presente nos estudos, muitos deles ancorados na realidade local de Nova Serrana e microrregião, sem perder de vista as discussões nacionais e globais. Tal característica reforça o papel da FANS como instituição de ensino superior que promove pesquisa aplicada, reflexão científica e impacto social.

Assim, este anuário não apenas registra produções acadêmicas, mas também convida à reflexão, ao debate e à continuidade das investigações científicas. Que os trabalhos aqui publicados inspirem novos estudos, fortaleçam a formação acadêmica e profissional dos leitores e contribuam para a construção de uma sociedade mais crítica, ética, inovadora e comprometida com o desenvolvimento humano e social.

A todos os autores, avaliadores, editores e colaboradores, fica o reconhecimento pelo empenho e pela dedicação que tornaram possível a realização deste oitavo anuário da *Revista RIEC*, reafirmando seu papel como importante veículo de difusão do conhecimento científico da FANS.

Hélder Mendonça Duarte

Professor e Diretor da FANS